



MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E DESENVOLVIMENTO NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Aécio Gomes de Matos [Coordenador]

Editora
Universitária UFPE



**MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA
E DESENVOLVIMENTO
NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**

[Coordenador]

Aécio Gomes de Matos

[Coautores]

Gerson Victor e Sérgio Buarque

Ivan Vieira Melo

João Policarpo Lima

Abraham Sicsú e Sérgio Kelner

Christine Rufino Dabat e Maria do Socorro
de Abreu e Lima

Bartira Ferraz

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E DESENVOLVIMENTO NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Editora
Universitária  UFPE

RECIFE | 2012

Editora associada à



Créditos

Revisor: Juliana C. de Andrade

Capa e Projeto Gráfico: EdUFPE

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

M689 Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco / Coordenador : Aécio Gomes de Matos; Coautores : Gerson Victor e Sérgio Buarque, Ivan Vieira Melo... [et al.]. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
297 p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-415-0040-1 (broch.)

1. Planejamento político – Zona da Mata (PE : Mesorregião). 2. Desenvolvimento sustentável – Zona da Mata (PE : Mesorregião). 3. Evolução social. I. Matos, Aécio Gomes de (Coord.). II. Victor, Gerson. III. Buarque, Sérgio. IV. Melo, Ivan Vieira. V. Lima, João Policarpo. VI. Sicsú, Abraham. VII. Kelner, Sérgio. VIII. Dabat, Christine Rufino. IX. Abreu e Lima, Maria do Socorro de. X. Barbosa, Bartira Ferraz.

320.6

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2012-045)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

APRESENTAÇÃO

Este livro representa o esforço de reflexão de um conjunto de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e de alguns convidados, visando estabelecer um conjunto de referências para a compreensão da realidade da Zona da Mata de Pernambuco, à luz das referências de desenvolvimento que têm norteado as políticas públicas e as lutas sociais com foco na inclusão social e na sustentabilidade ambiental, econômica, política e institucional.

O livro inicia com um conjunto de referências sobre os conceitos socioeconômicos de desenvolvimento e modernização para, em seguida analisar as estratégias desenvolvimentistas aplicadas na Zona da Mata de Pernambuco, explorando dicotomias importantes entre a exploração agrícola e o meio ambiente; entre modernização conservadora e desenvolvimento sustentável; entre os movimentos sociais e as disparidades socioeconômicas. Tudo isso sem perder de vista as referências culturais da região. A ideia de todos os autores, como aparece no conjunto do livro, foi justamente, polemizar o papel da políticas públicas, do empresariado, das classes trabalhadoras e da sociedade civil no sentimento desenvolvimentista que empolga o sociedade pernambucana nos últimos anos.

Uma menção especial à emenda parlamentar do deputado Raul Jungmann que viabilizou este projeto, alocada ao Ministério da Educação para a Universidade Federal de Pernambuco e executada no espaço

institucional da Pró-Reitoria de Extensão e do Centro de Filosofia e Ciências, com apoio decisivo de sua Diretora Socorro Ferraz.

PARA COMPREENDER O DESENVOLVIMENTO

Aécio Gomes de Matos

Para iniciar uma reflexão sobre o desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco, julgamos necessário começar este livro com uma exposição mais ampla sobre os conceitos de desenvolvimento e sua evolução, desde o final da segunda guerra mundial.

De fato, a literatura registra uma grande evolução desde os primeiros modelos da economia clássica de origem keynesiana até as propostas mais avançadas do desenvolvimento humano sustentável. Por outro lado, existe uma compreensão mais ou menos generalizada, nos dias atuais, de que apesar do esforço intelectual e político para empreender propostas desenvolvimentistas, cada vez mais inteligentes e politicamente ousadas, as condições de desenvolvimento nos países periféricos continuam limitadas pela falta de capitais para a implantação de estruturas produtivas, pela falta de investimento público em infraestrutura, pela falta de tecnologias apropriadas, pela falta de sistemas políticos mais democráticos.

No período que se segue à II Guerra Mundial, na esteira renovadora do Plano Marshall para recuperação da economia europeia e no entusiasmo da conferência de Bretton Woods, o desenvolvimento virou palavra da moda. Até então o que se conhecia por desenvolvimento estava associado aos ciclos da vida: nascimento, crescimento e morte; à

evolução intelectual e à maturidade da pessoa, passando da adolescência à idade adulta, de aprendiz a mestre. A aplicação desse conceito no âmbito social seria assim associada ao que se entendia como uma evolução natural do quadro social, indo do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, da produção artesanal à industrialização e ao constante aperfeiçoamento tecnológico, como uma sequência natural da racionalidade econômica e o destino impreterível das sociedades humanas. Uma simplificação reducionista que termina por legitimar o domínio do econômico e da técnica como determinante da evolução histórica do sistema social.

A partir da segunda metade do século XX, os políticos e os profissionais das áreas técnicas (economistas, engenheiros), em todo o mundo, foram rapidamente fígados pelas ideias desenvolvimentistas. A cooperação multilateral para o desenvolvimento, sob o signo da racionalidade e do planejamento econômico, se constitui, no seio das Nações Unidas, com a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que formaram a base institucional desenvolvimentista, chegando à América Latina em 1948, com a criação da Comissão Econômica da América Latina - CEPAL.

Schwartzman (2004) lembra, citando Gino Germani (1973), Alex Inkes & Dadid Horton Smith (1974), Daniel Lerner (1958) e Lucian Pye (1962), que a generalização da tendência desenvolvimentista da segunda metade do século XX não tinha muita consistência:

Na época, era generalizada a crença em que mais cedo ou mais tarde, todas as sociedades tradicionais acabariam por se tornar modernas e o problema deixaria de existir. No início do século XXI ficou claro que as coisas são mais complicadas e muito pouco das teorias de modernização de trinta ou quarenta anos atrás ainda é lembrado.

De fato, o entusiasmo e a adesão inquestionável ao desenvolvimentismo, por mais natural que tenha parecido ao imaginário social

do século XX, nunca constituíram uma conjugação de esforços harmônicos, nem foram isentos de contradições, conflitos e traumas. É possível constatar que, não obstante a sua importância econômica e política, as estratégias de desenvolvimento sempre se construíram a partir de conceitos e práticas políticas muito controversas, dividindo interesses, opiniões e compromissos dos agentes envolvidos. A hegemonia do poder econômico e político, que representaram os interesses capitalistas, sempre tiveram que negociar a cada passo da construção do sistema que hoje estrutura a economia moderna em permanentes transformações e ajustes institucionais. Marxistas e liberais, países centrais e periféricos, modernistas e tradicionalistas, capitalistas e operários são atores centrais desses conflitos sociais que surgem na trajetória desenvolvimentista.

As duas grandes guerras, em si mesmas, já representaram as divergências de interesses e conflitos irreconciliáveis no núcleo da expansão econômica dos países industrializados. Durante pouco mais de 30 anos, no período que vai do pós-guerra ao final dos anos 70, parecia ter-se chegado a certa harmonia de interesses, pelo menos no núcleo do sistema capitalista formado por Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Países Baixos, países nórdicos e Japão, que cresciam a taxas constantes, com baixo desemprego e relativo equilíbrio nas relações capital-trabalho.

O que se definiu como “modernização conservadora” em países como a Alemanha e o Japão (Moore Junior, 1975), justificando a modernização industrial da economia, resulta do pacto político entre a burguesia nacional e os proprietários de terra, mas termina tendo uma de suas bases num processo de inclusão social e política das classes trabalhadoras, limitando o poder da grande propriedade e da burguesia industrial sobre o Estado e sobre as relações de trabalho. Constituiu-se, neste pacto, o que se chamou de “Estado do bem-estar social” que garantiu as condições de formação de um mercado interno estável, base

de sustentação do desenvolvimento verificado nos países centrais.

A partir do final dos anos 80, no entanto, o Estado do bem-estar social começa a entrar em crise dando lugar a novas formas de liberalismo que levaram países como a Inglaterra a reduzir drasticamente o tamanho e a capacidade de intervenção do Estado, com ênfase para a racionalidade financeira e para a competitividade nos mercados globalizados. Eis que começa a fazer água a aparente harmonia de prosperidade das três décadas desenvolvimentistas, cuja crise mais importante chega em 2009.

Essas orientações, que já eram dominantes na filosofia liberal norte-americana, se expandem na Europa, premida pela necessidade de equilíbrio dos elevados custos da seguridade social e pela perda de competitividade ao norte e ao sul. Os ajustes se ampliam cada dia mais, exigindo constantes renegociações que comprometem antigas conquistas, com redução dos benefícios sociais, aumento das horas trabalhadas sem compensações salariais e, sobretudo, redução do emprego resultante da automação, do fechamento de fábricas obsoletas, transferências de unidades de produção para países de mão de obra barata.

O desenvolvimentismo

Nessa guinada neoliberal, depois dos anos oitenta (considerada como a década perdida), as críticas ao modelo centrado no papel do Estado fortalecem orientações de política econômica e institucional nas quais o Estado assumiria gradualmente um papel mais passivo e fragilizado, com ênfase para as funções de guardião da moeda (câmbio e juros) e para o financiamento e regulação das políticas públicas (infraestrutura, previdência, educação, saúde e assistência social), cada dia mais associadas aos conceitos de serviços públicos, cuja prestação vem sendo assumida crescentemente pela iniciativa privada. Em síntese, com a autonomia dos bancos centrais, o papel do Estado se firma apenas como

responsável pela ordem institucional que garante a segurança pública e as condições necessárias ao surgimento de alternativas de investimento privado, geração e distribuição de renda.

Este modelo, cuja base estava no que se convencionou chamar “Consenso de Washington”, formulado no final dos anos oitenta sob a orientação do FMI e do Banco Mundial, orientou a política dos países em desenvolvimento até o início do século XXI com foco na redução do tamanho do Estado (disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, privatização, desregulamentação), na abertura ao mercado internacional (bens, serviços, propriedade intelectual e investimentos), operando câmbio e juros no mercado aberto.

Essa tendência que se expande por todos os países, não impede que surjam, nas últimas décadas, propostas de modelos alternativos de desenvolvimento preocupados com uma maior equidade social, que inclui distribuição de renda, segurança alimentar e garantia dos serviços sociais básicos de saúde e educação para os grandes contingentes excluídos da população.

Acrescenta-se a esta preocupação com os aspectos sociais um compromisso crescente do desenvolvimento com sua própria sustentabilidade, com foco na manutenção das condições de exploração da natureza ao longo do tempo, mas também a manutenção das organizações produtivas, dos arranjos institucionais e políticos, das relações de mercado. Um compromisso com a estabilidade das soluções encontradas e com as gerações futuras. Esse conceito de desenvolvimento sustentável já romperia com os modelos de desenvolvimento que privilegiam o crescimento econômico e a racionalidade tecnológica, numa perspectiva produtivista e predatória, desconsiderando ou tentando nivelar, segundo os interesses dominantes, as contradições decorrentes do desequilíbrio de forças entre as nações, as regiões e as classes sociais.

Esse novo paradigma, partindo das possibilidades reais de uma evolução dialética das relações político-institucionais em todos os níveis,

defende modelos de desenvolvimento que articulem o caráter subsidiário dos interesses entre países e regiões com recursos naturais, vocações, graus de desenvolvimento e culturas diferentes e, até mesmo, antagônicas. Defende o homem e, particularmente, sua qualidade de vida sobre a terra, como centro e objetivo derradeiro do desenvolvimento, eliminando-se a miséria e a dívida social, à qual se vê submetida a maioria da população mundial.

Do ponto de vista político, o Desenvolvimento Sustentável deveria procurar favorecer a evolução e a estabilidade das instituições democráticas, estabelecendo instrumentos de acesso à participação e de controle social das estratégias e da operação das ações, investindo numa “nova” mediação econômica, política e ambiental, mais compatível com a ética da solidariedade entre países, regiões, classes sociais e gerações.

Reforçando esses compromissos do desenvolvimento sustentável, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem defendido a ideia chave de uma linha mais abrangente com foco no *Desenvolvimento Humano*, segundo a qual não se deve medir o grau de desenvolvimento de uma população apenas pela “*dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana*”. Os objetivos desse novo conceito de desenvolvimento compreendem uma grande gama de objetivos relacionados a erradicação da fome, equidade de gênero, universalização do ensino básico, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate à AIDS, malária e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental, estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Vale lembrar aqui que, embora inspirada nas referências que a Organização das Nações Unidas utiliza para avaliar e analisar o desenvolvimento no mundo, o interesse da abordagem do Desenvolvimento Humano não pode se limitar à associação dos indicadores quantificados pelo IDH (renda, educação e saúde). Do nosso ponto de vista, há que dar ênfase também a indicadores qualitativos que se compreendem na

Declaração Universal dos Direitos Humanos como liberdade, autonomia, segurança alimentar, justiça, Estado de direito, organização social e política e garantia de acessos às instituições de direito público.

O Mito do desenvolvimento

Apesar da concepção desses novos modelos de desenvolvimento, há uma velha descrença na sua efetividade. Numa célebre obra dos anos setenta, Celso Furtado (1996) coloca o desenvolvimento como um mito, tema que reaparece no livro de Oswaldo Rivero (2002) e, de uma maneira mais discreta, em obras como a coordenada por Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001), refletindo a constatação de que os 50 anos de desenvolvimentismo pouco responderam às esperanças dos países periféricos e, em particular, daquelas segmentos de população que em todo o mundo perderam suas condições de subsistência, premidos pela modernização da economia e pela crescente concentração da renda.

Nos países periféricos, os efeitos da “modernização conservadora” são mais perversos, sobretudo no mundo agrícola onde milhões de trabalhadores são substituídos anualmente pelo aporte de equipamentos modernos de adubação, tratos culturais, plantio e colheita. Na monocultura da soja, por exemplo, que ocupa hoje 24,2 milhões de hectares no centro e no sul do Brasil, são necessários 74 hectares de cultura para gerar um posto de trabalho. Nos dias de hoje, essa produção recorde de 70 milhões de toneladas da *commodity* mobiliza um contingente de 30 mil trabalhadores. Na agricultura tradicional esse número seria pelo menos 20 vezes maior. Pode-se dizer que, paradoxalmente, quanto mais o agronegócio cresce em produtividade, mais miséria aparece no campo, resultado do desemprego imposto pelo uso de equipamentos mais modernos. O número de famílias assentadas pela reforma agrária no Brasil, menos de um milhão nas últimas décadas, estaria longe de compensar os postos de trabalho perdidos com a modernização da agri-

cultura; mesmo considerando o crescimento da área plantada.

O Brasil entrou assim no novo milênio à espera que o crescimento econômico produza o desenvolvimento esperado pela grande maioria da população, desde a classe média aos que vivem sem emprego ou com rendimentos instáveis e insuficientes para uma vida digna para si e para suas famílias. A análise realizada por Ignacy Sachs¹ sobre a situação de emprego no Brasil confirma a distância que existe entre modernização e desenvolvimento.

“O Brasil entrou no século XXI com um aparelho industrial moderno e diversificado e um setor de agronegócio que confere liderança mundial em vários setores. No entanto, a sua estrutura ocupacional reflete o atraso social.”

Citando estudo realizado pela UFRJ, por solicitação da CEPAL, com base nos dados da PNAD de 2002, este autor observa que nos 11 anos de modernização tecnológica que se seguiram à abertura comercial de 1990, foram fechados 12,3 milhões de postos de trabalho (9 milhões só no setor agropecuário: dez vezes mais do que os assentamentos da reforma agrária), pouco menos do que os 15,5 milhões de novas ocupações criadas pelo crescimento econômico do período. Trocando em miúdos, é fácil entender que quase todo o esforço de crescimento econômico para geração de novas atividades econômicas para a população, foi anulado pela modernização tecnológica. Um superávit de 3,2 milhões de novos postos de trabalho foi absolutamente insuficiente para acomodar cerca de 1,5 milhões de jovens ingressando anualmente na força de trabalho, algo em torno de 15 milhões de novos postos de trabalho requeridos.

O economista João Sayad² dá uma síntese clara desse quadro:

1 Sachs, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. Revista Estudos Avançados vol. 18nº 51 São Paulo, 2004.

2 João Sayad Folha de São Paulo 27/09/2004. - jsayad@attglobal.net

“No Brasil a pobreza foi se acumulando em camadas sedimentares ao longo de muitos anos de estagnação ou desenvolvimento. O desenvolvimento destrói formas antigas de produção. A estagnação impede que novas gerações se incluam na economia maior e renovada”.

Mas a denegação desses efeitos negativos da modernização é parte do discurso institucional que se concentra na exaltação do progresso tecnológico para garantir a adesão incondicional da população e dos segmentos técnicos às políticas desenvolvimentistas que defendem o crescimento econômico pela modernização. O desenvolvimentismo é saudado acriticamente, como já havia alertado Celso Furtado (1996), numa grande manipulação do imaginário social com relação aos significados da modernização em contraposição ao atraso, induzindo várias formas de reducionismos que constituem o senso comum, tanto nas sociedades consideradas desenvolvidas, como – o que é mais grave – nas sociedades onde apenas alguns privilegiados conseguem acessar os padrões de desenvolvimento dos países centrais.

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Do ponto de vista político, é falsa a premissa que associa o liberalismo à ideia de liberdade e à democracia. Para Alain Caillé (1989) parece tendenciosa e utilitarista a concepção de sociedade que se constitui na perspectiva de superioridade do moderno. Ele se posiciona claramente contra a ideia de que

“reintegrar a maior parte de história humana no campo do que é compreensível pela inteligência humana, reforçando decisivamente a certeza da superioridade absoluta do homem moderno sobre

todos os homens de outras culturas e de outras épocas". (p. 102)

No contraponto dessa concepção liberal da democracia, este autor traz as formulações de Claude Lefort, Habermas e Castoriadis que consideram democráticas aquelas sociedades que conseguem funcionar sem determinações rígidas sobre os seus fundamentos, permitindo que a estrutura das relações sociais se defina pelo diálogo e pela construção partilhada no coletivo, cujos limites se constituem de uma maneira mais ampla que as determinações contratuais do Estado e as condicionantes liberais do mercado.

Manipulação ideológica e psicossocial que envolve posicionamentos políticos e comportamentos de adequação e de imobilismo diante do quadro de exploração estrutural a que se veem submetidos os países periféricos e suas populações. Um conjunto de contradições importantes a serem mais bem analisadas, que opõe num mesmo movimento: desenvolvimento e democracia; dependência técnica e autonomia; centralização e descentralização; globalização e processos locais. Contradições que se reproduzem em diversos planos, mas que se apresenta ao grande público apenas numa perspectiva: progresso.

Ao contrário do maniqueísmo em que se fundam os discursos da modernização, as alternativas ao desenvolvimento que tendem a valorizar a tradição e a identidade local não pretendem negar a evolução da sociedade ocidental na trilha do conhecimento científico e do aperfeiçoamento técnico. Não há como refutar a evolução do conhecimento técnico e científico que resultam em melhores condições de vida na habitação, nos transportes, nas comunicações, nas práticas médicas, na genética, na produção e conservação de alimentos e de remédios. Uma evolução de caráter exponencial, que se reforça a si mesma a cada passo e cujos limites são impossíveis de previsão, mesmo nos círculos mais bem informados.

Quando Celso Furtado falou em mito do desenvolvimento, prevendo que a reprodução desse modelo de desenvolvimento levada a efeito pelos arautos da modernização era limitada e falaciosa, não que-

ria ser contra o desenvolvimento, mas denunciar o uso político e manipulador da ideia desenvolvimentista.

Temos agora a prova cabal que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida atuais dos povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias das periferias nunca serão desenvolvidas no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?

Num olhar mais recente, expresso em artigo publicado na Revista da Cepal, de outubro de 1998, Furtado reconhece que o capitalismo entra numa nova fase, cujos contornos se definem pelo crescimento da capacidade de investimento, pelo aperfeiçoamento tecnológico e pelo aumento dos padrões de consumo do mercado interno. Além do domínio tecnológico, a condição fundamental desse novo modelo de desenvolvimento que estaria ocorrendo, especialmente nos países da Ásia e, sobretudo na China, impõe uma grande disciplina social, com os salários regulados em função da competitividade internacional e uma economia planejada onde o Estado forte tem um papel determinante na regulação social. Ora, essa prática, da mesma forma da exclusão social das classes mais pobres nos países de democracia constitucional, é exatamente a antítese do que se propõem os cânones da democracia e, mais ainda, do capitalismo liberal.

Ora, tanto o autoritarismo do Estado como condição de desenvolvimento nos dias de hoje, de um lado, quanto a exclusão social dos mais pobres, do outro, são escamoteadas pelo discurso da universalização dos direitos e da igualdade de acesso no qual se estrutura o conceito de desen-

volvimento. Tanto a democracia liberal (*todos são iguais perante a lei*) como o Estado socialista (*para cada um segundo suas necessidades*) tratam de maneira desigual, uns e outros, em função de critérios elitistas e clientelistas ditados pela hegemonia do poder econômico ou do poder político.

Essa abstração do conceito de igualdade (produzida à esquerda e à direita do espectro político), que caracteriza o discurso da modernização, serve a propósitos bem mais sutis do que as aspirações individuais e coletivas de tratamento igualitário. À medida que a universalidade uniformiza as referências e reduz as diferenças e singularidades individuais, despersonaliza-se o direito e constituem-se modelos genéricos como base para as identificações socialmente adequadas. Modelos que servem não apenas para conformar comportamentos em função dos estratos sociais, mas, sobretudo, para orientar e uniformizar o consumo, para influenciar as decisões eleitorais, para homogeneizar os conhecimentos e as informações a que cada grupo social deve ter acesso.

Os modernos processos de socialização não se definem mais no plano do território ou nas relações parentais. A formação de novos estratos sociais resultantes de uma maior mobilidade das pessoas em função da profissão e do trabalho, do poder aquisitivo e, sobretudo, do acesso à informação e à formação profissional introduz uma nova dimensão cultural na vida das pessoas, resultante da importação de culturas desenvolvidas em outras realidades em detrimento do saber e do modo de produção e de vida locais. É um processo complexo onde as resistências dos mais velhos parecem sempre amplamente compensadas pela adesão incondicional e acrítica dos mais jovens.

Neste arrastão do novo contra a tradição se funde a cultura local, no caldo de novas leituras embaladas pelas tecnologias de comunicação da televisão, do cinema, da moda; um caldo cultural com sabor e poder da modernização imposta em todos os quadrantes e segmentos sociais de forma pasteurizada, transformada na forma e no conteúdo para um consumo universal.

Considerada arcaica e ultrapassada, a cultura local é entendida como um empecilho ao avanço do progresso e passa a ser objeto de investimentos negativos nas imagens comparativas com a modernização; desde longas datas conhecemos os traços desse processo em figuras como “Jeca Tatu”, que simbolizaram para toda uma geração o atraso do rural em relação à modernização científica. Em nome da ciência, da saúde e da modernização, se ridicularizou a imagem da população rural. É importante remarcar que Monteiro Lobato, escritor politicamente situado à esquerda, termina caindo na mesma armadilha colonialista dos liberais.

No avançar dos anos, a formação das identidades vai gradualmente se definindo numa perspectiva dos reforços positivos, associados ao progresso e à cultura técnica, pela negação dos padrões e modelos associados à tradição e ao que se considera velho e atrasado. Uma identidade moderna que persegue o sucesso a todo custo, que se referencia pela técnica, pela universalidade, pela impessoalidade e pela neutralidade em relação aos aspectos afetivos, à cultura local, aos valores comunitários.

Modernização e Desenvolvimento

A crise é certamente o momento mais apropriado a uma reflexão mais profunda sobre o próprio sentido do desenvolvimento. De fato, a aceitação tácita do desenvolvimentismo como um processo natural e abrangente associado historicamente às imagens de prosperidade das sociedades industrializadas, aos irrefutáveis argumentos da modernização sobre a superioridade da racionalidade técnica e do progresso, em contraposição ao atraso e à ignorância. Em todos os níveis sociais, a civilização ocidental encantou-se ao mesmo tempo com a tecnologia moderna e com o *american way of life* estrelado nos românticos filmes de Hollywood. Sonhos que embalaram gerações e cujas frustrações foram sendo mediadas pelo acesso das classes médias e até dos mais

pobres favelados a certos símbolos de modernização e prosperidade: do *jeans* ao automóvel, à geladeira, ao televisor.

Tudo dificulta uma avaliação crítica da situação sem perdas significativas da auto-estima. São os efeitos colaterais da ideologia do desenvolvimentismo, introduzindo mudanças permanentes nas referências simbólicas da sociedade, que inibe a percepção da violência dessa dominação externa, que é ao mesmo tempo política, econômica e simbólica. Continua-se a falar de desenvolvimento, de evolução, de progresso sem se questionar muito sobre os seus verdadeiros significados para o ser humano e para a sociedade. Nem mesmo os aspectos negativos da vida moderna parecem interferir na aceitação incondicional de tudo que significa modernização.

Os modelos de modernização foram assim gradualmente absorvidos pela população e simbolicamente manipulados pelas forças políticas hegemônicas da sociedade. De um lado o progresso técnico, status econômico, sucesso individual passam a valorizar o consumo supérfluo, do outro o crediário, o endividamento, a privação. Valorizava-se simbolicamente o que não se tinha, o que era de fora, em detrimento da cultura, da tradição e da identidade local, coisas mais simples que estavam ao acesso da maioria, com as quais, até então, todos viviam satisfeitos. Do outro lado, o estresse que atinge as classes médias, os trabalhadores de renda inferior e até os desempregados e biscateiros, vivendo nos limites das suas posses, sem garantias de estabilidade do trabalho e da renda.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que, apesar da crítica política dos intelectuais humanistas, dos defensores do meio ambiente e dos democratas radicais, até hoje, essa sociedade alternativa que agora se intitula de *altermundialista* ainda não conseguiu mobilizar contingentes significativos de população para adotar padrões alternativos de uma vida mais frugal. Continua generalizado o domínio do consumo imposto pela publicidade, o estresse da moderna divisão do trabalho e do tempo. Ao contrário, os que estão fora do burburinho das grandes

idades estressadas, continuam lutando por uma oportunidade nesse mundo caótico, inclusive porque a modernização já invadiu o mundo rural gerando desemprego em massa. O recurso à vida convival das cidades menores, o sossego do campo, passa a ser privilégio dos mais idosos que já não trabalham ou que não dispõem dos recursos para disputar os mercados mais competitivos.

As teses do capitalismo tardio de Ernest Mandel já permitiam compreender que o crescimento excessivo causado pela modernização dos processos produtivos e pela globalização do mercado representaria um risco crescente à sustentabilidade. Os gritos de alerta ecoaram em todo o mundo sem sensibilizar os países ricos nem as elites dominantes.

Na prática, os resultados perversos dessa modernização centrada nos interesses das elites sempre repercutiram em prejuízos, mais sentidos nos países periféricos e nas classes sociais mais pobres. Esses custos, é importante frisar, não se limitam aos aspectos econômicos, embora esses sejam importantes. A massificação das culturas, a caça às tradições, a uniformização dos hábitos e comportamentos têm significado importante na vida das pessoas e das relações sociais, nos planos comunitário e societário.

As contradições dessa modernização, que nem mesmo o socialismo chegou a equacionar na sua missão revolucionária, já haviam sido vislumbradas por ENGELS quando escreveu “Enquanto não Chega a Revolução”:

“Os sacrifícios que tudo isso custou, só se descobrem mais tarde. Depois de pisar e repisar por alguns dias a calçada das ruas principais, de abrir a duras penas caminho através da multidão, das filas em fim de coches e de carros, de visitar os ‘bairros ruins’ dessa metrópole, só então é que começamos a nos dar conta de que esses londrinos tiveram de sacrificar o melhor de sua condição de homens para realizar todos os milagres da civilização que inundam a cidade”.

Nos países subdesenvolvidos, a modernização aportou suas contradições, entre os benefícios das elites e a miséria da população, entre os interesses nacionais e as oligarquias regionais; entre o poder das elites políticas e a alienação das grandes massas de trabalhadores, apesar da presença marcante do sindicalismo e dos movimentos sociais dispostos a lutar pela dignidade e por direitos de cidadania. Esse desequilíbrio entre as forças políticas resulta numa espécie de “Modernização Conservadora” diferente da que se processou nos países desenvolvidos. Isto porque aqui as elites criaram fortes obstáculos ao acesso das classes periféricas a uma renda digna, à participação política e aos direitos de cidadania, tendo como consequência mais objetiva a limitação do poder aquisitivo da maioria da população e a falta de expansão do mercado interno, que daria suporte à continuidade do crescimento econômico. Para Guimarães (1977, p. 3), concentrando sua visão no setor agrícola:

[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

É interessante notar que a modernização da economia sempre se fez sob as bandeiras da democracia e do desenvolvimento, mesmo quando esses pressupostos foram sistematicamente negados pelas práticas políticas e pela crescente marginalidade social de grandes segmentos da população. Os golpes de Estado e as vanguardas que lhes davam combate falavam todos em nome da democracia, da modernização e do desenvolvimento, lemas que se incorporam definitivamente como bandeiras de luta à esquerda e à direita e passam a ditar o discurso da vida política nos países ditos em desenvolvimento. A unanimidade desses discursos progressistas da modernização, cada dia mais sedimentada na mentalidade das pessoas e na vida pública, tem como contraponto o atraso e a pobreza. Fica a impressão de que todos ganham à medida que

a modernização tecnológica reduz o desperdício e aumenta a eficiência.

Mas a coisa não é bem assim. O desemprego e o subemprego persistentes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a crise da modernização aparecem como os grandes vilões do mercado de trabalho em todo o mundo. Uma prova disso é a crescente crise do emprego nos países mais desenvolvidos associada à perda de poder aquisitivo dos estratos inferiores da população. Segundo os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, os dados de 2002 já indicam que as maiores economias têm apresentado índices de desemprego que começam a preocupar. Na Espanha atingiu 11%; Itália 9,1%; na França 9,1%; Alemanha 8,1%; nos Estados Unidos 5,8%; Inglaterra 5,2%.

Com a crise financeira de 2009, esses números pioraram muito e países como os Estados Unidos atingem taxas de 9,7% de desemprego, enquanto a União Europeia chega a 8,4% e o mundo assiste boquiaberto ao desespero de mais de 200 milhões de pessoas economicamente ativas e sem trabalho, destes, 80 milhões de jovens entre 14 e 24 anos. A taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 11,9%, em 2007, para 13% no ano passado.

Segundo os analistas de economia, o desemprego estrutural (sem considerar a crise) nos países desenvolvidos estaria associado a dois problemas principais. Primeiramente, à modernização tecnológica nas economias nacionais com sistemas de produção cada vez mais automatizados - condição necessária para garantir a competitividade nos mercados globalizados. A compressão dos custos para fazer face à concorrência se faria justamente sobre a massa de salário, modelo conhecido nos países periféricos. Só que nos países desenvolvidos essa política empresarial tende a carregar os custos sociais inviabilizando, progressivamente, como já nos referimos acima, o Estado do bem-estar social pela redução das contribuições e elevação das alocações familiares para fazer face aos salários desemprego e às condições de vida mínimas para as famílias.

A academia e o desenvolvimento

A discrepância entre a evolução tecnológica e a qualificação do mercado de trabalho produziu e continua produzindo resultados perversos para a constituição de uma dinâmica econômica equilibrada e socialmente justa. Por isso mesmo a modernização (conservadora) de que tanto se orgulham as elites brasileiras não pode ser vista como redentora entre nós, não porque a tecnologia e a modernização em si são perversas, mas pela falta de regulação social sobre a economia e sobre instrumentos técnicos que lhe dão suporte.

Não é gratuito que nas universidades, como no fomento à pesquisa, as ciências ligadas à economia e à tecnologia tenham privilégios em relação às ciências humanas; que o fantástico progresso da tecnologia moderna não se faça acompanhar de avanços significativos das ciências humanas, em prejuízo de uma sociedade com sérios problemas de regulação social, do individualismo exacerbado, à falta de espírito comunitário, à violência indiscriminada. Tudo isso resulta da falta de uma educação humanística, de referências sociais pautadas pela solidariedade, de modelos de gestão pública que permitam maior democratização dos acessos aos direitos da cidadania, de maior transparência e mais controle social das políticas públicas. Neste sentido, as ciências humanas, a academia e, em particular, as universidades e os sistemas públicos de fomento à pesquisa têm um débito enorme com a sociedade, débito que não é sequer discutido em profundidade no meio acadêmico, nem na sociedade civil.

A demanda de modernização pelo mercado, nesta perspectiva utilitarista, tem contribuído para a legitimação das universidades como um espaço privilegiado de inovação, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, justificando um grande investimento em pesquisa por parte dos agentes econômicos e do Estado. É importante frisar que este investimento, inclusive dos recursos públicos, tem interesses muito claramente relacionados a um retorno em forma de lucros. Maior é o investimento,

maior é o número de pesquisadores envolvidos e maior é o lucro em forma de royalties, conforme se pode ver no quadro abaixo.

INVESTIMENTO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Países	Valor de PIB per capita (US\$)	Royalties US\$/capita	Investimento P&D		Pesquisadores por milhão de habitantes
			% PIB	US\$/capita	
Japão	31.267,00	138,00	3,1	969,28	5.287
França	30.386,00	97,10	2,2	668,49	3.213
USA	41.890,00	191,00	2,7	1.131,03	4.605
Reino Unido	33.238,00	220,80	1,9	631,52	2.706
Bélgica	32.119,00	106,50	1,9	610,26	3065
Brasil	8.403,00	0,50	1,0	84,03	344
México	10.751,00	0,70	0,4	43,00	268
Argentina	14.280,00	1,40	0,4	57,12	720

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008/PNUD (tabela 13, p. 275)

Observe-se que os países periféricos investem apenas 10% do valor *per capita* que é investido pelos países centrais e têm a mesma proporção de pesquisadores, enquanto o retorno (royalties) medido em dólares per capita é quase duzentas vezes superior. Estes números têm provocado uma mudança na postura política em países periféricos como o Brasil, que aumentou seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento para US\$ 1,25 em 2010, dobrando o número de mestres e doutores formados entre 2001 e 2010. Louvável o esforço do Brasil em incrementar seu esforço de pesquisa, dificilmente produzirá mudanças estruturais, tal as desproporcionalidades dos números do quadro apresentado.

Um viés importante neste quadro é que, segundo Trindade (2000), a prioridade da pesquisa científica é definida de maneira unilateral pelo Estado, inspirada nos interesses das grandes corporações empresariais, que operam na lógica do mercado e que financiam parte substancial dessas pesquisas.

Questiona-se assim a autonomia universitária, inclusive da Universidade Pública que, segundo muitos autores (CHAUI, 2003; INSEL, 2009, TRINDADE, 2000, SANTOS, 2008, dentre outros), apesar de tutelada pelo Estado, é comprometida com os interesses hegemônicos da economia globalizada, em detrimento de uma postura mais humanista e de um compromisso maior com as iniquidades sociais. Na prática, este viés mercadológico termina transformando o próprio conhecimento em mercadoria (INSEL, 2009), submetido a processo de gestão da produtividade, numa perspectiva competitiva, submetida a processos de avaliação (valoração) segundo indicadores de desempenho, que passam a medir e a classificar cada centro de pesquisa, cada país, cada pesquisador. A preocupação da academia se voltaria assim, para uma “metrologia” da ciência onde se determinam metas, cronogramas, hierarquia dos canais de submissão de trabalhos; diretivas de competitividade que terminam por regular a vida acadêmica.

Para Grégoire Chamayou (2009), nessa lógica produtivista que preside a modernização no plano da academia, perderam sentido os quatro valores fundamentais do *ethos* científico de Merton, que eram o universalismo, o comunalismo (considera a pesquisa como um bem público), o desinteresse e o ceticismo organizado (pesquisar sem a intenção de controle da verdade). Eis que a universidade e os institutos de pesquisa terminam por esquecer as formulações do desenvolvimento sustentável e passam a reforçar os modelos de modernização conservadora a que nos referimos acima, pautados pela lógica utilitarista e produtivista. Há pouco a se esperar da universidade no sentido de um desenvolvimento inclusivo.

Desigualdades sociais e desenvolvimento

O mapa mundial das desigualdades produzido pelas Nações Unidas indica que, enquanto em 1992, os 20% mais ricos abocanhavam 82,7%

das riquezas do mundo, em 2006, 85% dessas riquezas eram apropriadas apenas pelos 11% mais ricos. Mais grave ainda é constatar que em 2006, metade da população mundial dividia entre si apenas 1% da riqueza produzida em todo o mundo, enquanto a outra metade dividia (não de maneira igualitária) os 99% restantes. Como constata Simon Schwartzman (2004): *“a desigualdade de renda está crescendo tanto entre países como dentro deles”*.

Não podemos esquecer que a desigualdade de renda pode ser considerada a origem de todos os males sociais. De fato, segundo estudos comparativos numa perspectiva epidemiológica, realizados por Wilkinson and Pickett (2009), onde existem fortes desigualdades de renda, os indicadores sociais tendem a piorar todos ao mesmo tempo.

Em resumo, existe hoje um senso comum que nos diz que as desigualdades sociais têm repercussão direta nos indicadores de desenvolvimento, no acesso aos serviços sociais básicos (educação e saúde), à cultura, aos avanços da tecnologia. Tudo isso, segundo aqueles autores, *“causando muita ansiedade e tensão social, violência e criminalidade”*.

Não há dúvidas que um dos grandes objetivos de programas de desenvolvimento que visem reverter as condições de miséria de cerca de um bilhão de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema em todo o mundo deveria ter como objetivo central a redução das desigualdades ou seja, programas que visem reverter a tendência histórica, aumentando a participação dos mais pobres na renda e, em consequência, reduzindo a apropriação da riqueza pelos mais ricos.

Nesta perspectiva, é preciso considerar que não se trata apenas da boa vontade dos mais ricos em ceder o espaço para os mais pobres.

Para acrescentar um complicador a esse quadro que caracteriza as políticas de desenvolvimentos para os países periféricos, há que se dar atenção ao crescimento da importância das corporações empresariais no cenário do capitalismo. O controle das instituições dos países centrais se consolida nessa divisão de trabalho que determina, não apenas

o caráter suplementar das economias dos países periféricos, mas, também, os limites de renda dos estratos sociais mais pobres que se mantêm nesses países. E assim, se equilibrariam indefinidamente as assimetrias políticas e sociais que denunciam a inviabilidade do desenvolvimento dos países periféricos, sendo a pobreza e o subdesenvolvimento, parte do arranjo estrutural do próprio sistema capitalista

Os programas de desenvolvimento constatarem tacitamente a dependência entre a periferia e o centro da economia capitalista, mas dirigem suas estratégias para ações sem sustentabilidade, que se contentam em implementar projetos de assistência pontual para vencer as fragilidades dos segmentos menos competitivos da sociedade, que dificilmente terão condições de consolidar ações estruturais que produzam desenvolvimento sustentável. Enquanto os políticos e técnicos ficam falando durante décadas de um desenvolvimento que não vem, “o povo” e “os pobres” são usados para justificar projetos de *combate à pobreza e à exclusão social*. De uma maneira geral, esses projetos terminam por entusiasmar mais os profissionais e as instituições envolvidas do que beneficiar de maneira abrangente os chamados “públicos alvo”, cuja maioria politicamente passiva só se mobiliza quando os benefícios podem ser individualizados e se agregam às suas estratégias tradicionais de subsistência. É comum, por exemplo, que muitos projetos se esgotem na sua formulação e que o esforço gasto em consultas e reuniões para levantar informações, discutir opiniões, interesses, negociar e decidir coletivamente nunca consiga sair do papel, frustrando as comunidades e frequentemente os próprios profissionais envolvidos.

Na base política das contradições desenvolvimentistas apresentadas anteriormente, estaria assim uma divisão estrutural do sistema capitalista internacional, cujas raízes históricas estariam na formação do capitalismo moderno que se consolida nos anos que se seguem à segunda guerra mundial. As dependências financeiras, tecnológicas e mercadológicas dos países periféricos terminam por inibir a capacidade de investimento dos Estados que priorizam o equilíbrio fiscal,

aplicando prioritariamente os recursos poupados pela austeridade nos gastos públicos no pagamento do serviço da dívida³, em detrimento da dinâmica econômica e da redução do investimento na infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

O subdesenvolvimento como parte do arranjo estrutural

No conjunto dos argumentos apresentados até agora, é possível constatar que a modernização conservadora dos países periféricos como o Brasil, não é obra do acaso e não tem perspectiva concreta de ser revertida de maneira substancial numa visão historicamente situada. A modernização globalizada tem provocado desequilíbrios em todo o mundo, não apenas nos países subdesenvolvidos. Produtores de leite na Itália, submetidos a cotas de produção, são obrigados a reduzir seus rebanhos e seus ganhos em função do equilíbrio do mercado de laticínios integrado na Europa; agricultores portugueses abandonam o campo porque o mercado comum europeu inviabilizou sua produção diante dos concorrentes franceses, tecnologicamente mais aparelhados; barreiras comerciais são lançadas aqui e ali para proteger agricultores da falência de suas produções, numa demonstração clara que a modernização precisa ser controlada pela política para garantir o mínimo de regulação econômica e de justiça social.

Na era do conhecimento, quando os investimentos em pesquisa se traduzem em poder institucional e financeiro, com controle dos meios de produção e dos fluxos financeiros, os países já desenvolvidos, onde estão os centros acadêmicos mais importantes do mundo, terminam polarizando, não apenas os resultados dos avanços científicos, mas também as vantagens competitivas que garantem e ampliam as diferenças entre ricos e pobres, como já vimos acima.

3 Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano PNUD-2004 o serviço da dívida no Brasil consumiu em 2002, 11,4% do PIB e 68,9% das exportações

É importante reforçar aqui a correlação entre as referências liberais na política e na economia, articulando a reprodução da dependência no mundo globalizado regido pelo mercado, pelo conhecimento técnico, pela racionalidade instrumental. A apropriação e a difusão do saber científico, na era do conhecimento, refletem também o fato de que, a centralização do conhecimento e do progresso técnico, além de garantir os lucros dos países mais desenvolvidos e das corporações que financiam as pesquisas em decorrência do pagamento dos direitos internacionais de propriedade intelectual, reforçam a dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos que tentam se modernizar usando essas tecnologias.

Essa situação de dependência histórica representa uma divisão estrutural do sistema capitalista internacional, cujas raízes históricas estão em formas de dependência financeira, tecnológica e mercadológica, que inibem a lucratividade e a capacidade de investimento da iniciativa privada e dos Estados que priorizam o equilíbrio fiscal, aplicando, prioritariamente, os recursos poupados pela austeridade nos gastos públicos no pagamento do serviço da dívida, que no Brasil representa, neste início de 2011, cerca de R\$ 1,6 trilhões.

Essas referências estruturais do subdesenvolvimento revelam que o baixo desenvolvimento dos países periféricos não é apenas uma questão de “boa governança” e de projetos racionalmente planejados e implantados. Entre os bens sucedidos planos de recuperação dos países europeus do pós-guerra e as lutas dos países do terceiro mundo para se incorporar à modernização, há uma distância que não pode ser compreendida apenas pela competência das classes dirigentes e pela decalagem da estrutura produtiva. O plano Marshall visava recompor o núcleo central do sistema capitalista. No caso dos países subdesenvolvidos, o desenvolvimentismo tinha um caráter político e econômico diferente. Na prática, a função dos países periféricos no sistema capitalista parece fundamental, mas, apenas subsidiariamente, como linha auxiliar garan-

tindo as fontes de matérias primas, ao mesmo tempo em que se constitui um nicho consumidor de linhas de produtos de baixa qualidade. Da mesma forma, sobretudo no processo de industrialização para substituição de importações, esses países se constituem espaço para transferência de plantas industriais já amortizadas na contabilidade dos países de origem e suficientemente obsoletas para perpetuarem o atraso estrutural e a dependência tecnológica.

A livre concorrência que legitima uma das mais importantes instituições da atualidade, a Organização Mundial do Comércio, pouco tem contribuído para a mudança desse quadro de dependência estrutural. Para caracterizar a relação desigual com relação à política econômica dos países ricos e as condições comerciais impostas aos países pobres.⁴

Essa estrutura consolidada e hierarquizada do sistema econômico internacional é atualmente mais concentrada do que pode parecer: os 20 países mais ricos do mundo, com 13,6% da população mundial, concentram sozinhos mais de 76% do Produto Mundial Bruto. Treze desses países estão entre os quinze mais competitivos do mundo, demonstrando que as relações de mercado tendem mais a consolidar do que a alterar o quadro de dependência.

Como já nos referimos anteriormente, a limitação dos programas para os países em desenvolvimento⁵, para gerar resultados abrangentes e sustentáveis, têm poucos efetivos para mudar essa dependência estrutural entre a periferia e o centro da economia capitalista. As estratégias de desenvolvimento estão comumente focadas em projetos piloto, com abrangência pontual e foco em segmentos populacionais e setores menos competitivos, e dificilmente teriam condições de consolidar ações estruturais que produzam desenvolvimento sustentável e reduzam a dependência.

4 Jornal Folha de São Paulo do dia 29 de janeiro de 2005.

5 Eufemismo para substituir outros conceitos depreciativos como países do terceiro mundo, países subdesenvolvidos.

Assim, no Brasil, enquanto o cotidiano das populações mais pobres se orienta na luta para atender às necessidades básicas de subsistência, as políticas governamentais se concentram sobre as metas de crescimento econômico. Essas metas, quase sempre, estão associadas a grandes projetos empresariais, dos quais se esperam as saídas para o crescimento da economia e do emprego, bases de lançamento dos chamados ciclos virtuosos do desenvolvimento. Essas imagens do empreendedorismo procuram associar assim a superação das carências das condições materiais de subsistência à megalomania e à sofisticação de grandes empreendimentos de iniciativa governamentais e empresariais.

Os pobres, não obstante, se incluem nessa equação, sejam como demandantes de empregos na expectativa de uma revolução econômica que gere (conforme promessas eleitorais) 10 milhões de novos empregos, seja como consumidores de última categoria, clientes dos modelos genéricos que imitam as grifes da moda e estão ao alcance de toda a população, mesmo nas pequenas localidades rurais, antes protegidas pela fragilidade dos meios de comunicação.

Na prática, é interesse do sistema econômico incluir esses segmentos mais pobres da população como parte do seu mercado, mesmo que seja de segunda categoria, consumidores de produtos de baixo preço e de baixa qualidade, mas que podem se revelar lucrativos pelo baixo custo de produção e de comercialização, associados à alta rotatividade. Um nicho de mercado, por exemplo, que se constitui um dos principais núcleos da nova economia chinesa e que cresce mimetizando os hábitos dos consumidores de primeira linha com produtos de segunda qualidade. O custo marginal dessa qualidade corresponde à redução do preço que vai desde pequenas variantes para venda à classe média, até imitações baratas de relógios de renome internacional, de roupas de grife vendidas a 10% do valor do original.

Ópio das massas, a mística simbólica do consumo que atinge as classes sociais mais necessitadas torna-se uma forma perversa de inclusão

social, que prioriza gastos em produtos de moda, eletrodomésticos e outros itens de menor importância numa estrutura de vida mais saudável. Neste contexto, quanto mais modernos são os canais de informação sobre o modo de vida dos mais ricos, mais intensas se tornam as demandas dos segmentos mais pobres, mesmo às custas dos juros extorsivos dos crediários de longo prazo.

Do ponto de vista político, a análise pode demonstrar que não é tão estranho que muitos projetos de inclusão social possam reforçar expectativas de ascensão social dos mais pobres e modelar o seu consumo pelos padrões das classes mais privilegiadas. Quando a cobrança do débito da sociedade para com as classes mais pobres se faz sem um sólido embasamento político e sem uma consciência social na base, corre-se o risco de aumentar a alienação que se constitui na identificação das populações mais pobres com as classes sociais mais privilegiadas. A largueza dos recursos públicos sob o domínio dos políticos e dos grandes projetos empresariais, quando comparados aos miseráveis orçamentos familiares, associa a opulência e associa o imaginário reprimido aos sonhos de superação da miséria pelo desenvolvimento.

Da mesma forma, como os segmentos mais pobres da população, os favelados, os moradores de rua estão incluídos nos sistemas econômicos caracterizados pelas assimetrias sociais, conforme já se argumentou nas páginas anteriores, os países subdesenvolvidos encontram-se estruturalmente incluídos no sistema econômico internacional. A relação entre os países centrais, desenvolvidos e os países periféricos, subdesenvolvidos, corresponde a uma divisão de papéis entre produtores e exportadores de tecnologias e de bens industriais de um lado e exportadores de matérias primas do outro, que pouco tem mudado nos últimos anos, sedimentando uma relação de dependência estrutural, que não se reverteu durante todo o decorrer do século XX, apesar dos esforços de industrialização e do grande investimento que foi realizado às custas de um endividamento que, agora, aprisiona essas economias subsidiárias ao

capitalismo financeiro, sob controle das grandes corporações nacionais e internacionais.

A nova fase da economia brasileira

O crescimento da economia dos anos noventa até 2003, com o PIB oscilando com taxas baixíssimas e picos superiores a 4% (1994, 1995, 2000, 2005), parece assumir um ciclo virtuoso em 2007 e 2008, para cair para 0,2% negativos por conta da crise da economia mundial, mas retoma o ciclo anterior em 2010, com 7,5% (medido sobre o baixo PIB de 2009), numa expectativa positiva de crescimento superior a 5% para o próximo quadriênio.

Do ponto de vista da geração de emprego, a atual política econômica tem chamado a atenção pra um crescimento diferenciado a partir da retomada econômica de 2010, associando os mecanismos de renda direta com um crescimento da massa salarial, o que resultou em um crescimento significativo do mercado interno. Essa expectativa de crescimento econômico baseado no incremento do mercado interno⁶, puxado pelo crescimento do emprego e pela melhoria dos níveis salariais, tem respaldo nos números oficiais.

Conforme dados do Ipeadata⁷, o poder de compra da população, que havia crescido de maneira acelerada com o advento do plano real em 1995 e caído seguidamente de 1999 até 2003, se recupera progressivamente a partir de 2004 até os dias de hoje, retomando os níveis alcançados entre 1996 e 1998, conforme se pode constatar no gráfico 01 apresentado abaixo.

6 Segundo o Ministério da Fazenda, o crescimento do poder de compra da população pode ser constatado pelo crescimento da classe C, aumentando de 95 milhões de consumidores em 2009 (50% da população) para 113 milhões em 2014 (56%).

7 <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

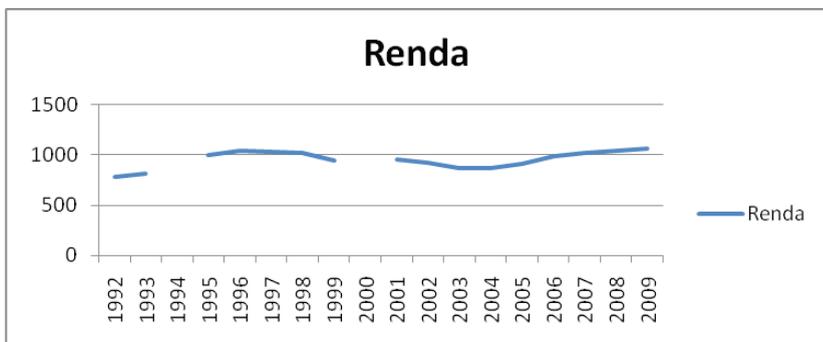


Gráfico 01 - Renda do trabalho

Da mesma forma, segundo a mesma fonte, o salário mínimo real no Brasil tem crescido de forma regular desde 1995 com a estabilização da moeda até os dias de hoje, de R\$ 360,00 até os atuais R\$ 545,00.

O rendimento do trabalho também cresceu cerca de 11%, de 2005 até final de 2010, revelando um aumento real da renda do trabalhador.

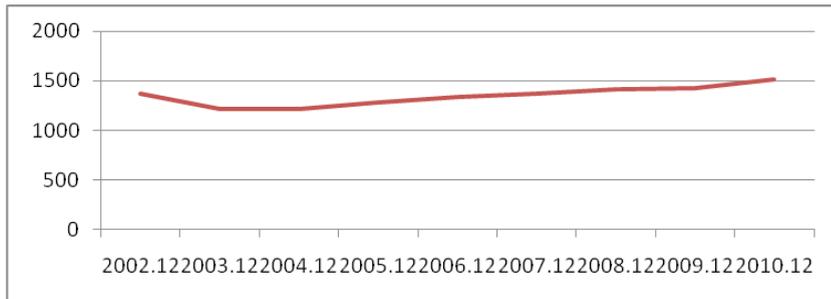


Gráfico 2 - Rendimento real do trabalho nas regiões metropolitanas

Para completar uma visão do conjunto das novas tendências da economia brasileira, os dados do IPEA revelam que o desemprego nas regiões metropolitanas tem caído sistematicamente desde 2002, registrando em dezembro de 2010 (5,3%) a metade do que havia sido registrado em dezembro de 2002 (10,5%).

Os números da UNESCO⁸ confirmam esta tendência de melhora das condições de vida da população brasileira à medida que considera, com base em seus dados estatísticos, que dos 35% da população brasileira que eram considerados pobres em 2003, apenas 24% continuavam nesta situação em 2008.

Não há dúvidas de que todos os indicadores apontam para uma tendência positiva da economia brasileira nos dias atuais, mas é preciso considerar que o momento positivo da economia mundial nos anos que precederam a crise de 2009 parece ter sido melhor aproveitado pelos países da Ásia do que pelos da América Latina, conforme se pode ver na tabela abaixo.

CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA⁹.

	América Latina (maiores países)	Países Asiáticos Dinâmicos
1951-1980	2,61	3,98
1981-2007	1,11	4,99

Fonte: Penn Table 6.3 Agosto (2009)

Não há dúvidas que a tendência histórica de crescimento dos países asiáticos tem sido historicamente muito maior do que os da nossa região, sobretudo pelos investimentos em educação que se refletem nos níveis de produtividade da mão de obra.

No caso brasileiro, há uma grande expectativa que a modernização e o crescimento econômico, mesmo sem as condições de um “Estado

8 <http://www.unesco.org/pt/brasil/social-and-human-sciences-in-brazil/poverty-reduction-in-brazil/>

9 Maiores países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia México, Peru e Venezuela; países asiáticos dinâmicos: China, Índia, Indonésia, Vietnam, Coréia do Sul, Tailândia, Taiwan, Malásia, Singapura

do bem-estar social” e do fortalecimento da sociedade civil como contraponto das relações produtivas, possam funcionar como motores para geração de emprego e renda, como resposta objetiva à inclusão social. Mas isso não é evidente.

Com os investimentos em industrialização concentrados em produtos de alta tecnologia e com a condicionante do crescente do emprego de mão de obra qualificada em um país de reconhecido analfabetismo funcional, os resultados do crescimento econômico podem estar longe de representar desenvolvimento inclusivo. Considere-se o grande contingente de trabalhadores dispensados de uma agricultura, cada dia mais mecanizada, com grandes dificuldades de conseguir trabalho vivendo em favelas. Poucos setores como o da construção civil têm conseguido abrigar esse contingente de trabalhadores não qualificados, mas sua dinâmica depende muito do mercado imobiliário, condicionado ao crescimento dos meios de financiamentos, sempre objeto das políticas monetárias de controle inflacionário.

Desta forma, não fica claro que a estabilidade e o crescimento da economia sejam uma tendência permanente, particularmente em uma economia como a nossa que continua dependente de investimentos internacionais, da importação sistemática de conhecimento científico e avanços tecnológicos, da exportação de produtos primários.

O mesmo comunicado da UNESCO, citado acima, considera que a evolução positiva na redução do número de pobres¹⁰ não é determinante na redução da pobreza.

“a pobreza não é relacionada somente à falta de recursos, mas engloba diversos elementos como a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência, a discriminação, a ausência de dignidade, etc.”

10 Consideram-se pobres pessoas com renda inferior a meio salário mínimo, algo em torno de 250 reais por pessoa/mês.

Os nossos indicadores caracterizam a precariedade das condições estruturais para uma situação de partida na direção do desenvolvimento sustentável. Por mais que o nosso PIB seja significativo no conjunto das economias mundiais, continuamos um país pobre em saúde e educação com um IDH de 0,81 e uma enorme desigualdade de renda (Gini de 0,55). Somos o 10º país mais desigual do mundo entre os 182 catalogados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, publicado pelo PNUD. As desigualdades continuam enormes. O mesmo relatório indica que, no Brasil, o poder de compra dos 10% mais ricos é mais de 40 vezes o poder de compra dos 10% mais pobres, demonstrando com clareza que o maior esforço da industrialização ainda é o mercado das elites.

Neste cenário, assistimos nos dias de hoje a todos os tipos de tragédias das desigualdades sociais caracterizadas pela impotência do Estado em controlar a crescente violência urbana, associada ao crime organizado e ao tráfico de drogas, agravada pela falta de estrutura urbana e pela ocupação desordenada dos espaços urbanos cujos resultados mais visíveis têm sido enchentes e deslizamentos de barreiras, que hoje afetam incontáveis famílias de todas as classes sociais.

Os governantes e suas políticas públicas parecem alheios ao caos do cotidiano da população, concentrados em decisões que envolvem investimentos de grande porte, quase sempre associados a mega-projetos da iniciativa privada e ao crescimento econômico. Tudo indica que estamos de volta aos modelos de crescimento econômico e modernização conservadora a que já nos referimos neste texto. Mais uma vez, passamos ao largo de um projeto nacional de desenvolvimento humano e sustentável.

Este alerta não é de agora. Num artigo publicado em 2004, um dos intelectuais mais caros ao Partido dos Trabalhadores, o economista Carlos Lessa, demitido da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social pelas suas discordâncias sobre as orientações da política econômica do governo Lula, dá sua interpretação ao pacto

político que tem dado suporte ao atual modelo de política econômica.

“O grande capital financeiro, aqui reproduzido, estabeleceu as regras de sua própria internacionalização. Por força dos mecanismos de dolarização criados a seu favor pela elite do dinheiro dominante, a crise social é amplificada pela retração do setor produtivo e do trabalho. Tal internacionalização financeira, com taxas básicas de juros reais nos níveis mais extravagantes do mundo e com uma política fiscal contracionista e sufocante, agrava recorrentemente a crise social.”¹¹

Ainda no início do ano de 2011, sete anos depois desse desabafo de Lessa, os limites dessa política começam a aparecer à medida que as reservas cambiais brasileiras, aplicadas no mercado internacional a valores insignificantes e a financiadas por títulos públicos a um custo superior a 10% ao ano, atingem 300 bilhões de dólares.

Do ponto de vista da competição internacional, o empresariado nacional através da FIESP alerta (Folha de São Paulo 05/02/2011) para os riscos de desindustrialização face às dificuldades competitivas das indústrias brasileiras, uma vez que “há muita transferência de indústrias para a Ásia, que fecham aqui e abrem ou terceirizam para lá, produzindo igual produto, com o mesmo design.” Isto decorre, segundo afirma no mesmo caderno o professor Antônio Correa de Lacerda¹², de outros fatores de política econômica, como a “valorização do real, aliada aos fatores de competitividade sistêmica desfavoráveis” e gera emprego e renda em outros países, o que, segundo ele “*pode ser uma solução para a empresa, sob o ponto de vista microeconômico, mas se trata de um processo pernicioso e insustentável em larga escala para o país*”.

Este processo, guardadas as proporções, tem semelhanças com a transferência de plantas industriais dos países desenvolvidos para a periferia do sistema capitalista, motivadas por mão de obra mais barata

11 O destino dos brasileiros, artigo publicado na Folha de São Paulo 9/01/2004

12 Economista, doutor pelo IE/Unicamp, professor da PUC-SP e da Fundação Dom Cabral

e por controle político mais rígido. No caso atual, ponderem-se também índices de crescimento mais acelerados dos países asiáticos, conforme já nos referimos acima.

Mesmo tendo crescido a taxas de 7,5% em 2010, as importações brasileiras cresceram 40%, o que revela que “*estamos perdendo valor agregado local, com o crescimento exponencial das importações, e deixando de exportar produtos mais sofisticados, ampliando nossa dependência tecnológica, produtiva e financeira*”, segundo a mesma fonte.

Momento econômico incerto em todas as economias globalizadas não nos permite nenhuma indicação clara que estamos no limiar do desenvolvimento com que tanto sonhamos. Ainda somos um País de grandes desigualdades sociais e o crescimento da nossa economia se produz neste movimento pendular entre os interesses das elites nacionais e os movimentos de capital no mercado internacional.

Pernambuco e a Zona da Mata

Diante de todo esse quadro de novas expectativas e de muitos desequilíbrios, como anda a situação da Zona da Mata de Pernambuco, objeto central deste livro? Os autores que me seguem vão detalhar essa questão com relação a variáveis ambientais, aos processos agrícolas e industriais, aos movimentos da sociedade civil e à cultura.

Para iniciar, parece oportuno traçar algumas referências mais gerais do quadro socioeconômico da região, com o objetivo de contextualizar as perspectivas desenvolvimentistas e modernizantes que implicam as variáveis estudadas em seguida.

Do ponto de vista geopolítico, a Zona da Mata de Pernambuco é composta de 43 municípios, ocupando um espaço de 8.738 km², menos de 10% da superfície do Estado, e uma população da ordem de 1,2

milhões de pessoas, ou seja, cerca de 16% da população do Estado.

Embora detenha a área mais fértil do Estado, o PIB da Zona da Mata de Pernambuco representa pouco mais de 5% do PIB do Estado e cresceu, segundo a Agência CONDEPE-FIDEM,¹³ entre 1999 e 2008, na mesma proporção que o PIB do Estado; não obstante o PIB per capita tenha crescido menos (90% do que cresceu no Estado), o que revela um empobrecimento relativo da Região.

De fato, embora tenha havido uma modernização consistente nas usinas remanescentes da crise do setor açucareiro do Estado, conforme detalha Abraham Sicsu em capítulo deste livro, o setor sucroalcooleiro da Zona da Mata de Pernambuco, ocupando cerca de 450 mil hectares de área cultivada, que já chegou a empregar cerca de 200 mil trabalhadores em período de safra, hoje tem pouco mais de 50 mil trabalhadores formais na agricultura e no setor de alimento, onde se concentra a cana de açúcar, ou seja, um quarto de todos os empregos formais da região, conforme apresentado por Policarpo Lima em outro capítulo deste livro.

Para caracterizar a precariedade da situação socioeconômica da Zona da Mata de Pernambuco, que, outrora, já foi a economia mais promissora do Estado, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) não economiza adjetivos negativos¹⁴

“A Zona da Mata de Pernambuco apresenta um quadro socioambiental que evidencia a pobreza e a falta de oportunidades que afetam a vida das pessoas, associadas a um ambiente natural degradado. Esse quadro tem raízes históricas na monocultura da cana de açúcar, aliada ao uso desordenado dos recursos naturais e à falta de investimentos no desenvolvimento humano”.

“A monocultura da cana de açúcar, outrora o sistema produtivo dominante, contribuiu muito para a redução da Mata Atlântica

13 http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1557.63

14 http://www.promata.pe.gov.br/internas/zona_mata/visao_geral.aspx

e seus ecossistemas associados, levando à extinção de inúmeras espécies, além do empobrecimento do solo. Além disso, a liberação de resíduos da industrialização da cana, a aplicação indiscriminada de agrotóxicos e a queima dos canaviais previamente ao corte ainda são problemas que merecem atenção ambiental”.

“Associados a esse quadro, outros problemas vêm agravando as condições de vida da população local, a exemplo das seguintes questões: poluição dos recursos hídricos por lançamento de efluentes domésticos e industriais; atendimento precário à demanda de serviços básicos de saúde, educação e, sobretudo, infraestrutura urbana, em especial o saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento inadequado dos resíduos sólidos), além da inadequação e ineficiência econômica, promotora do desemprego e baixo nível de renda na região.”

Vale ressaltar que O PROMATA é uma fonte oficial uma vez que o programa, constituído pelo Governo do Estado com base em um contrato de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento em julho de 2002, não teria por que pintar negativamente as já conhecidas fragilidades dessa mesorregião.

Mais de que em outros lugares, os contrapontos entre as estratégias ditas desenvolvimentistas e a caracterização de processos que podem ser considerados de modernização conservadora justificam uma discussão em profundidade entre nós.

De fato, desde o início dos anos 90, quando se começa a repensar o desenvolvimento da região, a crise do setor sucroalcooleiro da Zona da Mata nordestina já era praticamente irreversível e poucas usinas tinham condições de se manter saudáveis num mercado cada vez mais competitivo, com rendimento agrícola um terço mais baixo do que o do Sudeste e custo de produção uma vez e meia mais alto. Do ponto de vista financeiro, o quadro era mais grave ainda, já que o débito só com o Banco do Brasil era maior do que o patrimônio total de muitas empresas, comprometendo as terras e o parque industrial, em muitos casos, já sucateado.

Essa crise poderia ter sido a melhor oportunidade que o poder público jamais teve, em cinco séculos de monocultura e latifúndio, para realizar a grande transformação socioeconômica da região. Uma solução economicamente viável, socialmente justa e politicamente correta; respondendo a uma pressão social cada vez mais explosiva, no caldeirão dos bolsões de miséria nas periferias das cidades da região. Grandes áreas de terras de cultivo de cana de açúcar poderiam ter sido enquadradas como improdutivas, pelos índices do INCRA. Bastaria desapropriá-las por ato irrecorrível do Presidente da República, numa operação casada com a execução das dívidas pelo Banco do Brasil e dos débitos trabalhistas. Um terço da área agrícola da cana estaria à disposição da reforma agrária; os credores teriam a chance de disputar judicialmente com os proprietários os Títulos da Dívida Agrária da desapropriação. Os trabalhadores, o Banco do Brasil e os demais credores, sem expectativas de receber seus créditos em longos processos de falência, iriam preferir os litígios sobre títulos públicos, sem as implicações patrimoniais de um bem de raiz, associado à família, à produção e ao emprego.

Essa estratégia transformaria a fisionomia da região, trocando o latifúndio improdutivo pela presença massiva da agricultura familiar, economicamente dinâmica e socialmente mais justa. O poder público teria assim todos os ingredientes do bolo: terra penhorada ao poder público, trabalhadores desempregados, recursos públicos, tecnologia para diversificação produtiva com rendimento muitas vezes superior ao da cana, como é o caso das flores tropicais, da fruticultura, da pecuária, do turismo rural. A agricultura familiar se expandiria rapidamente na Região como uma força dinâmica para economia, a exemplo do que ocorre com os perímetros irrigados, quebrando o ciclo de estagnação da economia canavieira, cuja sobrevida terminal se alimentou sempre de subsídios à propriedade da terra que, mesmo penhorada, sempre serviu para drenar recursos públicos. Mas, infelizmente, essa não foi a alternativa escolhida, conforme podemos ver nos textos apresentados neste livro.

Em muitas ocasiões as alternativas encontradas para a economia da região pareceram desconhecer minimamente que é desse solo que precisam viver mais de um milhão de pessoas que, direta ou indiretamente, têm suas vidas vinculadas a atividades agrícolas. A insensatez dos proprietários de terra chegou a imaginar que a solução para a região seria a implantação de florestas (borracha, pinos e bambu) sem considerar o desemprego de milhares de trabalhadores que vivem, mesmo miseravelmente, da cana de açúcar. O perverso dessa proposta poderia ser caracterizado por uma reflexão de Ignacy Sachs, num café da manhã, em uma das suas passagens por Recife:

“... apesar da grande lucratividade do capital aplicado neste tipo de cultura florestal, o empreendimento seria deficitário pelo custo das milícias armadas que seriam necessárias para controlar a marginalidade da população desempregada da cana de açúcar”

Muitas foram as iniciativas para sair da crise, mas a realidade ainda é limitada quando falamos de desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco. Nos capítulos que se seguem, o leitor poderá compreender as nuances dessa situação, os sucessos e os percalços sofridos. A pretensão dos autores desse livro não poderia ser esgotar o debate, mas apresentá-lo de maneira aberta para ampliar as reflexões sobre o futuro de uma região tão sofrida, mesmo sendo o melhor solo da região.

No **capítulo 2**, Gerson Victor e Sérgio Buarque fazem uma análise das estratégias de desenvolvimento que se aplicaram à Zona da Mata de Pernambuco, dentro das condições estruturais existentes e considerando as tendências de transformação do contexto externo à região. Essas análises procuram provocar novos questionamentos e reflexões sobre uma estratégia adequada de desenvolvimento para a região, tendo em vista a contribuição dos programas, diferentes estudos e análises já realizados como insumos para novas iniciativas e políticas públicas necessárias para enfrentar os estrangulamentos e aproveitar as potencialidades da Região.

No **capítulo 3**, Ivan Vieira Melo, Fernanda Calumby Fernandes e Cecília Barreto Monteiro, partindo das referências conceituais de equilíbrio ambiental e de sustentabilidade, colocam a questão ambiental como um contraponto fundamental entre o desenvolvimento sustentável e as práticas tradicionais da exploração canavieira na Zona da mata de Pernambuco, considerando o surgimento das políticas públicas mais ousadas com foco nas diferenças entre o agronegócio e a agricultura familiar. Esse olhar parece importante para a compreensão dos capítulos que seguem, abordando as questões agrícolas e industriais.

No **capítulo 4**, João Policarpo Lima examina o panorama atual das atividades econômicas da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar processos de mudança e de continuidade, bem como de buscar possíveis explicações para tais tendências que possam levar a melhorias nos padrões sabidamente insatisfatórios de qualidade de vida da sua população. Considera que o espaço da Zona da Mata é objeto do processo de acumulação de capital, concentrado na agroindústria da cana, havendo momentos de expansão e de retração em função dos movimentos de seus mercados, particularmente do mercado internacional. Ao lado disso, observa ainda a valorização de capital em alguns espaços urbanos da região, atraídos pelas facilidades da política estadual de incentivos fiscais, tendo ainda o Complexo Industrial Portuário de S como forte indutor de novos investimentos, que se localizam em cidades próximas e que tendem a provocar mudanças qualitativas na base econômica da região.

No **capítulo 5**, Abraham Sicsú, Sérgio Kelner Silveira e Syllas Ferreira vão estudar o comportamento da indústria sucroalcooleira de Pernambuco, tomando como referencial as unidades industriais em operação no Estado, para analisar o desempenho médio do segmento. Em suas análises eles mostram que o aumento de produtividade no campo e na indústria tende a ser uma das únicas saídas viáveis para a sustentação do setor, já que as perspectivas de ampliação das áreas plantadas são muito limitadas.

Consideram, no entanto que esses aumentos de produtividade dependem substancialmente da modernização tecnológica e de maiores investimentos. Com o foco na produtividade industrial e nas taxas de processamento horário de cana e de utilização temporal das instalações, ao longo das últimas cinco safras, as análises indicam que os níveis de produção e a eficiência do parque instalado têm melhorado no Estado em função de mudanças nos métodos de gestão e do uso adequado da tecnologia, no contraponto do fechamento das unidades menos eficientes.

No **capítulo 6**, Christine Rufino Dabat e Maria do Socorro de Abreu e Lima trazem uma visão histórica sobre movimentos sociais da Zona da Mata, apresentando, na segunda parte do texto, um conjunto de questões de grande importância para o enquadramento da situação político-social da região, levantadas a partir de entrevistas realizadas com lideranças e assessores de algumas organizações com marcante atuação nos movimentos sindicais e associativos da Zona da Mata. A partir de reflexões e análises das autoras sobre esses temas, o texto busca situar o pensamento desses atores, suas preocupações, reflexões e críticas a respeito das mudanças levadas a efeito, bem como sobre a situação atual vivida pelos trabalhadores na região.

No **capítulo 7**, Bartira Ferraz trabalha os indicadores culturais da Região, apresentando um levantamento do patrimônio cultural, das políticas públicas e projetos em desenvolvimento, e da rica produtividade das populações urbanas e rural, inclusive com referências a particularidades menos conhecidas, que, por alteração das práticas tradicionais ou mesmo por desaparecimento ficaram sem registro ou ainda não foram estudadas. O texto dá uma visão de conjunto do patrimônio material, tangível e do imaterial e intangível da Zona da Mata de Pernambuco, enfocando a produção cultural, de arte e do artesanato, o patrimônio natural e construído, o turismo, o ecoturismo, festas, o folclore e a religiosidade, elencando projetos institucionais e de pontos de cultura, em funcionamento entre 2000 e 2010.

BIBLIOGRAFIA

ARBIX, Glauco; Mauro Zilbovicius; Ricardo Abramovay. Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo, Editora UNESP-EDUSP , 2001.

CAILLÉ, Alain. Critique de la raison utilitaire. Paris, La decouverte, 1989.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24 pp. 5-15 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento. São Paulo, Paz e Terra. 1996

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977

INSEL, Ahned. Publish or Perish! La submission formelle de La cannaissance au capital. In Université em crise. Mort ou resurrection? Revue du MAUSS No 33. 1e semestre 2009. P. 109 – 121.

MOORE JUNIOR, B. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

RIVERO, Oswaldo. O Mito do Desenvolvimento. Os Países inviáveis do século XXI. Petrópolis, Editora Vozes 2002.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. Revista Estudos Avançados vol. 18nº 51 São Paulo, 2004.

SANTOS. Boaventura de Souza, ALEMEIDA FILHO, Neomar. A universidade no século XXI. Por uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo. Editora Cortez. 2008.

SAYAD, João. Folha de São Paulo 27/09/2004. - jsayad@attglobal.net

SCHWARTSMAN, Simon. Pobreza, Exclusão Social e Modernização. São Paulo, Augurium Editora, 2004.

TRINDADE, Hélio. Saber e poder: dilemas da universidade brasileira. Estud.

av. , São Paulo, v. 14, n. 40, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>

WILKINSON, Richard and PICKETT, Kate. *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always do Better*. UK, Penguin, 2009.

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Gerson Victor e Sérgio Buarque

O setor sucroalcooleiro permanece ainda como a principal atividade econômica, geradora de renda e ocupação na Zona da Mata. O maior absorvedor de mão de obra de Pernambuco tem também a característica de desempregar a maior parte desses trabalhadores na entressafra. Com alto índice de desemprego sazonal, Programas governamentais, como o “Chapéu de Palha” do Governo do Estado, tentam diminuir os efeitos dessa sazonalidade.

A permanência da importância da economia sucroalcooleira é acompanhada pelo avanço relativo e limitado de outras atividades econômicas, como a cultura da banana (principalmente na Mata Norte), pecuária de corte e de leite, inhame, avicultura, além das atividades caracteristicamente urbanas de comércio, administração pública e outros serviços, que ganharam importância na mesorregião, principalmente em municípios como Goiana, Timbaúba, Carpina, Nazaré, Vitória, Escada, Palmares e Barreiros.

A história mais recente desse domínio da cana passou pelo apoio do Governo Federal através do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, que até a sua extinção, em 1990, desempenhou um papel de proteção para os produtores de açúcar e de álcool, de maneira especial para os do nordeste, que apresentavam condições naturais mais desfavoráveis de

competição com os do Sudeste. Em Pernambuco, essa proteção, se por um lado diminuiu a velocidade da desativação de grande parte das usinas em crise permanente, por outro gerou acomodação para a busca por melhores índices de eficiência agrícola e industrial para o conjunto das empresas. Isso não impediu que houvesse, ao longo da segunda metade do século XX, um processo constante de diminuição do número de unidades industriais com a concentração da produção.

Esse processo contou inclusive com o estímulo do governo federal através de programa específico de apoio à fusão e incorporação de unidades industriais. No sentido contrário à crise permanente vivida pelo negócio do açúcar, o setor contou ainda com o alento do PROALCOOL, programa do governo federal que estabeleceu incentivos à produção de álcool e ajudou a consolidar a utilização do álcool como combustível alternativo aos derivados do petróleo no Brasil.

Esse caminho, seguido pela atividade econômica mais importante da Zona da Mata, sofre uma mudança importante com a extinção do IAA, no início dos anos 90. A ausência dos mecanismos de proteção leva a um aprofundamento do processo de concentração da produção industrial, caindo, na atualidade, quase pela metade o número de usinas em funcionamento, comparando-se com aquela data (na safra 2009/2010 apenas 22 unidades industriais estiveram em atividade).

Como a produção de cana não se modificou significativamente, houve uma concentração da produção industrial além da indicação de modernização de técnicas de produção e adoção de práticas gerenciais mais avançadas por algumas empresas. Uma vantagem competitiva que tem a atividade sucroalcooleira da Zona da Mata de Pernambuco é a da localização das usinas a uma distância média muito menor do porto, comparando com as regiões produtoras do Sudeste e do Centro Oeste. Isso se reflete num menor custo de embarque dos produtos e contribui para que ainda seja considerada competitiva essa área de produção, do ponto de vista internacional.

No fundamental, a Zona da Mata de Pernambuco é uma região com grandes **vantagens competitivas**, contando com recursos hídricos, infra-estrutura satisfatória e diferenciada, além da proximidade da RMR e dos centros de pesquisa do Estado. Por outro lado, mesmo com falências e movimentos de diversificação e, apesar da defasagem competitiva em relação a São Paulo e, em menor medida, a Alagoas, o **setor sucroalcooleiro continua predominando** na economia pernambucana. Ao contrário do Estado de Alagoas, o setor sucroalcooleiro pernambucano tem uma predominância de produção de açúcar. Na verdade, a diversificação produtiva tem sido limitada, mesmo com alguns incentivos, refletindo uma cultura consolidada de cultivo e de mercado da cana-de-açúcar e dos seus derivados.

A baixa competitividade da economia sucroalcooleira pernambucana levou a falências de usinas e engenhos pernambucanos, ao mesmo tempo em que houve parcial processo de reestruturação e modernização de parte das empresas e empresários mais qualificados; uma nova geração de jovens empreendedores está atuando no setor sucroalcooleiro pernambucano.

Em termos sociais, a Zona da Mata de Pernambuco continua tendo baixos indicadores sociais e qualidade de vida inferior à média do Estado e de outras regiões. A esta situação social se agregam os graves problemas ambientais e urbanos, convivendo com o assoreamento e a poluição dos rios, que tem levado a dramáticas tragédias como as enchentes da região.

Outro aspecto do processo sócio-econômico-ambiental vivido pela mesorregião a partir da segunda metade do século XX é representado pelo avanço das relações trabalhistas formais, do sindicalismo rural, acompanhado pela saída/expulsão (nem sempre pacífica) dos trabalhadores do meio rural e a concentração dessa população mais pobre nas cidades e vilas com a conseqüente “favelização” desses núcleos urbanos, que passaram a enfrentar problemas que até então não conheciam, típi-

cos de metrópoles, como aumento da violência, do tráfico de drogas e da prostituição, inclusive infantil. Esses municípios enfrentaram também um aumento da pressão dessa população por acesso a serviços básicos de educação, saúde, habitação (água/esgoto/energia elétrica) e ocupação produtiva.

Essa concentração da população nos núcleos urbanos que cria essas novas pressões e problemas para os municípios significa também outras mudanças nas vidas dessas pessoas, como a saída do isolamento do mundo rural, do controle exercido pela violência explícita ou latente dos capatazes, administradores e vigias/capangas dos engenhos/usinas, o abandono do esquema de exploração dos “barracões”, substituídos pelos mercadinhos ou supermercados das cidades e vilas.

Mesmo com deficiência e baixa qualidade, a vida na cidade permitiu o acesso aos serviços públicos, melhor que a total ausência destes serviços na zona rural; a cidade também oferece possibilidades maiores de acomodação diante das oportunidades de terem acesso a ocupações, mesmo mal remuneradas no meio urbano, ou à ascensão social quando conseguem aproveitar as poucas oportunidades de elevação do nível de renda pela melhoria da educação formal.

Do ponto de vista ambiental esse período que marca o avanço da cana sobre as terras ainda não ocupadas com a cultura (matas remanescentes, outras culturas ou sem utilização agrícola), com impactos significativos sobre o que havia restado de fauna e flora, marca também a adoção generalizada da queima da palha da cana como prática para facilitar a colheita (até àquela época, a queima era apontada como sabotagem pelos proprietários rurais). É significativo dessa época a intensificação da poluição dos cursos d'água com o aumento da destruição da fauna e da flora com o derrame de resíduos industriais e de fertilizantes. A utilização indiscriminada das várzeas, encostas e das partes de cima dos morros para a plantação de cana com baixa produtividade, levaram ao atual quadro de degradação ambiental com o assoreamento dos rios

e o agravamento crescente do fenômeno natural das enchentes, levando à destruição periódica de grande parte dos equipamentos urbanos e rurais, com a conseqüente perda de vidas e de patrimônios, principalmente da população de menor renda.

O crescimento da população nas cidades e vilas nunca foi acompanhado da construção de sistemas de saneamento, sendo os esgotos jogados nos cursos d'água, agravando o quadro, cada vez mais grave, de esquistossomose endêmica e afastando a população, e potenciais visitantes, do uso desses recursos para geração de renda e lazer. Esse período da segunda metade do século passado e a primeira década desse século foi marcado também pelo avanço significativo dos assentamentos de reforma agrária que se aproximam do controle de aproximadamente 130 mil hectares na Zona da Mata de Pernambuco¹⁵.

Desafios e perspectivas da região

A Zona da Mata ao longo do século XX sempre foi tratada como um apêndice da economia canavieira, sendo muitas vezes chamada de “Zona Canavieira de Pernambuco”. No futuro, embora continue a ser uma atividade importante na economia pernambucana, o setor sucroalcooleiro deverá reduzir sua importância relativa, na medida em que se intensifica a expansão industrial e do terciário. Mesmo na Zona da Mata, onde estão sendo instalados grandes projetos industriais (ao norte e, principalmente, ao sul), o setor sucroalcooleiro deve moderar seu peso relativo, ao mesmo tempo em que se moderniza.

O futuro da atividade sucroalcooleira (que depende substancialmente do mercado internacional) se dará num ambiente de crescentes pressões dos compradores em favor de atividades que respeitem o meio

15 Outros estudos que fazem parte desse esforço de reflexão mostram as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos que têm levado os assentados a permanecerem, em grande parte, produzindo cana e assim frustrando as expectativas de uma diversificação agrícola de maior fôlego para a mesorregião.

ambiente e a situação social dos trabalhadores envolvidos, ao mesmo tempo em que se acirra a competição de outras regiões produtoras.

O Promata foi o primeiro programa governamental a encarar globalmente a Zona da Mata do Estado como um território de planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável. O Programa, que se encerrou recentemente, teve como objetivo geral apoiar o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. Abordando a Zona da Mata como uma região, e não confundindo com o setor produtivo dominante, o Programa se propunha a melhorar a disponibilidade e a qualidade dos serviços básicos municipais, promover a participação da sociedade civil no processo de planejamento municipal, fortalecer a capacidade de gestão dos governos municipais, e apoiar a diversificação econômica da região e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Embora não seja propósito desta reflexão a avaliação do Promata, é necessário, em todo caso, reconhecer o caráter de pioneiro do programa e sua importância no campo da aprendizagem e da formação de pessoal técnico, assim como na participação social de uma população que nunca havia tido oportunidade de viver uma experiência desse tipo, mesmo com limitações.

Para definir uma estratégia de desenvolvimento da Zona da Mata para as próximas décadas, é necessário, antes de tudo, refletir sobre as tendências e movimentos em curso na realidade e no contexto externo à região. De fato, o Estado de Pernambuco está entrando num ciclo de grande dinamismo e importantes mudanças econômicas e sociais; parte destas mudanças é influenciada pelas tendências e sinais de alterações relevantes no contexto mundial e nacional. As mudanças que ocorreram recentemente e tendem a se aprofundar no futuro próximo, em Pernambuco e na Zona da Mata, em particular, somadas às modificações apontadas na economia sucroalcooleira, definem os desafios do futuro, base para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento:

Tendências externas

No contexto externo à Zona da Mata estão ocorrendo mudanças importantes que criam novos desafios e podem promover novas alternativas de desenvolvimento regional. Entre estes fatores externos podem ser destacados os seguintes:

- a) Mudança da matriz energética mundial e nacional por conta das preocupações com as mudanças climáticas deve ampliar a demanda mundial por álcool, combustível renovável e de menor pressão antrópica. Embora a Zona da Mata de Pernambuco seja mais focada na produção de açúcar, não deixa de constituir uma oportunidade.
- b) Exigências mundiais de certificação de responsabilidade ambiental e social devem forçar a uma reorganização do processo produtivo do setor sucroalcooleiro, com a redução das queimadas, a recuperação de matas (ciliares e nas encostas) e cursos d'água, a melhoria das condições de trabalho e a eliminação do trabalho infantil, sob pena de encontrar dificuldades crescentes no mercado internacional.
- c) Aumento das vantagens competitivas da região com os investimentos na infraestrutura econômica, principalmente a duplicação da BR 101, praticamente concluída, e construção da Ferrovia Transnordestina que corta a Zona da Mata e a integra à economia do Estado e parte do Centro-Oeste brasileiro, grande produtor de grãos.
- d) Ampliação do parque industrial da Região Metropolitana do Recife e parte da Zona da Mata com a implantação de grandes indústrias de efeito irradiador na economia do Estado: novas indústrias de SUAPE, incluindo a mais recente decisão de uma montadora de automóveis com grande encadeamento produtivo, o Pólo de Fármacos de Goiana, e as indústrias implantadas em Vitória de Santo Antão e Escada.

- e) Potencial de desconcentração das indústrias da RMR para áreas próximas dos pólos dinâmicos (especialmente Zona da Mata) como resultado de uma tendência já manifesta de deseconomia de aglomeração em torno de SUAPE.

Tendências internas

Zona da Mata de Pernambuco vem demonstrando alguns movimentos importantes de mudança, em parte como resultado das pressões exógenas, que devem antecipar o futuro e demandam ações estratégicas que favoreçam o desenvolvimento regional.

- a) Pressão no mercado de trabalho por aumento de salários, especialmente na indústria sucroalcooleira, facilitada pela escassez de mão de obra que decorre dos grandes investimentos realizados na RMR (pólos de SUAPE e de Goiana); a elevada oferta de emprego na região está atraindo trabalhadores que saem das atividades tradicionais (este fenômeno só não é mais forte por conta da baixa qualificação da mão de obra da Zona da Mata diante das exigências das novas indústrias implantadas na RMR). A oferta de mão de obra pouco qualificada para as atividades tradicionais da Zona da Mata tem sido também reduzida pela contenção da migração do Agreste e Sertão pelos sistemas de assistência social/Previdência rural que tende a manter população no interior do Estado.
- b) Exigências de alta qualificação profissional pelas novas atividades econômicas implantadas na região (RMR e Zona da Mata) devem promover uma ampliação do esforço para melhoria da educação e dos programas de formação profissional, como prováveis reflexos em todo o mercado de trabalho regional.
- c) Modernização tecnológica do setor sucroalcooleiro, incluindo o segmento agrícola, com mecanização da colheita de cana, como uma resposta à escassez de mão de obra (item anterior) e

a utilização crescente das várzeas, com drenagem e irrigação, na busca de elevação da produtividade.

- d) Mudança da concepção industrial do setor sucroalcooleiro, evoluindo para a produção voltada para os açúcares refinados, aproveitando seu potencial energético e os múltiplos subprodutos da cana-de-açúcar.
- e) Ampliação da produção de alimentos pela agricultura familiar da região e com foco na produção de produtos orgânicos, como aproveitamento da oportunidade de expansão da demanda de alimentos e das exigências de qualidade (melhor exemplo é o trabalho da Sertão-Serviço de Tecnologia Alternativa, que recebeu apoio do Promata e que abastece feiras orgânicas na Região Metropolitana do Recife, junto com outras organizações de assentados)

Esboço de estratégia de desenvolvimento sustentável na Zona da Mata.

A estratégia de desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco deve responder aos desafios e tendências identificadas acima, seja para aproveitar as condições favoráveis, seja para se preparar para as ameaças. Por outro lado, a formulação da estratégia deve partir de algumas premissas fundamentais.

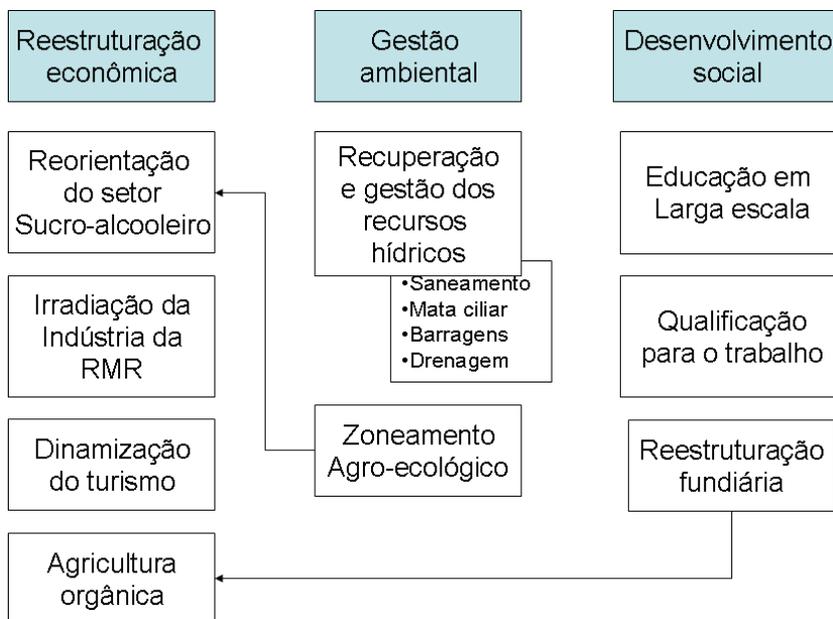
1. Ação estruturadora e recuperação do passivo sócio-ambiental

A estratégia deve sempre se voltar para os fatores estruturadores de mudança que levam, de fato, a uma realidade futura desejada e com novo modelo de organização da economia e da sociedade. Esta orien-

tação demanda tempo e busca uma nova sociedade com equidade e sustentabilidade na Zona da Mata; no entanto, como as ações estruturadoras de mudança amadurecem lentamente, é necessário combiná-las com medidas e projetos emergenciais.

2. Reestruturação do setor sucroalcooleiro e diversificação produtiva

A estratégia deve partir do princípio que o setor sucroalcooleiro pode e deve continuar sendo um segmento importante da economia regional, pela sua história e cultura e pelas condições edafoclimáticas, embora deva conviver com crescente diversificação produtiva para redução da vulnerabilidade econômica da região; deve, portanto, contemplar incentivos para novas atividades econômicas de acordo com o zoneamento, incluindo o relevo. Como parte da reestruturação do setor sucroalcooleiro, deve ser estimulada a orientação para uma indústria produtora de açúcares refinados e de energia, aproveitando todos os subprodutos (alguns dos quais passam a fazer parte dos produtos principais) e incorporando inovações tecnológicas, associada à prática de uma agricultura com ênfase na utilização das várzeas com drenagem e irrigação. Considerando estas premissas e levando em conta os desafios enunciados antes, a estratégia de desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco deve-se estruturar em torno de três grandes vetores que se desdobram em ações prioritárias e articuladas: Reestruturação Econômica, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Social (ver diagrama ao lado).



O **vetor Reestruturação econômica** se expressa através das seguintes ações prioritárias:

- Estímulo à reestruturação e modernização da indústria sucroalcooleira para uma indústria produtora de açúcares refinados, energia e outros subprodutos, aliada à utilização crescente das várzeas com drenagem e irrigação, com o uso preferencial das encostas de maior declive para culturas permanentes, além da reformulação dos métodos de colheita do setor.
- Irradiação do parque industrial da RMR para os municípios da Zona da Mata, aproveitando as deseconomias de aglomeração de SUAPE para atração de novos segmentos industriais na região.
- Dinamização do turismo - rural e ecológico - com criação de novos roteiros e implantação de infra-estrutura hoteleira

(aproveitando o patrimônio histórico-cultural da mesorregião).

- Ampliação da agricultura orgânica para o mercado de alimentos da RMR e com elevada exigência de qualidade, concentrada na agricultura familiar.

O **vetor estratégico Gestão Ambiental** se desdobra nas seguintes ações prioritárias, que reduzem o passivo ambiental e promovem a sustentabilidade dos recursos naturais da região:

- *Recuperação dos recursos hídricos e planejamento das bacias hidrográficas, promovendo a drenagem, o saneamento ambiental, a recuperação da mata ciliar, a construção de barragens de contenção e a regulação do espaço urbano para impedir futuras tragédias. No saneamento ambiental da bacia deve ser realizada a recuperação dos cursos d'água, permitindo a sua utilização econômica (lazer/esportes/turismo rural, aquíicultura/pesca), a melhoria ambiental (repovoamento da fauna aquática, abastecimento d'água para consumo humano e animal), contribuindo para a melhoria da saúde pública (diminuição do índice de esquistossomose e outras doenças de veiculação hídrica). A recuperação da mata ciliar evita o assoreamento dos cursos d'água, diminuindo o risco de enchentes, e contribui para a recuperação da flora e fauna da mata atlântica.*
- *Atualização do Zoneamento ecológico-econômico e sua utilização como instrumento central de regulação econômica, social e ambiental da Zona da Mata de Pernambuco.*

O **vetor Desenvolvimento Social** se volta para a desconcentração dos ativos sociais, principalmente os ativos conhecimento (Educação) e terra, através das seguintes ações prioritárias:

- *Promoção da educação pública de qualidade e em larga escala para ampliação das condições de cidadania e empregabilidade, além de redução das desigualdades sociais.*

- Intensa qualificação da população para o trabalho e *empreendedorismo voltado para as novas demandas e exigências de qualificação das atividades econômicas em implantação na RMR e na Zona da Mata, incluindo as demandas que decorrem da modernização e reorientação da indústria sucroalcooleira.*
- Reestruturação fundiária e apoio à agricultura familiar, com *diversificação da estrutura produtiva e desenvolvimento da agricultura orgânica e ambientalmente sustentável.*

Perguntas desafiadoras

Partindo da evidência de que não se viabilizará uma estratégia apenas a partir de propostas como esta, é necessário ampliar essa reflexão, como fazem os autores que nos seguem e as discussões em curso no Estado, para o que colocamos algumas questões que parecem fundamentais para nortear o debate.

- *Como a partir desse conjunto de pistas poderemos alimentar um debate de uma agenda voltada para o Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata que leve em conta os interesses da maioria da população?*
- *O que define e identifica a ZM? Em que a mesorregião é diferente do Agreste e do Sertão do Estado?*
- *O que deve ser definido como central para uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a ZM?*
- *Quais os interesses concretos dos principais atores que têm poder e organização para influenciar as decisões estratégicas para o desenvolvimento sustentável da mesorregião? Existe interesse por parte desses atores em estimular uma negociação como essa que envolve primordialmente a estratégia de desenvolvimento e, em seguida, os interesses legítimos de seus segmentos econômico-sociais?*

- *Qual a importância em termos estratégicos que a mesorregião representa para os diversos níveis governamentais, diante das imensas demandas representadas pela implantação dos grandes projetos nos próximos anos em Pernambuco?*
- *Existe um lugar a ser ocupado pelas políticas públicas que poderão estimular na direção das mudanças para um cenário que se aproxime do desenvolvimento sustentável?*
- *Qual a influência que pode ter a maioria da população local nessa possível(?) negociação estratégica?*
- *Entre as possibilidades de políticas públicas quais as que poderão ser aplicadas com os melhores resultados em relação ao desenvolvimento sustentável e com o melhor aproveitamento dos recursos investidos?*

A INSUSTENTÁVEL DICOTOMIA ENTRE AGROINDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Ivan Vieira Melo¹⁶

O debate civilizatório sobre o desenvolvimento sustentável (DS) [Agenda 21 Global, 1996; Leis, 1996; Melo, 2002; PERNAMBUCO, 2002; MDA, 2006] tem sua gênese na dicotomia entre os matizes do pensamento ambientalista sobre o meio ambiente: preservacionistas e conservacionistas, respectivamente. Importa aqui resgatar, deste debate, que a inédita proposta do DS resulta, justamente, da tendência de se abordar este histórico e, cada vez mais, vital conflito civilizatório de modo dialógico, no sentido meta reducionista de converter aquela dicotomia. Isto significa que abordar o desenvolvimento de modo polarizado é não mudar o rumo atual, optando pelo colapso da civilização [Schimidheiny, 1992; Diamond, 2006], conservando a rota do desenvolvimento cada vez mais insustentável [WWI, 2010]. De modo conceitual, aquele processo de conversão consiste na fusão dos horizontes das intenções, dos princípios, objetivos e estratégias, de cada um dos referidos matizes do desenvolvimento, respeitando, porém, a complexidade associada [Nonaka e Takeuchi, 1997; Morin, 2006]. A chave, portanto, para compreensão do DS está em que a sua constru-

16 Com o apoio de Fernanda Calumby Fernandes e de Cecília Barreto Monteiro, Mestrandas do PRODEMA da Universidade Federal de Pernambuco

ção dá-se no processo de debate em curso, mas só se avança à medida que ocorre o compartilhamento das diversas visões de mundo atual e futuro, cenários ainda mal estruturados. Quiçá ainda haja tempo suficiente para que se possa aprender a transcender os reducionismos da lógica atual insensata de desenvolvimento insustentável, trocando-a por aquela dialógica do DS.

É justamente neste contexto que focamos e aprofundamos, ao longo do texto, a relação entre a agroindústria e o meio ambiente na Zona da Mata do Estado de Pernambuco (doravante ZMPE). Esta última, uma mesorregião sufocada por estratégias de desenvolvimento conservadoras e, por isto mesmo, predadoras dos serviços ecossistêmicos. De fato, só recentemente é que tais estratégias começam a ser influenciadas pela mudança radical da matriz de desenvolvimento do Estado com o *boom* de diversificação industrial advindo, principalmente, com o enclave do Pólo Industrial de SUAPE [PERNAMBUCO, 2010a]. Uma das principais razões para isto está umbilicalmente associada à característica marcante da ZMPE: sua histórica ocupação pela indústria sucroalcooleira a ponto desta mesorregião ser conhecida, também, como a “Região Canavieira” de Pernambuco. Esse histórico preconceito (sentido lato do termo), contudo, parece desafiar as estratégias de desenvolvimento para ela voltadas. De fato, tanto os clássicos como os mais atuais estudos sobre a ZAPE são unânimes em decantar e explicitar as suas potencialidades, mas, também, as suas limitações face aos complexos, graves e crônicos problemas socioambientais associados ao irreversível e intenso avanço daquela indústria e da indissociável urbanização [Carvalho et al., 1998; Cavalcanti et al., 2002; Sicsú e Hulac, 2005; Silva, 2006; Alves da Silva, 2009; Antônio Neto, 2009, Vilas Boas e Alves, 2009; e, os demais textos deste livro]. Tais estudos tendem a corroborar, portanto, com aquele inicialmente comentado reducionismo econômico do desenvolvimento que é pródigo em externalidades e contribui, sobremaneira, para crescentes e insustentáveis impactos socioambientais como: des-

matamentos; poluição do ar; redução da biodiversidade; contaminação e desperdícios de recursos naturais; erosão; desertificação; eutrofização de mananciais; concentração de renda e de terras; êxodo rural; desigualdades intra-regionais; migrantes e refugiados ambientais; problemas de saúde e segurança ocupacionais; trabalho escravo; etc..

O objetivo do texto é contribuir com subsídios necessários à compreensão do *status quo* bem como dos principais limites e potencialidades para avançar em estratégias capazes de superar aquela situação conflitante, histórica e hegemonicamente associada às consequências socioambientais negativas daquela ação antropogênica na ZMPE. Nesse sentido, a argumentação está necessariamente contextualizada ao atual e efervescente debate nacional sobre o desmatamento com foco no Bioma da Mata Atlântica, domínio ecossistêmico onde se situa a ZMPE, buscando reconhecer a multifuncionalidade da agricultura. Esta última qualificação mostra-se, particularmente, interessante justamente porque permite evidenciar e fundamentar argumentos socioambientais – normalmente não valorizadas pelo mercado – para além da função primária de produção de fibras e alimentos, tais como: controlar passivos socioambientais; assegurar a vitalidade das comunidades rurais; viabilizar a gestão sustentável dos serviços ambientais; e, assegurar a preservação da biodiversidade. O texto avança contribuindo para esclarecer o conflito de interesses entre os principais atores que buscam liderar o processo de transformação, à medida que têm foco comum nos serviços proporcionados pelo Bioma em causa, mas fundamentam-se em reflexividades conflitantes peculiares. Ao final, são feitas distinções entre os modos de produção agroindustrial predominantes no Brasil e seu correspondente desdobramento na ZMPE, facilitando a análise das suas tendências. Uma das principais conclusões é que há um crônico conflito de governança cujo horizonte de soluções funda-se, cada vez mais, nas experiências exitosas dos esforços sócio-técnicos de convivência no ecossistema com raízes na economia solidária e tecnologia social.

O debate nacional sobre desmatamento como contexto

O amplo e rico debate focado nas relações entre a agroindústria e o meio ambiente, no Brasil, tem como pano de fundo as discussões históricas sobre o uso e ocupação do solo, mais especificamente, sobre o histórico e conflituoso processo de reforma agrária. O estado-da-arte deste assunto tem suas raízes nas divergências entre aqueles que tendem a usar modos de produção mais compatíveis com o conceito de Multifuncionalidade da Agricultura [AG 21, 1996] – coerência com a visão ecossistêmica – e aqueles que reduzem estas idéias às conveniências dos interesses privados. Assim procedendo, estes últimos tendem a polarizar seus argumentos ao assumirem o meio ambiente apenas como um valioso celeiro de *commodities* [FAO, 2009] ou, quando lhes convêm, uma fossa infinita (negar, ignorar ou maquiar as externalidades socioambientais associadas). Esta visão é basilar para a crítica àquela problemática, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas nacionais contextualizadas, integradas (e integradoras) e que respeitem as especificidades locais. A expectativa é que tais políticas possam servir como fundamento coerente ao processo de aprendizagem dedicado à criação de estratégias e à tomada de decisões adequadas, por parte dos atores envolvidos com a agroindústria, face o DS.

A abordagem do assunto é feita através de três estratégias interdependentes cujo elo comum está, justamente, no desmatamento (ou, como o outro lado de uma mesma moeda: a degradação socioambiental subjacente) associado aos modos vigentes da produção agroindustrial, buscando convergir o foco da discussão para o rebatimento daquelas na ZMPE. Em seguida, portanto, trataremos inicialmente da estratégia de redução voluntária de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), afirmada pelo governo brasileiro na recente COP 15¹⁷, que prioriza o

17 15ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 15), reali-

controle do desmatamento como a principal fonte daquelas emissões. Tendo como balizador externo este marco de compromisso internacional assumido pelo Brasil, discutiremos alguns argumentos associados ao processo, em curso, de revisão do Código Florestal Brasileiro, marco legal e balizador interno do controle do desmatamento. Em seguida, com base nos princípios e mecanismos controladores associados àqueles referenciais externo e interno, discutiremos a estratégia da segurança alimentar e nutricional tendo como princípio a multifuncionalidade da agricultura.

O Desmatamento na Estratégia Brasileira de Mitigação Voluntária de GEE

O setor agroindustrial em vertiginosa expansão (demanda exacerbada por alimentos, ração animal e biocombustíveis) e co-protagonista da degradação ambiental, destaca-se, também, como particularmente sensível e vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, o que está a exigir novos conhecimentos científico, tecnológico e socioambiental. Este último adquire um valor ímpar posto que é específico, por um lado, a ecossistemas onde existem espécies (inclusive a humana) endêmicas adaptadas às condições climáticas extremas (p. ex., Biomas Cerrado e Caatinga) ou em via de extinção pela ação antrópica (p. ex., Bioma Mata Atlântica), e por outro, às regiões de intensa mobilidade populacional e onde o adensamento urbano já ultrapassa os limites da insustentabilidade (p. ex., regiões metropolitanas no Bioma da Mata Atlântica)¹⁸. Globalmente, portanto, criam-se as condições para que as atividades associadas àquele setor tendam a se intensificar (particularmente naquelas regiões que ainda dispõem de terras agriculturáveis e onde as condições climáticas sejam mais propícias ao aumento da produtividade

zada em Copenhague em 2009.

18 Os municípios do litoral da ZMPE e da RMR, juntos, apresentam atualmente a peculiar densidade populacional com cerca de 913 habitantes por km², a maior do Brasil [Pernambuco, 2010c].

das atividades), contribuindo para ampliar e/ou acelerar o processo de desmatamento. Importante evidenciar que este processo de mobilidade da fronteira agrícola possui sutilezas críticas com relação às pressões para o avanço sobre áreas de conservação e de preservação.

Genericamente, o desmatamento (ou desflorestamento) é a ação antrópica de remoção da vegetação nativa, historicamente associada às atividades de exploração madeireira, agropecuária, agroindustrial, mineral e de urbanização (inclusive rodovias). A degradação ambiental intrínseca a este processo intensifica-se com a monocultura, o uso maciço de agroquímicos, o uso irracional do solo e, não raramente, o posterior abandono da área¹⁹.

O debate sobre o desmatamento adquire importância estratégica para os países em desenvolvimento. Por um lado, são justamente estes países que, como o Brasil, ainda dispõem de grandes extensões de florestas nativas e terras agriculturáveis. Por outro, porque os países desenvolvidos como grandes consumidores de energia, recursos naturais e alimentos, já estão com seus potenciais de produção exauridos (ou estrategicamente controlados) ou nem sempre possuem boas condições de produção de biomassa, seja pelo clima ou pela indisponibilidade de terras. As tendências de mudança na matriz energética, na perspectiva das energias renováveis (particularmente aquelas oriundas da biomassa) têm alimentado o debate sobre a relação entre o desmatamento e a emissão de GEE. Isto se dá, fundamentalmente, tanto por questões de negociação de limites às ações antropogênicas associados à mitigação dos efeitos do aquecimento global, quanto pelo potencial de oportunidades econômicas do mercado de carbono, para a indústria. É nesse sentido que os protagonistas da monocultura da cana também encontram justificativa para a expansão e manutenção do setor. Os argumentos se fundam justamente no potencial do etanol derivado da cana-de-açúcar (substitui a gasolina com vantagem de até 61 % a menos de emissão de

¹⁹ Um caso historicamente exemplar de monocultura e uso de agroquímicos é o da indústria sucroalcooleira na ZMPE.

carbono) e na geração de eletricidade a partir da biomassa (bagaço de cana). É valioso destacar que no caso da ZMEP, onde o desmatamento já é um fato consumado - embora a degradação socioambiental resultante ainda seja o matiz de conflitos dominante (conforme será tratado no item 3) - e predomina a atividade sucroalcooleira, aquele argumento é justamente a base para a manutenção daquela atividade (aumento da produção por conta da produtividade e não por área plantada). Tal situação contribui, portanto, como fator de limitação para a expansão de outras culturas naquela região, como seria o caso, por exemplo, daquelas possíveis com a agricultura familiar (multifuncionalidade).

Os compromissos internacionais de redução de emissões de GEE decorrem do Protocolo de Quioto, são negociados no âmbito do *IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)*²⁰ e têm como objetivo a mudança para uma economia de baixo carbono. O Protocolo de Quioto, contudo, tratou do mercado de carbono sem valorizar a questão das florestas. Esta situação gerou uma nova discussão, já que o debate sobre as florestas tende, cada vez mais, a considerar o controle do desmatamento (e a degradação socioambiental associada) nos países em desenvolvimento. O avanço, nesta direção, aponta para a adoção do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) [Faria, 2010]. Considerando que o desmatamento representa mais da metade das emissões nacionais, a estratégia brasileira de redução foi justamente nesta área. Na recente *COP 15*, portanto, o Brasil ratificou suas metas voluntárias através da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) a qual é o marco regulatório inicial das ações de mitigação [Brasil, 2010b].

Coerente com o mencionado compromisso assumido na *COP 15*, o Plano Agrícola e Pecuário para 2010 – 2011, apresentado pelo Ministé-

20 *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)* - Equipe internacional de cientistas criada no ano de 1988 através do *World Meteorological Organization (WMO)* e do *United Nations Environment Program (UNEP)*, como um esforço das Nações Unidas para subsidiar os Governos Nacionais com uma visão clara e cientificamente embasada sobre os acontecimentos relacionados ao clima global [www.ipcc.ch].

rio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA, 2010], preconiza práticas agroeconômicas que compatibilizem o aumento de produção com o respeito ao meio ambiente. Neste Plano é dado destaque para o “novo rumo da agricultura brasileira” através do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), priorizando o financiamento da produção do agronegócio que estiver comprometido com a redução dos GEE. Por esta via é possível compreender os esforços do setor sucroalcooleiro no sentido de investir em inovações tecnológicas com base em sustentabilidade ambiental. De fato, estudos recentes indicam que as emissões brasileiras nos setores de transporte e energia tendem a crescer bastante (64 % e 97 %, respectivamente) e, mesmo excluindo o desmatamento, seriam cerca de 10 % maiores sem a contribuição do etanol e da bioeletricidade [Academia Pernambucana de Ciências, 2010]. Importante destacar, contudo, que, em se tratando de *commodities*, os produtos exportáveis derivados da cana estão sujeitos às pressões de mercado pela via da auto-regulação com base nas normas da série ISO 14.000, que tratam das responsabilidades ambientais dos negócios. Não é por outra razão, portanto, que o Governo e o setor empresarial investem nesta área de modo conjunto.

O debate nacional sobre o controle do desmatamento, contudo, galgou novo patamar com os resultados do último censo agropecuário divulgado pelo IBGE no ano de 2009, a saber: “Censo agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação” [IBGE, 2009]. O caderno temático “Agricultura Familiar: Primeiros Resultados”, uma cooperação entre IBGE e o MDA, também foi apresentado naquela ocasião. Estes estudos facilitam a análise das políticas de desenvolvimento rural entre as quais aquelas que tratam do avanço da fronteira agropecuária e seus impactos sobre o desmatamento. De modo particular, tais estudos subsidiam a análise das políticas diferenciadas para a agricultura familiar e a redução da pobreza e das assimetrias regionais e intra-regionais, como no caso da ZMPE.

Naquele último sentido, torna-se particularmente importante destacar a reconhecida condição de grande parte da população brasileira que convive no remanescente do Bioma da Mata Atlântica, por conta da extrema vulnerabilidade desta população (especialmente as mais pobres) urbana e rural, às mudanças climáticas. Exemplos das consequências catastróficas já podem ser reconhecidos nos recentes eventos extremos (desastres naturais) ocorridos em vários Estados do Sudeste e, particularmente, em junho de 2010 na ZMPE e cidades vizinhas do Estado de Alagoas, associados a intensas e localizadas precipitações pluviométricas. Este último caso é particularmente pródigo em nos alertar para a complexidade da situação à medida que nos damos conta do insustentável passivo socioambiental existente (p. ex., ocupação indevida e desordenada de encostas, calha natural de várzeas, córregos e rios; assoreamento de córregos e rios; infraestrutura de estradas, pontes, barragens e drenagem pluvial em acentuado descompasso com as necessidades de urbanização e/ou industrialização e, frequentemente, em precário estado de conservação; degradação de bacias hidrográficas; descontrole na gestão dos resíduos sólidos). Destacam-se, nesta situação, as condições impostas pela localização difusa das populações rurais (incluindo-se aí aquelas comunidades dos municípios de pequeno porte) por conta do isolamento. O destaque a esta peculiaridade permite detalhar as dificuldades de acesso, a precariedade da organização social e o exíguo contingente de gestores/líderes qualificados, que desafiam o gestor público quanto à intervenção sistematizada de prevenção e reparação. As dificuldades operacionais constatadas através dos “Comitês de Crise” instituídos pelo Governo do Estado naquela ocasião (com o apoio de instituições, órgãos de classe, especialistas das universidades, bem como de voluntários) atestam a complexidade daquela situação [Adital, 2010; Pernambuco, 2010]. Face situações desta natureza é esperançoso constatar que as Políticas Públicas Ambientais do Estado de Pernambuco [PERNAMBUCO, 2010c], reconhecendo tais vulnera-

bilidades, constituem marcos para o enfrentamento desta problemática. De fato, estas políticas além de evidenciarem o passivo ambiental acumulado no Estado e a sua forte vulnerabilidade aos efeitos das alterações do clima, deixam explícito que Pernambuco é “um *hotspot* mundial em relação às mudanças climáticas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - (IPCC)” [ibidem].

Este quadro brevemente detalhado de situações conflitantes ajuda a distinguir a natureza paradoxal daquelas ações antropogênicas, confirmando aquela dicotomia do DS inicialmente introduzida. Ao menos por esta razão, é necessário considerar os principais argumentos sobre a regulação das Mudanças nos Usos da Terra e Florestas, setor que representava cerca de 76 % das emissões de CO no ano de 2005 [Brasil, 2009a], o que nos remete para o debate em curso sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro. A perspectiva é de que os sistemas de produção agroindustriais, quando considerados a partir das especificidades do local onde atuam, têm um papel-chave na mitigação das mudanças climáticas e, portanto, no DS.

O Desmatamento no Atual Processo de Revisão do Código Florestal Brasileiro

A revisão do Código Florestal nacional atualmente em curso centra-se no conflito do uso e ocupação de terras e florestas, objeto de desmatamento. De início é necessário observar que a premissa deste embate põe em cheque a proposta voluntária do governo brasileiro na COP 15, tratada no item (2.1.) deste texto. De fato, a tese de uma economia agrícola de baixo carbono para enfrentar as mudanças climáticas é antagônica aos argumentos introduzidos naquela premissa, à medida que tendem a ampliar os vigentes limites de controle do desmatamento.

As críticas e comentários ao texto em discussão no Congresso nos dão conta de, pelo lado do agronegócio, há pressões para ampliar as permissões ou por maior a flexibilização legal. Entre os principais

argumentos utilizados pelo segmento estão os seguintes [Cruz, 2010]: a desqualificação dos argumentos do *IPCC* sobre o aquecimento global (fragilidade dos consensos sobre as causas das mudanças climáticas); estrangulamento da aplicação prática da legislação (desqualificada pela profusão de alterações supostamente absurdas no texto original, ao longo dos anos); legislação abusiva pela criminalização de situações simplórias e culturalmente arraigadas; xenofobia em relação às ONGs ambientalistas (estas estariam cooptadas pelos interesses transnacionais); travamento da expansão do agronegócio (agropecuária), tido como opção ímpar do Brasil no atual e tendente contexto mundial; legislação impondo limitações crescentes à concessão do crédito agrícola aos produtores rurais; necessidade de rígido controle da ação dos movimentos sociais invasores de terras produtivas e depredadores da propriedade privada; e, a lentidão no processo público de discussão e aprovação das modificações pleiteadas na proposta do novo Código.

Por outro lado, os que tendem a defender a tese do desmatamento zero criticam a proposta de revisão do Código como excessivamente permissiva ao desmatamento e tolerante às suas consequências. Entre os principais argumentos deste segmento, fundados na necessidade de ampliação, diversificação e qualificação das discussões (legitimação ampla e paritária da sociedade), encontram-se os seguintes [Cruz, 2010]: coerência com os compromissos internacionais acordados pelo Brasil para redução das emissões de GEE (as populações rurais e mais pobres estão mais vulneráveis aos possíveis impactos negativos das mudanças climáticas); existência comprovada de grande potencial para aumento da produção agrícola por aumento de produtividade ao invés de expansão da área agrícola (potencial de crescimento com desmatamento zero); garantir a manutenção do princípio de que a floresta é um bem público (fundamento constitucional da preservação das florestas); dinamizar a regularização fundiária dos assentamentos; promover a equidade na posse da terra produtiva (atualmente temos sete ha/pro-

dutor na agricultura familiar e 62 ha/produtor na agricultura patronal); contenção do êxodo rural; equidade no financiamento público da produção de alimentos (agricultura familiar produz atualmente cerca de 70 % dos alimentos para o consumo interno do país, mas recebe apenas o equivalente a cerca de 16 % do disponibilizado para a agricultura patronal); adequação para contribuir com a redução das desigualdades regionais; evitar a criminalização dos movimentos sociais do campo; garantir a internalização dos custos ambientais advindos do desmatamento (evitar a privatização dos lucros com a socialização dos prejuízos); retirar as propostas que flexibilizam a legislação permitindo legalizar o passivo do desmatamento sobre áreas de preservação e o avanço deste sobre novas áreas de florestas, pela atividade agropecuária.

Alguns autores argumentam que as mudanças preconizadas ao texto do Código ampliam a flexibilização legal para desmatar, com o que o Brasil estaria assumindo uma situação no mínimo contraditória. Na verdade isto se daria em detrimento do princípio constitucional de precaução em relação ao meio ambiente e à revelia dos compromissos assumidos para o enfrentamento das mudanças climáticas. No caso da ZMEP, contudo, os argumentos acima se tornam particularmente interessantes à medida que a degradação resultante de desmatamentos já é histórica. Em todos os casos, a questão subjacente é: de quem é a responsabilidade pelo passivo deste desmatamento? De fato, a questão da vulnerabilidade das populações rurais aos impactos das mudanças climáticas, comprovada quando da ocorrência do evento climático extremo comentado no item anterior (ver p.7), confirmam a fragilidade da implementação das políticas públicas nessa área. No caso, em flagrante desrespeito ao vigente Código Florestal, grande parte da população tornou-se (não por livre opção) vulnerável ao ocupar encostas, margens e calhas de rios. Nessa mesma linha, o próprio Governo, ao construir estradas e matadouros ocupando parte da calha de rios (casos de Palmares e Maraial, p. ex.) também se tornou refém da situação. O

detalhe, fundamental, é que esta ocupação irregular é fruto histórico das pressões do desmatamento para a expansão da monocultura da cana, não deixando opção para o pequeno agricultor e para a urbanização associada. De modo similar, o conflito da equidade na posse da terra, a questão das desigualdades regionais (e intra-regionais) e a criminalização dos movimentos sociais pela posse da terra, são como que exemplares (negativamente), conforme será detalhado por outros autores deste livro (ver, p. ex., Lima et al., no Capítulo 4). A compreensão dos argumentos sobre legalização de passivo do desmatamento (particularmente em áreas de Reserva Legal – RL - e Áreas de Preservação Permanente – APP -), enquanto conteúdos perversivos na revisão do Código, tornam-se cruciais, portanto, para o tratamento da dicotomia entre a agroindústria e o meio ambiente. Assim sendo, é necessário desenvolver o presente estudo à luz das argumentações sobre os modos de produção agrícola predominantes no Brasil, buscando bases para enfrentar o tremendo passivo ambiental legado pelo setor sucroalcooleiro na ZMEP. Tal preocupação nos remete para o debate em curso sobre uma questão vital: a segurança alimentar e nutricional. De fato, a agricultura familiar é, atualmente, como uma luz no fim do túnel! Será mesmo?!

O Desmatamento e a Questão da Segurança Alimentar e Nutricional

O tema da segurança alimentar e nutricional tem um marco histórico no pensamento em Josué Apolônio de Castro, particularmente com a publicação do seu famoso livro “Geografia da Fome”, no ano de 1946. A partir daí, observam-se que os estudos acadêmicos, as ações da sociedade organizada e políticas públicas a eles associadas ainda têm um longo caminho pela frente. Contudo, parecem guardar uma estreita relação com o ardor da indignação explicitado no pensamento em Josué de Castro (face o estado de insegurança e desnutrição da população) [Via Campesina Brasil, 2007; Ferreira, 2010; Nascimento e Andrade,

2010; Abramovay, 2010]. Um marco deste processo transformador está na aprovação da Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - Losan), arraigada nos princípios do direito humano à alimentação de qualidade e da soberania alimentar. Importante compreender que esta Lei se constitui um grande avanço à medida que cria as condições para instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e revigora o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) [IPEA, 2007]. Além disso, os esforços conjuntos de movimentos sociais e o governo possibilitaram a promulgação da Emenda Constitucional n. 64, de 04 de fevereiro de 2010, a qual introduz a alimentação como direito social [Nascimento e Andrade, 2010]. Os recentes estudos da FAO (*Federal Agriculture Organization*) [FAO, 2009; FAO, 2010] destacam que a fome crônica e desnutrição que assolam populações, configuram um quadro trágico no qual a cada seis segundos uma criança morre de fome no mundo. Este alerta vital e civilizatório da FAO, face os persistentes desafios para superar a fome, como que ecoam aquela indignação inicialmente mencionada de Josué de Castro. É fundamental resgatar aqui, portanto, que a ZMEP – denominada por Josué de Castro de “Nordeste Açucareiro”, é área de fome e desnutrição históricas, cujas causas estão diretamente associadas às estruturas econômica e social dominantes [Andrade, 1997]. Andrade já enfatizava que a manutenção daquela monocultura é barreira à diversificação da produção à medida que cria “regime alimentar impróprio e causador da fome e de carências alimentares” [ibidem]. Estudos posteriores da CEPAL [2000a; 2000b] reforçam aquela compreensão ao concluírem que, na ZMPE, há uma reprodução do quadro nacional com relação ao aumento da pobreza rural e urbana, desigualdade e restrições ao aumento do número de estabelecimentos agropecuários (equidade na ocupação da terra).

Os argumentos até aqui desenvolvidos permitem compreender que a via da segurança alimentar e nutricional expõe a dicotomia singular

reinante no seio do modo de produção agrícola predominante no Brasil: o agronegócio e a agricultura familiar [LUZZI, 2007].

Nesse contexto, é valioso constatar que o Brasil (na qualidade de terceiro maior produtor mundial de alimentos, mas com potencial excepcional para ocupar o primeiro lugar) parece encaminhar a sua política pública para a agricultura explorando uma espécie de simbiose entre aquelas duas lógicas. Esta compreensão tem como base a análise dos projetos de financiamento das safras agrícolas propostos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário, respectivamente. Neste sentido, destaca-se o crescimento sistemático do aporte dos recursos públicos para o agronegócio (atualmente o Plano Agrícola e Pecuário) e, para a agricultura familiar, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Para a safra de 2010 / 2011 este aporte atinge valores de aproximadamente R\$100 bi e R\$16 bi, respectivamente [MAPA, 2010; MDA, 2010]. Evidencia-se, contudo, que enquanto o agronegócio responde pelo mérito das exportações que tendem a levar o país ao topo de maior produtor mundial de *commodities*, a agricultura familiar é quem atende à demanda interna já que é responsável por nada menos que 70 % dos alimentos na mesa do povo brasileiro [IBGE, 2009]. Além disso, o último Censo Agropecuário (realizado pelo IBGE em 2006) nos dá conta de que a agricultura familiar já é praticada em nada menos que 84 % dos estabelecimentos rurais; gera cerca de três em cada quatro empregos no campo (ocupa 74 % dos trabalhadores rurais); e, responde por aproximadamente 40 % do valor da produção agrícola. Ocupa, entretanto, apenas 24 % da área agriculturável do país (cerca de aproximadamente 80 milhões de hectares). No caso de Pernambuco as avaliações realizadas no ano de 2003 dão conta de que a agricultura familiar apresentava-se, à época, “deficiente e precária”, sugerindo uma exacerbação das limitações da expansão daquela diante do agronegócio [Magalhães e Dias, 2003]. Pesquisas recentes dão conta de que o quadro de desigual-

dade social e miséria, “particularmente no estrato de agricultores e agricultoras familiares”, bem como o “alto grau de degradação ambiental”, continua crítico na ZMPE [Antônio Neto, 2009]. Embora represente cerca de 70% da produção rural de Pernambuco e responda por aproximadamente sete em cada 10 empregos gerados no campo, a agricultura familiar na ZMPE ainda continua crítica. Corroborando esta posição, os recentes relatórios finais de especialistas contratados para avaliar os resultados PROMATA²¹ (após quase sete anos de vigência do Programa) confirmam a manutenção do quadro de profunda concentração fundiária. Os números apresentados revelam que 94 % dos estabelecimentos agropecuários (com área menor que 100 ha) detêm cerca de 20 % da área enquanto que 6 % (área acima de 100 ha) respondem por cerca de 74 % da área [Mata e Paiva, 2009; Vilas Boas e Alves, 2009].

Algumas pistas para a superação deste conflito advêm da abordagem da agricultura reconhecendo sua multifuncionalidade [DeVries, 2000; FAO, 2009], tal como preconiza a AG 21 Global [1996], reiteradas pelas Agendas 21 Nacional [MME, 2002] e de Pernambuco [Pernambuco, 2002] e os próprios relatórios da FAO. Esta via permite distinguir, com clareza, as diversas contribuições, para a segurança alimentar e nutricional, oferecidas pelos dois matizes, predominantes no Brasil, para a produção de alimentos: o agronegócio (monocultura) e a agricultura familiar (policultura). Além disso, favorece a distinção dos impactos ambientais a eles associados, permite compreender que há distintos atores que respondem pelos setores da agricultura, os quais realizam as distintas funções da mesma e, portanto, prestam distintos serviços à sociedade, não raramente, com interesses até antagônicos [Soares, 2000]. Nesse contexto, é com esperança que se constata avanços nas políticas locais, para a segurança alimentar e nutricional, particularmente, com o advento do Decreto Nº 30.195, de 07 de fevereiro de 2007 (regulamentando o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança

21 PROMATA - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco [www.promata.pe.gov.br/].

Alimentar e Nutricional - CONSEA/PE) e da Lei Nº 13.494, de 02 de julho de 2008, que cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SESANS, sob o princípio do direito humano à alimentação adequada. Esta última coloca Pernambuco entre os nove Estados que já tomaram aquela iniciativa [BRASIL, 2009c].

O desmatamento nas experiências do agronegócio e da agricultura familiar na Zona da Mata de Pernambuco

A história do acesso aos recursos naturais e da ocupação e uso do solo, no Brasil, do período colonial até o final da década de 90, atesta que as políticas públicas agrícolas sempre foram pensadas com base na valorização dos grandes empreendimentos agrícolas e agroindustriais, em detrimento do apoio equivalente ao pequeno agricultor, particularmente aquele de raízes indígena e quilombola. No Nordeste, em particular, tornaram-se clássicos os argumentos exaltando a expansão da agroindústria canavieira, por um lado, e, por outro, as preocupações com a fome crônica da população rural tão bem expressas no pensamento em Josué de Castro. O conhecimento mais recente, associado aos problemas do meio ambiente no Semiárido, Zona da Mata e litoral nordestinos, mostra que o quadro atual ainda é extremamente desafiador (Ferreira et al., 2008; Mata e Paiva, 2009; Vilas Boas e Alves, 2009; Antônio Neto, 2009; Machado et al., 2010; Silva et al. 2010). Estudos cientificamente embasados e cada vez mais frequentes têm lastreado a compreensão do fracasso das políticas de modernização econômica conservadoras, inclusão sócio-produtiva e combate à seca, ao mesmo tempo em que demonstram a riqueza do conhecimento popular sobre os princípios de convivência, consistentes com a perspectiva do desenvolvimento sustentável [Amâncio, 2006; Silva, 2006; Luzzi, 2007; Antonio Neto, 2009]. Este conhecimento é pródigo, sobretudo, em demonstrar que o impacto negativo causado pelo desmatamento (passivo e vigente) é muito mais crítico em áreas com pouca floresta remanescente

e altos níveis de endemismo, como no caso dos biomas da Caatinga e Mata Atlântica.

O bioma da Mata Atlântica abrange um complexo e diversificado conjunto de ecossistemas (florestas, campos de altitude, brejos, manguezais e restingas) estando reconhecido como Patrimônio Nacional na Constituição Federal brasileira (ano de 1988). A intensificação das pesquisas sobre este bioma (particularmente após aquele reconhecimento) enfatiza os seus elevadíssimos índices de biodiversidade e endemismo e a sua vital importância ao propiciar serviços ambientais para mais de 70 % da população do Brasil (Lima, 1998; ISA, RMA e SNE, 2001; MDA, 2010). Aqueles estudos, contudo, ao mesmo tempo em que atestam o grandioso potencial ambiental daquele bioma evidenciam, também, a crescente insustentabilidade da convivência humana no mesmo. De fato, especialistas dão conta de que é necessário preservar, no mínimo, 10 % de cada Bioma em Unidades de Conservação (UC), mas na Mata Atlântica esse índice está abaixo de 3 % (MDA, 2010:185). Não é por acaso, portanto, que este bioma é tido como o segundo mais ameaçado de extinção no mundo. Importante entender que a degradação ambiental de qualquer bioma, além de medida em termos da redução da área de cobertura é, também, avaliada em termos da preservação equitativa de cada ecossistema que dele participa e da sua correspondente vulnerabilidade. No caso da Mata Atlântica, estima-se que, originalmente, ela cobria cerca de 15 % do território brasileiro, mas as medições recentes dão conta de que já está limitada a menos de 8% do mesmo (ibidem).

Reproduzindo aquele padrão do quadro nacional, as pesquisas mais recentes sobre o estado do Bioma da Mata Atlântica, ao tempo em que reconhecem a importância vital da sua parcela delimitada pelo Estado de Pernambuco, avaliam esta última como uma das áreas do Bioma mais degradadas do país (Pernambuco, 2000; ISA, RMA e SNE, 2001; Cavalcanti et al., 2002; Vilas Boas e Alves, 2009; Mata e Paiva, 2009; Oliveira et al., 2010; MDA, 2010). Corrobora para esta classificação a

constatação de que dos 18 % da cobertura original da Mata Atlântica, em Pernambuco, restam apenas 1,54 %. Estudos como estes evidenciam a gravidade desta situação à medida que qualificam esta cobertura remanescente como extremamente fragmentada e dispersa, comprometendo, portanto, os esforços para conservação da biodiversidade associada. Pesquisas na área do Centro de Endemismo Pernambuco evidenciam que os fragmentos remanescentes daquele Bioma subsistem como encaves – muitos dos quais estão classificados como de extrema importância biológica – nas terras ocupadas pelas empresas sucroalcooleiras daquela região [Silva e Tabarelli, 2005; Silva e Paglia, 2007; Conservação Internacional, 2007].

A atualmente denominada Zona da Mata de Pernambuco é uma mesorregião formada pelas Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul e nela convivem próximo de 16 % da população do Estado, dos quais mais de 60 % estão na área urbana dos seus quarenta e três municípios. A Figura 1, a seguir, ilustra as Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, com o detalhe da mesorregião da Zona da Mata.



FIGURA 1- ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO
Fonte: CONDEPE/FIDEM

É fundamental lembrar que característica marcante desta mesorregião é a sua histórica ocupação pela indústria sucroalcooleira a ponto dela ser conhecida, também, como a “Região Canavieira” de Pernambuco, conforme já colocado anteriormente. Não é por outra razão, portanto, que os estudos sobre a ZMPE são unânimes em mostrar os graves e crônicos problemas socioambientais, que estão associados ao intenso avanço da indústria e da urbanização. O novo, contudo, é que, ao mesmo tempo, aqueles estudos também evidenciam pistas das potencialidades de uma agroindústria fundada na multifuncionalidade [Carvalho et al., 1998; Silva, 2006; Alves da Silva, 2009; Antônio Neto, 2009; Silva et al. 2010; PERNAMBUCO, 2010c]. Nesse sentido, o passivo socioambiental legado pelas atividades antrópicas (notadamente a indústria sucroalcooleira e urbanização) no Bioma Mata Atlântica pode ser sintetizada com os seguintes destaques:

- Desmatamentos em áreas de nascentes e matas ciliares (além da urbanização há, também, uma contribuição dos pequenos produtores rurais por conta da cultura de subsistência no período de entressafras, da maior oferta hídrica no período de estiagem);
- Erosão com perda de solo agriculturável;
- Assoreamento de rios, com estrangulamento das calhas fluviais e severas repercussões no escoamento d’água;
- Contaminação hídrica, atmosférica e dos solos, por agroquímicos;
- Degradação hídrica e dos solos por conta de práticas agropecuárias de queimadas (renovação da cana-de-açúcar), pastagens e limpeza da terra;
- Redução da biodiversidade;
- A endemização de várias doenças entre elas a esquistossomose (persistentemente concentrada na ZMEP e região equivalente

dos Estados de Alagoas e Paraíba);

- Redução da área do plantio de culturas de subsistência à medida da expulsão de pequenos produtores rurais (assentados ou não) para ampliação da área de plantio da monocultura extensiva e urbanização;
- Tendência de aumento da vulnerabilidade das populações face os efeitos da mudança climática (particularmente aquelas que convivem em ou na interface com áreas estuarinas);
- Conflitos por conta de:
 - Desmatamento associado à ocupação desordenada de encostas e margens dos rios, à medida do avanço da urbanização que compete com a monocultura na ocupação da terra;
 - Discriminação determinadas por políticas públicas ou ações privadas, colocando o pequeno produtor (ou assentado) como causa e vítima, simultaneamente, do impacto ambiental da monocultura.

Importante considerar que o quadro acima colocado é profundamente agravado por conta de outros fatores dentre os quais o grave problema dos resíduos sólidos decorrentes do processo de urbanização e industrialização. Não é por outro motivo que atualmente está em fase conclusiva, pelo Governo do Estado, o processo de “revisão da Nova Política Estadual de Resíduos Sólidos” [PERNAMBUCO, 2010c:20].

Vale destacar que os estudos sobre os resultados dos esforços de reflorestamento desenvolvidos pelo setor sucroalcooleiro na ZMPE dão conta de que os mesmos apresentam graves limitações em longo prazo. Tais iniciativas têm apresentado baixa eficácia com relação à recuperação de serviços ambientais do ecossistema, particularmente quanto à conservação da diversidade biológica [Lôbo et al., 2007]. Importante considerar que estas iniciativas do Setor estão mais associadas às eventuais pressões desenvolvidas pelos órgãos de controle (IBAMA e

CPRH). Tais pressões decorrem da necessidade de adequação daqueles empreendimentos à legislação ambiental, particularmente quanto a questões de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), previstas pelo Código Florestal. É esclarecedor ter em conta que as RL, como enclaves nas terras privadas das usinas de cana, estão como que em uma espécie de “limbo”, à medida que jamais foram regularizadas (tal situação explicaria os esforços do setor empresarial para suprimir responsabilidades por tais passivos ambientais no Código Florestal, conforme comentado no item 2.2 deste texto).

No último sentido colocado, a questão histórica, mais do que nunca vigente, associada às práticas de mecanização, de queimadas e do uso de agroquímicos no processo produtivo, ainda desafiam o setor sucroalcooleiro atuante na ZMPE (Ferreira et al., 2008). Os estudos sobre estas questões dão conta de que a regulação do setor face estes temas estão em descompasso negativo com o que está ocorrendo no Sul e Sudeste do país. Um ponto extremamente crítico, deste processo, é o caso das queimadas para corte da cana que vem exigindo ação conjunta do Governo do Estado de Pernambuco, do IBAMA-PE e da CHESF (Companhia Hidroelétrica de São Francisco), tendo em vista os elevados e inerentes riscos de desligamentos da rede de transmissão de energia elétrica [CHESF, 2010].

Naquela mesma linha, no ano de 2010, o IBAMA-PE empreendeu a “Operação Engenho Verde” no setor sucroalcooleiro pernambucano. A operação concentrou-se nas 24 maiores usinas do Estado. Como resultado foram aplicadas multas da ordem de R\$ 5 milhões de Reais por usina com respeito às ações judiciais visando à recuperação das áreas degradadas e representações criminais com base na Lei de Crimes Ambientais [Plataforma DhESCA Brasil, 2010]. Os órgãos fiscalizadores consideram que o setor sucroalcooleiro em Pernambuco é responsável por assoreamentos de recursos hídricos, redução da biodiversidade, acidificação e erosão de solos, contaminação por agroquímicos, além de não observarem a reserva legal. Além disso, ratifica que o setor promove queimadas ilegais e possui várias unidades sem o devido licenciamento

ambiental (ibidem).

No que pese os vários projetos (entre outros, os voltados para recuperação de Bacias Hidrográficas, turismo, reflorestamento) relacionados às questões ambientais no Estado de Pernambuco (ao longo dos últimos anos), a constatação de que o tema ambiental foi introduzido tardiamente no PROMATA, mais por exigência externa do órgão financiador do que por interesse do Governo do Estado, é emblemática da limitada racionalidade do governante público quanto ao tema. Assim sendo, embora o atual Governo do Estado esteja demonstrando esforços para superar esta qualificação [PERNAMBUCO, 2010C] é necessário repetir (o já quase lugar comum) que urge o desenvolvimento de políticas públicas, bem como parcerias estratégicas entre o setor privado, academia e o chamado terceiro setor, de modo a qualificar os esforços do setor sucroalcooleiro na ZMEP.

Vale evidenciar, por fim, que a flexibilização da legislação no sentido de permitir (reconhece como de interesse social e para fins de produção) ações de conservação em Áreas de Preservação Permanente (APP) é uma realidade [CONAMA, 2010]. Com esta estratégia do poder público para superar o conflito com o “pequeno agricultor familiar” (necessário comprovar que a cultura estava consolidada antes de julho de 2006), cria-se, por um lado, uma condição facilitadora para que os assentados explorem os solos férteis de partes de suas parcelas que se encontram, justamente, em APPs (legado do agronegócio desapropriado). Por outro lado, cria-se uma condição paradoxal face àquela antes mencionada situação de vulnerabilidade em que se encontra o remanescente do Bioma Mata Atlântica na ZMPE. De fato, a maioria dos assentamentos identificados como empreendimentos de agricultura familiar, no Estado de Pernambuco, está justamente na ZMPE [Antônio Neto, 2009].

*Possibilidades e limites de conversão da dicotomia
entre agroindústria e meio ambiente na Zona da Mata
de Pernambuco*

Conforme introduzido inicialmente neste texto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, ainda em construção, funda-se na compreensão de que preservar e conservar são princípios interdependentes e não antagonicos. São interdependentes ao menos porque a vida ocorre em uma complexa rede de conexões que valoriza a redundância (alternativas de caminhos) como garantia da incondicional adaptação (resiliência; capacidade de suporte) ao meio. Por outro lado, não são antagonicos ao menos porque os objetivos (e estratégias) primários que lhes são intrínsecos são complementares (não concorrentes) e a isolabilidade dos mesmos dá-se apenas em um contexto de aprendizagem (precaução face o reconhecimento dos limites do conhecimento disponível). O primeiro orienta para a proteção integral de ecossistemas à medida da interdisciplinaridade do conhecimento disponível para avaliar o impacto das ações antrópicas. O segundo orienta para o uso racional (sem reducionismos e racionalizações), também à medida da interdisciplinaridade do conhecimento disponível para avaliar o impacto das ações antrópicas. À luz destes princípios, apresenta-se o Quadro 1, a seguir, construído com base nos argumentos desenvolvidos nos itens anteriores. Nele sintetizam-se limites e potencialidades, contribuindo para esclarecer e superar a insustentável dicotomia entre a agroindústria e o meio ambiente na ZMPE. Adianta-se que as posições nele realçadas como pólos em dicotomia possuem tendências de convergência e simbiose, as quais não serão exploradas aqui de modo exaustivo. Nesse último sentido, contudo, há no pensamento em Celso Furtado um valioso alerta no sentido de se defender políticas de desenvolvimento regional com base em estratégias capazes de “...eliminar simultaneamente o latifúndio predatório e o minifúndio asfixiante...” [Furtado, 1981].

QUADRO 1	COMPARAÇÃO ENTRE O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR [Fonte: o autor]	
AGRICULTURA→ CARACTERÍSTICAS↓	AGRONEGÓCIO	AGRICULTURA FAMILIAR
LÓGICA PRODUTIVA	Monocultura e Produção em Massa para exportação;	Policultura e Produção para Consumo Local
CONCENTRAÇÃO DA TERRA*	15,6 % dos estabelecimentos ocupam 75,7 % da área: 62 ha por produtor	84,4 % dos estabelecimentos ocupam 24,3 % da área: 7 ha por produtor
PRINCÍPIO DE CONVIVÊNCIA	Concorrência; Coalizão de poder; Excludente	Cooperação; Coesão social; Incluyente
TECNOLOGIA	Inovação; Intensiva em capital	Adequação sociotécnica; Tecnologia Social; Intensiva em mão-de-obra
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	Grandes extensões contíguas de terra; Homogênea	Pequenas extensões de terra; Difusa
ECONOMIA	Hegemônica; Assimetrias	Solidária; Equidade

A primeira característica apresentada no Quadro 1 é a Lógica Produtiva. Por esta perspectiva constata-se que o agronegócio está condicionado aos interesses e à dinâmica do mercado mundial (*commodities*; subsídios protecionistas; regulação via normas internacionais; etc.). Além disso, funda-se nos ganhos de redução de custo propiciados pela monocultura e sua produção em larga escala para exportação. Os produtos decorrentes, portanto, nem sempre estão diretamente disponíveis para a população local que, não raramente, só tem acesso aos produtos de menor qualidade. As políticas públicas se valem deste setor para formar estoques reguladores de preços. A agricultura familiar, por sua vez, possui uma Lógica Produtiva voltada à dinâmica, controle, interesses e peculiaridades do mercado interno (regulação ou incentivo via política pública nacional; relações de confiança; etc.), e funda-se na sua vocação natural à policultura e produção para o consumo nos mercados locais ou sub-regionais. Isto favorece a nucleação de agroindústrias (e, também, de redes de serviços) com base nas competências locais (matéria-prima local diversificada; mão-de-obra local qualificada; conhecimento local; etc.), possibilitando a agregação de valor aos produtos regionais.

A característica da Concentração da Terra, por seu turno, permite avaliar as responsabilidades diferenciadas para com o uso adequado da terra. Isto pode ser observado tanto em relação ao passivo ambiental

quanto ao potencial dos matizes (isolados ou em simbiose) para superar os conflitos socioambientais associados e representarem práticas confiáveis de desenvolvimento sustentável.

Já o princípio de Convivência nas relações socioeconômicas permite constatar que o agronegócio funda-se na concorrência – tendência à exclusão –, fazendo com que seus pares tendam a tratar o meio ambiente também de acordo com este princípio. Por esta via o desmatamento ou é um *trade-off* econômico entre os custos e benefícios da mata em pé ou deitada, ou então é uma externalidade (como normalmente é assumido). A agricultura familiar, contudo, funda-se mais na cooperação – tendência à coesão – entre seus pares para lograr bom termo nas suas ações políticas, bem como visando criar sinergia para lidar com ameaças ou oportunidades ao desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, é de se esperar que a relação com o meio ambiente tenda a uma maior harmonia à medida que o sentido de pertença e identificação com o local é visceral.

A característica da Tecnologia permite constatar que o agronegócio utiliza-se da inovação tecnológica puxada pelo domínio dos avanços do conhecimento científico (biotecnologia; bioquímica; nanotecnologia; automação; etc.), implicando em uma atividade intensiva em capital (acesso às patentes; sementes selecionadas geneticamente; uso intensivo de agroquímicos; etc.). A agricultura familiar, por sua vez, funda-se mais na tecnologia social de adequação sociotécnica (fundada no conhecimento local não necessariamente científico, mas, cada vez mais um saber misto ou dialogal entre o saber popular e o científico). Tal tecnologia é, portanto, naturalmente intensiva em mão-de-obra à medida que é reproduzida e melhorada por aprendizagem entre familiares e agregados. Nesse sentido, contribui para reduzir o êxodo rural e valorizar o conhecimento da biodiversidade local. Este último, cada vez mais vital com o advento das mudanças climáticas, torna-se um potencial valioso por ser único e compartilhado localmente por razões afetivas entre os pares.

A característica de Ocupação do Espaço permite identificar que o agronegócio avança de modo homogêneo e concentrador, configurando um quadro de grandes propriedades (latifúndios) em extensão contígua de terra. Tende a fragilizar os ecossistemas à medida que os fragmentam. Este processo, além de gerar pressões negativas sobre o meio ambiente, tende a expulsar o agricultor para as regiões de solos mais pobres, acidentadas e, não raramente, para áreas legalmente protegidas. A agricultura familiar, por outro lado, desenvolve-se a partir de pequenas propriedades em extensões de terra apresentando uma ocupação difusa. Esta peculiaridade enseja o desenvolvimento de um sentido acurado de pertença e cuidado com o local, cujo direito de posse da terra frequentemente advém de políticas públicas de assentamentos. Esta fragmentação de posse da terra tende a instigar o conhecimento das especificidades do local e à integração com a biodiversidade.

A característica da Economia evidencia, para o agronegócio, a sua natureza (não rara arrogante) de poder hegemônico, segundo os ditames do capital internacional, gerador de assimetrias nacionais e regionais. A agricultura familiar, por outro lado, favorece a autonomia (reprodução da força de trabalho) e, assim, tende mais para a economia solidária, geradora de um desenvolvimento inclusivo e comprometido com a equidade de renda. Nos mercados explorados conjuntamente e regidos pela concorrência entre estes dois matizes, entretanto, ocorre a geração de inconsistências entre os princípios e ações para a sustentabilidade (p. ex., uso de agrotóxicos e irrigação extensiva, na agricultura familiar).

A característica da Abordagem permite distinguir que o agronegócio utiliza-se, cada vez mais, de especialidades associadas ao método conservador de geração do conhecimento científico tipicamente fragmentado. A agricultura familiar, por outro lado, está visceralmente associada à multifuncionalidade da agricultura e, por isto mesmo, tende a contribuir para gerar um conhecimento interdisciplinar, de síntese.

A característica da Reflexividade, por fim, permite identificar como os atores dos diferentes matizes reconhecem o meio ambiente. Por esta

via, vê-se que o agronegócio relaciona-se com os ecossistemas numa perspectiva de “celeiro ou fossa”, de acordo com a conveniência dos mercados. É “celeiro” à medida que o meio ambiente é reduzido a uma fonte de recursos a ser explorada à exaustão. É “fossa” à medida que o meio ambiente é reduzido a sumidouro de externalidades, uma espécie de “buraco negro” capaz de diluir à exaustão todo tipo de poluição antrópica o que, não raramente, deixa passivos ambientais. A agricultura familiar, por seu turno, aprende a valorizar as condições de convivência agroecossistêmica, favorecendo as experiências de agroecologia e agroflorestas, entre outras.

Considerações finais

Este texto iniciou instigando sobre a dicotomia entre a agroindústria e o meio ambiente. A argumentação desenvolvida mostra que esta dicotomia é insustentável à medida que os matizes do agronegócio e da agricultura familiar sejam avaliadas como experiências sustentáveis e encontrem condições políticas de convivência, promotoras de uma simbiose, antes que de concorrência. Este princípio mostra-se válido e urgente, sobretudo para situações limites como no caso da ZMPE, especialmente por conta do passivo (degradação ambiental) decorrente do histórico desmatamento. Nesse sentido, é valioso constatar que estas condições já começam a acontecer, ainda que timidamente, através das políticas públicas nacionais, via os recentes Plano Safra e PRONAF, com claras tendências à complementaridade e integração. Vale acrescentar que ambos matizes têm potencial para preservar e até recuperar o exíguo remanescente do Bioma da Mata Atlântica da ZMPE e podem fazê-lo por vias diferenciadas e complementares. Deste modo, é possível evidenciar parcerias para ações estratégias de preservação da valiosa biodiversidade remanescente, reflorestamento de espécies endêmicas daquele Bioma e produção local de alimentos (principalmente para garantir as necessidades locais).

É necessário, contudo, que as estratégias da agroindústria açucareira (em particular) sejam coerentes com o conceito de multifuncionalidade da agricultura (superar o reducionismo de *commodities*), conforme a proposta original das AG 21 Global, Nacional e de Pernambuco. A compreensão desta necessidade está em que o matiz da agricultura familiar já carrega em si a natureza da multifuncionalidade à medida que suas experiências socioambientais vão além de critérios econômicos e contribuem para avanços em coesão social, estética, ecologia, cultura e saber popular.

Sob critério sistêmico, como exige o DS, é possível concluir que aquelas ações estratégicas são subjacentes a uma estratégia de governança envolvendo o Estado (níveis nacional, estadual e municipal), o setor privado e a sociedade civil organizada, cujos sinais já começam a aparecer em discursos e algumas ações daquelas lideranças. É justamente aí que se descortina um horizonte promissor para superar o crônico conflito de valores e visões de mundo diferenciadas entre aqueles protagonistas, à medida do aprendizado fundado nas experiências exitosas dos esforços sociotécnicos de convivência no ecossistema com raízes na economia solidária e tecnologia social.

O conhecimento atual sobre os históricos impactos socioambientais vigentes na ZMPE permite concluir, também, que o agronegócio só será capaz de fazê-lo por uma mudança de rumo (C&T&I e gestão) vencendo o seu crônico conservadorismo. Na verdade, é necessário que o setor sucroalcooleiro de PE decida investir de modo significativo (não “cosmético”) em estratégias de inovação tecnológica e de gestão que atendam, de fato, à sustentabilidade dos ecossistemas já impactados pela monocultura. A agricultura familiar, por seu turno, embora já o pratique em várias experiências nacionais como princípio de convivência com o meio ambiente (agroecologia; agroflorestas; entre outras), na ZMEP ainda está confinada a enclaves que estrangulam a sua expansão. Como facilitador da integração entre estas duas correntes tem-se o Estado que, de modo esperançoso, já começa a redesenhar suas políticas

face à necessidade de integrá-las e, mais do que isso, validá-las com a participação ampla da população.

Em síntese, é possível destacar:

- O potencial do Brasil e da ZMPE em menor escala, para inovar e diversificar suas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, adequando suas políticas segundo a simbiose das lógicas produtivas do agronegócio e da agricultura familiar (posição singular ou única no estado do mundo atual); e,
- As crescentes experiências da agricultura familiar desenvolvidas no Nordeste por apresentarem peculiaridades únicas para orientar as políticas públicas nacionais, particularmente por conta do potencial de aprendizado histórico de convivência da população com as especificidades do Semi-árido e da ZMEP (conter de modo qualificado o êxodo rural; reduzir a fome crônica e a desnutrição; requalificar a mudança e o uso da terra pela convivência socioecossistêmica; recuperação de áreas degradadas; prevenção ao estado de vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas e, a integração de saberes necessários à conservação da biodiversidade nos centros de endemismo remanescentes da Mata Atlântica).

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, Ricardo, **Alimento versus população**: está ressurgindo o fantasma malthusiano?. In *Ciência & Cultura*, Nº 4, outubro/novembro/dezembro, 2010p.38-43;

Academia Pernambucana de Ciências, Seminário PÓS-COP 15: a Política Nacional de Mudanças Climáticas, Recife, 2010;

Adital, Entidades se articulam para reconstruir empreendimentos solidários, Natasha Pitts, Brasil, 2010. www.adital.com.br/.../noticia.asp?lang=PT&cod=50505 acesso em agosto 2010;

Agenda 21 Global, Senado Federal, 1996;

Agenda 21 Brasileira, MME, 2002;

Alves da Silva, Tarcísio A., **A dinâmica dos conflitos ambientais na zona da mata de Pernambuco**: os assentados como vítimas e causadores de danos ambientais. In *CIENTEC Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE*, Ano 1, nº 1, abril, 2009:93-104;

Andrade, Manuel C. de, **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo**. In *ESTUDOS AVANÇADOS*, 11 (29), Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, Recife, PE, 1997:169-194;

Antônio Neto, Francisco, **Princípios norteadores para a construção de um modelo de agricultura familiar sustentável para a Região da Zona da Mata de Pernambuco, focado na agroecologia**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Pós-Graduação em Recursos Naturais, 2009;

Banco do Nordeste, **Informe Rural ETENE: AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE**. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Ano 4, Nº 05, 2010;

BRASIL, **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices

de Desmatamento da Amazônia Legal. Presidência da República Casa Civil, Brasília, 2004;

BRASIL, **ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DA BIODIVERSIDADE DO BIOMA CAATINGA**, Suporte a estratégias regionais de conservação. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2005;

BRASIL, Diversidade Biológica e Conservação da Floresta Atlântica ao Norte do Rio São Francisco / Kátia Cavalcanti Pôrto, Jarcilene S. de Almeida-Cortez, Marcelo Tabarelli (Orgs.). Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2005;

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Inventário brasileiro das emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa. Ministério de Ciência e Tecnologia, Brasília, 2009a;

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 12.187/2009, 2009b;

BRASIL, **Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Relatório Técnico. Brasília, Rio de Janeiro: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, 2009c;

BRASIL, **Nota nº 31**: Notificação ao UNFCCC sobre as ações brasileiras de redução de emissões, 2010c. <http://www.itamaraty.gov.br/.../2010/01/29/notificacao-ao-unfccc-sobre-as-acoesbrasileiras>.. Acesso em 08/11/2010;

Cavalcanti, Clóvis et al., **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA**. Trabalhos para discussão, nº 135/2002, fevereiro de 2002. www.fundaj.gov.br, acesso em dezembro de 2010;

Cavalcanti et al., **A planície fluvial da cidade do Recife e a ocupação urbana das áreas dos manguezais, das restingas e da orla marítima**. Universidade Federal de Pernambuco, 2002. www.nilsonfraga.com.br.../CAVALCANTI_Kaline_Gabrielli_Gon_Alves.pdf, acesso em 2010;

Carvalho, Eduardo M. Freese de, et al., **Evolução da esquistossomose na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. Epidemiologia e situação atual: controle ou descontrole?. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(4), out-dez, 1998:787-795;

CEDES, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, **Agenda para o novo ciclo de desenvolvimento**, 2010;

CEPAL, **Estudo de caso**: O mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil, Volume I, Serie desarrollo productivo, Nº 92, CEPAL/ECLAC, 2000a;

CEPAL, **Estudo de caso**: O mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil, Volume II, Serie desarrollo productivo, Nº 92, CEPAL/ECLAC, 2000b;

CHESEF, Plano de Ação Emergencial para Transmissão com Foco em Queimada, 2010. < www.smars.com.br/upload/tiny_mce/apresentacoes/Apresent_IV_SMARS_20.pdf>;

CONAMA, **Conama reconhece interesse social da agricultura familiar em APP**. 55ª Reunião Extraordinária, MMA, 2010, <www.mma.gov.br>;

Custódio, Marta Battaglia, **Política nacional de segurança alimentar e nutricional no Brasil: arranjo institucional e alocação de recursos**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2009;

Diamond, Jared, **Colapso** – Como as sociedades optam pelo fracasso e a sobrevivência, Record, 2006;

Domingues, Edson Paulo et al., **Cenários de mudanças climáticas e agricultura no Brasil**: impactos econômicos na Região Nordeste. Texto para Discussão N° 340, UFMG/Cedeplar, 2008;

FAO, **THE STATE OF FOOD AND AGRICULTURE. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS** – FAO, Rome, 2009. <www.fao.org/catalog/inter-e.htm> acesso em dezembro de 2010;

FAO - **Avaliação dos recursos florestais mundiais 2010**. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO, 2010: <<http://su.pr/73nPV2>>, acesso em dezembro de 2010;

Faria, Cláudia de Oliveira. **As Florestas nas Negociações Internacionais sobre Mudanças Climáticas: Estado da Arte e Perspectivas**. Dissertação de Mestrado, Programa de Planejamento Energético, Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010;

Ferreira, Sandra Roberta G., **Alimentação, Nutrição e Saúde**: Avanços e Conflitos da Modernidade. In *Ciência & Cultura*, N° 4, outubro/novembro/dezembro, 2010p.32-34;

França, Caio Galvão de, Del Grossi, Mauro Eduardo e Marques, Vicente P. M. de Azevedo, **O CENSO AGROPECUÁRIO 2006 E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**. 2010;

FUPEF - Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. **APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA FLORESTAL DA CHAPADA DO ARARIPE EM PERNAMBUCO**. Paraná, 2007. <www.codevasf.gov.br/programas_acoes/.../diagnostico-araripe.pdf>;

Greenhalgh, André Augusto, **Expansão do Sistema Agroindustrial Sucroalcooleiro e os Impactos na Agricultura Familiar**. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, SECRETÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF, DEP. DE GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR – DEGRAV, Brasília, 2008;

IBGE, Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009;

IPEA, **Assistência social e segurança alimentar**. In *Políticas sociais – acompanhamento e análise*. IPEA, fevereiro de 2007:55-77;

IPEA, **PENAD 2008** Primeiras Análises, Setor Rural. Março, 2010;

Leis, H. R., **A-Ventura-Mor da Política: Uma análise das Teorias e Práticas do Ambientalismo..** Tese de Doutorado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1996;

Lôbo et all., **Esforços de reflorestamento do setor sucroalcooleiro na floresta Atlântica do Centro de Endemismo Pernambuco**, 2005, <www.sebecologia.org.br>;

Luzzi, Nilza, **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir dos diferentes atores sociais.** Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007;

Magalhães, André e Dias, Fernando, **A atuação do PRONAF em Pernambuco: uma análise a partir de micro dados.** Recife. V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 2003;

Mata, Gustavo S. C. Roque e Paiva, Juarez J. J., **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – Avaliação Final do Programa – Diversificação Econômica e Competitividade Regional**, Governo de Pernambuco, Recife, 2009. <www.promata.pe.gov.br>, acesso em dezembro de 2010;

MDA, **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2006;

MDA, **Expansão do Sistema Agroindustrial Sucroalcooleiro e os Impactos na Agricultura Familiar.** Coordenação: Jânio Rosa, Elaboração: André Augusto Greenhalgh, 2008a;

MDA, **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica.** Coordenação de Peter Herman May e Cássio Murilo Moreira Trovatto. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, Brasília, 2008b;

MDA, **PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2010/2011.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2010. <www.mda.gov.br>, acesso em janeiro de 2011;

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2010 / 2011.** <<http://www.agricultura.gov.br/>>, acesso em 01 de novembro de 2010;

Melo, Ivan Vieira, **Uma abordagem compreensiva ao processo de desenvolvimento industrial sustentável.** Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2002;

Morin, Edgar, **Ciência com consciência.** Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996;

Motta, Ronaldo Seroa da, **A REGULAÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO BRASIL.** IPEA, TEXTO PARA DISCUSSÃO No 1492, Brasília, maio de 2010, <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1492.pdf>;

Nascimento, Renato Carvalheira do, **Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Relatório Técnico. Brasília, Rio de Janeiro: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, 2009;

Nascimento, Amália Leonel e Andrade, Sônia Lúcia L. Souza de, **Segurança Alimentar e Nutricional: Pressupostos para uma Nova Cidadania?**. In Ciência & Cultura, Nº 4, outubro/novembro/dezembro, 2010p.34-38;

Neder, Ricardo Toledo, **O tripé estrutural da adequação sociotécnica no movimento pela tecnologia social**: quatro ambientes de fomento. Anais do III Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, Desafios para a Transformação Social, Curitiba, novembro de 2009;

NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka, **Criação de conhecimento na empresa**. RJ, Campus, 1997;

OMC, **Annual Report 2010**. World Trade Organization – WTO, 2010. <www.wto.org> acesso em janeiro de 2011;

PERNAMBUCO, **AGENDA 21 do Estado de Pernambuco**. Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA, 2002;

PERNAMBUCO, **LEI Nº 13.494, DE 02 DE JULHO DE 2008**. Cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SESANS com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008;

PERNAMBUCO, **Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros** – SUAPE, 2010a. <www.suape.pe.gov.br>, acesso em dezembro de 2010;

PERNAMBUCO, **OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO – GOV ESTADO PE**, 2010b. <www.operacaoreconstrucaope.blogspot.com> , acesso em dezembro de 2010;

PERNAMBUCO, **As Políticas Públicas Ambientais**, Marcos Reguladores de Pernambuco no Contexto Ambiental. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, 2010c;

Relatório do Seminário O Setor Energético e a Transição para uma Economia de Baixo Carbono. Focus | Visão Brasil, julho de 2010, <www.visaobrasil.org>;

Sachs, Ignacy, **Integração dos agricultores familiares e dos empreendedores de pequeno porte na produção dos biocombustíveis**. WORKSHOP A Expansão da Agroenergia e Seus Impactos Sobre os Ecossistemas Brasileiros Rio de Janeiro, 26-27 de março de 2007;

Sicsú, Abraham Benzaquen, Hulak, Maria Helena, **Política, Planejamento e Tecnologias Ambientais: Perspectivas e Limites ao Crescimento**. In A ECONOMIA DE PERNAMBUCO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O FUTURO. IAUPE, Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco, Recife, 2005;

Silva, Roberto Alves Marinho da, **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e a sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006;

Silva, Tarcísio Augusto Alves da, **A dinâmica dos conflitos ambientais na zona de mata de Pernambuco**: os assentados como vítimas e causadores de danos ambientais. CIENTEC · Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE - Ano I, Nº 1 · Abril/2009, p.92-105;

SCHMIDHEINY, S., **Mudando o Rumo: uma ...**, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992;

Sparovek, Gerd, et al., Considerações sobre o Código Florestal brasileiro, 2010. <http://www.imaflora.org/upload/repositorio/gerdspavorek_CF_junho.pdf>;

SOUZA, Ioneide Alves de, NETTO, André Maciel, ANTONINO, Antonio Celso Dantas e

Vilas Boas, Dinabel e Alves, Renata, A., **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco** - Relatório final – Tema: Meio Ambiente. Setembro, 2009. <www.pe.gov.br>, acesso em dezembro de 2010;

Via Campesina Brasil, **Soberania Alimentar**, os Agrocombustíveis e a Soberania Energética – Subsídios para estudo -, 2007;

WWI, Estado do Mundo 2010 - Transformando Culturas - Do Consumismo à Sustentabilidade. Relatório do Worldwatch Institute sobre o Avanço Rumo a uma Sociedade Sustentável. Worldwatch Institute no Brasil, UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica, 2010. <www.worldwatch.org.br>.

ECONOMIA DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO: ALGO DE NOVO? MAIS DO MESMO?

João Policarpo R. Lima

Malu Pinto

Sylas Ferreira²²

A economia da Zona da Mata do Nordeste é sabidamente dominada pela produção de cana-de-açúcar e seus derivados desde a constituição daquela que veio a ser denominada por Furtado (1959) a “primeira grande empresa colonial agrícola européia.” Desde então vem enfrentando momentos de expansão e declínio, acompanhando a evolução do mercado do açúcar e, mais recentemente, do álcool, bem como refletindo o comportamento de seus agentes econômicos, ou seja, fornecedores de cana e usineiros.

Durante décadas, ou séculos, os chamados agentes econômicos da Zona da Mata nordestina, embora apresentando heterogeneidades, vêm demonstrando traços de continuidade, lado a lado com algumas mudanças, sendo estas, em geral, mais lentas e menos profundas. Sem dúvida, surpreende a continuidade da hegemonia da agroindústria canavieira, tendo em conta as freqüentes fases de declínio historicamente observadas. No período colonial, os primeiros momentos de dificuldades foram postos pela saída dos holandeses do Nordeste e subsequente iniciativa

22 Malu Pinto e Sylas Ferreira são alunos do Curso de Graduação em Economia da UFPE e colaboraram no levantamento de informações e na redação preliminar dos itens 2 e 5 desse artigo.

dos mesmos de produzir açúcar nas Antilhas, com o estabelecimento de uma concorrência antes inexistente. Apesar de sentir o golpe, a estrutura produtiva de então foi capaz de sobreviver, embora definhando lentamente (Furtado, 1959), com base nos baixos custos variáveis da mão-de-obra escrava e na abundância de terras, sem grandes modificações estruturais. Nas Antilhas, a produção de açúcar ganhou dinamismo com novas variedades de cana, maquinaria mais avançada, novos métodos de produção, novos derivados de cana como o rum, o que lhe conferiu vantagens significativas de custos de produção (Carvalho, 2002). Após a independência, este segmento vai acumular forças organizativas para se manter ativo e para obter o suporte do Estado quando ameaças e oportunidades se fizeram presentes (Lima, 1988). E o suporte estatal assumiu proporções diferenciadas com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, num momento de crise de superprodução, onde conflitos diversos colocavam em lados opostos produtores do Nordeste e do Sudeste, ao lado de disputas entre fornecedores de cana e usineiros. Estabelece-se assim uma intervenção bastante abrangente no setor, que envolvia, entre outras coisas, o estabelecimento de quotas de produção por unidade produtiva e por regiões, regulando-se ainda as exportações e os preços internamente.

Nesse modelo de intervenção, conforme Carvalho (2002: 267):

“A presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção. A fixação de preço para a cana, álcool e açúcar garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente em sua forma creditícia, viabiliza a produção por meio do mecanismo da equalização de custos em que a diferença de custo entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul seria coberta pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, transferidos pelo governo com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitivas, como a nordestina.”

Esse esquema de proteção, enquanto eliminava riscos e garantia lucros aos produtores gerava também a acomodação e podava os mecanismos da concorrência intercapitalista, o que afetou mais o ramo nordestino, menos eficiente e sujeito a condições menos favoráveis do ponto de vista do regime de chuvas e da topografia.

Nesse contexto, a extinção do IAA, em 1990, desnuda a menor eficiência de boa parte das unidades produtivas do Nordeste e lhes retira a rede de proteção. Em meio a esse novo ambiente, com a maioria das empresas industriais envoltas em elevado nível de endividamento e com menor competitividade frente ao ramo do Centro-Sul, as empresas nordestinas foram expostas à concorrência e passaram por um processo de reestruturação, que levou ao fechamento de várias unidades e à concentração da produção, juntamente com a modernização de unidades industriais e a práticas gerenciais mais adaptadas ao jogo da concorrência intercapitalista.

“O resultado disso é o fechamento de 35 unidades produtivas de açúcar e álcool no Nordeste entre 1991/92 e 1999/2000. Isso implica redução de cerca de 31% das unidades nordestinas, enquanto no Brasil observou-se, no mesmo período, redução de pouco menos de 17% (Nascimento, 2001), o que mostra a maior concentração de problemas nessa região. “ (Lima e Sicsú, 2002: 292)

“Embora ainda concentre o maior número de unidades produtoras de açúcar e álcool na região, o Estado de Pernambuco também concentrou, em termos nacionais, as perdas de usinas e destilarias que deixaram de funcionar, caindo de 42 para 28 (-14) o número delas, entre 1991/1992 e 1999/2000. Alagoas vem em seguida nesse ranking com uma perda de 11 unidades produtivas (Nascimento, 2001).” (Lima e Sicsú, 2002: 292/3)

Vale realçar, no entanto, que essa situação mais desfavorável no Nordeste deu lugar a reações diferenciadas, tendo o ramo alagoano bus-

cado algumas estratégias de superação das dificuldades que envolveram a introdução de inovações tecnológicas com vistas à diferenciação de produtos, à diversificação produtiva (mel rico invertido, co-geração de energia, complementaridade com a pecuária, irrigação, mecanização, novas variedades de cana, etc (Carvalho, 1999). Em Pernambuco, onde as condições de produção são menos favoráveis à mecanização, também podem ser notadas diferenciações com a introdução de alguns avanços tecnológicos e gerenciais (aproveitamento de áreas de várzeas, irrigação suplementar, otimização de processos produtivos, práticas de gestão profissionalizada etc) (Lima e Sicsú, 2002). Mais recentemente, tais movimentos inovativos vêm se tornando mais freqüentes e abrangentes notando-se uma menor dispersão no quadro dos rendimentos agrícolas e da eficiência do parque industrial em Pernambuco (Sicsú, Kelner e Ferreira, 2010).

Em meio a essas transformações das unidades de produção de açúcar e álcool, a Zona da Mata de Pernambuco experimentou, concomitantemente, algumas mudanças. Com isso expectativas variadas foram sendo formadas sobre o sentido das mesmas e sobre sua profundidade. Trata-se aqui da tão esperada diversificação produtiva que colocaria em relevo a possibilidade de avanços sociais mais generalizados no nível de vida da população, avanços que não foram observados até aqui com a soberana hegemonia da atividade canavieira.

A reestruturação e diversificação da economia da Zona da Mata nordestina e pernambucana, diga-se, já era preconizada e recomendada no chamado Documento do GTDN, grupo de trabalho comandado por Celso Furtado, que terminou dando origem à SUDENE. Em momentos diversos essa orientação pareceu ganhar musculatura para decolar, mas até aqui esses movimentos terminaram sendo abortados, seja por articulações políticas de usineiros e fornecedores de cana, seja pela ação das chamadas forças do mercado.

Não cabe aqui relatar tais situações específicas, mas vale lembrar

que a última oportunidade mais concreta de vir a ocorrer uma mudança mais significativa na direção da diversificação da base produtiva deu-se nos anos 1990, tendo em vista que a extinção do IAA deixou a maioria das unidades produtivas (usinas e destilarias) em condições financeiras vulneráveis, com elevado nível de endividamento com bancos oficiais e com passivos trabalhistas vultosos. Diante disso, propostas de negociação dos débitos trabalhistas e das dívidas bancárias foram elaboradas, tentando promover articulações a favor da cessão de terras de usinas e destilarias endividadas para fins de reforma agrária. Apesar de contar com boa parte dos ingredientes a favor, essa via terminou não prosperando.

Por outras motivações, entre as quais se destaca a atuação dos chamados movimentos sociais, a reforma agrária na Zona da Mata pernambucana terminou avançando e, conforme será visto mais adiante, há hoje um número significativo de assentamentos de reforma agrária que teriam, em princípio, mais propensão à diversificação, substituindo a cultura da cana-de-açúcar por culturas alimentícias, mais condizentes com o perfil da pequena produção familiar. Ocorre, entretanto, que, mesmo nos assentamentos de reforma agrária, a cultura da cana continua se impondo como uma alternativa relativamente mais favorável do ponto de vista do retorno econômico e assim a diversificação também não avançou, até aqui pelo menos, por essa outra via.²³

Tendo em vista o exposto, parece fazer sentido examinar mais de perto o panorama atual das atividades econômicas da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar possíveis aspectos de mudança e de continuidade, bem como de buscar possíveis explicações para tais tendências e ao mesmo tempo de analisar eventuais fatores que porventura estejam influenciando, a favor ou contra, mudanças mais efetivas que possam levar a melhorias nos padrões sabidamente insatis-

23 Sobre isso, ver, por exemplo, Silva Junior e Machado (2008), Pereira e Sousa (2002), bem como comentários feitos ao longo deste trabalho. Note-se que também não houve, até aqui, pelo menos, melhoramais expressiva nas condições de vida da população envolvida.

fatórios de qualidade de vida da população que habita nessa região. Essa é a proposta deste artigo e ao longo das próximas seções serão vistos os dados mais caracterizadores do panorama da economia da região, tentando-se de forma concomitante encontrar possíveis explicações para o comportamento da mesma.

Conforme será exposto, o espaço produtivo da Zona da Mata pernambucana é objeto de atuação do processo de acumulação de capital, o qual concentra-se na atividade econômica predominante, ou seja, a agroindústria da cana, havendo momentos de expansão e de retração em função dos movimentos de seus mercados, particularmente do mercado internacional onde os preços de suas *commodities* são determinados. Ao lado disso, observa-se também, ainda de forma incipiente, movimentos de valorização de capital em alguns espaços urbanos da região de forma articulada com algumas cadeias produtivas que, aos poucos, se expandem em Pernambuco, atraídas pelo mercado interno, estadual e nordestino, bem como pelas facilidades da política estadual de incentivos fiscais, tendo ainda o complexo industrial e portuário de SUAPE como forte indutor de novos investimentos, que se localizam em cidades próximas.

Esses são os vetores de continuidade e de mudança que atuam na área, onde o predomínio por ora tem se mantido na esfera da continuidade, havendo, porém, indícios de uma maior dinâmica da acumulação no espaço urbano que poderá, a médio prazo, alterar para melhor o quadro tradicional da região. Nesse contexto, como será visto ao longo deste trabalho, a possibilidade de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população da Zona da Mata pernambucana dependeria mais da evolução positiva de elementos exógenos associados ao vetor de mudanças, do que do vetor de continuidade representado pela manutenção, mesmo que “modernizado”, do peso do segmento sucroalcooleiro.

Vale aqui ressaltar que o caso em exame mostra que o desenvolvimento de uma região nem sempre pode ser obtido a partir de ativida-

des exportadoras, como advogam adeptos da chamada teoria da base exportadora, ou mesmo a partir apenas de atividades endógenas. Como se sabe, a Zona da Mata pernambucana é uma região que há séculos exporta derivados da cana e nem assim consegue melhorar seus indicadores de qualidade de vida da população. Na verdade, o caso em estudo está mais próximo de um enclave, tendo em conta a reduzida articulação da agroindústria canavieira com o resto de sua economia, bem como os elevados vazamentos de renda para outras regiões. Parece ser, assim, uma situação secular de subdesenvolvimento, onde a saída para um melhor padrão de vida da população está mais ligada à implantação de novas atividades, onde a política econômica tem papel crucial para definir formas de tornar a região mais atraente à valorização do capital para que essas novas atividades possam ser viabilizadas.

Na verdade o entendimento do funcionamento da economia da Zona da Mata pernambucana pode ser rastreado a partir de suas origens coloniais conforme a análise clássica de Furtado em Formação Econômica do Brasil. Embora alguns elementos tenham sido modificados, alguns traços mais marcantes mantêm-se até hoje. O que chama a atenção é a baixa capacidade estrutural de geração de encadeamentos de mercado interno, para frente ou para trás, a partir do fluxo de rendimentos gerados nessa economia, uma vez que as inversões, na era escravista, transformavam-se, em parte,

“(...)em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e de materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. (...) Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento de renda não tinha, entretanto, expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.” (p. 64)

No caso dos gastos em consumo também havia um mecanismo

similar, sendo a maior parte deles realizada no exterior e uma outra parte resultante do uso do trabalho escravo para gerar bens e serviços, sem dispêndios monetários, portanto. A repercussão monetária que havia era, principalmente, ligada à compra de produtos da pecuária que foi aos poucos se interiorizando, também numa lógica pouco monetizada. Sendo assim, conclui Furtado:

“ Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo da economia que não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico.” (p. 68).

Essa caracterização feita por Furtado, referente ao período colonial, pode ainda ser vista hoje na região, embora de forma menos “radical”, no que diz respeito aos vazamentos da renda. Hoje a agroindústria canavieira usa trabalhadores assalariados que consomem bens e serviços ofertados pelo mercado e se abastecem de alguns insumos localmente. A intensidade desses efeitos multiplicadores, no entanto, é reduzida por serem os salários pagos muito próximos ao salário mínimo, gerando uma massa expressiva, mas nem tanto, sendo os insumos e os bens de capital das reinversões em sua maior parte provenientes de outras regiões, ainda que uma parte seja produzida no entorno da Zona da Mata, ou seja, na Região Metropolitana do Recife. No caso dos salários, deve-se ter em conta também que o uso de mão-de-obra é mais intensivo na época da colheita da cana, o que significa que, durante seis meses do ano, estes trabalhadores ficam desempregados, portanto sem renda regular, e passam a depender de trabalhos eventuais, com o que se reduz o seu poder de compra e conseqüentemente as repercussões positivas

desses gastos.

Assim, os efeitos multiplicadores do segmento sucroalcooleiro sobre a base econômica da região ficam mais vinculados ao comércio varejista e atacadista, este em menor magnitude, à construção civil, aos pagamentos de impostos e ao desenvolvimento de serviços públicos e outros serviços, além de produtos derivados da agricultura mercantil de alimentos. Embora de alguma relevância, esses efeitos são débeis e continuam não originando o “processo de desenvolvimento de autopropulsão” para recuperar a terminologia de Furtado. Para que isso ocorra há que se romper com essa lógica predominante e atrair investimentos para outros segmentos produtivos, além de dinamizar a utilização de potencialidades locais, o que significa, em suma, a diversificação de atividades, seja a partir da atração de capitais externos à região, seja, complementarmente, através do desenvolvimento e atividades endógenas. O desafio da diversificação, que precisa ser enfrentado, defronta-se com a força da atividade canvieira que, principalmente quando o mercado de açúcar e álcool mostra-se favorável, domina a economia da região e assim as mudanças até aqui observadas têm evoluído lentamente, conforme será visto nas seções seguintes.

O comportamento recente do setor álcool-açucareiro no Brasil e no Mundo e suas perspectivas

Antes de examinar o quadro atual da economia da Zona da Mata faz-se aqui um breve olhar sobre os movimentos mais recentes da acumulação de capital no segmento produtor de açúcar e álcool no Brasil e no resto do mundo, já que essa dinâmica tem forte influência na região.

O setor sucroalcooleiro no mundo tem se transformado de maneira significativa nesses últimos anos, tendo como fatores destas transformações, por exemplo, a maior necessidade de açúcar pelas indústrias alimentícias e o aumento da demanda por combustíveis alternativos ao petróleo, altamente poluente, mas, que ainda figura como a fonte de

energia mais importante do mundo. O Brasil é o principal agente produtor e exportador de açúcar, possuindo também, vantagem comparativa absoluta em relação aos demais países, tanto na produção de açúcar, quanto de álcool. Isto resulta de fatores como a secular experiência e a aptidão edafo-climática para o plantio da cana-de-açúcar, incentivos por parte do governo em sua produção, como o PROÁLCOOL, que teve importante atuação até o início da década de 1990, e a facilidade de crédito para investimento no setor, bem como o desenvolvimento de carros flex (movidos a álcool e a gasolina), a partir de 2003, que em 2009 já representava 92% dos carros produzidos no Brasil.

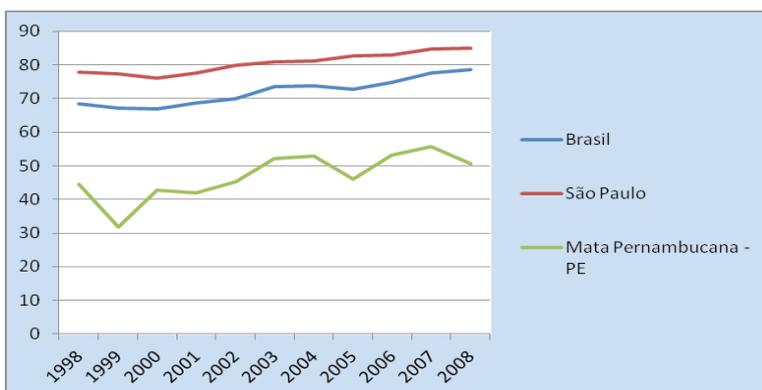
A agroindústria da cana no Brasil vem expandindo suas fronteiras agrícolas, principalmente no eixo centro-sul, em Estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Este último, por exemplo, já na safra 2002/03, ultrapassou a produção do Estado de Pernambuco, tradicional produtor, tendo registrado, na safra 2008/09, o dobro da produção pernambucana (segundo dados da ÚNICA), situada em torno de 17 milhões de toneladas por safra (média das cinco safras, a partir da Tabela 1), em contraste com Minas Gerais, que na safra 2008/09, produziu algo em torno de 48 milhões de toneladas de cana. Esses dados, dos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, traduzem bem o que vem acontecendo com o setor sucroalcooleiro nas regiões a que pertencem, ou seja, a expressiva expansão do setor no eixo centro-sul, e a perda de expressividade no cenário nacional do eixo norte-nordeste (Tabela 1). Efetivamente, na safra 2004/05 a cana processada pela indústria do eixo norte-nordeste representava cerca 14,8% do total nacional e na safra 2008/09 apenas 11,2%. Concorre para isso, entre outros fatores, diga-se, a disponibilidade de área cultivável que é maior nos Estados do Centro-Sul, estando esta no Norte-Nordeste, principalmente na Zona da Mata, já quase que totalmente ocupada.

Tabela 1: CANA-DE-AÇÚCAR PROCESSADA PELAS USINAS BRASILEIRAS (2004/05 à 2008/2009)					
Unidade:	Toneladas				
Safra	2004/05	2005/2006	2006/07	2007/08	2008/09
PERNAMBUCO	16.684.867	13.858.319	15.293.700	19.844.415	18.949.518
SÃO PAULO	230.280.444	243.767.347	263.870.142	296.242.813	346.292.969
CENTRO-SUL	328.697.362	337.714.418	372.285.061	431.113.603	504.962.891
N O R T E - NORDESTE	57.392.755	49.727.458	53.250.700	64.609.676	64.099.738
BRASIL	386.090.117	387.441.876	425.535.761	495.723.279	569.062.629

Fonte: UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Disponível no site: www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica.

Afora a disponibilidade de área, deve-se ter em conta também que a produtividade agrícola da cana tem crescido de forma mais expressiva no resto do Brasil, particularmente em São Paulo, enquanto em Pernambuco, por exemplo, esse índice, embora com tendência crescente, fica ainda muito aquém da média no Brasil e de Estados como São Paulo ou Paraná (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)- Brasil, São Paulo e Pernambuco.



Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal.

Nesses últimos anos a demanda externa por açúcar tem se mantido aquecida, por conta do nível relativamente baixo dos estoques e de freqüentes problemas climáticos nos países com maior participação nas exportações no mercado internacional, junto com a expansão da demanda por álcool por razões ligadas ao aquecimento global.²⁴ As tabelas 2 e 3 exemplificam bem o que tem acontecido com as exportações do açúcar que, em nove anos (de 2000/01 a 2008/09), cresceram cerca de 300%, enquanto as exportações de etanol, neste mesmo período, cresceram algo em torno de 5.000%, dados que representam bem as mudanças que surgiram nesta última década e que favoreceram fortes inversões de capital no setor, no Brasil e no Mundo. No caso do etanol, a expansão da demanda tem sido incentivada por medidas políticas, como as metas estipuladas pelo protocolo de Kioto para a criação de fontes de energias alternativas e menos poluentes, já que o álcool, produzido da cana, produz cerca de 60% menos carbono que a gasolina e, também, pelo desenvolvimento de carros bicombustíveis, a partir de 2003.

TABELA 2: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇÚCAR (BRUTO E REFINADO) (2000/01-2008/09)			
ANO SAFRA	QUANTIDADE (milhares de toneladas)		
	Brasil	Centro-Sul	Norte-Nordeste
2000/01	6.953,1	5.098,5	1.854,7
2001/02	11.038,7	9.205,2	1.833,5
2002/03	15.433,9	13.223,1	2.210,9
2003/04	14.048,5	11.576,2	2.472,3
2004/05	16.585,7	13.933,9	2.651,8
2005/06	17.598,8	14.744,6	2.854,2
2006/07	19.596,8	16.991,6	2.605,2
2007/08	18.608,2	16.443,4	2.164,7
2008/09	20.794,9	17.694,7	3.100,2

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

24 Sobre isso, ver "Preço do Açúcar volta a aumentar no mercado internacional", Plínio Nastari, Folha de São Paulo, 17/09/10.

Tabela 3: Exportações de Etanol(Anidro e Hidratado) pelo Brasil			
ANO SAFRA	VOLUME (milhões de litros)		
	Brasil	Centro-Sul	Norte-Nordeste
2000/01	94,0	51,9	42,1
2001/02	516,5	436,1	80,5
2002/03	817,6	532,0	285,6
2003/04	956,1	625,4	330,7
2004/05	2.478,2	1.905,6	572,6
2005/06	2.615,6	2.104,3	511,3
2006/07	3.691,6	3.272,1	419,5
2007/08	3.624,8	3.081,0	543,8
2008/09	4.721,9	4.249,7	472,2

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Dadas as condições favoráveis do mercado, o Brasil tem experimentado aumentos sucessivos na produção de etanol e açúcar, conforme dados das tabelas 4 e 5 . Para isto, os investimentos no setor têm se mantido. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a previsão da safra 2010/11 de cana-de-açúcar que está sendo moída pela indústria sucroalcooleira é de 651,51 milhões de toneladas. Se confirmada, haverá aumento de 7,8% na produção total em relação à safra 2009/2010 (604,51 milhões de toneladas), alcançando recorde nacional. A perspectiva positiva leva em conta a projeção de que o setor utilizará 470 mil hectares a mais em 2011/2012 para produzir cana. Além disso, há a perspectiva de que outros 600 mil hectares, já plantados no ciclo atual, sejam renovados no ano que vem para a produção de cana em 2011/2012.

Tabela 4: Produção Brasileira de Açúcar (2004/05 à 2008/2009)

Unidade:	Toneladas				
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Safra					
PERNAMBUCO	1.464.335	1.215.389	1.357.300	1.684.094	1.521.275
SÃO PAULO	16.494.931	16.833.595	19.503.032	19.139.062	19.662.436
CENTRO-SUL	22.085.132	22.084.810	25.784.133	26.200.606	26.749.819
N O R T E - NORDESTE	4.536.089	3.820.913	4.098.300	4.825.564	4.299.387
BRASIL	26.621.221	25.905.723	29.882.433	31.026.170	31.049.206

Fonte: UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Disponível no site: www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica.

Nesse contexto, investimentos internacionais têm sido dirigidos ao setor no Brasil em uma cadência considerada adequada: não há euforia e nem abandono de projetos, pois, muitos dos investimentos que acabaram sendo postergados em 2008, em função dos impactos da crise financeira internacional, já começaram a ser retomados. No mundo, é esperado que nessas próximas safras a Índia retome sua condição de exportador e a China aumente suas importações, causando maior estabilidade no mercado internacional. Com isso, os preços do açúcar provavelmente permanecerão atraentes²⁵ para países como o Brasil, que tem evidentes vantagens de custo relativamente a outros competidores, vantagens essas que também se colocam para os produtores do Nordeste, mesmo tendo estes custos relativos maiores em relação aos produtores do Centro-Sul. (Sicsú, Kelner e Ferreira, 2010).

25 Por conta das históricas oscilações do mercado do açúcar, no entanto, essa expectativa favorável está sujeita a flutuações de curto prazo.

Tabela 5: Produção Brasileira de Etanol (2004/05 à 2008/2009)

Unidade:	Mil litros					
	Safra	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
PERNAMBUCO		414.843	328.059	318.938	508.477	530.467
SÃO PAULO		9.107.457	9.985.276	10.910.013	13.334.797	16.722.478
CENTRO-SUL		13.591.355	14.352.542	16.006.345	20.333.466	25.101.963
N O R T E - NORDESTE		1.825.313	1.594.452	1.712.864	2.193.358	2.410.999
BRASIL		15.416.668	15.946.994	17.719.209	22.526.824	27.512.962

Fonte: UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Disponível no site: www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica.

O contexto descrito, susceptível à expansão de inversões de capital na produção de cana e derivados, ajuda a entender o que se passa nos últimos anos em Pernambuco, conforme os dados das Tabelas 1, 4 e 5, onde também ocorrem aumentos de produção, embora a taxas bem menores que as observadas em outros Estados (Ver Gráfico 2), o que, em boa parte, deve-se às limitações de área cultivável e de condições de relevo e clima menos favoráveis, conforme comentado anteriormente.



Fonte: ÚNICA

O panorama atual da ocupação dos solos e do padrão ocupacional

A análise dos dados do IBGE sobre o uso do solo na Zona da Mata de Pernambuco demonstra, sem muitas dúvidas, que a cana-de-açúcar continua soberana no cotejo com outras culturas praticadas no território em estudo. Conforme os dados disponíveis na série Produção Agrícola Municipal, há uma forte regularidade na distribuição da área plantada entre as culturas mais importantes na área estudada, sendo as mesmas muito concentradas em torno de algumas poucas culturas e sendo ainda a cana-de-açúcar a que ocupa cerca de 90% da área plantada ao longo de uma série de anos que vai de 1998 a 2008 (Tabela 6). Banana, mandioca, coco-da-baía, feijão e milho são as culturas que, afora a cana, detêm algum espaço no uso do solo plantado, porém com pouco peso no total. Note-se ainda que na série aqui observada a área cultivada com cana-de-açúcar sofre variações, de 348,9 mil ha em 1998, para 264,6 mil ha em 2003, com recuperação gradativa até 2008 (341,5 mil ha), acompanhando as tendências do mercado de açúcar e álcool.

Tabela 6 – Zona da Mata de Pernambuco: Área Plantada das Principais Culturas – 1998/2008

Ano	Área Plantada	Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Feijão		Banana		Coco-da-baía		Outros	
		Ha	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha
1998	387.955	348.968	90,0	10.463	2,7	2.597	0,7	2.377	0,6	12.983	3,3	7.038	1,8	3.529	0,9
1999	315.604	273.688	86,7	8.128	2,6	3.980	1,3	5.367	1,7	15.392	4,9	6.639	2,1	2.410	0,8
2000	312.335	271.878	87,0	6.292	2,0	3.783	1,2	4.752	1,5	16.806	5,4	5.895	1,9	2.929	0,9
2001	353.744	314.749	89,0	8.280	2,3	1.150	0,3	1.669	0,5	19.847	5,6	5.336	1,5	2.713	0,8
2002	335.275	296.946	88,6	8.789	2,6	1.505	0,4	1.960	0,6	17.136	5,1	6.260	1,9	2.679	0,8
2003	300.777	264.650	88,0	5.992	2,0	1.622	0,5	2.028	0,7	17.616	5,9	6.436	2,1	2.433	0,8
2004	302.781	268.466	88,7	6.616	2,2	1.248	0,4	1.768	0,6	15.683	5,2	6.559	2,2	2.441	0,8
2005	307.354	274.087	89,2	7.203	2,3	789	0,3	1.133	0,4	15.134	4,9	6.586	2,1	2.422	0,8
2006	309.382	276.850	89,5	6.104	2,0	873	0,3	1.142	0,4	15.842	5,1	6.657	2,2	1.914	0,6
2007	329.566	297.000	90,1	5.688	1,7	987	0,3	1.125	0,3	16.166	4,9	5.985	1,8	2.615	0,8
2008	380.439	341.503	89,8	7.609	2,0	1.432	0,4	1.949	0,5	18.645	4,9	6.479	1,7	2.822	0,7

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

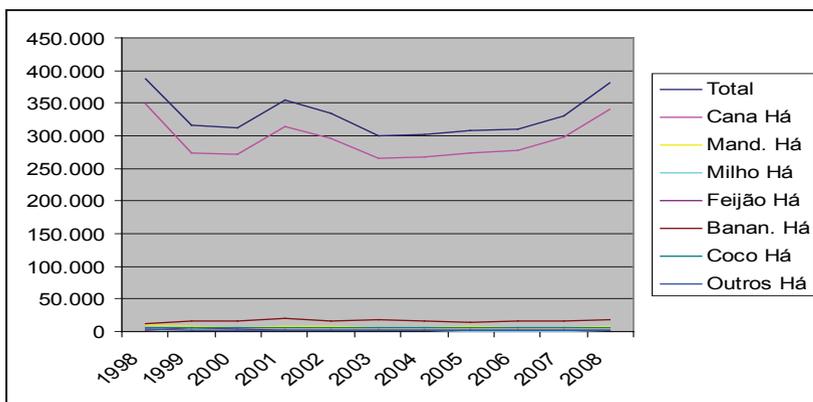
Vale observar que a elevada concentração da área plantada reproduz-se nas três microrregiões que formam a Zona da Mata pernambucana, sendo que na microrregião de Vitória de Santo Antão a predominância da cana apresentou-se um pouco inferior até 2007 (pouco acima de 80%), mas, em 2008, aproxima-se do patamar dos 90% observados nas demais microrregiões (Tabelas 7, 8 e 9, no ANEXO).

Na verdade, observando com mais cuidado os dados, pode-se ver que as variações da área plantada total acompanham a variação da área cultivada com a cana, que, por sua vez, associa-se com as tendências do mercado de açúcar e álcool. No Gráfico 3, essa tendência pode ser bem visualizada, podendo-se observar também a estabilidade da área cultivada com as demais culturas citadas. Assim, ao longo dos últimos dez anos, a diversificação de culturas não se sobressai na região. Ou seja, a diversificação que parecia ter sido iniciada nos anos 1990, em vista do fechamento de várias unidades industriais do setor sucroalcooleiro e da menor rentabilidade da cana para os produtores menores, terminou não

avanzando ou foi abortada pela reestruturação do parque industrial e pela expansão da demanda de açúcar e álcool.

Essa hegemonia pode ser explicada por ser a cultura da cana uma das poucas na região que tem sua produção e comercialização bem estruturada,²⁶ conseguindo assim manter a dominação no cultivo, mesmo nas terras que não são de propriedade das usinas de açúcar e álcool. Aliás, a estrutura de propriedade das terras é outro fator que contribui para a estabilidade da área plantada com cana-de-açúcar, já que a maior parte das terras cultiváveis da região pertence às usinas de açúcar e álcool que cultivam a cana para abastecer as unidades industriais. Enquanto isso, nota-se, em algumas propriedades que não pertencem às usinas, o cultivo de banana e mandioca, principalmente, cuja área não se altera muito, provavelmente por conta das limitações de mercado, da menor rentabilidade, da comercialização deficiente etc. Esse fato será retomado mais adiante neste trabalho, quando será abordada a reforma agrária e o uso da terra em seus assentamentos na Zona da Mata.

Gráfico 3: Zona da Mata de Pernambuco: Evolução da área cultivada (ha)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

26 Isso significa comercialização assegurada pelas usinas, coleta da cana na propriedade e financiamento de capital de giro por bancos oficiais ou através de repasses das unidades produtivas.

Os Vínculos Formais de Emprego na Zona da Mata Pernambucana

Outra forma de olhar o panorama da economia da região em estudo é acompanhar a evolução dos vínculos formais de emprego, o que dá também uma idéia das atividades econômicas mais exercitadas na Mata como um todo, incluindo os segmentos urbanos. Para isso, pode-se recorrer aos dados da RAIS, conforme mostra a Tabela 10.

Tabela 10 – Zona da Mata Pernambucana: Vínculos Formais de Emprego (1998/2008)

SUBS IBGE	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EXTR MINERAL	156	162	173	142	128	149	187	173	215	203	154
MIN NAO MET	1762	2112	2347	2305	2278	2163	2490	2486	2886	3198	3278
IND METALURG	171	192	557	1103	1154	1219	1371	1339	1221	1410	1226
IND MECANICA	76	76	57	60	85	97	100	99	120	165	159
ELET E COMUN	68	69	86	226	136	69	62	93	135	71	99
MAT TRANSP	63	46	78	83	90	99	83	80	97	140	124
MAD E MOBIL	229	273	260	268	277	256	291	320	316	298	348
PAPEL E GRAF	407	406	414	437	407	430	459	498	572	581	745
BOR FUM COUR	187	195	189	205	105	106	111	119	172	216	137
IND QUIMICA	111	317	208	274	438	475	513	483	5333	503	597
IND TEXTIL	639	697	579	677	527	560	601	626	485	625	561
IND CALCADOS	652	788	801	920	1065	209	1191	1219	1201	1189	1072
ALIM E BEB	34368	29714	33281	34921	32383	30517	35694	40468	41921	51283	52586
SER UTIL PUB	709	512	417	266	325	371	382	341	346	381	332
CONSTR CIVIL	897	546	664	712	885	512	592	763	1302	1732	2551
COM VAREJ	7736	8737	9418	10379	11135	11298	12067	12908	14264	15836	16324
COM ATACAD	575	650	732	788	930	967	878	1096	1065	1561	1862
INST FINANC	497	476	470	446	495	505	514	633	637	653	854
ADM TEC PROF	1001	1015	1205	1133	1106	2471	1918	1803	984	879	1622
TRAN E COMUN	514	598	969	670	912	837	898	987	1041	1171	1199

ALOJ COMUNIC	1437	1644	1641	1837	1830	2202	1889	2290	2493	2720	3520
MED ODON VET	1147	1040	1168	1216	1254	1208	1248	1345	1258	1266	1563
ENSINO	1345	1495	1334	1856	1644	2101	2435	2345	2373	2475	2491
ADM PUBLICA	24681	24532	24755	26949	30028	31480	31908	36461	38909	42602	40536
AGRICULTURA	23722	19533	22355	21940	27018	33812	32876	26644	28817	24092	19273
OUTR/IGN	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	103182	95825	104158	109813	116635	124113	130758	135619	148163	155250	153213

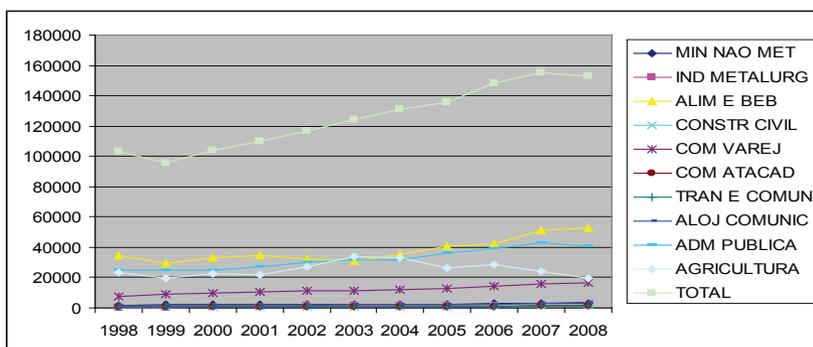
Fonte: MTE – RAIS

Em primeiro lugar, merece destaque na análise dos dados o crescimento de quase 50% no total de vínculos de emprego para a região da Mata, ao longo dos dez anos da série, o que será aqui examinado com mais detalhes a seguir.

Em meio aos dados do emprego formal, destacam-se os subsetores alimentos e bebidas, administração pública, agricultura e comércio varejista com quantitativos bem superiores aos demais e apresentando evolução positiva, exceto no caso do subsetor agricultura, que cresce entre 1998 e 2003, caindo em seguida. Note-se então que o subsetor alimentos e bebidas, exatamente onde se enquadram os vínculos de emprego da agroindústria canavieira, é o que mais gera emprego, apresentando 52.586 vínculos em 2008 (34.368 em 1998).²⁷

27 Note-se que, em 2008, os itens Fabricação e Refino de Açúcar e Produção de Álcool representaram cerca de 94% dos vínculos empregatícios incluídos em Alimentos e Bebidas (92,5% em 1998), conforme a RAIS.

Gráfico 3 – Zona da Mata-PE: Evolução do emprego formal (sub-setores selecionados)



Fonte: MTE – RAIS

Vale observar que, somados, os subsetores alimentos e bebidas e agricultura²⁸ detinham, em 2008, 46,9% do total dos vínculos empregatícios, percentual que sobe para 63,7% ao se subtrair a Administração Pública do total do emprego. Isso demonstra, mais uma vez, o peso majoritário da agroindústria canavieira no quadro da economia da Mata pernambucana (Gráfico 3), embora esse peso em 2008 tenha apresentado uma pequena redução em relação ao que era em 1998. Vale destacar, ainda, que em vista da maior informalidade do emprego na zona rural e do emprego familiar nos assentamentos de reforma agrária, que também cultivam cana-de-açúcar, que não aparecem nos dados da RAIS, esse peso deve ser bem superior ao que os dados disponíveis indicam.

Ademais, pelo Gráfico 3, pode-se notar que a curva do emprego em Alimentos e Bebidas apresenta tendência de crescimento similar, com inclinação um pouco mais acentuada que a do Comércio Varejista, sugerindo que, em sintonia com o que foi dito na Introdução deste trabalho, a expansão da economia canavieira impacta sobre o comércio varejista da região.

28 No subsetor Agricultura, o item Produção de lavouras temporárias, onde enquadra-se majoritariamente a produção de cana, detinha cerca de 78,0% em 2008 (77,4% em 1998), conforme detalhamento obtido da RAIS.

Outro aspecto a destacar nesse quadro do emprego no setor sucroalcooleiro é a sua elevada sazonalidade em vista da maior intensidade de contratações no período do corte da cana, usualmente no período de setembro a março. Por conta da declividade de boa parte dos terrenos ocupados com cana na região a possibilidade de mecanização do corte ainda é pouco factível, porém, sabe-se que há movimentações dos usineiros no sentido de adaptar máquinas já utilizadas em países como a Austrália para substituir a mão-de-obra na colheita. Essa busca tem, além da motivação de reduzir custos, a intenção de atender às pressões ambientalistas contrárias à queima da cana antes da colheita. Por conta disso, é provável que num futuro não muito remoto a demanda por mão-de-obra no setor seja significativamente reduzida, o que vai exigir da política pública atenções adicionais para a geração de ocupações que substituam o emprego atualmente existente no corte da cana.²⁹ Caso isso venha mesmo a ocorrer, os efeitos multiplicadores da atividade canavieira, que já são limitados, tenderão a ser reduzidos, fato que torna mais premente a busca por novas alternativas de geração de emprego e renda.

Alguns destaques adicionais merecem ser feitos do ponto de vista da evolução setorial do emprego. Entre os setores que apresentam quantitativos menores de emprego, alguns deles surgem com crescimento mais expressivo nos últimos anos da série aqui considerada. São eles minerais não metálicos, metalurgia, química, calçados, transporte e comunicações e alojamento e comunicações, afora o comércio varejista cujo quantitativo é bem mais expressivo e também crescente. Tratam-se de atividades não tradicionais na região que vêm se expandindo, muito provavelmente, por indução da política de incentivos fiscais do Governo

29 Em vista da expansão de atividades como construção civil e outras de menor qualificação, já percebe-se alguma migração de cortadores de cana para atividades urbanas, principalmente na Mata Sul, fato que diminui a disponibilidade de mão-de-obra para o corte de cana e pode gerar alguma pressão salarial, estimulando assim a adoção do corte mecanizado, caso persista essa maior absorção de mão-de-obra em atividades urbanas menos qualificadas.

Estadual e do estímulo da política educacional de ensino superior ao setor privado. Embora ainda pouco expressivos, esses dados indicam alguma diversificação de atividades urbanas, provavelmente em vista de projetos industriais ali localizados seja pela proximidade com o Complexo de SUAPE, seja por indução da política estadual de incentivos fiscais. No caso do setor alojamento e comunicações há ainda a destacar o papel indutor de novas atividades advindas dos atrativos turísticos de praias e engenhos de açúcar, que vêm se destacando nos últimos anos como atraindo emprego e gerando renda na economia estadual.

Por outro lado, vale observar que o desempenho conjunto dos demais setores mencionados na Tabela 10, ou seja, excetuando alimentos e bebidas, administração pública, agricultura e comércio varejista, sugere um movimento de alguma mudança no contexto das atividades urbanas. Ou seja, ainda que gradual e lentamente, pode-se perceber que um conjunto variado de atividades que geram um número menos expressivo de vínculos de emprego formal estão participando mais ativamente no quadro geral das atividades econômicas. Isso pode ser percebido com base na média de vínculos de emprego destas atividades, ou seja, aquelas que não as quatro citadas anteriormente, que no período 1998/2000 era de 13.455 (13,3% do total), passando para 23.390 (15,4% do total). Assim, a diversificação que não ocorre na zona rural está se configurando como possível de ocorrer nas áreas urbanas, embora ainda em grau reduzido, à medida que o processo de acumulação na indústria e nos serviços vá ampliando seu âmbito.

Os Assentamentos da Reforma Agrária e a Cana-de-açúcar

Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, a reforma agrária vem sendo implantada na Zona da Mata num processo já expressivo com um número razoavelmente elevado de hectares tendo sido objeto de distribuição por parte do INCRA, em resposta à mobilização dos movi-

mentos sociais, tais como Movimento dos Sem Terra (MST), FETAPE, Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base. Em função disso, cerca de 27,4 mil hectares estão de posse de assentados nas microrregiões Mata Setentrional e Vitória de Santo Antão somadas, enquanto outros 105,6 mil hectares foram alocados a assentados na Mata Meridional (Tabelas 11 e 12). No total, são cerca de 132,9 mil hectares alocados entre 15.152 famílias (média de 8,8 hectares/família) para fins de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, uma área bastante expressiva, portanto, tendo em vista o total da área plantada em 2008, que ficou próxima de 380 mil hectares, ou seja, pouco mais de 30% desta. Claro que nesse total de área de reforma agrária deve-se ter em conta que parte não é cultivável por motivos variados, mas mesmo assim trata-se de uma área bastante significativa.

Os assentamentos são mais numerosos na Mata Sul e nesta nos municípios de Catende, Ribeirão, Água Preta, Tamandaré e Barreiros (Tabela 12). Na Mata Norte e na Mata Centro, num total de 44 assentamentos, foram alocadas 3.909 famílias numa área média de 7,0 hectares, enquanto na Mata Sul encontram-se 11.243 famílias, em 98 projetos de assentamentos, onde a área média é um pouco maior, ou seja, 9,4 hectares por família.

Importante destacar que o módulo rural considerado mínimo para a Zona da Mata é de 15 hectares, portanto bem superior à média encontrada nos assentamentos. Assim, antes de maiores considerações, vale destacar que a pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, ao lado das dificuldades conhecidas para efetivar as desapropriações, termina levando a área alocada às famílias assentadas a ser inferior àquela considerada mínima para a exploração racional, o que de saída reduz as chances de sucesso em termos econômicos das respectivas famílias.

Tabela 11- Assentamentos de reforma agrária por município, área (ha) por assentamento, número de famílias assentadas e área média por família na região da Mata Norte (incluindo os municípios da Mata Centro) de Pernambuco.

Municípios da região da Mata Norte (e Mata Centro)	Nº de Assentamentos	Área (ha)	Nº de famílias	Área média por família (ha)
ALIANÇA	5	3.158,00	310	10
BUENOS AIRES	1	203,00	21	10
CAMUTANGA	2	1.291,30	145	8,9
CONDADO	1	263,00	89	3
GLÓRIA DO GOITÁ	2	903,67	121	7,5
GOIANA	4	9.118,05	1760	5,2
ITAMBÉ	1	22,00	22	1
ITAQUITINGA	2	729,00	68	6
NAZARÉ DA MATA	2	791,00	137	6
PAUDALHO	4	2.126,00	224	9
POMBOS	4	1.751,00	232	8
TIMBAÚBA	2	1.080,00	263	4
TRACUNHAÉM	4	1.754,00	153	11
VICÊNCIA	3	968,00	95	10
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	7	3227,40	269	1
Total	44	27.385,42	3.909	7

Fonte: INCRA

Tabela 12 - Assentamentos de reforma agrária por município, área (ha) por assentamento, número de famílias assentadas e área média por família na região da Mata Sul de Pernambuco.

	Nº de Assentamentos	Área (ha)	Nº de famílias	Área média por família (ha)
ÁGUA PRETA	13	10148,52	1.107	9
AMARAJI	9	4.214,00	391	11
BARREIROS	12	6.583,00	644	10
BELÉM DE MARIA	3	1.168,00	115	10
CATENDE	3	24.086,00	4.354	6
CORTES	1	479,00	37	13
ESCADA	6	3.088,14	312	9,9
GAMELEIRA	7	6.610,00	842	8
JOAQUIM NABUCO	4	1.172,00	176	7
MARAIAL	1	6.222,90	274	23
PALMARES	3	1.785,00	166	11
QUIPAPÁ	2	2.287,00	176	13
RIBEIRÃO	6	21.947,00	1.196	18
RIO FORMOSO	5	3.138,37	264	11,9
SÃO BENEDITO DO SUL	2	738,00	54	14
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	9	3.872,00	374	10
TAMANDARÉ	12	8.038,00	761	11
Total	98	105.576,93	11.243	9,4

Fonte: INCRA

Em que interessa a discussão neste trabalho dos assentamentos implantados na Zona da Mata? Em termos mais sucintos, justifica-se por ser a reforma agrária uma via esperada da melhoria de qualidade de vida da população envolvida e pela expectativa adicional de que a

produção familiar envolva um leque de culturas diversificadas, maior participação de culturas alimentícias e com maior agregação de valor. Caso isso estivesse ocorrendo, em outras palavras, a área cultivada na Zona da Mata estaria refletindo uma maior diversificação e uma menor participação da cana de açúcar. Como tal não está ocorrendo, vale aqui examinar o que se passa nos assentamentos em termos de uso do solo agrícola, principalmente. Para isso vamos recorrer a alguns trabalhos encontrados na literatura sobre o tema, ainda que de forma não exaustiva.

De uma maneira geral, o que se pode concluir dos trabalhos encontrados sobre assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco é que os mesmos enfrentam uma série de dificuldades para se viabilizarem economicamente. Um primeiro aspecto a ser considerado para entender estas dificuldades é a já referida área média de cada família, de 9,4 hectares na Mata Sul e de 7,0 hectares na Mata Norte, que é inferior ao módulo rural de 15 ha, o que limita muito a possibilidade de retorno econômico superior à subsistência (Pereira e Sousa, 2003). Além disso, as áreas são supridas com oferta inadequada de energia elétrica e apresentam, às vezes, necessidades de drenagem ou de irrigação, o que não é feito em vista dos custos envolvidos. As famílias assentadas também padecem pelo uso de técnicas de cultivo inadequadas, de dificuldades para liberação de financiamentos, da deficiência de assistência técnica, da escassa capacidade empresarial, principalmente por serem os assentados, em sua maioria, anteriormente trabalhadores assalariados no corte da cana. Ademais, nota-se uma carência mais pronunciada no aspecto de comercialização da produção agrícola, geralmente feita através de atravessadores que, no caso das culturas alimentícias, não oferecem transporte para os produtos.³⁰

30 Há que se considerar também que parece haver dificuldades no que diz respeito ao associativismo, o que, caso fosse mais intenso, poderia gerar ganhos em termos de capital social e de escala, por exemplo, associados ao uso compartilhado de equipamentos e instalações, bem como na comercialização de produtos.

Diante desse quadro de dificuldades com as culturas alimentícias, os assentados terminam mantendo, em boa parte de suas áreas, a produção de cana-de-açúcar. Isso porque esta cultura oferece a possibilidade de comercialização mais bem estruturada, apesar de submetida em termos de preços ao monopólio da usina mais próxima, que adquire a produção.

Assim, apesar de avanços na estrutura de posse da terra na região, a situação das famílias assentadas mantém-se em boa parte dependente dos interesses maiores das empresas do segmento sucroalcooleiro. Configura-se assim uma combinação produtiva que é funcional à manutenção da cana no mix de produtos dos assentamentos e ainda à lógica do capital e à extração de valor. Conforme ressaltam Silva Júnior e Machado (2008: 9): “Uma vez esses trabalhadores assentados deixam de ser um encargo aos seus antigos empregadores, mas continuam submetendo a sua força de trabalho aos usineiros a partir da produção da cana dentro de sua própria parcela.” Ou seja, com os assentamentos produzindo cana, as usinas terminam tendo a possibilidade de reduzir custos, beneficiando-se do maior esforço do trabalho familiar no corte da cana de sua própria gleba. Adicionalmente, vale notar que os assentados para complementar a renda também tornam-se trabalhadores eventuais no corte da cana, o que mantém a oferta de mão-de-obra na área e ajuda a manter os baixos salários, reproduzindo uma situação de complementaridade latifúndio x minifúndio, muito freqüente em outras regiões brasileiras e já vistas anteriormente na própria Zona da Mata.

Há assim que se redirecionar a atual política de assentamentos no sentido de buscar para as famílias assentadas uma situação menos dependente das necessidades de acumulação do capital do segmento sucroalcooleiro, incentivando o associativismo, mesmo com todas as dificuldades que isso significa, e uma melhor capacitação dos seus membros, e criando mecanismos que facilitem a comercialização dos produtos, afora a cana, que venham a produzir.

Percebe-se pelo exposto que a possibilidade de diversificação produtiva da Zona da Mata pernambucana a partir da reforma agrária, embora não descartável, enfrenta dificuldades internas e externas aos assentamentos, as quais precisam ser melhor enfrentadas, de forma mais abrangente, portanto, pelas políticas públicas e pelos órgãos gestores dos assentamentos³¹. Sem que isso ocorra, a reforma agrária termina atuando a favor da manutenção da cana-de-açúcar em parte significativa das parcelas e ainda contribuindo, através do assalariamento sazonal, para a redução de custos com mão-de-obra nas áreas de cultivo da cana de usinas e de fornecedores maiores.

A Diversificação Produtiva na Zona da Mata: indicações de um processo vacilante

Diante do quadro insatisfatório das condições sociais da região, algumas alternativas de diversificação da economia vêm sendo buscadas e, em alguns casos, resultados já podem ser vistos. A seguir, faz-se um esforço de analisar essas situações para que se tenha uma idéia mais aproximada de possíveis caminhos mais incluídos, do ponto de vista sócio-econômico, para a Zona da Mata.

Tendo em conta o peso da cana-de-açúcar na região, uma alternativa de diversificação vai pela via dos subprodutos da cana-de-açúcar, tais como rapadura, cachaça, açúcar mascavo, mel de engenho, utilização do bagaço da cana como fonte energética, entre outros.

A cachaça é um produto com mercado em constante expansão no Brasil e no mundo, além de ser um setor com importante geração de emprego e renda, por incluir de micro e pequenas empresas, principalmente quando se trata da cachaça artesanal, onde a maioria dos produtores atua informalmente.

31 Para um entendimento mais aprofundado das dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas faz-se também necessário um maior esforço de pesquisas que tenham essa preocupação de forma mais abrangente.

Segundo LIMA (2006), os principais obstáculos inerentes ao segmento da cachaça artesanal no Nordeste, para a maioria dos produtores, em sua maior parte pequenos alambiques informais que comercializam o produto a granel, são: (i) a concorrência enfrentada entre os próprios produtores e os produtores de maior porte; (ii) a reduzida escala de produção, que remete a patamares relativamente baixos de remuneração no setor; (iii) a reduzida capacidade financeira; e (iv) a significativa incidência de carga tributária sobre o produto, situação vigente em quase todos os Estados da região. Portanto, esta situação colabora para a informalidade do setor. Esta informalidade e uma possível limitação dos mercados locais, devido à dificuldade de acesso a canais de distribuição que o pequeno produtor tem, fazem com que os grandes produtores monopolizem este mercado e imponham barreiras à entrada, mesmo para o caso da cachaça artesanal, que é um produto diferenciado (VIDAL e GONÇALVES, 2008).

A produção de rapadura e mel de engenho é secular e tradicional no Nordeste, tendo como maiores produtores, principalmente Pernambuco e Ceará. Como na produção da cachaça artesanal, a produção da rapadura é predominantemente informal, com geração expressiva de emprego, apresentando baixos níveis de remuneração, com participação insignificante no mercado e reduzida capacidade financeira. Porém, independente disto, o mercado da rapadura está em expansão devido à melhoria de qualidade do produto.

Segundo LIMA e CAVALCANTI (2001), a Zona da Mata apresenta condições favoráveis para ganhar espaço na fatia do mercado da rapadura como alternativa produtiva de diversificação da atividade do fornecimento de cana para a agroindústria sucroalcooleira. Mas, para se inserir no mercado, são necessárias atualizações tecnológicas no processo de produção e adequações a regras fitossanitárias relativas à rapadura e a determinados produtos dela derivados. Embora ainda relativamente reduzida, a produção de rapadura na região pode ser obser-

vada nos municípios de Itambé, Pombos e Quipapá, sendo que este último vem buscando uma participação no mercado externo, porém, ainda de forma incipiente.

Com relação à utilização do bagaço da cana como fonte de energia, a existência do potencial em biomassa e a viabilidade tecnológica, torna atrativo para as usinas e destilarias anexas investir neste aproveitamento. Segundo GALINDO (2010), a matriz produtiva sucroalcooleira recebeu nos últimos anos um significativo reforço através da co-geração de energia incentivada pelo Programa de Incentivo a Fontes de Energias Alternativas (Proinfra), que fomenta o uso da energia elétrica produzida a partir do bagaço de cana. Segundo dados da CELPE, doze empresas produtoras de açúcar e álcool do Estado produzem energia, nove delas localizadas na Zona da Mata, e algumas delas injetando energia no sistema da CELPE.

A diversificação na área agrícola, embora muito limitada pela dominância da cana, conforme visto anteriormente, de alguma forma pode ser referida para o caso do cultivo de abacaxi, banana, limão e coco-da-baía, que merecem destaque devido aos seus melhores desempenhos em termos de quantidade produzida. No que se refere à silvicultura é importante mencionar a exploração da seringueira para produção de borracha (látex coagulado) ainda bastante incipiente no Estado, praticada em apenas cinco municípios da Mata Sul.

Uma atividade que merece mais destaque é o cultivo de flores tropicais, que, em Pernambuco, particularmente na Zona da Mata, vem crescendo e se consolidando no mercado nacional e internacional. Boas condições de solo e clima garantem a Pernambuco a liderança da produção de flores tropicais no país. O cultivo de flores já tem algum tempo de introdução na região, segundo o SEBRAE (2003):

“As primeiras tentativas de considerar o cultivo em caráter comercial de flores tropicais na Zona da Mata surgiram há dez anos, de forma incipiente e experimental. Ao longo desse período o agrone-

gócio da floricultura foi se consolidando com o ingresso de novos empresários e de um significativo aumento da área plantada. O objetivo principal é atender à elevada demanda de Estados das regiões Sul e Sudeste, e competir com outros países na exportação para os grandes centros consumidores internacionais.”

Segundo Carnili (s/d), os pontos fortes da floricultura na Zona da Mata Pernambucana são: as condições edafoclimáticas ideais, as variedades competitivas em qualidade e durabilidade, preços competitivos no mercado internacional e estrutura aeroportuária, facilitando o escoamento das mercadorias. Porém, o mesmo autor também cita que a falta de organização da produção e da comercialização constitui um ponto de estrangulamento que pode inviabilizar a expansão da floricultura tropical na região.

Outra atividade promissora, que tem tido apoio do Governo do Estado, é o cultivo de produtos orgânicos, já que se observa que a demanda por estes produtos é maior do que a oferta. Este segmento conta com a ajuda da SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) que, junto com mais outras três operadoras de negócios, fazem parte de um consórcio que foi selecionado para executar a gestão do pólo de agricultura orgânica em Pernambuco. Este pólo compreende cerca de 10 municípios, onde existem 300 famílias que vivem da agricultura orgânica, sendo a meta do consórcio atingir 1000 famílias³².

Parte-se da idéia de que os pequenos produtores precisam se conscientizar de que é importante diversificar a produção e, para isso, nada melhor do que os produtos orgânicos, que, se não forem vendidos,

32 Segundo KACOVICS, (2010), Goiana é um dos municípios com concentração de produtores de orgânicos, a saber: macaxeira, inhame, banana, abacaxi, milho, feijão, coentro e alface, havendo cerca de 150 famílias engajadas na atividade, que vem sendo apoiada pelo Governo estadual através, entre outras ações, da organização de feiras, o que facilita a comercialização diretamente pelos produtores. Os resultados econômicos, entretanto, são ainda reduzidos em vista da menor produtividade dos orgânicos, o que tende a melhorar em vista da conscientização da população que tende a aceitar pagar preços mais elevados por produtos de melhor qualidade.

podem ser consumidos pelos próprios produtores. O consórcio vem trabalhando para que o agricultor invista na fruticultura, na produção de raízes e no beneficiamento da produção, porque aí vai agregar valor ao produto e vai poder ter mais segurança para poder vender com mais tempo a sua produção.

Outra atividade que tem tido um desempenho bastante considerável na Zona da Mata é a aquicultura, de peixes (piscicultura) e camarões (carcinicultura). Esta atividade reveste-se de importância uma vez que tem por objetivo o fortalecimento da segurança alimentar, visando a inclusão social e o mercado. Empenhado no propósito de investir na questão da segurança alimentar, o Governo do Estado tem investido na piscicultura, visando o favorecimento de um número representativo de famílias na região. A pesca artesanal da Zona da Mata poderá ser resgatada através da liberação das áreas estuarinas, que poderá ser mais bem aproveitada através do uso racional dos recursos existentes, principalmente na produção de camarão e ostras.

Segundo Galindo (2010), apesar de ser uma atividade significativa na Zona da Mata, a carcinicultura é vista com certa cautela devido aos impactos que causa no meio ambiente. Para evitar danos, os projetos exigem uso de tecnologia adequada e requerem escala de produção não intensiva.

Outra via de diversificação, aparentemente mais promissora, baseia-se nas atividades industriais. A base industrial da Zona da Mata pernambucana começou a ser transformada a partir do advento do sistema de incentivos do Prodepe - Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, visando “atrair e fomentar investimentos na atividade industrial e no comércio atacadista de Pernambuco, mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, seja sob a forma de crédito fiscal presumido, que reduz o imposto a recolher, seja sob a forma de empréstimo” (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E ESPORTES: 2002). Além de ajudar as empresas como

âncora financeira na implantação, ampliação e revitalização de projetos industriais, os recursos desse Programa destinam-se à capacitação de mão-de-obra e aquisição de áreas, realização de obras de infra-estrutura e de instalações de distritos industriais em Pernambuco.

Em termos de gêneros industriais, quatro segmentos tradicionais da indústria de transformação se destacam na área em análise: metalúrgico, de calçados, de minerais não-metálicos e têxtil. Outros três gêneros se incluem entre os mais importantes em termos de incentivos: papel e papelão, material elétrico e produtos de materiais plásticos. Estes gêneros representaram cerca de metade dos benefícios concedidos pelo Prodepe para a Zona da Mata e foram responsáveis por 75,2% dos empregos previstos nos projetos aprovados (GALINDO, 2010). Outro ramo industrial com perspectivas promissoras é o farmoquímico, estando em implantação um pólo, onde destaca-se a Hemobras, localizada no município de Goiana.

Vale destacar ainda o Pólo da Indústria Naval, através do Estaleiro Atlântico Sul, que irá acarretar impactos consideráveis sobre a economia do Estado, repercutindo de forma mais direta na região metropolitana do Recife e nos municípios da Zona da Mata próximos ao Complexo de SUAPE, mais especificamente, Escada, Sirinhaém e Vitória de Santo Antão.

Por conta disso, espera-se que sejam atraídas para estes municípios empresas do ramo de bens de capital, caldeiraria, mobiliário, equipamentos e cutelaria, materiais sanitários, marmoraria, gases industriais, abrasivos etc.

Os municípios da Zona da Mata que se localizam perto do complexo industrial de SUAPE poderão dispor de uma base variada de atividades econômicas, que devem levar à formação e ao adensamento de cadeias produtivas. Nesse sentido, o município de Escada é estratégico para o desenvolvimento do Estado, de forma que está credenciado naturalmente a se integrar às políticas de planejamento e desenvolvimento

para a região, no entorno do Complexo Industrial Portuário de SUAPE.

Outro subsetor relevante é o imobiliário, segmento que registra aumento na sua participação e crescimento anual a taxas maiores que a média dos serviços, estando os determinantes da sua expansão associados principalmente ao processo de urbanização. Segundo Galindo (2010), Palmares é o município mais representativo neste setor, seguido por Timbaúba, Vitória de Santo Antão, Goiana, Carpina e Escada.

Nos serviços é importante destacar a importância do setor de educação, de assistência médica hospitalar, de logística e de transporte (dentre estes, com principal relevância, o transporte rodoviário). É indiscutível o papel de elevada relevância dos segmentos de transporte e logística, duas das atividades que têm apresentado significativa importância dentro do conjunto dos setores de serviços, na medida em que são atividades complementares a quase todas as outras.

Com relação ao turismo, a Zona da Mata pernambucana apresenta dois ambientes distintos, o da faixa litorânea e outro mais no interior do Estado onde também se localizava a antiga mata atlântica. O território da Zona da Mata é predominantemente rural, pois além das principais atividades econômicas terem caráter primário, os costumes da população que ali reside contrastam bastante com o modo de vida da população urbana. É neste ponto que a atividade turística desempenha seu papel, na modalidade rural do turismo. O turismo rural, embora ainda pouco desenvolvido, também tem alguma importância como alternativa econômica para a região, e um dos seus principais reflexos é a geração direta e indireta de empregos.

Vale aqui referir o que Dubeux e Galindo (2010) consideram um conceito de turismo rural consistente com a realidade da Zona da Mata. Para eles, o turismo rural vem a ser considerado como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, utilizando mão-de-obra local, caracterizada por alojamentos em propriedades adaptadas de antigos engenhos, em hotéis-fazenda ou pousadas que ofereçam o

convívio com a natureza, com a cultura local e possibilitando a prática de lazer e esporte compatíveis com um modus vivendi natural.

Algumas experiências de adaptação de antigos engenhos vêm apresentando êxito aparente. Alguns proprietários de engenhos se uniram e formaram um consórcio, o qual oferece serviços diferenciados entre si, ditados pela tradição de cada engenho. Eles trabalham em conjunto, compartilhando ativos oferecidos aos visitantes, de um empreendimento para outro. Este consórcio incentivou a formação da APERTURR – Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico, criada em 2002, que atua visando consolidar o turismo rural em Pernambuco, participando de feiras e exposições dentro e fora do Estado, até a realização de gestões junto ao governo estadual para melhoria dos serviços de infraestrutura, como acesso às propriedades, sinalização, comunicação, saneamento, entre outros.

Na Mata Sul, foi formada uma parceria nesta área. A ATCA - Associação Turística Costa dos Arrecifes, formada por um grupo de empresários do segmento de hotelaria, capacita mão-de-obra e atua na busca de soluções que viabilizem um turismo sustentável na região.

Em que pesem os avanços já perceptíveis nessa área, há que se reconhecer que o turismo rural ainda não tem uma dimensão mais relevante, padecendo de limitações postas pelas deficiências de infra-estrutura, de iniciativas empresariais, de divulgação e inserção do mesmo nos roteiros dos turistas atraídos para o litoral etc. Políticas públicas mais objetivas nesse sentido poderiam ajudar a transpor pelo menos parte dessas dificuldades e fazem-se necessárias, principalmente tendo em conta que o segmento litorâneo do turismo, uma espécie de “primo rico”, tem sido apoiado por políticas bem mais consistentes e com maior volume de recursos envolvidos.

Por outro lado, tendo em conta o turismo litorâneo, há que se registrar que um incremento notável no emprego nos municípios do litoral sul da Zona da Mata ocorre nas atividades de alojamento e alimentação.

Os serviços líderes da cadeia constituem-se essencialmente dos meios de hospedagem para os quais estão voltados os serviços de modo geral, a infra-estrutura de apoio e complementares, e outros serviços que estejam diretamente vinculados com a demanda final do turista.

Vale ressaltar, entretanto, que há aqui uma limitação de impactos econômicos do turismo, vez que os municípios da Zona da Mata têm uma economia pouco dinâmica, o que leva os grandes empreendimentos turísticos a demandarem insumos e serviços fora dos municípios em seu entorno. Isto porque grandes empresas contam com serviços de logística impecáveis, o que garante a entrega dos produtos demandados quase imediatamente. As limitadas condições de qualidade e a falta de segurança de suprimento levam as empresas locais a preferirem um fornecedor de fora, mesmo, eventualmente, pagando mais caro.

Segundo Galindo (2010), apesar da relativa incapacidade da economia local atender à demanda da atividade do turismo na região, a sua natureza permite que haja um impacto significativo dessa renda na economia municipal, na medida em que parte importante das pessoas nela ocupadas possui residência nos próprios municípios, verificando-se uma elevada percentagem de absorção da mão-de-obra local. Essa maior absorção da mão-de-obra faz com que a renda das pessoas que moram em municípios no entorno dos pólos turístico e industrial cresça, e assim a demanda delas por serviços também cresça. Nesse sentido, se inserem os serviços educacionais, de saúde e de lazer e entretenimento, transportes, além do comércio varejista.

A diversificação pode, portanto, ser vista na Zona da Mata através das atividades acima analisadas, as quais são mais urbanas que rurais e ainda muito incipientes, embora promissoras em alguns casos. No meio rural, como visto, a cana-de-açúcar continua dominando a cena e travando a diversificação, ao impor-se como atividade que tem por trás de si uma estrutura que bem ou mal funciona em termos de comercialização e de algum retorno econômico para os fornecedores. Apesar de inci-

piente, deve-se enfatizar que é por essa via que se poderá atingir níveis mais elevados de qualidade de vida da população da área, por conta das maiores oportunidades de empregos e de melhores salários que a indústria e os serviços, em geral, tendem a proporcionar.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, foi mostrado um panorama do quadro atual da economia da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar elementos de continuidade e de mudança. No final das contas, o “mais do mesmo”, ou seja, a continuidade é bem mais perceptível que o novo e assim são reproduzidas as relações assimétricas e a baixa capacidade de gerar o “processo de desenvolvimento de autopropulsão” conforme Furtado, que ainda caracteriza esta economia.

Os sinais de manutenção podem ser vistos no domínio esmagador da cana-de-açúcar quanto à área plantada na Zona da Mata, em suas três microrregiões e ainda no que diz respeito à geração de empregos, onde os segmentos agricultura e alimentos e bebidas, onde se abriga o setor sucroalcooleiro, aparece como o maior gerador de vínculos formais de emprego. Para reafirmar o mais do mesmo contribui, sem dúvida, a retomada em moldes mais atualizados do ponto de vista tecnológico e gerencial do segmento agroindustrial da cana-de-açúcar, atrelado que é ao desempenho favorável dos mercados consumidores de açúcar, álcool e de energia, que levam as usinas remanescentes na região a retomarem investimentos e a ampliarem a área de cana, em sintonia com a expectativa de colherem lucros e consolidarem suas posições no ambiente mais estável que se afigura para o segmento.

Vale notar, também, que a possibilidade de diversificar a área plantada com culturas alimentícias ou para processamento industrial nos assentamentos de reforma agrária está sendo frustrada por conta de dificuldades do lado da comercialização, da assistência técnica e do cré-

dito. Com isso, as famílias assentadas mantêm boa parte de suas áreas com a plantação de cana e ainda participam muitas vezes do processo produtivo da mesma, fora de seus lotes, como assalariados sazonais empregados nas tarefas de corte.

Ao fazerem isso, vale ressaltar, as unidades produtivas do segmento sucroalcooleiro reafirmam o padrão histórico de extração de sobre-trabalho de pequenos produtores familiares, enquanto ampliam a área de canas próprias como forma de compensar, ao menos parcialmente, as desvantagens relativas de custo, face à menor favorabilidade das condições de produção postas pelo relevo mais acidentado e pelo regime de chuvas, não tão adequado, em parte considerável da região, notadamente na Mata Norte.

Nesse contexto, a mudança vem ocorrendo de forma lenta, embora seja perceptível, mais nos espaços urbanos, o que poderá, a mais longo prazo, contribuir para um melhor padrão de ocupação da mão-de-obra disponível e hoje refletida em taxas de desemprego sazonal bastante elevadas.

A perspectiva de um melhor padrão de qualidade de vida, que poderá advir da diversificação de atividades no meio urbano, nessa região, entretanto, depende muito da manutenção do quadro mais geral de dinamismo observado na economia de Pernambuco, em que os investimentos industriais e em serviços vêm despontando e se afirmando, com desdobramentos que estão já perceptíveis em algumas cidades da Mata, seja em projetos industriais ou de serviços, seja em repercussões indiretas da própria atividade canavieira nos setores de comércio varejista, educacional, imobiliário etc. Para isso, há necessidade de continuidade e intensificação de medidas de política econômica, estaduais e federais, que viabilizem a maior atratividade da região aos investimentos.

Afora isso, deve-se aqui destacar a necessidade de melhor estruturação e de geração de alternativas mais rentáveis para a diversificação produtiva, a partir dos assentamentos da reforma agrária, com base em

melhor assistência técnica e apoio à comercialização de culturas alimentícias, ou mesmo de outras voltadas para o processamento industrial, além da reformulação da própria política de reforma agrária, no sentido de ampliar o tamanho dos lotes dos assentados, tornando-os mais próximos dos 15 hectares considerados como mínimos para o sustento das famílias assentadas.

BIBLIOGRAFIA

CARLINI JÚNIOR, R. J. et al, s/d, **Alternativa de Diversificação Econômica para a Zona da Mata do Estado de Pernambuco: o Caso das Flores Tropicais**, em <http://www.sober.org.br/palestra/2/1090.pdf>, acesso em 31/10/10.

CARLINI JÚNIOR, R. J, SILVA, F. J da e LISBOA FILHO, W, 2004 . A pluriatividade da zona da mata de Pernambuco: o turismo rural como uma viável alternativa econômica, em **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, Ano 6, número 15, ago.

CARVALHO, C. P. de O., 2002, **Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: o Caso do Setor Sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001**, em Moraes, M. A. F. D. de, e Shikida, P. F. A. (Orgs.), **A Agroindústria Canavieira no Brasil**, São Paulo: Atlas. DUBEAUX, A. e GALINDO, O., 2010, **O Turismo: da Área Rural ao Litoral**, em GALINDO, O. (Org.) 2010.

FURTADO, C. , 1959, **Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GALINDO, O. (Org.), 2010, **Zona da Mata Pernambucana: uma Economia em Transformação**, Recife: Massangana (no prelo).

KAKOVICZ, J., 2010, **Orgânicos Mudam Vidas em Goiana**, Recife: **Diário de Pernambuco**, 06/10/2010.

LIMA, J. P. R., 1998, **The National Alcohol Programme, State and Capitalism in Northeast Brazil**, Ph. D. Thesis, University College London, Londres: London University.

LIMA, J.P.R., 2006, **Cachaça artesanal e vinhos finos no nordeste: desafios, potencialidades e indicações de políticas**, **Revista Econômica do Nordeste**, v.37, p.609 - 628, 2006.

LIMA, J. P. R. e CAVALCANTI, C. M. L., 2001, **Do engenho para o mundo? A produção de rapadura no Nordeste: características, perspectivas e indicação de políticas**. **Revista Econômica do Nordeste**, v.32, p.950 – 973.

LIMA, J. P. R. e SICSÚ, A. B., 2002, **Zona da Mata Pernambucana: Diversificação Produtiva ou Retomada da Cana-de-açúcar?**, em Moraes, M. A. F. D. de, e Shikida, P. F. A.

(Orgs.), **A Agroindústria Canavieira no Brasil**, São Paulo: Atlas.

NASTARI, P., 2010, Preço do Açúcar volta a aumentar no mercado internacional, **Folha de São Paulo**, 17/09/10.

PEREIRA, J. M. e SOUZA, M. M. M. de, s/d, **Resultados Econômicos dos Assentamentos Rurais da Zona da Mata de Pernambuco**, em <http://www.sober.org.br/palestra/12/110473.pdf>, acesso em 28/10/2010.

SICSÚ, A. B., KELNER, S. e FERREIRA, S., 2010, **Indústrias Sucroalcooleiras de Pernambuco: mudanças recentes e seus impactos econômicos**.

SEBRAE-PE. **Projeto Setorial Integrado de Promoção das Exportações de Flores e Folhagens de Corte de Pernambuco – PSI**. Recife, 2003.

SILVA JÚNIOR, J. P. e MACHADO, M. R. I. de M., 2008, **Assentamentos de Reforma Agrária na Zona Canavieira de Pernambuco: Monopolização das Usinas nos Territórios Camponeses**, http://egal2009.easyplanners.info/area06/6512_DA_SILVA_JUNIOR__JOSE_PLACIDO_.pdf, acesso em 28/10/2010.

VIDAL, M. F. e GONÇALVES, M. F., 2008, **Produção de cachaça na área de jurisdição do BNB: Mercado e estrutura da cadeia produtiva**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

SITES CONSULTADOS:

www.sindicucar.com.br/?acao=estatisticas.

www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=18&i=P.

WWW.unica.com.br/Estatisticas

ANEXO

Tabela 7: Mata Meridional Pernambucana: Área plantada das principais culturas (1998-2008)

Ano	Total		Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Banana		Coco-da-baía		Batata-doce		Feijão		Outros	
	Há	%	Ha	%	Ha	%	Há	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Há	%
1998	167.635	91,7	153.793	1,1	1.905	0,2	417	6,366	3,8	3.177	1,9	386	0,2	692	0,4	899	0,5	
1999	143.331	88,7	127.100	1,0	1.371	0,7	995	8,435	5,9	3.137	2,2	237	0,2	1.367	1,0	689	0,5	
2000	129.966	87,9	114.250	1,0	1.316	1,2	1.585	7,178	5,5	2.491	1,9	260	0,2	2.222	1,7	664	0,5	
2001	159.627	89,7	143.106	1,5	2.461	0,7	1.150	7,897	4,9	2.486	1,6	258	0,2	1.669	1,0	600	0,4	
2002	167.877	90,1	151.315	1,6	2.635	0,7	1.170	6,984	4,2	3.169	1,9	259	0,2	1.712	1,0	633	0,4	
2003	139.029	88,7	123.280	1,2	1.639	1,0	1.394	6,948	5,0	3.173	2,3	225	0,2	1.777	1,3	593	0,4	
2004	147.917	89,7	132.650	1,2	1.787	0,8	1.170	6,834	4,6	3.182	2,2	212	0,1	1.490	1,0	592	0,4	
2005	151.579	91,4	138.550	0,6	920	0,4	676	6,671	4,4	3.172	2,1	270	0,2	844	0,6	476	0,3	
2006	155.915	91,2	142.260	0,6	1.009	0,5	725	7,221	4,6	3.177	2,0	192	0,1	868	0,6	463	0,3	
2007	158.801	91,6	145.490	0,5	855	0,5	794	7,009	4,4	3.108	2,0	223	0,1	880	0,6	442	0,3	
2008	168.725	91,8	154.915	0,6	1.053	0,5	822	7,124	4,2	3.230	1,9	227	0,1	917	0,5	437	0,3	

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Tabela 8- Mata Setentrional Pernambucana: Área plantada das principais culturas (1998-2008).

Ano	Total		Cana-de-açúcar		Feijão		Mandioca		Milho		Banana		Batata-doce		Outros	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
1998	167.635	91,7	153.793	91,7	692	0,4	1.905	1,1	417	0,2	6.366	3,80	386	0,2	4.076	2,4
1999	143.331	88,7	127.100	88,7	1.367	1,0	1.371	1,0	995	0,7	8.435	5,88	237	0,2	3.826	2,7
2000	129.966	87,9	114.250	87,9	2.222	1,7	1.316	1,0	1.585	1,2	7.178	5,52	260	0,2	3.155	2,4
2001	159.627	89,7	143.106	89,7	1.669	1,0	2.461	1,5	1.150	0,7	7.897	4,95	258	0,2	3.086	1,9
2002	167.877	90,1	151.315	90,1	1.712	1,0	2.635	1,6	1.170	0,7	6.984	4,16	259	0,2	3.802	2,3
2003	139.029	88,7	123.280	88,7	1.777	1,3	1.639	1,2	1.394	1,0	6.948	5,00	225	0,2	3.766	2,7
2004	147.917	89,7	132.650	89,7	1.490	1,0	1.787	1,2	1.170	0,8	6.834	4,62	212	0,1	3.774	2,6
2005	151.579	91,4	138.550	91,4	844	0,6	920	0,6	676	0,4	6.671	4,40	270	0,2	3.648	2,4
2006	155.915	91,2	142.260	91,2	868	0,6	1.009	0,6	725	0,5	7.221	4,63	192	0,1	3.640	2,3
2007	158.801	91,6	145.490	91,6	880	0,6	855	0,5	794	0,5	7.009	4,41	223	0,1	3.550	2,2
2008	168.725	91,8	154.915	91,8	917	0,5	1.053	0,6	822	0,5	7.124	4,22	227	0,1	3.667	2,2

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Tabela 9 - Vitória de Santo Antão: Área plantada das principais culturas (1998-2008)

Ano	Total		Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Banana		Coco da Bahia		Abacaxi		Feijão		Outros	
	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%
1998	33.404	70,2	23.460	11,4	1.700	5,1	760	2,3	1.480	4,4	450	1,3	1.330	4,0	404	1,2	404	1,2
1999	29.901	73,4	21.960	15,3	365	1,2	690	2,3	1.137	3,8	470	1,6	265	0,9	444	1,5	444	1,5
2000	24.510	78,7	19.290	8,4	175	0,7	775	3,2	1.117	4,6	485	2,0	120	0,5	498	2,0	498	2,0
2001	23.790	82,8	19.700	8,7	0	0,0	788	3,3	682	2,9	175	0,7	0	0,0	365	1,5	365	1,5
2002	21.819	83,9	18.300	8,4	10	0,0	422	1,9	547	2,5	146	0,7	248	1,1	306	1,4	306	1,4
2003	19.821	82,2	16.300	9,0	28	0,1	525	2,6	710	3,6	146	0,7	36	0,2	291	1,5	291	1,5
2004	18.795	83,2	15.638	8,8	25	0,1	548	2,9	755	4,0	235	1,3	25	0,1	293	1,6	293	1,6
2005	16.225	81,6	13.232	7,5	30	0,2	515	3,2	647	4,0	235	1,4	60	0,4	286	1,8	286	1,8
2006	14.481	84,2	12.190	5,2	30	0,2	445	3,1	645	4,5	280	1,9	60	0,4	71	0,5	71	0,5
2007	15.236	82,6	12.580	5,0	45	0,3	410	2,7	653	4,3	297	1,9	60	0,4	431	2,8	431	2,8
2008	26.463	89,4	23.650	4,90	45	0,2	415	1,6	807	3,0	398	1,5	240	0,9	418	1,6	418	1,6

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS DE PERNAMBUCO: MUDANÇAS RECENTES E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS

Abraham B. Sicsú
Sérgio Kelner Silveira³³

A produção açucareira foi implantada à época das capitânicas hereditárias e desde sua origem era caracterizada por ser uma atividade de grande importância econômica. Um conjunto de fatores favoráveis tornou possível o êxito da grande empresa agrícola europeia nas Américas, mas o mais importante era o apreço que os europeus tinham pelo açúcar, uma especiaria das mais cobiçadas à época. Foram, entretanto, as condições favoráveis de cultivo devido ao clima tropical, a abundância e a necessidade de ocupar vastas extensões de terra, o emprego de mão-de-obra escrava, e o domínio da técnica de fabricação por Portugal que criaram as condições para o surgimento da empresa agrícola açucareira pernambucana.

Todos esses fatores combinados, terra em abundância, clima propício, mão-de-obra barata e técnica permitiram aos colonizadores implantar a indústria açucareira no Brasil da época, mas foi a existência de um mercado demandante na Europa e a perspectiva de se produzir para este mercado que justificou a sua implantação e a sua sustentação.

A competição depende de fatores de naturezas distintas como terra adequada, trabalho, capital, tecnologia, política de governo, mas nem

33 Com o apoio do Bolsista de Iniciação Científica Syllas Ferreira.

sempre as condições de fatores favoráveis são mantidas. A indústria açucareira sofreu grandes reveses ao longo dos últimos quatrocentos anos. Até que em 1931, o Governo Getúlio Vargas criou o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA. Este gesto marcou a institucionalização da produção açucareira nacional, agora sob a égide do Governo, mas com a participação política ativa da aristocracia da cana. A ação do IAA resultou no “revigoramento” da atividade, mas, de outro lado, a proteção exercida, de certa maneira, solapou o “instinto” competitivo e premiou a ineficiência.

Esses aspectos marcaram a longa história da indústria açucareira até a década de 1970. A partir de então a conjuntura internacional, após a crise do petróleo de 1973, e as transformações ocorridas desde então levaram ao “surgimento” de uma onda de globalização e modificaram tanto as estruturas de mercado como as das empresas.

É a partir da análise dos fatos que marcaram o setor nos últimos quarenta anos que se pretende apresentar os principais aspectos que caracterizam o perfil produtivo e tecnológico das empresas do segmento sucroalcooleiro em Pernambuco, destacando como as diferentes firmas sobreviveram às transformações recentes por que passou o setor, quais foram as inovações tecnológicas incorporadas, que permitiram a parte dessas empresas manter posição competitiva frente a nova realidade.

O objetivo central deste artigo é estudar o comportamento da indústria sucroalcooleira de Pernambuco, tomando como referencial as unidades industriais em operação no Estado, para analisar o desempenho médio do segmento. Em complementação, buscou-se também cotejar o desempenho de unidades industriais selecionadas para aferir a dimensão da vantagem competitiva inerente a cada um desses grupos.

O aumento de produtividade no campo e na indústria tende a ser uma das únicas saídas viáveis para a sustentação do setor, já que as perspectivas de ampliação das áreas plantadas são muito limitadas. Os

aumentos de produtividade, entretanto, têm uma relação direta com a adoção de novas tecnologias e, conseqüentemente, com a realização de investimentos.

Para melhor compreender esses aspectos, no que tange ao setor industrial, foram considerados três dos mais importantes indicadores da indústria sucroalcooleira: foram abordados aspectos relacionados à produtividade industrial, chamada a partir de agora de *rendimento industrial*; a taxa de processamento horário de cana-de-açúcar, chamada a partir de agora de *capacidade de moagem* e a taxa de utilização temporal das instalações, chamada a partir de agora de *tempo de operação*. A análise foi desenvolvida em unidades industriais ativas de Pernambuco, que disponibilizaram informações³⁴ de desempenho ao Sindaçúcar, ao longo das últimas cinco safras.

A análise partiu da evolução dos três indicadores de desempenho, compreendendo a média geral de cada um dos referidos indicadores para o conjunto das unidades industriais, a qual se denominou de análise global. Esta análise foi realizada para cada uma das safras e teve por finalidade avaliar o quadro evolutivo do setor.

Evolução recente da agroindústria sucroalcooleira pernambucana: gerando a vantagem competitiva

O segmento sucroalcooleiro em Pernambuco vem apresentando tendência de recuperação nos últimos anos, após período de instabilidade na produção. Aspectos conjunturais, a exemplo da melhora nos preços de açúcar nos mercados nacional e externo, aliados a uma maior inserção do produto estadual em mercados internacionais podem, em parte, explicar este processo de recuperação. Entretanto, fatores estru-

34 Algumas poucas unidades, não filiadas ao Sindaçúcar, não forneceram informações sobre os indicadores, mas todas, sem exceção, forneceram informação sobre a moagem e a produção de açúcar e álcool.

turais, que combinam investimentos em ampliação da capacidade de produção e melhoria de controle de processos, tanto no campo como na indústria, entre outros aspectos, complementam a explicação e se constituem, de fato, no vetor dinâmico desta tendência de recuperação.

Como consequência, a indústria elevou seus indicadores de eficiência operacional, melhorando o desempenho do segmento, tanto no campo como na indústria. A motivação para incorporação de tecnologias de processo e de gestão, já amplamente difundida em outras regiões produtoras, contribuiu para promover redução de custos de produção e aumentou a lucratividade da indústria. Ampliou-se, portanto, a capacidade do sistema de promover inversões e dar seguimento ao processo de reestruturação.

A análise do desenvolvimento recente do setor sucroalcooleiro pernambucano, tendo como referenciais os aspectos competitivos relacionados à dinâmica tecnológica da indústria canavieira, revela diferentes tendências de comportamento no plano estadual. O processo de reestruturação do setor, com o uso adequado da tecnologia disponível, está levando à redução de custos de produção, à diferenciação de produtos, embora pequena, com consequentes ganhos de competitividade, por parte das empresas mais bem estruturadas.

O segmento sucroalcooleiro é o mais tradicional na economia nordestina e acumula várias dificuldades e problemas, embora a nível internacional apresente custos competitivos. Numa comparação do Nordeste com o Sudeste, entretanto, o ramo nordestino trabalhava, em média, com custos superiores ao do Sul/Sudeste (Lima e Sicsú, 2001). Tal diferencial tem a ver com o protecionismo governamental, que inibiu fortemente o avanço tecnológico, e com fatores específicos ligados à topografia, à pluviosidade, a falta de mecanização³⁵ etc. Com a retirada,

35 As crescentes preocupações com a preservação do meio ambiente, com a perspectiva próxima de proibição da queima da cana, produziram transformações no modo de organização da produção do setor no que se refere à colheita da cana. A mecanização já tem uso regular no Centro-Sul e deverá se tornar realidade no Nordeste. Entretanto, devido as condições topográficas desfavoráveis, o modelo de corte mecanizado a ser implantado na Mata nordestina deverá ser

em grande parte, da proteção estatal boa parte das empresas do segmento nordestino, especialmente de Pernambuco e da Paraíba, enfrentaram graves dificuldades financeiras (endividamento elevado), o que levou ao fechamento de atividades de várias delas.

É verdade que o setor nordestino tem algumas vantagens competitivas, como a proximidade dos grandes mercados internacionais³⁶, logística facilitada pela proximidade dos portos, capacidade fotossintética diferenciada e adequada à produção de sacarose, e mesmo safra em período diferenciado do Centro Sul. No entanto, apresenta algumas dificuldades, como condições de declividade dos solos desfavoráveis, limitações da área plantável com cana, o mercado consumidor regional pouco expressivo, deficiências na estrutura de suporte, dependência de políticas públicas e algumas inadequações históricas da estratégia empresarial.

O principal fator diferencial de custos do ramo nordestino está na área agrícola. Para que se tenha uma idéia, segundo o Sindaçúcar de Pernambuco, atualmente, mesmo com a retomada do desenvolvimento de variedades específicas para a região, a produtividade agrícola do Estado é ainda 15% menor que a do Centro Sul. Embora esses dados contras-

diferente. Prevê a incorporação de colhedeiras de pequeno porte adaptadas para operar em terrenos declivosos e operadas por cortadores treinados. O Sindaçúcar- PE tem se preocupado com o tema e organizado Missões a países como Índia e Austrália na busca de tecnologias mais adequadas. Se de um lado gera-se um benefício ambiental e aumenta-se, em muito, a eficiência da operação, deve-se registrar que empregos serão desmobilizados. Políticas Públicas para enfrentar o problema devem ser pensadas.

36 Atualmente, têm surgido novas preocupações quanto à concorrência internacional: os avanços do etanol de celulose. No entanto, a produção de etanol celulósico depende, ainda, da capacidade e da velocidade no domínio da técnica de desenvolver enzimas capazes de quebrar as moléculas de celulose a custos competitivos. O custo de produção ainda é elevado, mas os avanços notados mostram que em poucos anos a indústria poderá contar com compostos enzimáticos a custos competitivos. Muito embora o Brasil desenvolva pesquisas na área o domínio da tecnologia, permitirá a expansão da produção de etanol em outros países com outros tipos de matérias-primas. Não deixando de ser uma preocupação, estudos apontam para que o Brasil deve manter-se como grande produtor tendo em vista que a produção de etanol de cana tem balanço energético muito positivo frente a outras alternativas de matéria prima.

tantes resultem de um conjunto de fatores (por exemplo, condições naturais, capacitação empresarial, marco tecnológico predominante) deve-se ressaltar aqui que o aparato de pesquisas para a cana-de-açúcar em Pernambuco só foi retomado em anos recentes, mais especificamente com a reativação das ações através da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (RIDESA)³⁷, fundada em 1991, responsável atualmente por cerca de 70% das sementes plantadas no território brasileiro e que nos anos recentes tem sido coordenada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A partir de 2006, novas variedades têm chegado ao mercado. Para a melhoria do rendimento agrícola da cana-de-açúcar, uma alternativa, já em implantação em áreas mais críticas, é a irrigação. Para a difusão desta prática, é preciso implementar ações articuladas com a conservação, via recomposição vegetal nas áreas muito inclinadas, bem como com o armazenamento de água, com a construção de barragens. “Nos dois casos será necessário o apoio da pesquisa tecnológica especificamente para o cultivo da cana em ambiente irrigado (o que demanda novas práticas culturais e novos equipamentos utilizados para irrigação plena ou complementar, além de melhoramento genético, da colheita (manual ou mecanizada da cana crua) e dos sistemas de carregamento e transporte da cana”. (SUDENE/SEBRAE, apud Lima e Sicsú 2001). Deve-se ressaltar, no entanto, que para tornar bem sucedida a irrigação deve-se, além disso, modernizar a ação empresarial e qualificar os trabalhadores rurais.

Nos anos recentes, em particular a partir de 2006, procura-se enfrentar as questões advindas deste quadro. A análise a seguir procura analisar o ocorrido no setor industrial.

37 A REDE INTERUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO - RIDESA, formada por Universidades Federais-Ministério da Educação e Desporto, foi criada com a finalidade de incorporar as atividades do extinto PLANALSUCAR, e dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisas visando a melhoria da produtividade do setor.

Metodologia e indicadores selecionados

Para efeito da análise global foram consideradas informações das safras 2005/06, 2006/07, 2007/08, 2008/09, 2009/10. Foram tabulados dados referentes às unidades industriais efetivamente em operação no período considerado. A pesquisa consistiu em analisar a evolução do comportamento dos indicadores acima relacionados: o rendimento industrial, a capacidade de moagem e o tempo de operação. Para tanto, foram calculados para cada um desses indicadores em cada safra a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação sobre esta média, com o objetivo de acompanhar o desempenho global ao longo do período analisado.

Foram, também, realizados testes de sensibilidade do rendimento industrial, considerada a variável dependente, em relação aos outros dois indicadores, capacidade de moagem e tempo de aproveitamento, consideradas variáveis independentes. Esses testes analisaram tanto o grau de correlação³⁸ como a inclinação entre as variáveis a qual pode explicar as tendências das variáveis.

1) Indicadores de Desempenho

Considerando as limitações de informações e a dificuldade de acesso a dados mais pormenorizados, para o estudo realizado definiu-se que o adequado seria considerar o rendimento industrial em quilogramas de açúcar por tonelada de cana moída; a capacidade horária efetiva de moagem em toneladas de cana por hora de operação; e o tempo efetivo de operação avaliando o tempo aproveitado em relação às horas totais de operação.

Fernandes (2003, p.137) define *rendimento industrial* como:

38 De acordo com Speigel (1972), a correlação, ou grau de relação entre as variáveis, quão bem uma equação linear ou de outra ordem explica ou descreve a relação entre as variáveis. Quando estão em jogo somente duas variáveis a correlação é denominada correlação simples, quando se trata de mais de duas variáveis denomina-se correlação múltipla.

“... a quantidade de produtos que foram obtidos por unidade (toneladas) da matéria prima (cana) processada...”. Assim, rendimento de açúcar por tonelada de cana deveria ser denominado “rendimento agroindustrial”. E o rendimento de álcool em “rendimento agroindustrial do álcool”, uma vez que dependem da qualidade da matéria-prima e da eficiência industrial...”.

No caso de Pernambuco, as usinas esmagam cana para a produção de açúcar, tendo o mel como subproduto. Este mel é que é utilizado no processo de destilação para obtenção do álcool, nas destilarias anexas. Já as destilarias autônomas processam a cana para obtenção de álcool.

O segundo indicador, **capacidade de moagem**, traz uma radiografia do porte da empresa e de sua capacidade de reduzir custos através de ganhos de escala. Adicionalmente, se reforça a importância da capacidade horária de moagem com a eficiência na extração de caldo com alto teor de sacarose. Também, Payne (1989, p.45), chama a atenção para:

“... a capacidade do tandem (linha de produção) é determinada pela capacidade dos rolos de receber a cana e transportá-la pelo atrito entre os rolos (...) a seção de moagem é projetada para uma capacidade nominal de recuperação de caldo. A moenda deve aceitar a quantidade de cana desejada por unidade de tempo e expelir a porcentagem esperada de caldo. Os resultados reais obtidos dependem de como a moenda é regulada, operada e mantida (...) Bom preparo significa liberação de alta porcentagem de caldo da estrutura celular da cana, sem a redução da fibra que comprometa a alimentação do terno da moenda... a operação eficiente exige controle estrito das variáveis operacionais, das quais as principais são: peso da fibra por hora, velocidade, carga hidráulica e manutenção”.

O aumento da capacidade de moagem pode não levar a um aumento significativo do rendimento industrial, como será visto adiante, mas requer a adoção de controles mais rígidos e, principalmente, integração com as operações realizadas no campo, como seleção da matéria-prima

adequada, tempo de corte e transporte.

O terceiro indicador, **tempo efetivo de operação**, indica a eficiência do sistema produtivo em otimizar os usos de seus recursos disponíveis. As interrupções nas operações são decorrentes de três fatores principais: (i) falta de cana para processamento; (ii) falhas elétricas e (iii) falhas mecânicas. Melhor será a eficiência quanto maior for o tempo de operação da unidade industrial em período de safra. As empresas que apresentam maior capacidade de intervenção para superação das possíveis paralisações são as que se mostram efetivamente mais eficientes. Correa e Gianesi (1996, p.335) aludem para o fato de que:

“... eventos incertos vão sempre ocorrer em sistemas complexos como são os sistemas de produção. Como é difícil antecipar aonde, no sistema, os eventos vão ocorrer, é necessário que o sistema esteja protegido em seus pontos frágeis ou críticos. Além disso, a produção de um item pode envolver várias operações de processamento e transporte de materiais... essas incertezas devem-se à falta de consistência do operador, limites na capacidade do equipamento, quebras do equipamento, etc. É impossível para os sistemas de produção eliminar a componente aleatória dos tempos de execução”.

Será, portanto, mais eficiente, a empresa que reduzir ao máximo as incertezas que atrasam a execução das operações e aumentam o tempo “ocioso” de processo. Quando da ocorrência dessas paralisações, a empresa pode ter comprometimentos no desempenho de manufatura, limitando a eficiência da sua operação e, conseqüentemente, reduzindo a sua competitividade.

A análise do comportamento dos indicadores propostos permitiu a nível global, avaliar o desempenho médio do setor. O distanciamento de uma empresa em relação à média pode significar uma posição competitiva vantajosa (caso o afastamento esteja acima da média) ou desvantajosa (caso o afastamento esteja abaixo da média).

Análise Global

Análise dos Indicadores

Avaliamos a evolução do desempenho de todo o conjunto da indústria, analisando o comportamento dos três indicadores descritos acima: rendimento industrial, em kg de açúcar³⁹; capacidade de moagem em toneladas por hora e o tempo de aproveitamento em percentual de horas efetivamente trabalhadas. A observação dos dados referentes ao rendimento industrial demonstra que este indicador apresentou relativa oscilação ao longo do período observado. A média do rendimento que era de 101,6 kg/tna safra 2005/06 alcançou, na safra 2007/08, o valor de 108,0 kg/t. O crescimento absoluto no período considerado foi de 6,2 %. A média para todo o período estudado (2005/06 a 2009/10) foi de 104,1kg/t, com o coeficiente de variação em torno desta média situado em 0,03.

Tabela 1: Análise Global de Indicadores de Desempenho das Safras 2005/2006 à 2009/2010.

Safra	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação
Indicadores								
Tempo de Operação (% de h)	72,9	73,0	78,2	73,8	72,6	74,1	2,3	0,03
Capacidade de Moagem (t/h)	223,8	249,0	247,8	248,1	252,0	244,1	11,5	0,05
Rendimento (kg/t)	101,6	102,5	108,0	106,3	102,2	104,1	2,8	0,03

Fonte: Sindaçúcar (2010)

Obs.: O tempo efetivo de operação foi avaliado como tempo efetivamente aproveitado (%) em relação às horas totais de operação.

39 O cálculo do rendimento inclui a equivalência para o álcool.

O segmento vem se reconfigurando com a diminuição no número de Unidades Industriais acarretando a crescente concentração da produção. Das 35 Unidades em operação na safra 99/00, 27 permaneciam ativas em 2004/05. Esse número caiu para 22 unidades na safra 2009/2010. Esta concentração foi fundamental para modificar o perfil produtivo do setor. Com essa concentração aumenta em muito a utilização de cana própria, que chega nos anos recentes a cerca de 80% da cana utilizada, vindo de fornecedores apenas pouco menos de 20%. Isso melhora em muito o teor de sacarose, dada a menor distância percorrida e ao planejamento melhor da produção, o que diminui o tempo de espera. Em entrevistas feitas com proprietários e administradores de usinas, eles consideram esse fator como decisivo para o aumento da competitividade do setor e sua maior estabilidade.

Vale ressaltar que o coeficiente de variação do Rendimento Industrial evolui de 0,2 na safra 2005/06 para 0,1 na safra 2009/10. Esta menor dispersão em torno da média demonstrou que, ao longo dos anos, houve uma diminuição de desigualdade no padrão de eficiência das empresas, no que se refere ao rendimento industrial. O que diferenciava em safras anteriores⁴⁰, portanto, as empresas “mais eficientes”, que auferiam indicadores de rendimento industrial mais altos, das “menos eficientes”, que auferiam os mais baixos índices, era o uso continuado de tecnologias e busca de melhorias nos processos agroindustriais, que refletiam as melhorias implantadas tanto na fábrica como também no campo. Se esse quadro era claro ao longo das safras 1999/00 a 2004/05⁴¹, neste novo período, o fechamento de unidades industriais combinado com uso de tecnologias não apenas de um grupo restrito de unidades fabris, mas pelo conjunto das empresas do setor, levou a uma significativa diminuição, portanto, nas diferenças interfirmas.

40 Ver Silveira, S. K. (2004)

41 Análise detalhada do período 1999/2000 a 2004/2005 pode ser encontrada em Silveira, S. K. (2005)

Tabela 2: Análise do Rendimento Industrial das Safras 2005/2006 à 2009/2010.

Safra	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Médias nas 5 safras
Indicador	Rendimento	Rendimento	Rendimento	Rendimento	Rendimento	
Média	101,6	102,5	108,0	106,3	102,2	104,1
Desvio Padrão	19,9	14,0	7,1	5,5	8,0	10,9
Coefficiente de Variação	0,20	0,14	0,07	0,05	0,08	0,1

Fonte: Sindaçúcar (2010)

Deve-se notar que rendimento sofre grande influência do ambiente externo, posto que a qualidade da cana é de fundamental importância para a obtenção de um melhor rendimento. Assim, aquelas empresas que realizaram investimentos em tecnologias ligadas à melhoria do padrão de produção do campo foram favorecidas por um maior incremento no rendimento industrial. Como os investimentos em melhoria vêm sendo realizados, principalmente, com suporte da RIDESA, esse diferencial de qualidade no campo também apresentou tendência de diminuição. Além disso, em anos recentes, nas empresas fabris que continuaram produzindo, nota-se um perfil dos processos produtivos muito semelhantes com uso de técnicas de processamento similares e busca de otimização na gestão da produção.

Os outros dois indicadores, que dizem respeito à operação fabril, também podem ajudar a explicar a redução das diferenças interfirmas. A evolução da capacidade instalada reflete as condições favoráveis de ampliação da produção propiciadas pela fase de recuperação observada e que teve início na safra 1999/00. Esta fase foi caracterizada pelo fechamento de várias unidades industriais e, conseqüentemente, pela redução da capacidade instalada do parque.

Tabela 3: Análise da Capacidade de Moagem das Safras 2005/2006 à 2009/2010.

Safra	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Médias nas 5 safras
Indicador	Capacidade de Moagem					
Média	223,8	249,0	247,8	248,1	252,0	244,1
Desvio Padrão	96,9	89,7	107,3	100,2	94,9	97,8
Coefficiente de Variação	0,43	0,36	0,43	0,40	0,38	0,4

Fonte: Sindaçúcar (2010)

O aumento da capacidade de moagem média para o setor como um todo no período de moagem das safras 2005/06 a 2009/10 foi da ordem de 13%. Verificamos tendência de alta, principalmente a partir da safra 2005/06, quando o indicador médio setorial sobe de 223,8 t/h para 249,0 t/h na safra 2006/07, representado crescimento da ordem de 11%. Tendo se mantido estável nas safras seguintes. Esse dado reflete o impulso de recuperação já observado pelo setor a partir da metade da década de 2000. A média global da capacidade de moagem para todo o período analisado foi de 244,1 t/h, com coeficiente de variação de 0,05 em torno desta média global.

É importante destacar que, na teoria, a empresa que opera em maior escala pode apresentar nítida posição de vantagem competitiva. Entretanto, a análise da dispersão demonstra que a diferenciação existente observada, que aponta um coeficiente de variação em torno da média da capacidade de moagem ao redor de 0,4 (40%), estáveis ao longo das cinco safras, não contribuiu de forma significativa para ampliar a vantagem competitiva das usinas, classificadas como grandes. Reforçando esse fato, na tabela 2 pode ser observado que o rendimento industrial vai se aproximando, reflexo, segundo especialistas, da menor dispersão do porte das empresas, advinda do processo de concentração industrial no setor.

A variação observada ao longo das últimas cinco safras demonstra uma tendência de diminuição das desigualdades do parque industrial,

no que se refere à capacidade de moagem. Como forma de justificar esta assertiva, destaque-se, como já foi dito, que na safra 1999/00 trinta e duas unidades industriais encontravam-se em operação, enquanto que na safra 2003/04 este número havia se reduzido para vinte e sete, permanecendo no mesmo patamar na safra 2004/05 e caindo para 22 unidades na safra 2009/10. O que, em regra, contribuiu para inverter a tendência de concentração, foi o fato de que as unidades que apresentavam fraco desempenho já encerraram suas operações ao longo das últimas safras, principalmente no período compreendido entre as safras 1999/00 e 2004/05.

O indicador mais relevante para a presente análise é o tempo de operação⁴². Este indicador guarda uma forte relação com a estrutura de custos da empresa industrial. No setor sucroalcooleiro de Pernambuco, a ênfase é dada na adoção de um posicionamento estratégico focando uma posição de custo mais baixo. Assim, quanto melhor o tempo de operação, em tese, menor seria o custo unitário de produção da empresa.

Tabela 4: Análise do Tempo de Operação das Safras 2005/2006 à 2009/2010.

Safra	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Médias nas 5 safras
Indicador	<i>Tempo de Operação</i>					
Média	72,9	73,0	78,2	73,8	72,6	74,1
Desvio Padrão	17,5	16,3	7,5	10,5	8,6	12,1
Coefficiente de Variação	0,24	0,22	0,10	0,14	0,12	0,2

Fonte: Sindaúcar (2010)

42 A avaliação dos indicadores de uma das indústrias analisadas revelam que na safra 2003/04 foram trabalhadas 2647 horas, representando um aproveitamento de 84,19%, bem acima da média do setor para o período de análise. As principais causas de interrupção de operação foram: falta de cana para moagem, problemas mecânicos, Problemas elétricos e limpeza e retoques. A boa manutenção da entressafra tem um papel fundamental na operação da safra. A falta de cana pode refletir tanto fatores climáticos, como falta de controle da cadeia de suprimentos.

O que se compreende pela análise dos dados é que o tempo médio de operação, ao longo do período de observação, não apresenta variação perceptível entre as safras 2005/06 e 2009/10. Verifica-se que o pico é atingido na safra 2007/08, com indicador médio registrando a marca de 78,2% de horas efetivamente operadas. A dispersão entre os indicadores registrados pelas várias empresas em relação à média também se alterou e vem diminuindo ao longo das cinco safras. O maior coeficiente de variação foi registrado na safra 2005/06 – 0,26- enquanto que o menor se deu na safra 2007/08– 0,10. Ao longo das outras duas safras seguintes, verificou-se que a dispersão apresentou variação muito tênue, evoluindo para 0,14 e refluindo para 0,12, na safra 2009/10. O coeficiente de variação sobre a média/safra do tempo de operação foi de 0,16. A média global para todas as safras foi de 74,1%.

A análise aponta para uma diminuição da dispersão denotando que, na média, as empresas melhoraram as técnicas de operação, superando a fase de gestão familiar e indicando uma maior profissionalização desta. As unidades industriais devem ter investido recursos no aperfeiçoamento de processos, entre os quais: (i) a programação na logística de distribuição e transporte de cana; (ii) implantação de sistemas de manutenção mais eficientes.

Essas melhorias, quando complementadas por investimentos em novas tecnologias, a exemplo da automação, protegem o sistema em seus pontos frágeis ou críticos. As empresas que melhor desenvolveram operações de processamento e transporte de materiais, fundamentais para o setor sucroalcooleiro, podem ter conseguido reduzir as interrupções. Aquelas que investiram em tecnologia para superação de limites na capacidade do equipamento e quebras do equipamento também podem ter conseguido aumentar o tempo de operação, tornando a operação mais eficiente e a empresa mais competitiva.

Uma condensação dos dados levantados pode ser analisada na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5: Análise Comparativa entre a Média do Período e a Média por Safra dos Indicadores de Desempenho, nas Safras 2005/06 e 2009/10.

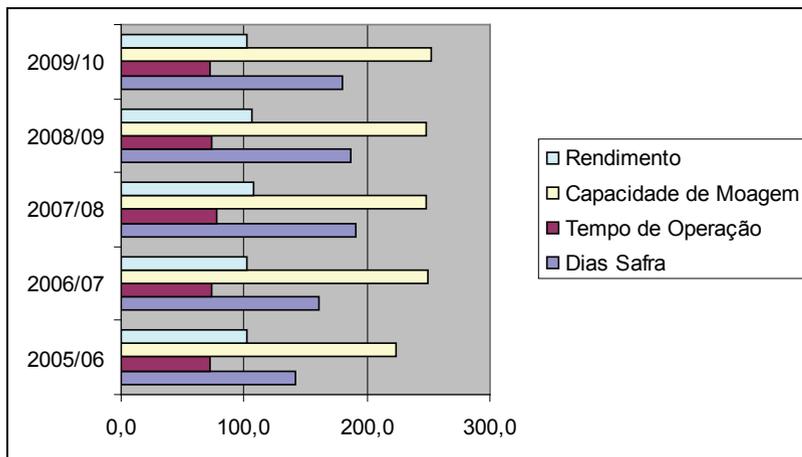
Safra	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Média	Dpad	Cvar
Indicadores								
Dias Safra	141,4	160,8	191,2	186,3	179,6	171,9	20,6	0,12
Tempo de Operação (% de h)	72,9	73,0	78,2	73,8	72,6	74,1	2,3	0,03
Capacidade de Moagem (t/h)	223,8	249,0	247,8	248,1	252,0	244,1	11,5	0,05
Rendimento (kg/t)	101,6	102,5	108,0	106,3	102,2	104,1	2,8	0,03

Fonte: Sindaúcar (2010)

Obs.: O tempo efetivo de operação foi avaliado como tempo efetivamente aproveitado (%) em relação às horas totais de operação.

Para uma visualização melhor dos dados, veja-se o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Análise Comparativa entre a Média do Período e a Média por Safra dos Indicadores de Desempenho, nas Safra 2005/06 e 2009/10.



Fonte: Sindaúcar (2010)

Obs.: Rendimento em Kg/t de cana moída; Capacidade de Moagem em t/h; Tempo de Operação em tempo efetivamente aproveitado (%) em relação às horas totais de operação. Dias Safra corresponde ao efetivo número de dias trabalhados por safra.

No Gráfico 1 acima, apresentando as médias dos três indicadores, em cada uma das cinco safras, pode-se ter uma idéia da dinâmica do setor. A variação observada nos três indicadores ao longo do período demonstra que o sistema vem operando com estabilidade. Esta proposição reflete o que foi reforçado nas entrevistas realizadas: o interesse, de boa parte dos responsáveis pela empresas, em implantar mecanismos de controle de processos e melhorias na seleção de matérias primas, colaborando dessa forma para aumentar a eficiência operacional.

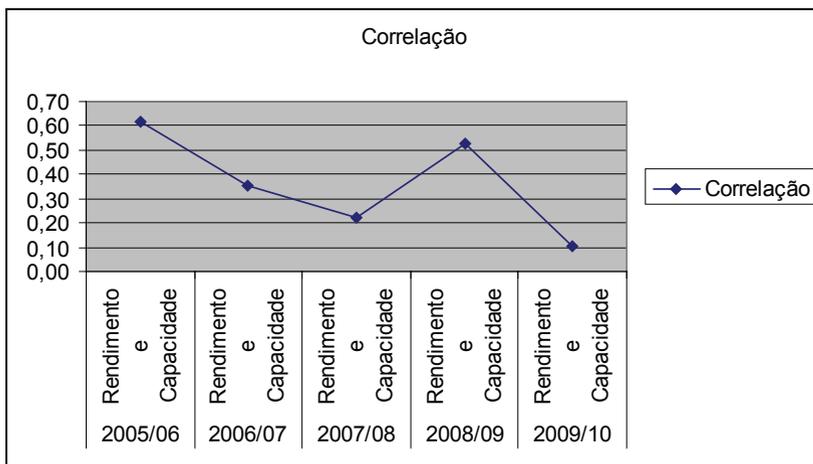
Ao avaliar cada indicador, isoladamente, é oferecida apenas uma visão parcial do desempenho médio da indústria local. Para melhor averiguar a influência da operação industrial e seus impactos no aumento da produtividade, procedeu-se à análise desses mesmos indicadores correlacionados entre si. Esta análise permitirá avaliar a sensibilidade do rendimento industrial em relação à capacidade de esmagamento e ao tempo de operação.

Análise de Sensibilidade

Os Gráficos e tabelas abaixo apontam os resultados encontrados para o período de observação de seis safras - 2005/6 a 2009/10 - que tratam da sensibilidade em duas situações:

- a) quando o rendimento industrial e a capacidade de esmagamento se correlacionam (Gráficos 2 e 3 e Tabelas 6 e 7); e
- b) quando o rendimento e o tempo de operação se correlacionam (Gráficos 3 e 4 Tabelas 8 e 9).

Gráfico 2: Evolução dos indicadores de sensibilidade da inclinação do Rendimento com a Capacidade de Operação.



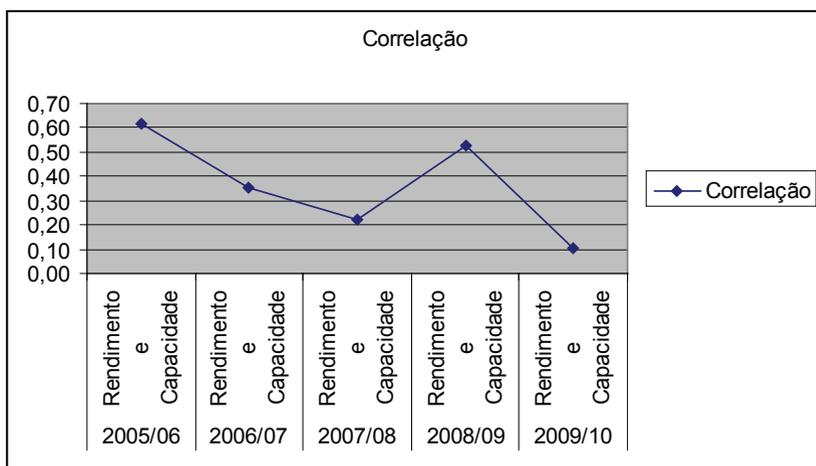
Fonte: Sindaçúcar (2010)

Tabela 6: Análise de sensibilidade da inclinação do Rendimento com a Capacidade de produção.

Safras	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Indicadores nas 5 safras		
Indicador relacionado	<i>Rendimento e Capacidade</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Coef de Variação</i>				
Inclinação	0,13	0,06	0,01	0,03	0,01	0,05	0,05	1,03

Fonte: Sindaçúcar (2010)

Gráfico 3: Evolução dos indicadores de correlação do Rendimento com a Capacidade de Operação



Fonte: Sindaçúcar (2010)

Tabela 7: Análise da correlação do rendimento com a capacidade de produção.

Safra	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Indicadores nas 5 safras		
Indicador relacionado	Rendimento e Capacidade	Média	Desvio Padrão	Coef de Variação				
Correlação	0,62	0,36	0,22	0,53	0,11	0,37	0,21	0,58

Fonte: Sindaçúcar (2010)

Para tanto foram efetuados testes que obtiveram como resultados indicadores da correlação e inclinação da reta entre as variáveis, nas duas situações descritas acima.

A inclinação da curva indica o quanto a variável dependente, no caso a capacidade de moagem, variará em função das variáveis dependentes. Quanto maior a inclinação, maior a variação que ocorrerá nesta relação. Se ela se aproxima de zero, a variação tende a ser insignificante. Neste caso, observa-se que a safra 2005/06 indica que as variações nos

rendimentos serão maiores quanto mais se ampliar a capacidade de moagem. Já na safra 2007/08 e 2009/10 essa variação é pouco significativa. O mesmo conceito se aplica para tempo de operação, variável dependente, e rendimento industrial, variável independente.

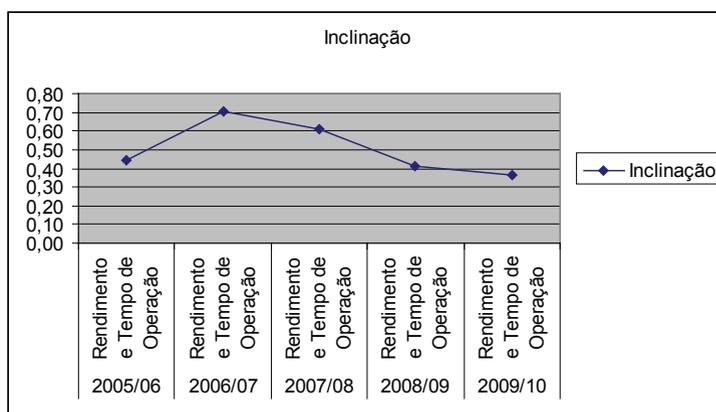
Nos dois tipos de teste foram considerados o rendimento industrial como a variável dependente. Essa escolha é explicada pelo fato deste indicador refletir de forma mais ampla o nível de eficiência medida no produto final. O setor sucroalcooleiro de Pernambuco, por exemplo, utiliza-o como referência por este oferecer mais visibilidade externa quanto ao padrão competitivo das empresas. Tanto a capacidade de moagem como o tempo de operação foram consideradas variáveis independentes. Assim sendo foi testada a sensibilidade do rendimento industrial em relação aos dois outros indicadores. Os testes se deram tanto em termos parciais como globais.

De acordo com os testes, a sensibilidade do rendimento em relação à capacidade de moagem, expressa pela inclinação, é alta na safra 2005/06 e cai ao longo das outras quatro safras (com leve aumento na safra 2008/09). Observou-se, portanto, diminuição da dependência entre estes indicadores ao longo das safras. O coeficiente de Variação reflete a profunda transformação na sensibilidade observada entre as safras 2005/06 e 2009/10 (0,13 para 0,01). Isso pode demonstrar que, ao longo das safras, a padronização nas operações aumentou a eficiência e a escala de produção deixou de ser o principal fator determinante na medição da eficiência.

A correlação entre as variáveis apresentou crescimento atingindo pico de 0,62 na safra 2005/06 e declinando para 0,11 na safra 2009/10. As taxas de correlação decrescentes podem refletir as melhorias introduzidas por parte das empresas, como investir na reposição de componentes de equipamentos desgastados, mais do que na aquisição de equipamentos que propiciassem um aumento na capacidade horária de moagem.

Foram realizados, também, testes de inclinação, correlação entre o rendimento industrial e o tempo de operação. Os dados demonstram que na safra 2005/06 existia uma correlação entre os referidos indicadores da ordem de 0,39. Na safra 2004/05, a inclinação apresentou um valor $-0,45$. Esta taxa, quando observada para as safras seguintes, indica que houve um aumento da sensibilidade ao tempo de operação na safra 2006/07, atingido o valor de 0,70, e um declínio gradual até ser atingido o valor de 0,36 na safra 2009/10 (ver gráfico 4).

Gráfico 4: Evolução dos indicadores de sensibilidade entre o Rendimento e o Tempo de Operação.



Fonte: Sindaçúcar (2010)

Isto demonstra que os ajustes realizados nas operações diminuiram as diferenças entre o aproveitamento do tempo nas diversas unidades industriais ao longo do tempo, com estabilização nas últimas duas safras.

A análise dos indicadores de inclinação pode sugerir que a variável tempo de operação tende a reduzir sua influência sobre a variável rendimento industrial, à medida que melhorias são introduzidas e o aproveitamento do tempo cresce. Este melhor aproveitamento se processa, seja a partir de uma melhor programação de colheita, para evitar desa-

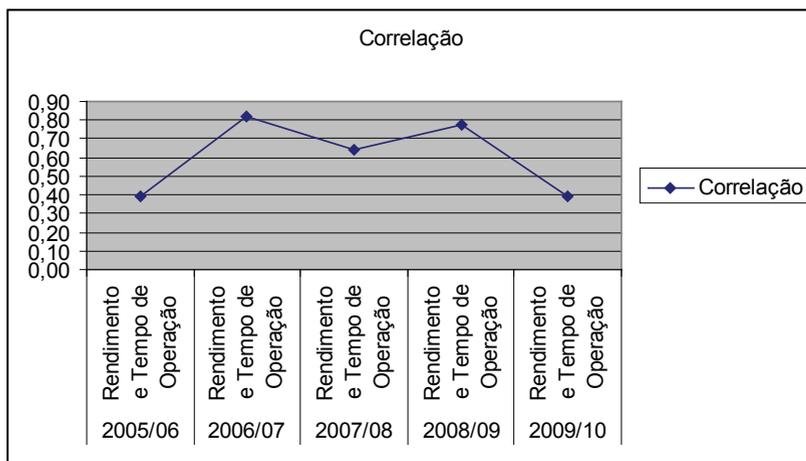
bastecimento de matéria-prima, seja no melhoramento da manutenção fabril, fazendo com que a fábrica pare menos. Em ambos os casos, o uso de novas tecnologias, a exemplo da automação, pode contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho.

Tabela 8: Análise de sensibilidade da inclinação do Rendimento com o Tempo de operação.

Safras	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Indicadores nas 5 safras		
	<i>Rendimento e Tempo de Operação</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Coef de Variação</i>				
Inclinação	0,45	0,70	0,61	0,41	0,36	0,51	0,14	0,28

Fonte: Sindaúcar (2010)

Gráfico 5: Evolução dos indicadores de correlação entre o Rendimento e o Tempo de Operação.



Fonte: Sindaúcar (2010)

Fatores externos⁴³ à operação fabril podem modificar o padrão de operação da *agroindústria*⁴⁴ aumentando a aleatoriedade no processo produtivo, com reflexos nos indicadores de desempenho.

Tabela 9: Análise da correlação do Rendimento com o Tempo de operação.

Safras	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Indicadores nas 5 safras		
Indicador relacionado	<i>Rendimento e Tempo de Operação</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Coef de Variação</i>				
Correlação	0,39	0,82	0,64	0,78	0,39	0,60	0,20	0,34

Fonte: Sindaúcar (2010)

Uma forma de se verificar a influência da aleatoriedade é observar a relação entre períodos de safra chuvosos e rendimento industrial. Verifica-se que nas safras com maior incidência de chuvas, o rendimento industrial cai por conta da queda de concentração de sacarose na cana. Nas safras de menor precipitação se dá o inverso. Dessa forma, mesmo com a adoção de práticas gerenciais que levem a um aumento do aproveitamento do tempo de operação, as “safras chuvosas” fazem o rendimento industrial médio cair, porque diminui a concentração de sacarose na cana. Esta é, por exemplo, mais uma das vantagens da região Centro-Sul, aonde nas épocas de safra chove muito pouco.

Conclusões

O setor sucroalcooleiro pernambucano vem retomando os níveis de produção e melhorando a eficiência do parque instalado. Entretanto,

43 De acordo com Dias (1981, p.15): “... *No processo de produção manufatureiro o homem inter-vém diretamente na transformação dos insumos em produto, assumindo o papel criador que a natureza perfaz nos processos de produção agrícola...*”.

44 O termo agroindústria é cunhado aqui, fugindo ao padrão estabelecido, para ajudar a marcar as diferenças entre uma indústria tradicional e outra que depende diretamente da atividade agrícola, como é o caso da sucroalcooleira.

este processo de reestruturação vem acompanhado de uma transformação no modelo de gestão, com a incorporação de práticas de gestão mais modernas por parte de alguns grupos empresariais, bem como do uso adequado da tecnologia. Destaque-se que essas práticas se assentam numa busca maior de gestão profissional, além da introdução de métodos de engenharia e controle de processo baseados na automação e industrialização flexível, nos métodos de qualidade total, nos controles estatísticos de processo e na busca de eliminação de gargalos, procurando uma maior continuidade do fluxo produtivo, controle e integração de processos, entre outros.

A redução do número de unidades em operação ao longo das safras analisadas, refletindo uma eliminação de unidades menores e com indicadores de eficiência mais baixos, combinados com o aprimoramento na operação observadas em um grupo específico de empresas podem vir a ser as causas mais importantes de conformação deste quadro

Alguns indicadores de desempenho foram analisados, demonstrando que a recuperação da produção e eficiência globais têm sido atingidos às custas do fechamento de unidades, com a concentração da área agrícola em menos unidades, e o conseqüente aumento do rendimento industrial, e, ainda, com a diminuição do *gap* tecnológico e gerencial entre as empresas. A análise também demonstra que o processo de expulsão de indústrias está diminuindo, com certa estabilização em 23 ou 22 unidades, principalmente a partir dos dados das três últimas safras, que indicam acomodação na dispersão dos indicadores analisados. Os dados e as entrevistas realizadas no Sindaúcar e com administradores de empresas mostram que, por conta de avanços obtidos na adoção de novas tecnologias de processo e de gestão⁴⁵, está havendo

45 A tecnologia de processo define a natureza da operação industrial. O investimento tecnológico deve trazer benefícios aceitáveis, contribuindo para que a empresa atinja seus objetivos em termos de impactos financeiros e comerciais. Uma forma de avaliar se a tecnologia adotada tem efeitos significativos é analisar os indicadores de desempenho, dentre os quais os sugeridos neste artigo.

uma melhora no desempenho global do setor.

A observação dos dados consolidados para todas as unidades industriais do Estado de Pernambuco para o período compreendido entre as safras 2005/06 a 2009/10 fez levantar a hipótese de que os avanços obtidos na produção e na produtividade globais de cana-de-açúcar e derivados podem ter-se dado principalmente em função do avanço de controle e de integração de processos das unidades de perfil mais eficiente. Tal fato deve-se, em grande parte, à desregulamentação do mercado nacional de cana e derivados⁴⁶, ocorrida em 1999, que provocou a necessidade do segmento nordestino investir na modernização do parque agroindustrial.

Cabe mencionar que ainda há um grande espaço para adoção, em Pernambuco, de tecnologias de processamento que ampliem o percentual produtivo de co-produtos da cana de maior valor agregado, bem como de aproveitamento de subprodutos⁴⁷. Hoje a produção está fortemente concentrada em álcool anidro e hidratado e açúcar demerara e cristal, sendo pequena a participação de açúcar refinado, produzido por poucas unidades industriais.

Em síntese, a diminuição da proteção governamental para o setor, seja pela ação do IAA, pelas cotas privilegiadas para o mercado americano ou pelo programa de equalização de custos, fez com que as empresas pernambucanas tivessem que buscar uma nova postura frente ao mercado. A profissionalização da gestão, a busca de melhorias nas funções de manufatura e a melhoria do teor de sacarose no suprimento

46 A desregulamentação envolveu medidas que acabaram com reserva de mercado quotas de produção e liberalização de preços.

47 O setor sucroalcooleiro passa por uma transformação na busca da eficiência econômica. Surge a terceira onda tecnológica, na qual o aproveitamento dos subprodutos será intensificada e mais eficiente. Primeiramente a eficiência energética passa a ser prioridade. As novas plantas devem operar com equipamentos que poupem energia, que será vendida à rede. A palha, resultante do corte limpo sem queima, poderá ser utilizada na geração de energia. O bagaço poderá ser utilizado tanto para geração de energia como para produção de etanol com os processos de hidrólise enzimática. As indústrias diversificam ao incorporar novos produtos, como açúcares orgânicos.

industrial trouxeram mudanças significativas no rendimento industrial e na diminuição de custos fabris. Associado a isso, a eliminação dos menos eficientes possibilitou uma logística de suprimento agrícola mais adequada e padrões de eficiência mais competitivos. Se é bem verdade que ainda há um *gap* significativo em relação aos indicadores alcançados no Centro Sul do país⁴⁸, o perfil atual permite ocupar espaços relevantes no mercado nacional e internacional do açúcar. O quadro aqui descrito, reforçado com opiniões de especialistas estudiosos do setor⁴⁹, aponta para que o próximo passo a ser dado deva ser a busca de consolidação em mercados de novos produtos derivados dessa indústria, aumentando sua penetração em mercados de maior valor agregado. Esse parece ser o desafio estratégico para a consolidação do segmento competitivamente.

Por fim, cabe ressaltar que os levantamentos, visitas e entrevistas realizadas apontam para o que o Professor José Graziano chamaria de “uma modernização conservadora”, ou seja, um processo em que se aumenta a eficiência do setor e a base de sua competição capitalista, mas não foram detectadas mudanças significativas nas relações capital-trabalho, na maior participação da classe trabalhadora da cana e das usinas nos frutos desse processo. Modernizam-se os processos, começa-se a restabelecer o equilíbrio financeiro do setor, mas mantêm-se as relações de exploração do operariado. Exploração essa que tem na forte dependência do cultivo da cana-de-açúcar sua base de sustentação, única atividade agrícola que efetivamente garante ao trabalhador assis-

48 Os custos da produção de cana de açúcar nordestina são de 88% da média mundial. Embora a produção da região Nordeste seja competitiva a nível mundial, a forte concorrência interna, acentuada após o processo de desregulamentação, desfavorece os produtores nordestinos, tendo em vista que São Paulo apresenta um custo industrial de 76% da média mundial, o menor das grandes regiões produtoras.

49 Foram consultados especialistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco, Da Fundação Joaquim Nabuco e do Sindaçúcar. Na literatura, este aspecto é reforçado em trabalhos como, por exemplo SHIKIDA, Pery Francisco Assis; NEVES, Marcos fava; REZENDE, Ricardo Albuquerque; Notas Sobre A Dinâmica Tecnológica e Agroindústria Canavieira no Brasil. In: Moraes, Maria (Org) Agroindústria Canavieira no Brasil, Atlas, São Paulo 2002.

tência técnica, insumos adequados, garantia de comercialização e crédito no momento adequado. Os demais artigos deste livro aprofundam esta situação.

BIBLIOGRAFIA

FERNADES, Antônio Carlos. Cálculos Industriais na Agroindústria da Cana-de-açúcar. 2. Edição, EME, Piracicaba, 2003.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32. Edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo 2003.

HENDERSON, James M; Quant, Richard E; Teoria Microeconômica. Pioneira : São Paulo, 1976.

LIMA, JOÃO Policarpo; SICSÚ, Abraham. Revisitando o Setor sucroalcooleiro do Nordeste: O Novo Contexto e a Reestruturação Possível. In: SAMPAIO, Yoni (Org). Ensaios sobre a Economia Agrícola e Meio Ambiente. Recife, 2001.

LIMA, JOÃO Policarpo; SICSÚ, Abraham. Zona da Mata Pernambucana: Diversificação Produtiva ou Retomada da Cana-de-Açúcar In: Moraes, Maria (Org) Agroindústria Canavieira no Brasil, Atlas, São Paulo 2002.

MARAFANTE, Luciano. Tecnologia da Fabricação do Álcool e do Açúcar. Ícone, São Paulo, 1993.

MERA, Naotsugu. Automation of Sugar Refinery. In: Chou, Chi Chung (Org) Handbook of Sugar Refining. John Wiley and Sons, Inc, New York, 2000.

MOREIRA, Daniel, A. Administração da Produção e Operações. 1. Edição, Pioneira, São Paulo, 1993.

PAYNE, John Howard. Operações Unitárias na Produção de Cana-de-Açúcar. Nobel/STAB, São Paulo 1989.

PORTER, Michael, E. Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior. 26. Edição, Campus, Rio de Janeiro, 1989.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; NEVES, Marcos fava; REZENDE, Ricardo Albuquerque; Notas Sobre A Dinâmica Tecnológica e Agroindústria Canavieira no Brasil. In: Moraes, Maria (Org) Agroindústria Canavieira no Brasil, Atlas, São Paulo 2002

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação e Região. Coleção NEAL nº 1. UNICAP: Recife, 2000.

SILVEIRA, Sérgio Kelner. Análise dos Indicadores de Desempenho da Indústria Sucro-Alcooleira Pernambucana; Texto para Discussão Interna, Fundação Joaquim Nabuco, Coordenação Geral em Ciência e Tecnologia. Versão Preliminar (2004).

SILVEIRA, Sergio Kelner. Competitividade Sistêmica do Setor Sucroalcooleiro: Analisando as Perspectivas de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2005

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DE PERNAMBUCO – Sindaçúcar; <www.sindacucar.gov.br>

SLACK, Nigel. Vantagem Competitiva em Manufatura: Atingindo a Competitividade nas Operações Industriais. 2a Edição, Atlas: São Paulo, 2002.

SPIGEGEL, Murray R. Estatística. McGrawhill, São Paulo, 1972.

UDOP - União das Destilarias do Oeste Paulista, <www.udop.com.br>, acessado em 10/07/2010

ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – <www.portalunica.com.br>, acessado em 15 de julho de 2010.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS MUDANÇAS RECENTES NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Christine Rufino Dabat
Maria do Socorro de Abreu e Lima⁵⁰

A Zona da Mata de Pernambuco, com o propósito de enriquecer a metrópole portuguesa com produtos tropicais, foi colonizada no início do século XVI. Assim sendo, tomaram-se as terras aos ameríndios, montaram-se *plantations* para produzir cana de açúcar tendo como mão de obra a população escrava, trazida da África em péssimas condições e vivendo no mais alto grau de exploração, ao longo do tempo.⁵¹

Apesar de se procurar, no século XIX, dinamizar e modernizar a produção açucareira, esta foi feita tendo em vista melhorar a produtividade para, assim, tentar manter sua posição no mercado internacional, sem alterar as imensas propriedades de terra nem as condições sociais dos trabalhadores, num processo denominado por Peter Eisenberg⁵² como de “modernização sem mudança”. Este processo, como todos os outros que buscavam garantir melhoras na agroindústria açucareira, tinha sempre o apoio, também financeiro, do Estado.

50 Professoras no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

51 ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas, [1963] 1980.

52 EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Quanto aos trabalhadores, mesmo após a abolição, nada lhes foi garantido. Permanecendo nos engenhos e usinas, suas condições de vida e trabalho continuaram precárias. Qualquer tentativa de organização deste segmento era sempre considerada, pelos proprietários, como subversão da ordem assentada e vista como perigosa. De tal forma que, nos anos 50 do século XX, apenas o sindicato de Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso era reconhecido pelo Ministério do Trabalho. As Ligas Camponesas, que se organizam como sociedade civil e passam a reivindicar a reforma agrária, também enfrentaram muitas dificuldades para se afirmar.

No início da década de 60, os trabalhadores vão ampliando sua participação política em todo o país. As Ligas crescem em Pernambuco e também em nível nacional,⁵³ e o sindicalismo rural se expande, particularmente a partir de dois setores divergentes em muitos aspectos: a Igreja Católica e o Partido Comunista. O número de sindicatos cresce e a Zona da Mata conta, até março de 1964, com 32 entidades.⁵⁴ Importantes conquistas são efetivadas no âmbito das relações de trabalho e no de reconhecimento de direitos aos trabalhadores rurais.

Com o golpe de 64, esse processo de participação política é sustado, instalando-se uma ditadura que reprime e piora as condições de vida e trabalho, em especial na Zona da Mata. As Ligas são fechadas, há intervenção em quase todos os sindicatos rurais do Estado. A perseguição, prisão, tortura e desaparecimento de pessoas se instala. O processo de expulsão de moradores dos engenhos se amplia.⁵⁵

Com muita luta, esta situação vai se modificando e, no final da década de 70, a mobilização democrática e popular volta a se impor. Em outubro de 1979, ocorre importante greve de canavieiros, cuja luta

53 AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

54 ABREU e LIMA, Maria do Socorro de Abreu. *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE. Editora Oito de Março, 2005.

55 DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

se amplia ao longo dos anos 80.⁵⁶ Em 1986, acontece em Carpina, município da Mata Norte, o I Encontro Regional de Canaveiras, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE). Também nesse período, começam a se estruturar entidades de mulheres na região, em diferentes municípios, sendo pioneiro o Centro das Mulheres do Cabo.

Embora as reivindicações por melhores condições de trabalho continuem, retoma-se também a luta pela terra. No final da década, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chega a Pernambuco e promove uma ocupação na região.

O que se pretende neste artigo, após uma rápida retrospectiva histórica, é identificar os principais avanços e impasses que têm ocorrido na Zona da Mata de Pernambuco do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, particularmente dos trabalhadores rurais. Analisar como o processo de industrialização vem impactando a região com a formação de um novo mercado de trabalho e como os movimentos que lutam pela terra vêm desenvolvendo suas experiências e lutas. Ainda, verificar os problemas enfrentados pelos trabalhadores, particularmente os canaveiros que sofrem com o crescente desemprego nos anos mais recentes, assim como os desafios colocados ao movimento de mulheres da região.

Para isso foram realizadas oito entrevistas com lideranças e assessores de movimentos e entidades que são referência na região, numa tentativa de perceber, através de suas colocações, quais as análises feitas por esses segmentos em relação às transformações ocorridas na zona da Mata nos últimos anos, como eles se situam em relação às políticas públicas implementadas, quais os desafios e propostas mais relevantes que eles apontam nesse momento.

56 ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canaveira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994.

'Flores que se abrem no lodo'.⁵⁷ Experiências de economia camponesa frente à hegemonia do latifúndio monocultor na zona canavieira de Pernambuco

Considerando o quadro social peculiar à região, a questão fundiária constitui um dos fundamentos e traços mais perenes da Zona da Mata, após a chegada dos europeus. Se a utilização da mão-de-obra, particularmente no âmbito rural, foi objeto de vários questionamentos e mudanças radicais, como a abolição ou a proclamação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, no que diz respeito à repartição do meio de produção principal – a terra – só foram emitidos propósitos, desejos ou reivindicações.

Raras experiências, no entanto, vêm oferecer à acachapante dominação secular do latifúndio monocultor, alguma alternativa fundiária, mas também agrícola e quiçá política. As linhas a seguir fornecerão, por um lado, um esboço dos traços principais da situação vigente, bem como pinceladas sobre momentos de experiências novas, às vezes curtos, que, no entanto, levantaram esperanças entre os canavieiros da região.

Numa nação tão importante do ponto de vista da produção agrícola e, ao mesmo tempo, tão diversa nas suas dimensões continentais, a história fundiária do Brasil, enquanto aspecto fundante de seu passado, constitui um objeto de estudo sócio-econômico e até mesmo cultural. No entanto, não goza ainda da atenção necessária, sobretudo visto a duração e amplitude do fenômeno de concentração da propriedade da terra. Em Pernambuco, raros são os estudos que focam este aspecto, embora a fome de açúcar das sociedades europeias tenha imposto à ocupação colonial e pós-colonial, assim como ao *uso do solo na região*, características marcantes inclusive no que diz respeito ao domínio fundiário. Estas perduram até os dias atuais.

Num prisma conceitual ainda extremamente eurocentrado, a consequência fundiária da crescente “*cobiça do europeu faminto da cana-*

57 Termo emprestado a Francisco Julião a propósito das Ligas Camponesas.

-de-açúcar”, nas palavras de Julião,⁵⁸ isto é, a demanda por açúcar em aumento constante desde os Tempos Modernos,⁵⁹ foi tratada como o “avançocivilizador”⁶⁰ dos canaviais, geminando-lhe a monocultura. A paisagem da Zona da Mata transformou-se a tal ponto que seu nome só tem sentido como lembrança. As visões diversas a seu respeito podem ser entendidas como “*labouring landscapes*”,⁶¹ termo cunhado pelo brasileiro norte-americano Thomas Rogers.

Embora apresentado como ‘natural’, o modelo imposto pelos europeus consolidava uma organização da produção que incorporava traços agregados ao longo do percurso ocidental do açúcar como produto: do Oriente Médio pré-islâmico e islâmico até as costas do Atlântico Sul. Constituíam-se num conjunto que primava pela eficiência dos rendimentos e, neste sentido, a modernidade, como o sublinha o Prof. Mintz. Entre seus aspectos mais importantes havia: o latifúndio; a monocultura da cana-de-açúcar; a sujeição de grandes contingentes de mão-de-obra rural a condições particularmente brutais de exploração; danos ambientais, inclusive a extinção da floresta. Apesar de adaptações exigidas pelas mudanças dos tempos, particularmente com a crescente destinação da cana à produção de etanol, este modelo não sofreu transformação radical, embora suscitasse debates ao longo do último século.

No que diz respeito aos recursos fundiários, a hegemonia das grandes propriedades reduziu e reduz ainda outras culturas, particularmente alimentícias, a minguada porção territorial. Ela limitou também as opções de ocupação para uma numerosa população rural conde-

58 JULIÃO, Francisco. *Cambão. A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009, p. 122..

59 MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletari- zados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

60 FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nor- deste do Brasil*. [1936] Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed. 1961, p. 8.

61 ROGERS, Thomas. “Imaginários Paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana”. In *Cadernos de História*, V. 6 N° 6, Recife: EDUFPE, 2009, p. 18. Do mesmo autor, *The deepest wounds. A Labor and Environmental History of Sugar in Northeast Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

nada a se empregar nos latifúndios pela ausência de acesso a terra e/ou à insuficiência desta em termos de tamanho. Pois, segundo a fórmula consagrada, a concentração fundiária combina em binômio latifúndio e minifúndio. Este perfil se verifica em bom número de municípios da zona canavieira de Pernambuco, em proporções inéditas.

Estrutura fundiária

Historicamente, as grandes propriedades ocupam por volta de três quartos da área considerada pelo cadastro do INCRA.⁶² localmente, essa preponderância atingia um quase monopólio, com mais de 90% da área.⁶³ Tal taxa reduz consideravelmente a área ocupada pelos pequenos e médios proprietários.

Algumas operações do INCRA, no sentido de assentamento para Reforma Agrária, permitiram a diminuição desta concentração fundiária em certas regiões.⁶⁴ Mas o predomínio do latifúndio monocultor permanece. Consequentemente, apesar de condições climáticas favoráveis, a policultura camponesa é muito rara.

A importância reduzida das propriedades médias e pequenas constituiu uma fonte de preocupação constante das autoridades numa sociedade tão polarizada. Sua fraca capacidade de ocupar mão-de-obra rural e, desta forma, entrar em concorrência com as grandes plantações de cana-de-açúcar faz com que, ao domínio territorial das grandes propriedades, some-se, portanto, o seu domínio sobre o emprego. “É através do monopólio da propriedade da terra que os senhores-de-engenho

62 DABAT, Christine Rufino. “A Terra-Privilégio. Estudo sobre a estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco”. *Anais do X Encontro de Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p. 133-150.

63 ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. In Andrade, Manuel Correia de, Redwood III, John e Fiorentino, Raul. *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU, UFPE, maio de 1982.

64 Ver o artigo de João Policarpo R. Lima, Malu P. R. da Silva e Syllas Ferreira, “Economia da Zona da Mata de Pernambuco: algo de novo? Mais do mesmo?”, no presente volume.

controlam a força de trabalho da população local não proprietária”, escreve Nazareth Wanderley.⁶⁵ Caio Prado Jr. enfatizou também esta estreita relação: uma organização da produção em moldes que deixam estes contingentes a mercê dos proprietários/empregadores, inclusive em termos de condições e remuneração do trabalho: “*devido à concentração da propriedade, [esta força de trabalho] não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa aliás que torna possível o grande empreendimento agromercantil.*”⁶⁶ Sucessivas modernizações não mudaram fundamentalmente este quadro.

“A disciplina da fome substituiu a da escravidão” como meio de coerção, resume Sidney Mintz.⁶⁷ Por falta de alternativa e acesso a terra, a única margem de manobra do canavieiro é a escolha do empregador. Não da relação, que é, muitas vezes, descrita como “*cativeiro*”⁶⁸ pelos próprios trabalhadores rurais.

Os latifúndios convivem com minifúndios cuja área média “*desce às vezes a uns poucos hectares apenas.*”⁶⁹ É a ‘*getização*’ da terra, segundo Caio Prado. No ‘*gueto*’ dos minifúndios, sejam eles históricos ou de surgimento mais recente, algum membro da família dos trabalhadores rurais precisa vender sua força de trabalho aos grandes proprietários, sendo a agricultura em regime de economia familiar um sonho sem apoio público.

*“De um lado, maior número de braços à procura de ocupação –
donde maior oferta de mão-de-obra, e tendência à redução de seu*

65 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 38.

66 PRADO Júnior, Caio. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” [1960]. In: PRADO Júnior, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 40.

67 MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. New York: Viking Penguin, 1985, p. 70.

68 ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Genève: IUED (mimeo), 1990.

69 PRADO Júnior, Caio. “Contribuições para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 74.

*custo -, e doutro lado, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem reagrupadas e absorvidas pela grande exploração logo que isso seja da conveniência desta última.*⁷⁰

Apenas os empreendimentos de SUAPE parecem oferecer uma alternativa.

A questão do sítio/roçado

Do ponto de vista dos plantadores (sejam eles senhores de engenho ou, posteriormente, fornecedores de cana e usineiros), o monopólio da terra para fins de produção dominante só não foi absoluto em virtude daquilo que curiosamente passou a ser chamado de “*sistema Brasil*” no Caribe: o encorajamento à cessão aos trabalhadores rurais, com aval reiterado das autoridades preocupadas com a falta de abastecimento local em alimentos, de um lote de terra, não utilizado, para a sacaricultura, para plantar o que os canavieiros chamam de “*lavoura branca*”. Paradoxalmente, foi pouco promovido no Brasil, a não ser nos “*engenhos da filosofia*”, na Bahia.⁷¹ De qualquer forma, esta agricultura camponesa ocorreu nos interstícios do latifúndio.

Embora também presente em circunstâncias urbanas e visando, neste último caso, a ‘domesticação’ do operariado⁷² potencialmente rebelde, a cessão pelo empregador rural de um pedaço de terra ao seu empregado, após a abolição, tinha principalmente como “*finalidade de manter (os trabalhadores) subjugados, como mão-de-obra de reserva,*

70 BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 75 e p. 61.

71 PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 234.

72 LOPES, José Sergio Leite. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In PALMEIRA, Moacyr (Org.) *Mudança social no Nordeste. A reprodução da subordinação. Estudo sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1979, p. 41-95.

dentro ou às proximidades do latifúndio”.⁷³ Antes da generalização dos transportes pendulares possibilitados por estradas asfaltadas e caminhões, cuja eficiência foi assentada, segundo Manuel Correia, nos anos 1960 e 1970, esta havia sido a solução para garantir aos plantadores um suprimento adequado de mão-de-obra, numa atividade comportando enormes variações sazonais da demanda. Ela tinha a virtude suplementar de ser pouco ou nada onerosa, dada a grande disponibilidade de terras nas mãos dos empregadores. Ou seja, seu quase monopólio sobre a propriedade fundiária poupava-lhes um investimento em massa salarial no período da entressafra, sem prejuízo da cultura principal que ocupava outros espaços.

*“Só restaria, para garantir ao mesmo tempo a reprodução da força de trabalho e manter baixos os salários monetários, dar um lote ao trabalhador: estava criada a relação de morada.”*⁷⁴

Os trabalhadores, doravante sujeitos à morada, não tinham alternativa, nem de emprego, nem de terra para plantar, para aqueles que não conseguiam sequer um minifúndio, presente em vários municípios, mas quase ausente em outros. Foram estas as circunstâncias da manutenção de competências agrícolas diversificadas, ao fio dos séculos de monocultura dominante.

Curiosamente, a disposição de um lote de terra para culturas básicas como batata, milho e mandioca levou a interpretações acadêmicas que continuam impregnando boa parte das mentalidades dos tomadores de decisão, em qualquer escala. Pois entrou numa visão do passado recente das relações de trabalho veiculada pela literatura dominante. Essa ‘brecha camponesa’, termo usado tanto por Sidney Mintz quanto por Ciro Flamarion Cardoso para designar um componente da relação de assa-

73 GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 106.

74 CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco: da Senzala ao Caminhão*. Recife: PIMES, UFPE, 1983, p. 45.

lariamento na forma de salário *in natura*, foi interpretada por outros autores, de forma ampla, como argumento na defesa da tese feudal;⁷⁵ ou então, como uma benesse – dádiva – num contexto de relações empregatícias designadas como “*paternalistas*”; ou ainda como uma estratégia de divisão dos trabalhadores elaborada pelo patronato na distribuição de favores apenas a alguns empregados.⁷⁶ Stuart Schwartz ilustrou com dois documentos o quanto esta prática abrangia tanto o espaço quanto o tempo, se referindo a um incidente na Bahia do fim do século XVIII. A reivindicação dos escravos fugitivos inclui “*em cada semana há de nos dar os dias de sexta-feira e sábado para trabalharmos para nós (...) Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença.*”⁷⁷

Respostas históricas

Julião já ressaltava “*a inclinação natural do próprio camponês a possuir, a qualquer preço, o seu pedaço de terra, porque, para ele, isso representa a liberdade.*”⁷⁸ Ao longo dos séculos, frente ao latifúndio em expansão violenta, não raro militar, sobre as terras dos povos originários, várias experiências levadas a cabo por trabalhadores rurais permitiram pontuar com alternativas alentadoras o processo de desertificação canavieira. Frente à uniformidade crescente dos campos monocultivados, tentativas coletivas deixaram viva a possibilidade de um futuro camponês para a região. Embora longevas, em alguns casos, seu des-

75 DABAT, Christine Rufino. “A tese feudal: o morador como servo”. *Moradores de Engenho*. Op. cit., p. 273-314.

76 SIGAUD, Lygia, *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: USP, 1977.

77 SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil: the slaves’ view of slavery”. *Hispanic American Historical Review*, 57, 1, 1977, pp. 69-81. Apud CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O proto-camponês negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 99.

78 JULIÃO, Francisco. *O Cambão. A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009, p. 167.

tino histórico ficou marginal em razão, particularmente, de sua suposta falência econômica, e sobretudo pelas intervenções militares ou administrativas sucessivas, interrompendo-lhe a lógica de gestão e a chance de sucesso potencialmente contaminador. São tidas, portanto, como fracassos. Este julgamento — pouco inocente — está acompanhado de conotações inferindo um resultado inelutável: pelas suas características intrínsecas, estas experiências estariam fadadas ao insucesso.

Os quilombos (Palmares, por exemplo), o engenho Galileia, as cooperativas de Caxangá⁷⁹ e de Tiriri, e por fim os presentes assentamentos com fins de reforma agrária, embora iniciativas muito diferentes entre si, são assim associadas para compor um conjunto. Constituiriam uma repetição de insucessos fornecendo a prova indiscutível de que a Reforma Agrária, ou qualquer outra reorganização democratizante da produção na zona canavieira de Pernambuco, é inviável ou pode apenas servir propósitos assistencialistas. Em outros termos, os trabalhadores rurais não teriam a capacidade, a qualificação ou a vontade de organizarem por conta própria a produção de forma autônoma e em seu próprio benefício. Engloba-se nesta condenação o regime de economia familiar – muitas vezes designado incorretamente e com certa condescendência como sendo de “subsistência” – bem como as cooperativas e associações. Inferências eugênicas entremeadas de preconceito de classe impregnam essas avaliações, que se repetem com surpreendente univocidade, somando-se ao menosprezo histórico em que o campesinato é tido, na ideologia ocidental dominante.⁸⁰

79 ANDRADE, Joaquim Correia X. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife: mimeo, 1987.

80 DABAT, Christine Rufino. “Linhagens literárias na representação negativa do campesinato”. In MONTENEGRO, Antônio Torres, GUIMARAES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *História, cultura, trabalho: questões na contemporaneidade*. Recife: EDUFPE, 2011, p. 153-175.

Quilombos: “elas levam vida nos cabelos”

Antes de escapar, as escravas roubam grãos de arroz e de milho, pepitas de trigo, feijão, sementes de abóbora. Suas enormes cabeleiras viram celeiros. Quando chegam nos refúgios abertos na selva, as mulheres sacodem as cabeças e fecundam assim a terra. Eduardo Galeano⁸¹

Formas de resistência ao modelo capitalista de exploração definido como plantação (“*plantation*”) por Sidney Mintz e Eric Wolf,⁸² estas instalações de escravos fugitivos e outros membros agregados configuraram sociedades originais, à margem da colônia sacaricultora. Entre outras características, os quilombos praticavam amplamente a policultura. Josué de Castro mostrara as consequências para as populações destas “*benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região*”.⁸³

“Os palmarinos plantavam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata, legumes. Duas semanas antes do plantio preparavam o terreno com grandes queimadas. A preparação das terras, a semeadura e a colheita se faziam coletivamente. Celebravam o término da colheita com uma semana inteira de festejos em que todos folgavam, dançavam, comiam e bebiam. Mantinham também extensos pomares com toda variedade de árvores frutíferas.”⁸⁴

Aproveitando a perícia agrícola tanto dos povos originários quanto de suas nações africanas de origem, eles desenvolveram ao mesmo tempo práticas extrativistas. Os campos cultivados, sem que se saiba exatamente o regime de posse, em volta da aglomeração de habitações,

81 GALEANO, Eduardo. *Memória do Fogo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, vol. II, p. 30.

82 MINTZ Sidney W. e WOLF Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletariados*. Op. cit., p. 143-194.

83 CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explorativa*. [1964] São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 1967, p. 51.

84 FREITAS, Décio. *Palmares. A Guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 45.

proviavam tanto as necessidades de seus moradores, como das populações vizinhas. Nestas comunidades, “reinava uma fartura que oferecia um vivo contraste com a perene miséria alimentar das populações do litoral”.⁸⁵ Reconhecia-se o empenho e a competência destes produtores: “sãograndemente trabalhadores, plantam todos os legumes da terra, de cujos frutos formam providamente celeiros para os tempos de guerra e de inverno”,⁸⁶ nas palavras de um cronista. O próprio governador Brito Freitas, admitia “o trabalho e a indústria dos negros”.⁸⁷

Desdobramentos recentes estabeleceram o reconhecimento oficial de linhagens entre estas experiências históricas, notáveis em diversas dimensões pelas adversidades que venceram, e comunidades atuais de produtores rurais, que se mantiveram em terras herdadas ou compradas dos “*ex-proprietários*”,⁸⁸ “às vezes coletivamente, nos anos imediatamente anteriores ou posteriores à abolição da escravidão”.⁸⁹ Mapear estas terras e mediar o acesso à plena propriedade coletiva foi uma das tarefas da Fundação Palmares. Cruzando história oral e documentação escrita, foram revelados “*tipos de organização cultural e familiar que permitiram a perenidade destas sociedades*”⁹⁰ e de suas práticas agrícolas.

85 Idem, p. 73.

86 “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678”. Apud CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional. 4ª ed. 1988, p. 203.

87 Apud FREITAS, Décio. *Palmares. A Guerra dos Escravos*. Op. cit., p. 73

88 COSTA, Luciana Rodrigues da. *Representações da paisagem através de registro fotográfico da comunidade quilombola Onze Negras, no entorno do Complexo Industrial e Portuário de Suape – PE*. Recife: Dissertação de mestrado PRODEMA/UFPE, 2011.

89 MATTOS, Hebe Maria. “Terras de Quilombo: citoyenneté, mémoire de la captivité et identité noire dans le Brésil contemporain”. In *Cahiers du Brésil contemporain*. Paris, 2003, no 53/54, p. 121.

90 Idem, p. 146.

*Galiléia: um “vulcão”*⁹¹

Exemplo mor da luta pela terra, as 140 famílias que viviam no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, fizeram história ao organizar, em 1955, a SAPPP, “*célula-mater*”⁹² das Ligas Camponesas. Sendo arrendatários de um senhor absenteísta, os chamados ‘Galileus’ já tinham uma prática camponesa estabelecida. A importância desta experiência se deve, sobretudo, ao impacto do exemplo na exigência da propriedade da terra. As Ligas Camponesas tiveram até o gople, um papel pioneiro nessa luta.

De certo modo, o período serve de pia batismal tanto para a questão dos direitos dos canavieiros enquanto assalariados, quanto para a Reforma Agrária, ambas defendidas pelos movimentos sociais no campo, então em franca ascensão. Ninguém menos que o Presidente da República, João Goulart, no Congresso de Belo Horizonte, em novembro de 1961, afirmava:

*“A luta em favor do acesso à terra, pelos que a trabalham de sol a sol, é uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. Seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos. (...) Ou se faz a Reforma Agrária imediatamente, ou a revolução estará nas ruas.”*⁹³

Embora crítico da evolução da Liga de Galiléia, Clodomir Moraes mostra o efeito de contaminação de tal exemplo: a desapropriação das terras por parte do Estado em prol dos moradores encorajou outros coletivos de trabalhadores à igual reivindicação, num efeito de expansão do movimento.

91 MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IATTERMUND (Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo), 1997, p. 32.

92 JULIÃO, Francisco. *Cambão*. Op. cit., p. 127.

93 Discurso do Presidente João Goulart no I Congresso Nacional de Trabalhadores do Campo, Belo Horizonte. *Diário de Pernambuco*, 18.11.1961.

Tiriri: um ano de experiência promissora, mas interrompida

“Toda a riqueza que o Senhor vê nos campos de açúcar, meu Presidente, foi o camponês quem tirou da terra, pois ele planta a cana, limpa, colhe, cambita, carrega e entrega à usina que tira o açúcar que é a riqueza.” João Francisco, representante dos trabalhadores, saudando o Presidente João Goulart⁹⁴

Nesta esteira, a Cooperativa Agrícola de Tiriri, criada em 24 de abril de 1963 no município do Cabo, levantou grandes esperanças. Com efeito, a opinião pública preocupava-se em buscar respostas pacíficas às crescentes tensões sociais no meio rural. Como mencionado pelo próprio presidente, o foco era a demanda por terra para quem nela trabalha. Desde 1949, as experiências revolucionárias chinesa e cubana levaram, paradoxalmente, seja por medo ou emulação, a um fenômeno inédito: a convergência de aprovações, oriundas de um amplo leque de posições políticas, para patrocinar uma tentativa piloto, quase que de laboratório. Tratava-se de colocar a gestão da produção nas mãos dos trabalhadores com a assessoria técnica da recém criada SUDENE.

As mais altas autoridades que apadrinharam o projeto julgavam tal experimento desejável para modernizar a agricultura, pois a grande propriedade sacaricultora aparecia, antes do Proálcool, como retrógrada, até mesmo em termos econômicos. Ademais, essas autoridades retomavam assim a iniciativa política numa Zona da Mata em que os movimentos sociais cresciam constantemente na forma de Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.⁹⁵ Entre os objetivos mais presentes nas suas reivindicações, figurava a necessidade de proceder a uma reforma agrária que transformasse a “*estrutura fundiária arcaica*”

94 *Jornal do Comércio*, 31.07.1963.

95 AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. JULIÃO, Francisco. *Cambão*. Op. cit.

herdada da colonização.⁹⁶ Era considerada “*inadiável*”, até mesmo pelo usineiro Armando Monteiro Filho, quando Ministro da Agricultura.⁹⁷

Trabalhadores rurais receberam a generosa solicitude do Presidente da República, João Goulart e do Superintendente da SUDENE, Celso Furtado, com a criação da Cooperativa de Tiriri. As autoridades do Estado contribuíram também para criar um clima de emulação em harmonia com esta experiência. Entre as medidas mais apreciadas estava a nova orientação dada à força policial no primeiro governo Arraes: “*Pela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa sem espancar nem prender camponeses.*”⁹⁸

A Cooperativa Agrícola de Tiriri compreendia cinco engenhos: Tiriri, Algodois, Serraria, Massangana e Jasmin.⁹⁹ Ela abrangia 4.900 hectares (alugados e não desapropriados) e inicialmente cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais,¹⁰⁰ todos assegurados de manterem seu emprego no novo empreendimento, embora abrissem mão de seus direitos trabalhistas. Este aspecto foi um dos mais controversos. Com cota de 32.000 toneladas de cana na usina Santo Inácio, os cooperados deviam pagar um aluguel pelos engenhos correspondendo a 5% do valor desta cota de produção.¹⁰¹

Seguindo o exemplo de Cuba, os associados da cooperativa optaram pela cultura coletiva. A despeito de experiências históricas diversas sob outras latitudes, em Al Andalúz ou na China imperial, a cultura de cana-de-açúcar em grande escala era considerada mais eficiente em

96 ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. [1963] São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980 p. 263.

97 *Diário de Pernambuco*, 01.03.1962, p. 11.

98 BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 174.

99 O engenho Jasmin seguiu os quatro pioneiros na Cooperativa, diferentemente do engenho Tabatinga, da mesma usina Santo Inácio, cujos trabalhadores recusaram-se a participar da experiência.

100 VILLAR, Valdenice. *O Cooperativismo Camponês e o Estado em um Contexto de Conflito Social: o caso da cooperativa agrícola de Tiriri – Pernambuco*. Brasília: Departamento de Ciência Sociais, UNB, dissertação de mestrado em Sociologia, 1976, p. 24.

101 Cláusula nona, in CALLADO, Antônio. *O Tempo de Arraes*. Op. cit., Apêndice, p.V.

termos econômicos. Modelos de inspiração socialista convergiam com uma suposta exigência da própria atividade sacaricultora. A Reforma Agrária portanto consistiria numa reorganização produtiva coletiva, mantendo-se grandes unidades. “Então a SUDENE sugeriu a organização de uma cooperativa de camponeses, com uma diretoria de camponeses, - claro, com uma assessoria técnica da SUDENE - mas que pudesse, ela mesma, gerenciar este trabalho no campo.”¹⁰²

Admitindo-se então como exigência intrínseca à sacaricultura o grande tamanho das unidades produtivas, tanto no âmbito agrícola quanto industrial, avaliava-se impossível produzir (ou comercializar) de forma lucrativa em pequena escala. Refletindo boa parte da opinião pública na época, Antônio Callado afirmava em artigo da revista *O Cruzeiro*: “É inútil quadricular o mapa do País e sair distribuindo quintais a todo mundo”.¹⁰³ Ademais, a parcelização das terras plantadas em cana foi recusada pelos trabalhadores porque pensavam que ela redundaria também em dificuldades para manter a coesão do grupo de associados. A disputa pelos melhores lotes tornar-se-ia “*uma luta fratricida entre eles. (...) Achei mais correto que todos os engenhos pertencessem à cooperativa e essa cooperativa ficaria com uma direção onde os associados iriam se revezando.*”¹⁰⁴

Mas, ao lado da sacaricultura, os cooperados estenderam logo a produção de alimentos em roças cultivadas por cada família. Além dos produtos de consumo básico – feijão, milho, mandioca etc. - a fruticultura foi promovida, também, com a perspectiva de obter renda suplementar pela transformação das colheitas em doces, geleias etc. comercializáveis.

A amplitude das realizações da Cooperativa Agrícola de Tiriri é considerável. Entre seus principais aspectos, a proibição imediata do trabalho das crianças; a produção alimentar diversificada; grandes esforços em matéria de educação básica e profissional. Era preciso não apenas

102 Entrevista com Socorro Ferraz. Membro da equipe de assessores da SUDENE.

103 Antônio Callado. *Tempo de Arraes*. Op. cit. p. 174.

104 Idem.

alfabetizar crianças e adultos – o método Paulo Freire foi aplicado pela sua filha Madalena, numa tentativa pioneira – mas também conseguir competência técnica para melhorar e diversificar a produção, bem como garantir a todos um entendimento básico dos princípios de contabilidade. Este aspecto sendo também indispensável ao bom andamento dos trabalhos e contentamento dos membros da cooperativa.

Outra frente importante era a educação sanitária empreendida pelo médico Fernando Barbosa, da equipe da SUDENE. Visto a situação calamitosa em termos de desnutrição, ele iniciou, firmemente, o combate às doenças parasitárias, que garantiu junto com a produção camponesa diversificada em lotes familiares, uma melhoria no estado nutricional. Tal assistência médica era providenciada em ambulatórios, abastecidos por medicamentos do LAFEPE, em cada engenho.¹⁰⁵

“*Era um exemplo para os outros*”:¹⁰⁶ os membros da cooperativa eram pagos pelo coletivo, de acordo com sua produção. Os excedentes na saca-ricultura eram utilizados, parcialmente, para incentivar os melhores trabalhadores.¹⁰⁷ A maior parte, no entanto, constituía um fundo comum permitindo melhorias nas condições de vida e de trabalho para todos.

Após o golpe, sob a férula de Pe. Melo, Tiriri foi condenada. No entanto, considerando a experiência inicial da Cooperativa Agrícola, ainda sob a liderança de seus membros e da SUDENE em regime democrático, ela foi um sucesso do ponto de vista das condições de vida e de trabalho dos associados, inclusive na produção camponesa de alimentos.

Caxangá: o contra-exemplo

A Cooperativa Integral de Reforma Agrária - CIRA de Caxangá Ltda.¹⁰⁸ - foi uma iniciativa do Estado na época da ditadura militar. É tida

105 Entrevista com Fernando Barbosa. Membro da equipe de assessores da SUDENE.

106 Entrevista com Jader de Andrade. Responsável da equipe de assessores da SUDENE.

107 Idem. Antônio Callado notou, na entrada da cooperativa, painéis com os rendimentos coletivos e também individuais. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 174.

108 Decreto lei 59 de 21/11/1966. Regulamento Decreto 60.597 de 19/04/1967 e Lei 4.504 de

até hoje como fazendo parte dos primeiros esforços de Reforma Agrária no país. Talvez seja melhor descrita como um contra-exemplo, depois do sucesso inicial de Tiriri e frente à lembrança dos ensejos encorajados pelas Ligas Camponesas.

Cooperativa mista de responsabilidade limitada, ela deu ênfase à comercialização da cana “*produzida autonomamente*” por pequenos produtores (parceiros) em terras da antiga usina Caxangá, desapropriadas pelo Governo federal em 1965. Numa área de 18.862 hectares de terras descontínuas e espalhadas por cinco municípios da Mata Sul, ela ocupava, na sua instalação, 159 pessoas na administração, embora surpreendentemente nenhum agrônomo! Os 747 parceiros¹⁰⁹ sofreram de diversas maneiras, não alcançando uma renda suficiente. Ademais, “*não se sentindo dono da terra*”.¹¹⁰ Confirmava-se aparentemente a ideia do fracasso obrigatório de qualquer empreendimento deste tipo na zona canavieira.

Inúmeros desmandos ocorreram que levaram a diversas intervenções e reorganizações. Entre os mais graves, consta a distribuição de parcelas consideráveis de terra (até 160 hectares) a pessoas que não faziam parte dos trabalhadores da usina, mas eram autoridades locais, dentistas, funcionários do governo, enquanto “*350 famílias que tinham direito à terra de Caxangá continuavam morando na área da usina, mas não haviam recebido a terra*”.¹¹¹ Antes de sua maquinaria ser desmontada e transferida para o Mato Grosso, a saga da Caxangá comportou ainda um episódio famoso na medida em que Pe. Miracapillo foi expulso por ter se solidarizado com os parceiros na crítica da gestão vigente.¹¹²

30/11/1964, ou seja, o Estatuto da Terra.

109 MELO, Alberto Cunha. *Atitudes dos parceiros em relação a uma experiência estatal de reforma agrária: uma sondagem*. Recife: IJNPS 1978, p. 23.

110 Idem p. 67.

111 “A CIRA entre os Moradores e os Invasores de Caxangá”. Arquivo da Diocese dos Palmares. p. 03. Apud REINAUX, Júlio. “Afasto de nós esse Cálice: A expulsão do Padre Vito Miracapillo do Brasil” FAINTVISA/CEHLA. http://www.franca.unesp.br/Afasto_Calice.pdf

112 “História do padre Vito Miracapillo ganha nova versão”. *Diário de Pernambuco* 8 de Junho de 2003.

Apesar de todos os elementos negativos, há testemunhos de que o acesso à terra (às vezes, muito pouca, já que algumas parcelas não mediam mais do que nove hectares) permitiu pelo menos a segurança alimentar das famílias. Eventualmente mais. O trabalhador rural Manoel Etelvino da Silva, 71 anos, entrevistado pelo *Diário de Pernambuco* “passou a plantar e a criar ‘uns bichinhos’. O resultado pode ser visto facilmente. A taipa da casa foi substituída por alvenaria e os eletrodomésticos, antes de difícil acesso, facilitam a vida da família.”¹¹³ Portanto, mais uma vez, a terra colocada à disposição dos trabalhadores permitia-lhes, apesar dos percalços e da falta de assistência adequada, desenvolver culturas próprias, melhorando pelo menos o abastecimento básico.

Catende: esperança ainda?

O exemplo mais recente e experiência de maior porte em reforma agrária foi o da Usina Catende. Fundada em 1889, antes mesmo do município do mesmo nome (1929), ela prosperou em virtude da instalação de uma ferrovia, em 1887, louvada até pelo poeta.¹¹⁴

Este marco ‘avançado’ foi acalentado, na primeira metade do século XX, sob a direção de Azevedo, que prezava a modernidade sob diversas formas: técnica, em primeiro lugar, no parque industrial que se tornou o maior e mais moderno da América Latina; social nos moldes varguistas, aplicando vistosamente a CLT e implementando medidas de cunho paternalista, como a criação de um lactário para os filhos dos empregados (industriais) e a organização de uma tropa de escoteiros; midiática, por exemplo, de cunho patriótico, pois os efetivos desta tropa forneceriam recrutas à FAB durante a Segunda Guerra Mundial (fato mínimo em termos numéricos, todavia com ecos na imprensa). A pro-

113 “A luta pela anistia e pelo regresso. Padre tenta voltar ao país para reassumir as atividades que levaram à sua expulsão em 1980”. *Diário de Pernambuco*. http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/09/07/politica5_2.asp

114 Ascenso Ferreira escreveu um poema famoso “Trem de Alagoas” em que cita Catende.

paganda da usina, a organização de visitas de pessoas eminentes, nacional e internacionalmente, com repercussão nos meios de comunicação através de fotos e reportagens tornaram Catende um pólo de atenção.

A decadência da empresa nos últimos decênios do século XX levou a uma guinada inédita: a criação de uma cooperativa com os 2.300 empregados industriais e rurais que seriam dispensados em 1993, em virtude da falência da usina (decretada em 1995).

A Cooperativa Harmonia de Produção Agroindustrial dos Agricultores e Agricultoras Familiares dos Municípios de Jaqueira, Catende, Água Preta, Palmares e Xexéu, criada oficialmente em 20.12.2004, associa 48 engenhos em cinco municípios. Ela comporta, por volta de 26.000 hectares e, atualmente, envolve cerca de 7.000 pessoas. Distinguiu-se assim de tantas outras usinas que fecharam, dispensando simplesmente os trabalhadores e tendo suas terras arrendadas ou absorvidas por outras empresas. A nova experiência, lembrando de certo modo o primeiro ano da Cooperativa de Tiriri, propõe-se à autogestão. Com apoio das autoridades federais e estaduais, os trabalhadores tentaram produzir de maneira organizada tanto cana-de-açúcar, para que a usina pudesse moer, quanto outras culturas, na medida em que a disponibilidade de terra para cultivos próprios aumentava. A produção alimentícia nas parcelas das famílias melhorou o abastecimento.

Infelizmente, Catende foi vítima de fraude nos procedimentos de repassar os ativos para a organização dos trabalhadores; boicote por parte das autoridades estaduais (governo Jarbas Vasconcelos); acidentes, como um incêndio que atingiu o parque industrial (com suspeitas de origem criminosa) e duas cheias catastróficas (tanto mais assim que a usina se situa no fundo de um vale). Por fim, a experiência sofreu de graves problemas de gestão, atualmente objeto de investigação. A dívida para com os trabalhadores somava 67 milhões de reais em 2006.

Apesar destas trágicas circunstâncias e da conjugação de elementos desfavoráveis, Catende constitui uma experiência, entre outras, da

maneira como a democratização do acesso à terra e da organização da produção poderia ser alcançada.

Os trabalhadores da cooperativa conseguiram driblar todos os desafios: de manutenção e ampliação da produção agrícola e também industrial, com melhorias em ambas; da gestão malsucedida, herança dos antigos donos e de parte dos seus sucessores; do boicote de parcela das autoridades e do setor sucroalcooleiro; dos elementos naturais etc. Com apoio do governo federal na gestão de Lula, eles ampliaram e diversificaram a produção agrícola, promovendo, além do cultivo nos moldes antigos, o Programa Cana de Morador.¹¹⁵ A produção nos lotes familiares permitiu também uma grande diversificação das culturas, provendo os moradores, bem como os mercados locais, em produtos frescos, de qualidade.

Assentamentos para a Reforma Agrária: a utopia do engenho liberto¹¹⁶

Embora ainda tímidos, os esforços para moderar a hegemonia do latifúndio na zona canvieira de Pernambuco permitem observar desdobramentos alentadores. Estudos muito detalhados foram conduzidos por vários pesquisadores, em particular Sérgio Leite Lopes e Beatriz Heredia,¹¹⁷ bem como Marcos Figueiredo.¹¹⁸ Na Zona da Mata, 112 assentamentos do INCRA-SR 03 abrigam 6.073 famílias em 64.431,51 hectares. O projeto Renascer e o FUNTEPE, por sua vez, comportam

115 KLEIMAN, Fernando. *Lições de Catende. A construção de uma autogestão em Pernambuco*. São Paulo: Annablume/ Recife:FETAPE/Brasília:CONTAG, 2008, p. 101.

116 Termo utilizado por Lygia Sigaud em *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

117 LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRA, Moacir, CINTRÃO, Rosângela, *Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural nordestino*, Brasília IICA/NEAD, São Paulo UNESP, 2004

118 FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. *Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil*. Córdoba, España: Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Tese de Doutorado em Agroecologia. 2010.

33 assentamentos com 2.010 famílias em 14.519,74 hectares. Ou seja, a zona canavieira concentra 42,8% do total das famílias assentadas em Pernambuco, a maioria na Mata Sul.¹¹⁹

Segundo um estudo recente, além dos assentados que preferem continuar com a cultura dominante, por ser ela mais familiar, encorajada pelas forças econômicas locais e tendo como resultado renda em dinheiro (o que teoricamente pode ser planejado), outros enveredem também por caminhos inovadores em vários sentidos. No seu estudo sobre a Mata Sul, Marcos Figueiredo mostrou o sucesso de pequenos produtores, às vezes, organizados em coletivos, que arriscaram “*desprender-se de comportamentos convencionais*”.¹²⁰ Resultantes do que o autor chama de “*resistência do campesinato*”,¹²¹ eles adotaram a agricultura ecológica como método. Podem também plantar cana-de-açúcar em parte de sua parcela, mas sua produção comporta plantas de diversos portes inclusive árvores. O resultado cumula uma melhoria no quadro de vida, bem como na alimentação, além da renda obtida na feira.

Pois, ao mesmo tempo em que conseguiram recuperar o solo e uma vegetação diversificada, segundo métodos agroflorestais, estes produtores abastecem doravante os mercados locais em alimentos ecológicos. O resultado destas práticas já pode ser notado na paisagem, por exemplo, do assentamento de Serrinha. No entanto, em muitos casos, estes trabalhadores ainda combinam atividades camponesas com o trabalho assalariado na cana de pelo menos um membro da família, embora eles considerem esta atividade “*uma escravidão*”.¹²²

Os problemas que os assentados enfrentam são amplos e variados. Entre eles, a falta de assistência técnica adequada e de apoio para a comercialização de sua produção, qualquer que seja o tipo, independente de atravessadores (o próprio setor sucroalcooleiro ou outros).

119 Dados até 2005. Idem

120 Idem, p. 83.

121 Idem, p. 84.

122 Idem, p. 110.

Ademais, para aqueles que iniciaram a recuperação agro-ecológica da biodiversidade na região, em outras “*manchas benditas*”, nas palavras de Josué de Castro, a proximidade imediata do canavial industrial¹²³ deixa também pouca oportunidade ambiental de desenvolver plenamente seu potencial. Sofrem com as práticas agressivas de trato agrícola praticadas por usinas e fornecedores – agrotóxicos (herbicidas) despejados de avião, outros tipos de contaminação do solo, das águas de superfície e das águas profundas, queima antes do corte, etc.¹²⁴ A falta de eficiência dos órgãos públicos na fiscalização ambiental dos grandes empreendimentos, e portanto, proteção à agricultura camponesa, pode ser evidenciada, por exemplo, nos desdobramentos da operação Engenho Verde do IBAMA.¹²⁵

Ademais, apesar de muitos estudos, entre outros, os de Manuel Correia ou mesmo o próprio Estatuto da Terra, as parcelas que os órgãos governamentais, como o INCRA, destinam aos assentados não passam de minifúndios, atingindo, às vezes, menos de cinco hectares.

Outro aspecto é a ausência de considerações topográficas e ecológicas na delimitação tanto dos assentamentos quanto das parcelas, bem como de acessibilidade. Erros de atribuição em áreas de proteção legal com nascentes;¹²⁶ falta de estudo a respeito dos impactos sobre as parcelas de lagoas, rios e riachos, o declive e a distância das vias de comunicação resultam em desigualdades na distribuição dos lotes. Na experiência

123 A respeito das práticas empresariais até mesmo aquelas aparentemente mais “avançadas”, ver a dissertação de mestrado de Fernanda Cornils Monteiro Benevides: *Caminhos e descaminhos da responsabilidade sócio ambiental: um estudo das estratégias empresariais das usinas de açúcar e álcool de Pernambuco*. Recife: PRODEMA/UFPE, 2010.

124 MELO, Maiara Gabrielle de Souza. *Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro, é possível? Análise das estratégias de gestão ambiental aplicadas ao setor sucroalcooleiro de Pernambuco com enfoque na gestão dos resíduos da produção e beneficiamento da cana-de-açúcar*. Recife: Dissertação de mestrado PRODEMA/UFPE, 2011. (No prelo pela EDUFPE).

125 MOMESSO, Mariana de Abreu. *Função ambiental das propriedades rurais das usinas sucroalcooleiras do Estado de Pernambuco: desdobramentos da operação Engenho Verde*. Recife: Dissertação de mestrado PRODEMA/UFPE, 2011. (No prelo pela EDUFPE).

126 PAULA, Leticia Almeida de. *As políticas ambientais no mundo do açúcar: uma análise a partir das unidades de conservação*. Recife: Dissertação de mestrado PRODEMA/UFPE, 2011.

de Tiriri, como foi visto, este fato havia sido considerado perigoso, pelas contendas internas ao grupo que poderia ocasionar. Por isso, os cooperados haviam escolhido manter as unidades de produção – engenhos – na sua forma anterior, sendo apenas distribuídos pequenos jardins. Catende optou por uma fórmula mista a este respeito. A modalidade de repartição da terra em assentamentos é igualmente variada. O ponto comum é a falta de assistência técnica e, mais amplamente, de apoio do Estado.

Qualquer que seja o tipo de assentamento e, mais geralmente, de experiência, é inegável que a vida dos assentados é melhor do que aquela que levam os trabalhadores rurais, ainda não beneficiados com o programa de Reforma Agrária. Como o sublinha José Sérgio Leite Lopes, num estudo extremamente detalhado, “92% dos assentados consideram que suas vidas estão melhores do que antes”.¹²⁷ Este levantamento mostra que esta melhoria se desdobra em muitas facetas, desde a alimentação, renda (60% declarando que melhorou e outros 20% que permaneceu igual, apenas 10% constatando que piorou); até a habitação (desaparecendo as casas de um e dois cômodos em proveito de alojamentos com três a cinco), os materiais que a compõem (a taipa e lona sendo substituídas por tijolos ou blocos),¹²⁸ por exemplo.

Muitas entrevistas conduzidas por vários pesquisadores mostram o apreço que os trabalhadores rurais têm por uma terra que seja deles. Muitos também evocam as perspectivas mais alentadoras para seus descendentes. “Com esta terra, meus filhos terão melhores condições do que tive na minha infância”, confidenciava uma assentada em 2006.¹²⁹

De acordo com o estudo de Lygia Sigaud, a iniciativa de muitos acampamentos que desembocaram posteriormente em assentamentos, nem sempre no mesmo lugar, provém de diversos movimentossociais.

127 LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRA, Moacir, CINTRÃO, Rosângela, *Impactos dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural nordestino*, Brasília IICA/NEAD, São Paulo: UNESP, 2004, p. 249-250.

128 Idem, p. 248 e 249.

129 FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. *Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil*. Op. cit., p. 112.

“No litoral sul, os militantes do MST se aliaram aos sindicalistas e começaram a ocupar os engenhos, trazendo a tecnologia apropriada para ocupar terras, montar e administrar os acampamentos. (...) A ocupação de Camaçari, em 1992, foi produto dessa cooperação e é vista até hoje como um marco inaugural: ‘Tudo começou em Camaçari’, costumam dizer com frequência as lideranças e os trabalhadores que participaram desta e das ocupações subsequentes”.¹³⁰

A capacidade de mobilização se desdobra, segundo a estudiosa, em capital simbólico acumulado pelos movimentos sociais, que se manifesta notadamente pela capacidade de arrolar repetidamente os ex-acampados, doravante assentados, para novas ações destinadas a pressionar as autoridades, no sentido de maior avanço na Reforma Agrária. Traduz-se também por certa emulação entre as diversas forças.

“Em 1997, a Fetape já ocupava tantas terras quanto o MST. A inflexão do movimento sindical deu um impulso espetacular às ocupações em Pernambuco, que aumentaram em progressão geométrica. Entre 1990 e 1994, o Estado era o sexto em número de ocupações, com 28 de um total nacional de 421, e o quarto em famílias envolvidas, com quase 5 mil de um total de aproximadamente 75 mil. Entre 1995 e 1999, período no qual a Fetape também realizava ocupações, tornou-se o primeiro Estado tanto em número de ocupações, 308 de um total de 1.855, quanto em número de famílias, 35 mil de um total de cerca de 256 mil.”¹³¹

Afrânio Raul Garcia destacou o peso e o orgulho que os donos de terra própria, e não apenas cedida, expressam: “É uma bolinha pequena, mas uma bolinha de ouro.”¹³²

130 SIGAUD, Lygia. “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, p. 261-262.

131 *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, p. 262.

132 GARCIA, Afrânio Raul Jr. *O Sul: caminho do roçado, Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 53.

A questão agrária em anos recentes

No que diz respeito à agricultura, há uma certa diversificação da produção agrícola, assim como foi possível a formação de pequenas propriedades a partir de assentamentos de reforma agrária. A cana hoje produzida já não se destina apenas a produtos tradicionais, como o açúcar, mas se amplia com vistas a fornecer o etanol, considerado uma fonte de energia alternativa por ser menos poluente que a gasolina. As usinas atuais, após a crise dos anos 90, quando parte delas faliu, estão num momento de consolidação, aparecendo como mais modernas, eficientes e com uma gestão mais profissional, em condições de ampliar sua presença no mercado e manter-se como alternativa econômica para a região que parece, assim, fadada, “por natureza”, a continuar monocultora, voltada para exportação, com uma mão-de-obra que se mantém num nível de exploração intenso.¹³³ Afinal, o que vem mudando de fato, ou permanece, sob nova roupagem, na região?

A questão agrária vista por um sindicalista

De acordo com Paulo Roberto Rodrigues Santos,¹³⁴ diretor de Política Agrária da FETAPE até recentemente, foi a partir do aumento do número de agricultores familiares, cuja produção é mais voltada para a alimentação, que os governos tiveram que ir adequando um apoio à reestruturação produtiva na Zona da Mata. Atualmente, há criação de gado, plantio de hortaliças, piscicultura, entre outras atividades, embora persista, também, a plantação de cana em muitos desses assentamentos. Este fato pode ser visto como decorrência de uma questão cultural, já

133 Ver o artigo de Abraham B. Sicsú, Sérgio Kelner, Syllas Ferreira, “Indústrias Sucroalcooleiras de Pernambuco: mudanças recentes e seus impactos econômicos” no presente volume.

134 Entrevista concedida no Recife no dia 13 de setembro de 2010. As entrevistas foram concedidas a Maria do Socorro de Abreu e Lima e transcritas por Juliana Rocha.

que é uma cultura secular e conhecida ou porque garante renda. De qualquer modo, agora a cana é do agricultor, não do usineiro. José Plácido da Silva Jr.,¹³⁵ da Comissão Pastoral da Terra (CPT), lembra que, muitas vezes, o Estado não dá o apoio necessário e, por isso, o pequeno proprietário termina plantando cana. As usinas então oferecem trator, semente, técnicos e o trabalhador produz, já que tem a certeza da venda. E isso é bom para as usinas, que têm uma produção garantida, sem o custo que teriam caso arcassem com as responsabilidades trabalhistas, por exemplo. O entrevistado ressalta que o pequeno produtor, ao produzir para elas, muitas vezes trabalha excessivamente, sob regime de produção e exploração familiar, porque precisa daquele dinheiro que vai receber com o plantio da cana.

Esse processo de criação de assentamentos, em grande parte foi fruto das ocupações das terras de empresas falidas, que serviu como garantia do pagamento de direitos trabalhistas. Hoje, há mais dificuldade para se fazer novos assentamentos devido à legislação criada no início da década. Às vezes, identifica-se um imóvel ocioso, ocupa-se, mas o patronato pede a desocupação e coloca máquinas dentro para simular que o imóvel é produtivo. E caso se ocupe uma propriedade mesmo ociosa, esta não pode mais ser destinada a fins de reforma agrária durante dois anos. Se fosse levada em consideração a questão da produtividade e da função social da terra, a preservação do meio ambiente e o cumprimento da legislação trabalhista, ou mesmo o fato de que parte das terras das usinas é constituída, na verdade, de terras devolutas da União, a reforma agrária estaria hoje num outro patamar, segundo Paulo Roberto Santos¹³⁶.

Alguns assentamentos na Zona da Mata têm caminhado bem, e existe a Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), que funciona na CEASA, Recife, para escoar essa produção. Há assentamentos produzindo de forma ecológica.¹³⁷ Sugerem-se políticas públicas

135 Entrevista concedida no Recife no dia 27 de julho de 2010.

136 Entrevista realizada no Recife no dia 13 de setembro de 2010.

137 Ver a tese de Marcos Figueiredo.

voltadas para este tipo de produção e que se pense na expansão destas atividades por meio de Reforma Agrária. Necessita-se de apoio técnico no sentido agroflorestal, financeiro, para comercialização etc.

Mas nem sempre é assim. Mesmo quando o assentamento é reconhecido e recebe o recurso para moradia, no valor de R\$ 21.500,00, por família, a ser devolvido daí a vinte anos, a questão primordial é a de assistência técnica. Se esta falta, compromete-se todo o projeto. Há casos de assentamentos que permanecem como se ainda fossem acampamentos, porque a verba é depositada no banco, mas não pode ser utilizada por falta do licenciamento ambiental, por exemplo. Sugere-se agilidade e desburocratização destes trâmites, bem como uma ampliação do número de funcionários através de recrutamento de agentes por concurso público. O órgão responsável por essa questão era o IBAMA, atualmente é a CPRH, que não consegue dar conta do volume de trabalho sob sua responsabilidade. De tal forma que, muitas vezes, isso impede até mesmo que as famílias permaneçam na zona rural, já que são penalizadas por esta inoperância dos órgãos públicos em nível federal ou estadual.

Os assentamentos ligados à FETAPE se estruturam muitas vezes em agrovilas, como ocorre em Tamandaré e em Barreiros. Isso é sempre discutido com as famílias, mas, na maior parte da Zona da Mata, as casas são construídas geralmente na própria parcela, também por uma questão de segurança, pois há roubo de animais, bode, carneiro etc. Quando se faz patrulhamento, a situação melhora. Seria importante que as autoridades públicas mantivessem e ampliassem seus esforços para garantir a segurança nas áreas de grande densidade de população rural.

Mesmo quando há ações de peso, como foi o caso da ocupação da Usina Salgado, em Ipojuca, feita em conjunto por algumas entidades (entre as quais o MST, a CPT e a FETAPE), e incluindo uma área de mangue – considerada de preservação permanente - o governo não faz a devida avaliação através do INCRA. É importante ressaltar, nesse caso,

que existe também o problema da especulação imobiliária, pois a região vem se tornando um pólo industrial, com duplicação de rodovias, o que supervaloriza o preço das terras. Este não é padronizado, varia por região. Os órgãos públicos geralmente dão um preço mais baixo e o proprietário quer mais. Diante dos investimentos feitos pelo governo federal, o mercado de terras está tendo uma valorização muito grande.

Esta situação inviabiliza a Reforma Agrária nas modalidades de indenização de acordo com o preço de mercado. No entanto, enfatizando a função social da terra, conforme a Constituição Cidadã, seria necessário criar políticas públicas para garantir terra para a ampliação da Reforma Agrária, utilizando recursos de desapropriação em virtude da existência de trabalho em situação análoga à escravidão ou crimes ambientais. Nestes casos, sugerem-se políticas públicas agilizando o processo judicial.

Ainda de acordo com essas entrevistas, o governo deveria fazer uma regulamentação fundiária no país, um mapeamento para verificar efetivamente quais as terras de domínio público, as terras devolutas, criar um banco de terras. Mas isso é uma questão de decisão política e boa parte dos setores que tomam essas decisões não têm esse interesse. Por isso é importante a campanha atual pelo limite da propriedade de terras no Brasil, bem como criar condições para garantir a soberania alimentar do povo, como uma prioridade em termos de políticas públicas.

Com relação ao problema da violência no campo na Zona da Mata, nos últimos quatro anos tem diminuído o número de assassinatos de lideranças rurais no âmbito sindical. Antes havia um enfrentamento mais direto. No entanto, a ameaça de violências extremas sempre paira. Ademais, as medidas judiciais no âmbito agrário são tomadas com rigor e rapidez quando se trata, por exemplo, de reintegração de posse, chegando a criminalizar as eventuais resistências dos movimentos sociais.

Seria fundamental a utilização de instrumentos específicos para a questão agrária, no caso, a criação de uma Justiça Agrária, que teria a responsabilidade de atuar nessa questão, o que hoje é feito pela Justiça

comum, e daria mais agilidade na conclusão dos processos. Também seria necessário rever a atual legislação, que emperra a efetivação da reforma agrária. O Ministério Público poderia ajudar mais como um mediador dos conflitos.

Houve época em que eram quase vinte movimentos em Pernambuco envolvidos com a questão da terra. Hoje há um número menor, embora tendo marcante representação nacional; a relação entre eles é muito próxima e mais madura, o que representa um avanço significativo na luta pela reforma agrária.

Com relação à questão agrária, alguns aspectos colocados por Plácido Júnior¹³⁸ são relevantes, começando pela questão da concentração da terra: é que, apesar da diminuição do número de usinas dos anos 80 para cá, pois havia cerca de 46 e no momento são cerca de 20, a quantidade de cana plantada e de terras em poucas mãos também aumentou. A estrutura fundiária permanece concentrada, e a monocultura da cana continua a se expandir.

Considerando-se as relações de trabalho no setor, há usinas que, apesar de serem tidas como referência, como é o caso da usina Cruangi, na Mata Norte, foi autuada pelo Ministério do Trabalho por constatar-se a existência de trabalho em condições análogas à escravidão. Essa questão, surgida particularmente desde 2007, vem de muito antes, só que foi a partir desses anos que o Ministério do Trabalho começou a identificar, pois havia dificuldade de fiscalização no Estado. Com a criação do grupo móvel de fiscalização contra o trabalho escravo, em nível nacional, foi possível constatar dados alarmantes: em 2007, por exemplo, 51% dos casos de trabalho escravo no Brasil foram detectados na atividade canavieira. Quando esses dados começaram a aparecer, as regionais do Ministério do Trabalho tiveram que se mobilizar mais, juntamente com o Ministério Público. Aí então foram forçados a reconhecer que as denúncias feitas pela CPT e outras entidades tinham fundamento. Em Pernambuco, foram

138 Entrevista realizada no Recife no dia 27 de julho de 2010.

resgatados 419 trabalhadores, em 2009, nesta situação.¹³⁹

No que diz respeito aos projetos de Reforma Agrária, também se constata uma certa contradição no tratamento dado pelos órgãos públicos em seu papel de fiscalizador. Mesmo com trabalhadores em condições análogas à escravidão ou com autuações relativas a crimes ambientais, as usinas não sofrem punições, não perdem empréstimos, não deixam de receber dinheiro público. Ao contrário, recebem dinheiro do Estado para reflorestar o que já destruíram. “*Os usineiros resistem em recompor os percentuais mínimos legais de vegetação nativa, obrigatórios para as áreas de preservação permanente (ao redor dos cursos d’água, topos de morros e encostas de maiores declives) e de reserva legal (20% da área da propriedade)*”.¹⁴⁰

Quanto ao pequeno produtor assentado, o tratamento é diferente. Há o exemplo concreto dos assentamentos Sirigi e Belo Horizonte, situados no município de Aliança, na Mata Norte, com cerca de cem famílias. Desde 2006, o crédito-habitação está depositado no banco, mas a fiscalização faz exigências quanto à existência de gado na área de reserva legal, com relação à construção das casas e à situação das fossas e mais coisas desse nível, alegando o forte impacto que isso pode causar ao ambiente. Os pequenos são punidos todos os dias, seja pela questão ambiental, seja por outras questões, conclui o assessor da CPT.

A agricultura canavieira e os assalariados

A Zona da Mata pernambucana tem uma grande tradição de luta. Ainda em 1963, no primeiro governo Arraes, foi feita importante greve que resultou num aumento de salário significativo e na celebração do Acordo do Campo, que possibilitou a implementação do salário mínimo e a aplicação da legislação trabalhista no campo. Já no final da ditadura,

139 CPT. *Conflitos no campo Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

140 CORNILS, Fernanda e MOMESSO, Mariana. *Etanol e Sustentabilidade. Cadernos de História. Oficina de História. Trabalhadores em sociedades açucareiras*. No 6, 2009. Recife: EDUFPE, 2010, p. 157.

em 1979, eclodiu uma nova greve de canavieiros, que resultou na adoção de negociações coletivas a partir das pressões dos trabalhadores. Na época, a categoria era grande (cerca de 240 mil assalariados) e todos os anos havia novas negociações, algumas vezes com greve, outras não.

Com a mecanização e a precarização do trabalho,¹⁴¹ a quantidade de mão-de-obra empregada em permanência diminuiu, podendo-se pensar em cerca de oitenta a cem mil trabalhadores no período da safra, e trinta e cinco a quarenta mil, na entressafra. O desemprego fragilizou a categoria e diminuiu sua capacidade de barganha. Apesar disso, os acordos coletivos se renovam a cada ano.

De acordo com José Rodrigues,¹⁴² secretário de política salarial da FETAPE até recentemente, em muitos Estados do Brasil, a usina negocia diretamente com o sindicato local as reivindicações encaminhadas pela categoria. Isso divide e fragiliza os trabalhadores, de tal modo que, às vezes, numa mesma região, o preço pago por metro de cana cortada pode ser diferente, o direito do canavieiro a algum benefício também. Em São Paulo, por exemplo, é assim.¹⁴³ Pernambuco é um dos poucos Estados que têm Convenção Coletiva no setor canavieiro, negociada através da FETAPE durante a campanha salarial, que se inicia no mês de setembro.

Em 2005, houve uma greve muito forte de canavieiros, que durou duas semanas, porque o patronato queria alterar a tabela das tarefas. Em Alagoas, por exemplo, o trabalhador precisa cortar quatro mil ou quatro mil e duzentos quilos de cana por dia para conseguir fazer o salário, enquanto aqui em Pernambuco a base do corte da cana é de três mil quilos. A greve foi vitoriosa e o patronato desistiu dessa pressão desde então.

141 ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Genève: IUED (mimeo), 1990.

142 Entrevista realizada no Recife, no dia 21 de setembro de 2010.

143 O estado de São Paulo tem duas grandes federações de trabalhadores rurais e cada uma com suas estratégias próprias de atuação. É importante também ressaltar a força do capital nesse Estado.

Muita coisa mudou nos últimos anos no processo de produção. Antes, limpava-se a cana com enxada, hoje, utiliza-se veneno; antes, amarrava-se a cana, hoje, só se corta o tronco e a ponta, não o meio. Antigamente, era o animal que cambitava a cana, hoje não é mais assim, ou seja, houve mudanças significativas com a utilização de mais tecnologia e menos mão-de-obra. Para os que trabalham por produção, a medição das tarefas era feita por uma vara, depois se adotou o uso de um compasso. Mas, continua lembrando o entrevistado, as melhorias para o trabalhador só acontecem por pressão. Hoje o transporte é feito, em boa parte dos lugares, de ônibus. Também os alojamentos, instalações de banheiros móveis e amparo móvel para os trabalhadores fazerem suas refeições são questões sempre retomadas na pauta de negociações. Em termos de políticas públicas, continua necessária a utilização de mais meios e a contratação de mais agentes para a fiscalização do Ministério do Trabalho bem como a atuação do Ministério Público do Trabalho.

Quanto às questões salariais, não se avançou muito, segundo o entrevistado. Nas negociações procura-se sempre manter um pequeno índice acima do salário mínimo e como este efetivamente cresceu e a inflação mantém-se baixa, pode-se considerar uma certa melhora no setor.

Hoje, os empregadores recrutam muito mais mão-de-obra de fora, de outra região. Muitas vezes, não são sindicalizados na região canavieira. O sindicato tem dificuldade de dar assistência a estes trabalhadores temporários. Nesse aspecto, o esquema patronal desmontou a união e proximidade dos trabalhadores. Hoje, se trabalha mais por frente de serviço: todos vão para um determinado engenho, depois para outro e assim por diante. O empregador hoje se chama arregimentador, mas, no geral, os trabalhadores são contratados por tempo determinado. Como o contrato é por safra, o trabalhador não tem certos direitos como o aviso prévio. Ou seja, ainda há a figura dos clandestinos.

O processo de industrialização recente: uma visão dos metalúrgicos

Algumas mudanças importantes vêm ocorrendo na Zona da Mata. Ela está, efetivamente, se industrializando. E não só em SUAPE, no município de Ipojuca, onde este processo é mais visível. Vitória de Santo Antão, com investimentos no setor de alimentos, Goiana, com a criação do pólo farmacêutico, Paulista, Carpina, Cabo, Jaboatão... Num processo que tem condições efetivas de expansão, porque está voltado não só para o mercado externo, mas se assenta numa proposta que tem o mercado interno como suporte fundamental. Esta é a opinião do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Alberto Alves dos Santos.¹⁴⁴ Fazendo uma comparação do número de metalúrgicos no Estado, os dados colocados justificam esse otimismo. Com a crise dos anos 90, o número de trabalhadores neste ramo industrial baixou dezenas de milhares. Em 1989, eram cerca de sessenta mil metalúrgicos; em 1999, estavam reduzidos a onze mil aproximadamente, e hoje, só o estaleiro Atlântico Sul oferece quatro mil empregos diretos, com possibilidade de chegar a sete mil. Nesse sentido, os metalúrgicos, que durante a crise foram levados ao serviço informal, reduzidos a uma situação de muito sofrimento e falta de perspectivas devido ao desemprego, sentem-se, novamente, numa situação privilegiada.

Ainda segundo o entrevistado, mesmo quando o uso de alta tecnologia não gera muitos empregos diretos, como é o caso da refinaria Abreu e Lima, a cadeia produtiva que se cria permite o aumento do nível de emprego em geral. Fazer um navio exige soldadores, mecânicos, caldeiros etc. Há o setor metalúrgico, mas há também um grande investimento na construção civil, e tudo isso ao mesmo tempo. O que, em certos momentos, criou algumas dificuldades. As condições de trabalho eram precárias: falta de refeitório em local adequado; a questão

144 Entrevista realizada no Recife no dia 02 de julho de 2010.

do trabalho em ambiente insalubre; banheiros alugados, num primeiro momento. Na medida em que havia uma grande demanda de mão-de-obra, a contratação de terceirizados foi muito utilizada, assim como a adoção de horas-extras por parte destes, o que, no pagamento, passava a idéia de que havia um setor, dos terceirizados, ganhando mais que os trabalhadores da região, o que criava um certo mal-estar.

Por outro lado, é importante ressaltar o programa de reforço de escolaridade levado pelo governo através do SENAI, assim como pelo próprio estaleiro. Segundo o entrevistado, não se formam profissionais em quatro meses, porém criam-se as condições para que, a partir desse patamar e no próprio exercício do trabalho, esta profissionalização aconteça. A maioria absoluta dos trabalhadores é de jovens, pernambucanos, em seu primeiro emprego. No caso do estaleiro, cerca de 30% de mulheres são soldadoras, exigência feita pelo governo e pelo movimento sindical.

Hoje a categoria dos metalúrgicos está passando de vinte mil, embora o índice de sindicalização nessas fábricas mais recentes ainda seja pequeno. O que não quer dizer que esses jovens trabalhadores não sejam críticos e combativos, pois já houve três paralisações por reivindicações gerais. E até porque a região canavieira tem uma grande tradição de luta. Uma dificuldade que se coloca, porém, é a pouca experiência e falta de vivência sindical por parte desses trabalhadores, assim como a possibilidade de divisão do sindicato por diferentes setores de trabalho. A categoria dos metalúrgicos engloba também o setor siderúrgico, da construção naval, eletro, eletrônico, em alguns lugares, aeroespacial. Contudo, existe a possibilidade hoje de se fracionar o sindicato não só por município ou mesmo por fábrica, como também por segmento, formando-se um sindicato metalúrgico, um sindicato naval, um sindicato automotivo etc. Da mesma forma que existem diferentes centrais sindicais buscando se afirmar diante dos trabalhadores. Essas questões dizem respeito ao desenvolvimento da Zona da Mata, à medida que a capacidade reivindicativa dos trabalhadores passa necessariamente por

sua união e organização.

Algumas questões ainda foram ressaltadas: a rápida urbanização das cidades ligadas a esse processo de industrialização, que inflacionou o custo de vida, particularmente no que diz respeito a moradias e à falta de infra-estrutura, demandas para as quais as prefeituras terão que se adequar. Nesse sentido é importante descentralizar mais ainda a industrialização por diferentes municípios. Como também o Estado tem que responder com investimentos de peso no ensino de primeiro e segundo graus, assim como no ensino profissionalizante.

Também é preciso ressaltar que o movimento sindical considera necessário avaliar o impacto de todo esse processo em relação ao meio ambiente: centenas de hectares de mangues foram destruídos, alterou-se o curso de alguns rios, retiraram-se populações de seus ambientes, e essas questões precisam ser melhor elaboradas.

Do ponto de vista da região como um todo, embora a Zona da Mata continue voltada para a plantação da cana de açúcar com vistas particularmente à produção de etanol, a tendência com o desenvolvimento da industrialização é no sentido de que o coronelismo se enfraqueça cada vez mais. Industrializar o Nordeste, para o entrevistado, pode significar a criação de condições estruturais para um futuro projeto de transformação da sociedade rumo ao socialismo.

As mulheres na Mata Sul: o que mudou?

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, apesar de presentes na agricultura, fosse ela assalariada ou familiar, as mulheres eram referenciadas muito mais no âmbito da família, que no mundo do trabalho. Embora tendo expressiva participação nas greves dos canavieiros, seu processo de sindicalização e uma atuação mais organizada, e voltada para demandas específicas, só veio a ocorrer em meados dos anos 80. Organizaram-se grupos de mulheres em vários municípios e, em março

de 1986, realizou-se em Carpina o 1º Encontro Regional de Canavieiras, que contou com a presença de 54 trabalhadoras de 21 sindicatos da região.¹⁴⁵

Muitas mulheres atuavam nas questões sociais através de um trabalho ligado às pastorais da Igreja Católica. Mas uma atuação autônoma e específica foi tomando corpo também nesta década. O Centro das Mulheres do Cabo foi fundado em 1984. Outros se seguiram em vários municípios: Vitória de Santo Antão, Joaquim Nabuco, Palmares, Água Preta, Catende, se pensarmos na Mata Sul. A elaboração da Constituição de 88 trouxe muitos debates e possibilitou muitas conquistas. No caso das mulheres, principalmente no que diz respeito à questão de políticas públicas voltadas para as necessidades apontadas por esse segmento.

Do final dos anos 90 para cá, pode-se observar a implementação de conselhos e redes de fóruns em número significativo: são conselhos de saúde, de educação, de direitos humanos, por exemplo, nos quais há forte participação de mulheres, com vistas a propor e controlar políticas públicas, de acordo com Ana Maria da Conceição Veloso,¹⁴⁶ jornalista, que durante catorze anos foi funcionária do Centro das Mulheres do Cabo.

Um dos primeiros problemas enfrentados na Zona da Mata, segundo ela, era o alto índice de mortalidade infantil e materna. Havia a atuação de parteiras, que na região sempre desenvolveram um trabalho fundamental. Mas a presença da rede pública de saúde era muito precária. Muitas vezes, o exame preventivo de câncer ginecológico era feito num carro, havia uma caravana para ir aos municípios. Hoje, ainda não existem as melhores condições de atendimento para as mulheres, que continuam morrendo de várias doenças, como câncer de colo de útero, aborto, entre outras. Mas os exames são feitos. E ainda havia o problema do machismo muito forte: maridos ou companheiros não aceitavam que as mulheres fizessem exames ginecológicos, e isso há sete, oito anos

145 ABREU e LIMA, Maria do Socorro de Abreu. *Construindo o Sindicalismo Rural*. Op. cit., p.208.

146 Entrevista concedida no Recife no dia 09 de agosto de 2010.

atrás. Então a organização das mulheres trabalhou muito no sentido de esclarecer a população, de pressionar os poderes públicos, de reivindicar direitos. No início da década, por exemplo, a própria FETAPE coordenou um projeto educativo com relação à questão de gênero e sexualidade envolvendo homens e mulheres trabalhadores rurais da Zona da Mata. Um dado assustador era a incidência de câncer de pênis, devido basicamente à falta de higiene e de esclarecimento por parte dos homens. Daí o papel fundamental desenvolvido pelas entidades.

Outra coisa importante a ser ressaltada foram os programas de rádio organizados por sindicatos e entidades na região. No caso do Centro das Mulheres do Cabo, os programas sempre procuraram trazer não só discussões políticas, de direitos e de gênero, mas também questões e reivindicações colocadas pelos movimentos sociais em geral, sendo aberto ao movimento de trabalhadores rurais e urbanos, às parteiras, à luta por moradia, pelo saneamento básico etc. O programa de rádio hoje atinge não só os municípios da Mata Sul, mas também os da Mata Norte de Alagoas. E tem tido um papel importante para a própria organização de mulheres: muitas jovens que participaram dos programas hoje são profissionais, coordenadoras de grupos de mulheres, professoras. Na época em que o Centro começou a atuar na região, grande parte das mulheres era analfabeta. Apesar de não se ter o dado atual, a entrevistada esclarece que, considerando-se o raio de ação da entidade, pode-se pensar que seu esforço teve êxito, pois muitas mulheres adultas voltaram para a sala de aula. Há uma demanda muito grande por alfabetização.

Hoje, existe uma articulação de mulheres na Mata Sul que vem dialogando com o Estado, com os municípios, participando do Conselho Estadual da Mulher, da Coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, envolvidas em vários conselhos setoriais. Neste momento, as mulheres vêm atuando nesta fase de reconstrução da Zona da Mata após a catástrofe das cheias que ocorreram recentemente. E colocando discussões relativas à falta de infraestrutura dessas cidades, à falta de

saneamento básico, de políticas de reordenamento urbano, de drenagem de rios, conservação das matas ciliares e nas áreas de nascentes etc. Esta cheia poderia ter acontecido, mas sem causar essa situação tão dramática, se houvesse investimento na construção de barragens, se fossem feitas reformas estruturadoras nestas cidades, se fossem implementadas políticas públicas voltadas para a maioria da população.

Em relação a SUAPE, no que diz respeito às mulheres, a grande preocupação é com o aumento da prostituição e da exploração sexual de crianças e adolescentes. E também a exploração do trabalho de mulheres como domésticas, para esses homens que vêm trabalhar e morar na região.

No que diz respeito ao papel do Estado, a entrevistada coloca muitos questionamentos. Para ela, o que o Estado brasileiro prioriza hoje são mais as políticas compensatórias: o Bolsa-Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil etc. Mas as mulheres continuam vivenciando o que se chama de feminização da pobreza, particularmente na zona rural. Abandonadas pelos maridos, que vivem do corte na cana e que na entressafra vão embora, elas ficam com toda a carga familiar. Então se cria o programa Chapéu de Palha, que tem sido uma ação do governo interessante, mas não estruturante. As mulheres participam de uma série de atividades, assim como os maridos que ficam, e recebem uma verba, sendo inseridas em cursos, oficinas, debatendo sobre sua própria condição feminina, sobre políticas públicas etc. É uma ação importantíssima, mas não é a ação estruturante que o Estado, enquanto instituição, deveria fazer. Não se resolve o problema da desigualdade de gênero, não se resolve o problema da desigualdade de classe. No contexto de neoliberalismo, é como se fosse um paliativo, pode-se minimizar a miséria, mas ela permanece. Do ponto de vista de políticas de Estado, do que se delibera nas Conferências Nacionais, pouco é implementado. Muito dos recursos destinados a políticas públicas para as mulheres é contingenciado, não sai do papel, donde resulta uma preocupação espe-

cial em relação às mulheres negras, que representam um grande contingente populacional na Mata Sul. A Secretaria da Mulher do governo do Estado tem feito um grande esforço para implementar políticas voltadas para as mulheres, mas é necessário que o próprio governo considere isso uma prioridade.

Com relação à questão da violência contra a mulher, tem havido avanços nesses últimos anos. Em 1997, houve uma experiência importante a partir dos programas de rádio: os homens consideravam que as mulheres não deveriam ouvi-los porque “só ensinava safadeza”. Seis anos depois, uma pesquisa constatou que o programa tinha o primeiro lugar na audiência, inclusive sendo escutado também por homens. A violência não é vista mais com tanta naturalidade como antes. Hoje, percebe-se uma indignação geral com relação ao problema. As mulheres estão denunciando mais e a lei Maria da Penha tem tido bastante divulgação. Só que não há, na Zona da Mata, um serviço de referência onde elas possam ir. Muitas vão procurar o programa de rádio para denunciar, buscar apoio e informação para poder vir ao Recife. E se hoje já é reconhecido que violência contra a mulher é crime, ainda há muito machismo e, frequentemente, a violência é cometida dentro da própria família. Muitas mulheres se separam dos maridos para romper com o ciclo de violência, e essa experiência foi vivenciada por mulheres que participavam do movimento. Em outros casos, o casamento passou por uma transformação e negociação. Mas é um problema muito difícil de ser resolvido até porque se tem “*uma cultura de mais de quinhentos anos da cana, do senhor de engenho, isso aí é muito complicado também.*”

Considerações finais

Das questões colocadas pelos entrevistados, que procuramos reproduzir com bastante fidelidade, algumas podem ser realçadas. Apesar de nem sempre apresentarem dados mais objetivos a partir de estudos técnicos, sua maneira de ver procura dar conta das transformações que a região está vivenciando, tipo o grande contingente de assalariados rurais e o desemprego que estes enfrentaram nos últimos tempos. Todos se referenciam à industrialização como fator relevante, que os afeta diretamente. Também consideram a educação importante, não só para conseguir melhores empregos e possibilitar que as pessoas possam adquirir mais conhecimento, como também por criar profissionais com uma outra maneira de ver e influir na sociedade. A área do Direito é citada como uma das que pode, sendo mais acessível a estudantes provenientes de um estrato social popular, criar outra maneira de se julgar questões relativas ao direito de propriedade, por exemplo.

Outro aspecto importante é a constatação de que os movimentos de luta pela terra têm conseguido atuar de forma mais próxima, o que foi sendo construído com esforço em anos mais recentes.

Apesar de apontarem mudanças na relação com o patronato, muitas vezes ainda se faz necessária a pressão dos sindicatos para o cumprimento das cláusulas acordadas nos contratos coletivos de trabalho. O Estado, mesmo adotando políticas compensatórias, não atua com o empenho necessário para resolver diversos tipos de problemas relativos à questão da reforma agrária ou da opressão de mulheres. O poder Judiciário precisa ser modificado. Do ponto de vista de classe, os proprietários sempre se saem melhor.

Mesmo que se considere os limites da reforma agrária que se conseguiu implementar, ela significou, para muitas famílias, a diferença entre a miséria pura e simples e alguma perspectiva de vida. E um alento para os que consideram a questão da terra um problema ainda crucial para ser resolvido no Brasil.

Embora a perspectiva da industrialização possa se refletir na melhora de condições de vida e trabalho na Zona da Mata, a região precisa passar por uma reforma estrutural, que leve em conta os interesses dos trabalhadores e a necessidade de preservação do meio ambiente. Neste sentido, o capital sempre é beneficiado. O que é uma marca histórica da região e uma característica do neoliberalismo.

Entrevistas

Alberto Alves dos Santos – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. Entrevista feita no Recife em 02 de julho de 2010.

Ana Maria da Conceição Veloso – jornalista e ex-funcionária do Centro das Mulheres do Cabo. Entrevista feita no Recife em 09 de agosto de 2010.

Doriel Barros – Presidente da FETAPE. Entrevista feita no Recife em 21 de setembro de 2010.

Euclides Almeida do Nascimento – Assessor da FETAPE e Presidente da entidade nos anos 60. Entrevista feita no Recife em 09 de setembro de 2010.

José Plácido da Silva Jr. – Dirigente da CPT. Entrevista feita no Recife em 27 de julho de 2010.

José Rodrigues da Silva – Secretário de Política Agrícola da FETAPE até recentemente e Presidente da entidade de 1978 a 1993. Entrevista feita no Recife em 21 de setembro de 2010.

Paulo Roberto Rodrigues Santos – ex-Secretário de Política Agrária da FETAPE e atual Secretário de Política Agrícola. Entrevista feita no Recife em 13 de setembro de 2010.

Sônia Maria Aparecida do Nascimento – Assessora de Educação da FETAPE. Entrevista feita em 10 de setembro de 2010.

PATRIMÔNIO ECULTURAS NA ZONA DA MATA

Bartira Ferraz

A reflexão sobre patrimônio, projetos e produtividade cultural existente na Zona da Mata de Pernambuco envolve leituras sobre o perfil histórico cultural de uma região que tem sua identidade marcada por origens nativas, na cultura portuguesa, imposta durante colonização violenta, e nas culturas de afro-descendentes escravizados e marginalizados nessa região. Partimos de leituras sobre indicadores que tratam do patrimônio, de projetos e da produtividade existente para os municípios da Zona da Mata Norte e Sul de Pernambuco.

Entendemos que os indicadores sobre patrimônio, projetos e produtividade referentes ao espaço geográfico escolhido não poderão ser esgotados nesse estudo, pois reúnem particularidades ainda não conhecidas, as quais ou por alteração ou desaparecimento ficaram sem registro ou ainda não foram estudadas. Portanto, pretendemos dar uma visão resumida sobre: patrimônio material/tangível e imaterial/intangível, enfocando a produtividade cultural quanto aos dados sobre o patrimônio natural e o construído, a produção de arte, do artesanato, o turismo, o ecoturismo, festas, o folclore e a religiosidade. Foram elencados, também, projetos institucionais e de pontos de cultura em funcionamento entre 2000 e 2010.

A cultura, na visão de Roger Chartier, constrói-se como uma instância da totalidade social, incluindo o econômico e o social, que supostamente constituem os dois primeiros níveis do edifício. Refletir sobre produção e valores culturais da Zona da Mata de Pernambuco significa mergulhar no universo das práticas e representações em uma escala regional. Tarefa impossível de ser realizada no espaço curto de tempo que este projeto nos reserva por causa da grande variedade no patrimônio cultural, de ações culturais, projetos e produtos, assim como por falta de estudos sobre estes diferentes temas sobre esta região. (Chartier, 1985, p. 17)

Do termo região para a palavra espaço, que abriga uma multiplicidade de sentidos, ajustamos ao nosso objeto de estudo o 'espaço habitado'; termo amplo com intenção epistemológica na conceituação do espaço e na busca de seus materiais analíticos que, como qualquer totalidade, só se exprime por meio de suas funcionalidades.

Utilizamos a concepção do geógrafo Milton Santos para espaço e meio, considerado como algo dinâmico e unitário, onde há a reunião de materialidade e de ações humanas, local onde o espaço se define pelos sistemas de objetos naturais ou fabricados e pelos sistemas de ações, deliberadas ou não. Portanto, os objetos e os sistemas de produção significam alternativas de uma vida melhor para a população. (Santos, 1996, p. 98)

Múltiplas mãos e cabeças foram encontradas nessa busca, onde a natureza, o trabalho e o tempo livre tecem cultura para alimentar, defender, representar e comunicar vivências humanas na Zona da Mata de Pernambuco. Nessa região, que tem seu nome originado no período colonial pela riqueza de suas matas, os estudos sobre a pré-história registram ocupações de grupos indígenas Cariri e Tupi, das tribos Caeté, Tabajara e Potiguar com suas aldeias e passagens de grupos de origem Tapuia, que se faziam presentes nas safras do cajú, por exemplo. A sobrevivência desses grupos de agricultores e coletores organizados

dava-se por meio de conhecimentos das riquezas naturais que alimentavam e curavam suas comunidades. Nesse cenário rico também em mata atlântica, diferentes grupos humanos atravessaram milênios desenvolvendo políticas de território e territorialidade, onde, por estratégias de vivências, marcaram espaços e criaram paisagens através da produção de cultura. Essas paisagens, impressão panorâmica resultado das intervenções das culturas que habitaram essa região, modificaram a natureza conforme os usos e costumes criados ou adaptados por seus autores.

A Zona da Mata pernambucana sofreu diferentes ocupações culturais que podemos dividir, grosso modo, em dois tempos: o pré-histórico e o histórico. Ao contrário dessa simplificação, o conjunto dos elementos culturais que marcam a região nesses períodos pode ser infinito, pois se perguntarmos se é possível quantificar ou se é possível sistematizar os elementos culturais de um Estado ou região, a resposta é não. Nesse sentido acreditamos que as expressões culturais podem ser efêmeras pela sua dinâmica, podem deixar de existir ou mesmo transformar-se em elementos culturais históricos ou registros sobre o passado. Transitoriedade, mutação e desdobramento das expressões e elementos culturais são, portanto, elementos complexos a serem considerados nas leituras sobre história cultural e, por isso, exigem, no nosso entendimento, para esse estudo as seguintes perguntas:

1. A noção de patrimônio cultural, como resultado de certos valores impostos à Zona da Mata de Pernambuco, deve continuar nos padrões construídos no período colonial?
2. O único patrimônio a ser valorizado na Zona da Mata de Pernambuco é o de viés econômico?
3. Quais valores integram a diversidade cultural dessa região?
4. Interessam os resultados sobre quais, quantos e onde estão os elementos culturais da Zona da Mata de Pernambuco?

Patrimônio

Formada por 43 municípios, a região da Zona da Mata de Pernambuco envolve áreas do litoral ao interior, com limites entre a região metropolitana e os municípios da região Agreste. Os rios e os caminhos indígenas foram as primeiras entradas e rotas de penetração usadas no período colonial nessa região; sendo o Capibaribe, o Beberibe, o rio dos Afogados, o rio Trapiche e o rio Ipojuca, entre outros, as bacias essenciais para a sobrevivências de culturas de agricultores e coletores desde a pré-história. A riqueza cultural dessa região tem raízes indígenas, afro-descendentes e européias. Desses matizes, resulta uma das muitas facetas da cultura brasileira, que surge da assimilação e transformação da cultura material e imaterial dos diferentes grupos em atividades: os grupos culturais da Zona da Mata de Pernambuco, de diferentes períodos, aí se incluem, sendo, no entanto, a cultura imaterial a mais representativa dessa aculturação construída nos últimos 500 anos.

Na região da Zona da Mata de Pernambuco, os diferentes grupos étnicos que estabeleceram contato ou que se misturaram foram os responsáveis pela recriação de um mundo sócio-cultural novo, isto é, nasceram deles novos espaços e fronteiras culturais para resultar no que, hoje, resiste à cultura da globalização e que conhecemos como Cultura da Zona da Mata de Pernambuco.

A região, inicialmente ocupada por nativos que aproveitavam das riquezas naturais para suas vivências, tem registro das diferentes cronologias de etnias Tupi: período arcaico (500-900), período médio (900-1300), período tardio (1300-1500) e período colonial ou de contato (1500-1800). Com base em uma economia de subsistência, a cultura Tupi alcançou impressionante extensão territorial ao longo do litoral brasileiro, que também inclui o de Pernambuco. A mobilidade dos grupos em busca de campos férteis foi a forma encontrada para ter boas colheitas, visto que, devido às práticas de queimada (que proporciona momentânea fertilidade), o tipo de solo de terras ácidas, característico

dessa região, e a falta de adubo natural entre as culturas indígenas esgotavam os campos de plantação, rapidamente.

Com a colonização portuguesa, as riquezas naturais passaram a ser geradoras de capital destinado ao enriquecimento apenas de parte dos habitantes dessa região, baseado em uma estrutura sócio-econômica que não integrava a diversidade cultural indígena. Escravizados nos engenhos de açúcar, nativos e negros africanos passaram por terríveis humilhações, desde a negação do seu próprio nome à compressão de suas origens culturais. Ser escravo ou, depois da abolição, ser um homem livre não os livrou da brutalidade e violência social que lhes eram impostas. No Brasil colonial não houve investimento no patrimônio imaterial indígena ou no dos afro-descendentes. O patrimônio construído e respeitado era o resultante apenas da exploração econômica das matérias-primas geradoras de riquezas.



Engenho de Frans Post: óleo sobre madeira, 1652. Mittelrhnisches Landesmuseums, Mains..

A diversidade e a riqueza da natureza pernambucana ressaltadas nas

telas de Frans Post, durante o século XVII, denotam uma paisagem que sofreu um impacto grande com a introdução dos campos de plantio de canas. As plantações, os engenhos, as vilas, as populações ‘civilizadas’ e os recursos naturais foram os temas das telas desse pintor paisagista que, na sua tarefa de registrar os feitos do poder do capital colonial, focou sua pintura principalmente no cotidiano dos engenhos de açúcar de Pernambuco. Nela aparecem os escravos, trabalhadores indígenas e africanos e os novos senhores da terra. As telas de Post priorizaram a cultura econômica, deixando de lado as aldeias, os sistemas sociais indígenas, a cultura imaterial nativa e a dos afro-descendentes existentes na região do litoral e da Zona da Mata. Sua obra tem sido estudada por diversos pesquisadores, mas tem com Pedro e Bia Correia do Lago (Lago, 2006) na obra *Frans Post(1612-1680)* o primeiro levantamento completo, publicado no Brasil, das 158 obras restantes do referido pintor. Lamentavelmente, os campos de cana de açúcar foram destruindo a cultura material indígena, abandonada nas aldeias. Ficando pouco material arqueológico para estudo sobre a vida sociocultural nativa, nessa região.

Em um número bem menor de trabalhos, os nativos, os negros, os mestiços, a flora e a fauna da região das plantações dos engenhos da Zona da Mata aparecem na pintura de Albert Eckhout. Pintor do período holandês, viveu entre 1637 e 1644 em Pernambuco, onde, por encomenda do governador holandês, produziu naturezas mortas, retratos e cenas do cotidiano colonial. O conjunto de 24 pinturas integra, hoje, o acervo desse pintor no Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague. As telas de Albert Eckhout, a Dança dos Tapuias, Mameluca(1641), Homem Tapuia (1641), Mulher Tupinambá (1641) e os retratos dos africanos são preciosos documentos, ricos em detalhes, sobre os nativos e suas representações culturais. No quadro Mameluca, Eckhout nos oferece uma boa paisagem com exemplos da flora e dos campos de várzea do litoral de Pernambuco. Paisagem também



Mameluca de Albert Eckhout, óleo sobre madeira, 1641. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

Doze naturezas-mortas com frutas e legumes feitas por Eckhout apresentam ao público a tradição da pintura holandesa do período do século XVII. Uma tradição descritiva. Nelas, ele usava planos, estudos, cores e o céu como fundo. (Alpers. 1999, p. 67).



Projetos e programas de incentivo à cultura

Nos anos 80, a democratização focou na descentralização e na participação popular, o que permitiu em Pernambuco o nascimento de programas como *Prefeitura nos Bairros* e, em 1999, o programa *Governo nos Municípios*, ambos os programas criados durante governos de Jarbas Vasconcelos. Seu objetivo era, primeiro, conhecer para regionalizar os orçamentos e, segundo, desconcentrar os investimentos.

Para tanto, novas estratégias foram adotadas:

1. Instituídas as RDs – Regiões de Desenvolvimento - para formação das Unidades Territoriais de Planejamento para as RDs, que abrigaram os Fóruns Regionais e as Plenárias Temáticas.
2. Construção dos Planos Plurianuais, do período 2000 a 2003, voltados para obras estruturadoras de infra-estrutura hídrica e de construção de estradas e os Planos, do período de 2004 a 2007, voltados para projetos sociais municipais com diagnóstico de vulnerabilidade sócio-econômica.

Com essa política o capital financeiro passou a dispor de informações para acionar mecanismos de proteção e fontes de financiamento para desenvolvimento cultural, pois os dados isolados, que tornavam ações pontuais frágeis, passaram a ser vistos em conjunto. Outro resultado foi o mapeamento cultural participativo junto aos municípios do Estado de Pernambuco, desenvolvido entre 2004 e 2005, sob a coordenação de Paulo Souto Maior, quando Diretor de Preservação Cultural da Fundarpe. O projeto visou o levantamento cultural em 197 municípios e foi publicado pela Fundarpe sob o título: *Pernambuco Panorama Cultural*. O trabalho conta com textos de diversos autores e com tabelas sobre bens tangíveis ou materiais, bens intangíveis ou imateriais e espaços de convivência cultural das diferentes regiões de Pernambuco.

Cultura como investimento

A cultura vem sendo ‘vendida’ nos Estados do Nordeste brasileiro para o turismo nacional e internacional com mais intensidade desde o final do século XX. Roteiros turísticos que envolvem ecoturismo, patrimônio histórico e patrimônio intangível formam opções para um mercado que atrai pelas opções culturais tipicamente nordestinas. Em Pernambuco, a AD/Diper- Agência de Desenvolvimento Econômico - em parceria com a, então, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes montou, em 1995, o Programa de Valorização do Artesanato Pernambucano, que teve como primeiro resultado a realização da primeira Feira Nacional dos Negócios do Artesanato – a Fenearte. O sucesso da primeira versão da Fenearte resultou dos negócios obtidos via público participativo (42 municípios pernambucanos, 19 Estados brasileiros, 7 países envolvidos e 20 mil artesãos pernambucanos cadastrados) e vendas que integraram os 12 maiores consumidores nacionais da produção artesanal. A Fenearte vem sendo meio de preservação, divulgação, escoamento da produção artesanal, gastronomia, produção musical, literatura de cordel e palco de surgimento de novos negócios para Pernambuco.

Em 2010, a Fenearte reuniu artesãos pernambucanos e de todos os Estados brasileiros e de mais 28 países, no Recife, para mostrar a diversidade cultural da moda, decoração, gastronomia, música e, claro, artesanato. Este ano, ela contou com o apoio técnico do projeto Ano da Gastronomia do Recife, criado pela Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Turismo, em parceria com o Trade Turístico, com apoio do Governo do Estado e realizado pela Fundação Gilberto Freyre e Abrasel-PE. O local da feira este ano foi ampliado, totalizando uma área de 2,2 mil metros quadrados na área externa do Centro de Convenções, onde foram localizados dez restaurantes. O espaço também contou com uma área para 480 lugares, de arquibancada e do palco Mestre Salustiano, onde houve programação artística e cultural. A Fenearte passou

a ser uma ação do Programa do Artesanato de Pernambuco (Pape) e contou esse ano com mais de 4,5 mil expositores, 270 mil visitantes e uma movimentação de R\$ 27 milhões em negócios.

Investimentos do Governo Federal

A partir de 2004, o Ministério da Cultura apresentou programas e projetos sob uma nova política cultural, onde o reconhecimento cultural das diferentes regiões brasileiras passou a ter ações afirmativas e/ou mais duradouras. Através da Fundação Palmares, Pernambuco teve, entre 2004 e 2010, 134 áreas quilombolas entre reconhecidas e em processo de reconhecimento. Deste total apenas foi registrada uma área quilombola na região da Zona da Mata de Pernambuco, no município de Rio Formoso. A região do Sertão pernambucano é a que tem o maior número de assentamentos quilombolas, ficando o Agreste em segundo lugar, os quilombos urbanos em terceiro e a Zona da Mata em último lugar, o que comprova que a Mata pernambucana não deu espaço para o desenvolvimento de comunidades afro-indígenas.

Em geral, as áreas indígenas e quilombolas se localizavam no Agreste e no Sertão de Pernambuco por escolha de espaços habitáveis isolados ou de difícil acesso, por causa da repressão, e a caça aos fugitivos da escravidão ter sido prática comum até o século XIX. Jornais da época anunciam as recompensas oferecidas em troca de informações dos cativos em fuga.

Hoje, projetos apoiados através dos Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva, criado em 2004, pelo Ministério da Cultura em parceria com os governos estaduais e municipais, recebem financiamento para preservar memórias e histórias, além de estimular ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares, dentro dos seus territórios de origem. Os Pontos de Cultura somavam, em abril de 2010, 2,5 mil e atuavam em 1.122 cidades brasileiras. Suas ações podem ser vistas em redes sociais, estéticas e políticas. Até 2009,

foram investidos pelo Programa Cultura Viva R\$ 365,7 milhões em 8.987 iniciativas, em todo o Brasil. Destes investimentos, R\$65 milhões foram para a criação de 1.084 novos Pontos de Cultura.

Em Pernambuco, dos 311 Pontos de Cultura em 2010, 13 são de grupos da Zona da Mata pernambucana. Os investimentos financeiros oriundos de fundos do governo federal, ainda que privilegiem projetos da região do Centro Sul do país, passaram a ter um olhar para a região Norte e Nordeste através de programas como o Mais Cultura, um dos que fazem diferença, se olharmos para políticas de tempos anteriores da República Nova.

Relação dos Pontos de Cultura na Zona da Mata de Pernambuco

- Ação Cultural (Glória do Goitá)
- Aláfia - Movimento Cultural de Identidade Negra e Cultural de Goiana (Goiana)
- Estrela de Ouro (Aliança)
- Fazendo a Sambada com Bordados, Música, Cidadania e Empreendedorismo (Aliança)
- Identidade Cultural, Caminho da Transformação Social (Paudalho)
- Macaparana - Arte e Cultura (Macaparana)
- Ponto de Cultura Engenhos dos Maracatus (Nazaré da Mata)
- Ponto de Cultura Maracatu Cambinda Brasileira (Nazaré da Mata)
- Ponto de Cultura Poço Comprido (Vicência)
- Ponto de Cultura Retretas - Filarmônica 28 de Junho (Condado)

- Ponto de Cultura Revoltosa (Nazaré da Mata)
- Pontos de Cultura Caboclinhos de Goiana (Goiana)
- Projeto Sanfona Cultural (Pombos)

Projetos e pesquisas sobre produtos e mercado pernambucano na UFPE

Merece destaque o projeto Imaginário Pernambucano desenvolvido, a partir de 2001, pela Universidade Federal de Pernambuco em parceria com o Sebrae. O Imaginário Pernambucano realizou projeto de Assistência Tecnológica de Design no Artesanato em Timbaúba. A ação contribuiu para a ampliação da produção e a conquista de novos mercados, aumentando a renda dos artesãos envolvidos, além de ter possibilitado a proposição de novas soluções técnicas e estéticas para o artesanato local. Através de assessoramento técnico, o projeto promoveu os seguintes resultados:

- A capacitação de 12 artesãos;
- Criação e diversificação de novos produtos;
- Capacitação quanto ao planejamento da produção, minimizando as falhas quanto às dimensões e enquadramento das peças;
- Controle de qualidade, principalmente no acabamento, agregando maior valor aos produtos;
- Conscientização quanto à forma de apresentação e exposição dos produtos;
- Sensibilização dos artesãos quanto à importância da harmonia das cores, simplificação das formas e o uso da simetria na composição dos seus produtos,

para a obtenção de um resultado final de maior qualidade;

- Aquisição de novos conhecimentos técnicos referentes à aplicação de pintura em tecido com gabaritos para a otimização do processo; criação de identidade visual e material promocional.

A produção e a venda do artesanato de Timbaúba têm promovido a geração de trabalho e renda na comunidade. Adquirir uma peça produzida por estas artesãs e artesãos é uma atitude socialmente responsável, pois viabiliza a melhoria da qualidade de vida de cidadãos brasileiros e a consolidação de um comércio solidário.

Produtividade

Como a produtividade cultural por município na região da Zona da Mata de Pernambuco engloba música, artesanato, turismo, ecoturismo, festas, folclore, religiosidade, entre outros, resolvemos dar, em forma de tabela, um resumo sobre o mapa cultural para a Zona da Mata de Pernambuco, baseado em banco de dados da Fundarpe, organizado por RDS.

Utilizamos esse levantamento colocando três enfoques:

1. Município como o espaço e o meio, considerado como algo dinâmico e unitário pelos sistemas de objetos naturais ou fabricados e pelos sistemas de ações;
2. Patrimônio natural e histórico como bens tangíveis;
3. Festas, folclore, artesanato e outros sistemas de objetos fabricados pelos sistemas de ações como bens intangíveis.

São encontrados na Zona da Mata pernambucana objetos e sistemas de produção com suas singularidades, principalmente, como alternativas de uma vida melhor para famílias que, na sua complementação de renda ou como renda principal, produzem artesanato, música, folclore e poesia. São ações reconhecidas como arte popular, que remetem a um processo social de identidades. Esse é o caso da produção familiar ou da

produção organizada a partir de associações que trabalham em torno da cerâmica, renascença e bordado, em Tracunhaém, da tecelagem, em Timbaúba, da cerâmica, em Goiana e da tapeçaria, em Lagoa do Carro.

Nenhuma criação plástica, poética ou musical fica desprovida de sentido estético. A influência da cultura indígena para produção de redes e cerâmica verifica-se no tear tipo camutanga, utilizado para confeccionar o acabamento de redes e, na tradição antiga do fazer cachimbos e painéis de cerâmica, em Tracunhaém (formigueiro em Tupi) e Goiana, antigos locais com aldeias indígenas do período colonial. No caso dessa região, a produção artesanal não fica desmerecida por não ser arte, pois a maneira como é produzida tem nela o registro de cultura na habilidade manual, na criação de formas, que mesmo seguindo um padrão de um grupo ou escola, aliado a uma ou mais temáticas, traz a marca pessoal do prazer estético em cada peça.

A produção artesanal no Estado de Pernambuco conta com algumas instituições e suas entidades parceiras, entre elas:

Sebrae: A instituição leva a ação empreendedora para os municípios pernambucanos, desde 1990, com palestras, jornadas, cursos e orientação empresarial. Trabalha de forma estratégica, inovadora e pragmática para que as pequenas empresas possam alcançar uma evolução sustentável. Contribuir com o desenvolvimento do Estado é o principal papel do Sebrae em Pernambuco, que teve origem em 1968, como Núcleo de Apoio Empresarial. Hoje, conta com sete unidades em todo o Estado, além de duas estações móveis e pontos de atendimentos.

Centro Pernambucano de Design: O Centro Pernambucano de Design surgiu a partir de uma demanda identificada pelo Sebrae de introduzir ações de design nas Micro e Pequenas Empresas do Estado, como um diferencial competitivo em seus produtos e serviços. Desde 2005, o Centro Pernambucano de Design desenvolve ações de Design Social, utilizando ferramentas capazes de otimizar processos produtivos, gerar novos produtos, diagnosticar os fatores locais de cada região,

valorizando a identidade cultural como diferencial competitivo para incremento dos grupos produtivos e, conseqüentemente, para maior geração de receitas, inclusão social e inserção no mercado.

Carlota Comunicação: A Carlota foi fundada com foco no desenvolvimento de projetos e ações de mídia. Isto, aliado a uma ampla experiência no atendimento às mais variadas abordagens da comunicação, pautada em atendimento a grandes empresas e marcas.

+D/Coletivo Pernambucano de Promoção do Design Social: Da união do Centro Pernambucano de Design e da Carlota Comunicação – para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção do artesanato pernambucano e sua cadeia produtiva –, nasceu o selo +D Coletivo Pernambucano de Promoção do Design Social. Assim, sempre que este selo estiver presente, significa que ali há uma parceria voltada a garantir bons frutos para o artesanato local.

Todos os fatores como, matéria-prima, criatividade, mão-de-obra barata e técnica permitiram combinações originais para o desenvolvimento dos produtos culturais da região da Zona da Mata de Pernambuco. Mas é a existência de um mercado demandante dentro e fora do Estado que vem movendo a economia da cultura numa perspectiva de se produzir para este mercado que alimentou sua implantação e que precisa de políticas para a sua sustentação. Políticas educativas e sociais voltadas para formação e educação como instrumento de fortalecimento da economia da cultura, no sentido de integrar a diversidade da cultura material e imaterial para a produção de bens de consumo. Políticas que valorizem o conceito de cultura e patrimônio para toda a população e não, apenas, uma parte dela será um caminho a mais para ser desenvolvido em futuras escolas voltadas para estudos do patrimônio artístico e cultural do Estado. A educação será nosso próximo desafio, resta-nos dar espaço de construção nela para as futuras gerações.

Por fim, ressaltamos que a região da Zona da Mata de Pernambuco carrega marcas de práticas de profundo amor pelos costumes, histórias,

vivências, espaços habitados e representações culturais. Um amor desesperado marcado desde as apresentações dos guerreiros do maracatu à cachaça produzida e consumida para sobreviver à 'fome' provocada pela miséria dos salários pagos aos trabalhadores do corte da cana.

ANEXOS:

Tabela 1. Bens culturais da Zona da Mata de Pernambuco*

– *Visão macro em construção com base em dados do Sebrae, da UFPE e da Fundarpe

Bens Culturais	Mata Norte	Mata Sul
Eco Turismo	Goiana	
Patrimônio Histórico	Goiana, Carpina, Flores	
Cerâmica	Tracunhaém, Goiana, Lagoa de Itaenga, Nazaré da Mata,	
Cestaria e Transado	Timbaúba	Barreiros, Tamandaré,
Bordados e Rendas	Paudalho, Carpina, Ferreiros	Ribeirão
Tecelagem	Timbaúba, Goiana	
Madeira	Ferreiros	Água Preta, Palmares, Rio Formoso e Quipapá.
Couro	Timbaúba e Goiana	
Metal	Camutanga	Água Preta
Tapeçaria	Lagoa do Carro	Rio Formoso, Barreiros, Quipapá
Folclore: Brincantes da Mata	Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata	
Musica	Goiana, Condado, Ferreiros	
Festas Religiosas	Quase todos os municípios	Quase todos os municípios

TABELA BENS CULTURAIS MATA NORTE

MUNICIPIOS	BENS TANGÍVEIS	BENS INTANGÍVEIS
Aliança		<p>Folclore</p> <p>Brincantes de diversas sedes de maracatus de baque solto enfeitam a cidade com suas cores durante o carnaval. Esses grupos também se apresentam esporadicamente em comemorações fora do período carnavalesco em homenagem a orixás e no aniversário da cidade. Além do maracatu rural, Aliança também tem expressões como o Pastoril no período natalino e o xaxado no São João.</p> <p>Janeiro 08 e 09 - festa da padroeira, Nossa Senhora da Lapa. O evento reúne um grande número de pessoas que vão às ruas em procissão ou apenas para desfrutar do momento profano, embalado por diversas atrações musicais.</p> <p>Entre 15 a 21 de janeiro a festa mais tradicional de Aliança, é a Festa de São Sebastião.</p>

<p>Buenos Aires</p>	<p><i>Atrativos Naturais</i></p> <p><i>Turismo Rural:</i> marcada por extensos canaviais, capelas e antigos engenhos com suas construções coloniais, como o Criméia, Conceição, Bandeirantes, Cavalcanti, entre outros. Ainda fazendo parte da paisagem, as serras dão ao município uma beleza ímpar.</p>	<p><i>Artesanato</i></p> <p>Destaca-se pelas peças feitas com papel reciclado, golas dos caboclos de lança do maracatu, dos adereços dos grupos culturais como o caboclinho e estandartes. Também encontramos bordado, bruxas de pano, cestarias e trançados, plásticos-tapetes, bolsas de tricô e tapeçaria.</p> <p><i>Folclore</i></p> <p>Rico e variado folclore no município traz a mais pura manifestação da cultura popular regional com maracatu rural, caboclinho, boi matuto (bumba-meu-boi), ciranda, coco de roda, embolada (caracterizado pelo desafio entre os emboladores), mamulengo, violeiros e repente (cantorias populares que se caracterizam pelo improvisado). Outras manifestações populares mantêm-se preservadas como as rezadeiras e benzedadeiras. Vale ressaltar a comunidade de Lagoa do Outeiro, um dos principais celeiros de manifestações culturais da região, representados por seus artesãos, artistas populares e grupos folclóricos.</p>
----------------------------	---	---

<p>Carpina</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p><i>Fazem parte do patrimônio do município peças do Museu do Instituto Histórico e Geográfico e a Estação Ferroviária construída em 1882.</i></p>	<p>Conhecido pela qualidade de seus artistas-artesãos, como o Mestre Saúba. Mamulengueiro, compositor e criador de peças em madeira que retratam as figuras nordestinas. Saúba tem seus trabalhos espalhados por todoo país.</p> <p>Eventos</p> <p>Janeiro - A Festa de Reis é a primeira grande festa do ano em Carpina, na primeira semana. Logo depois das festas de final de ano acontecem apresentações de pastoril, bumba-meu-boi, feira de produtos e comidas típicas.</p> <p>Março - Dia 19 tem a festa de São José (Padroeiro da Cidade)</p> <p>Junho - Carpina é conhecida em toda a região pelos seus festejos juninos.</p>
-----------------------	--	---

Chã de Alegria		Artesanato O município tem feiras de artesanatos, comidas típicas e apresentações de grupos folclóricos. Festas Religiosas Festa de São Sebastião, padroeiro da cidade, realizada em 20 de dezembro.
-----------------------	--	---

<p>Condado</p>		<p>Folclore</p>
		<p>Rodeado de engenhos o município de Condado apresenta o que há de mais genuíno na cultura popular. Àqueles que fazem a “brincadeira” acontecer mesmo depois de um longo dia de trabalho na lavoura ou no corte da cana. São homens, mulheres e crianças que vivem uma realidade difícil, mas que se tornam reis, rainhas, príncipes, na hora de encarnar o seu brinquedo favorito. Encontramos maracatu de baque solto, cavalo marinho, ciranda, coco de roda, pastoril, teatro, artes plásticas, artesanato, emboladores, violeiros, cordel, tendo como seu maior representante José Costa Leite, Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, ele que também faz xilogravuras. Em Condado tem capoeira e a centenária Filarmônica 28 de Junho, recém contemplada como Ponto de Cultura. Tal qual nos Pontos a cultura popular em Condado é feita de baixo para cima, quem a leva são os mestres, ou seja, pessoas simples, humildes, mas que respiram cultura e a repassam para as demais gerações. As apresentações folclóricas estão sempre presentes na Festa de São Sebastião, realizada sempre no último domingo de janeiro e na Festa de Nossa das Dores, padroeira da cidade, que acontece em 15 de setembro.</p>

<p>Ferreiros</p>	<p><i>Patrimônio Histórico</i> Em Ferreiros, o visitante pode desfrutar de passeios nos engenhos da região, como o Perori e o Guararema, e conhecer o Monte do Engenho Bebedouro. Dentro da cidade vale ver e visitar casas em estilo colonial.</p>	<p><i>Folclore</i> Em outubro são realizadas apresentações de cavalo-marinho, de ciranda e de mamulengo, chamado de babau pelos habitantes. Existem também as apresentações dos grupos folclóricos locais da cidade durante a Festa da cana de açúcar.</p> <p><i>Festas Religiosas</i> Festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição realizada dia 8 de dezembro.</p> <p><i>Artesanato</i> O artesanato é rico em bordados, rendas, crochês, ponto de cruz e em esculturas de madeira.</p> <p><i>Música</i> - A cidade de Ferreiros é conhecida pela fabricação de rabeças. Instrumento inserido na cultura local através do cavalo-marinho - folguedo que utiliza o instrumento em suas apresentações. Artistas de todas as partes vão ao município à procura das rabeças. Lá se encontram 8 rabequeiros e 2 fabricantes, entre eles o Mestre Mané Pitunga.</p>
-------------------------	---	---

Ferreiros		<p>Outras manifestações culturais são a ciranda e o mamulengo, conhecido na região por “babau”. Estas manifestações estão presentes nas principais festas do município: a Festa da Rabeca (primeiro fim de semana do mês de outubro) ou a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro).</p>
------------------	--	---

Flores	<p>Patrimônio Histórico Museu de Arte Sacra na Igreja de Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos Museu do carnaval Cine Teatro Politeama</p>	
---------------	---	--

Glória do Goitá		<p>Eventos Em julho a cidade celebra o seu aniversário com uma animada festa, na qual os principais convidados são os moradores.</p> <p>Em dezembro a Festa de Nossa Senhora da Conceição em homenagem à padroeira da cidade se estende até o Natal e o Ano Novo, sempre com a realização de missas e de atividades culturais.</p>
------------------------	--	--

<p>Goiana</p> <p>Fatos Históricos Originalmente foi aldeia de índios Caetés e Potiguares e sede da capitania de Itamaracá. Em 1568, a povoação foi elevada à freguesia. Em 1645, sediou a primeira Assembléia Indígena do Nordeste.</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Fazem parte do patrimônio natural as praias- Carne de Vaca, Pontas de Pedra, Barra de Catuama, Catuama Atapuz e Tabatinga.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>Centro histórico declarado patrimônio histórico nacional em 1938 com destaque para o conjunto formado pela Igreja de São Lourenço de Tejucupapo do século XVI; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de 1835, construída em estilo barroco; Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, construída no século XVIII em estilo barroco.</p> <p>O Museu de Arte Sacra de Goiana encontra-se dentro das instalações da Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos. Ele destaca-se pelo acervo de Santos realizadas em cerâmica por artistas pernambucanos e outras peças de Arte Sacra colecionadas entre o século XVII e o século XX.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Devido ao seu solo ser rico em argila, o município tem artesões que utilizam o barro como matéria-prima para produção de cerâmica que ilustram cangaceiros, santos e outros personagens do imaginário nordestino. Oskeramistas João Boneco e Mestre Joãozinho merecem destaque, pois propagaram a cerâmica figurativa de Goiana. Antônia Leão, Teófilo Neves e José do Carmo também são artistas com grande prestígio na região.</p> <p>Folclore</p> <p>Carnaval marcado pela cultura popular, com apresentações de Maracatus Rurais e, principalmente, de Caboclinhos. Na terça-feira, mais de 30 grupos de Caboclinhos se encontram na cidade para celebrar a cultura indígena, presença forte nos antepassados da região.</p>
---	---	---

Goiana	Destaca-se também no conjunto arquitetônico da cidade o Convento de Santo Alberto dos Carmelitas em estilo barroco no século XVII, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo com importante coleção de imagens sacras dos séculos XVI e XVII e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo no convento de Santo Alberto dos Carmelitas, ambos do século XVII.	
---------------	--	--

<p>Itambé</p> <p>Fatos Históricos</p> <p>As terras localizadas no município de Itambé eram habitadas por índios cariris e passaram a ser ocupadas por colonos portugueses em fins do século XVI.</p> <p>A etimologia do nome Itambé, deve-se ao termo ita-aimbé ou ita-aembé, que significa pedra afiada ou pedra de amolar em tupi. Sobre o povoamento de Itambé há registros de que o capitão-general André Vidal de Negreiros, um dos restauradores de Pernambuco, havia mandado construir a capela de Nossa Senhora do Desterro (Padroeira da Cidade) e que isto teria agregado mais gente ao local.</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>Vários engenhos fazem parte do patrimônio histórico do município, neles diferentes atividades econômicas podem ser observadas.</p> <p>Engenho Lages: ordenha mecânica, criação de gado bovino e produção artesanal de queijo;</p> <p>Engenho Pangauá: produção de roupas tipo exportação;</p> <p>Engenho Santa Rita: produção de açúcar mascavo;</p> <p>Engenho Santo Antonio: produção de plantas ornamentais.</p> <p>Atrativos Turísticos</p> <p>Areópago e Loja Maçônica. A cidade de Itambé abriga a mais antiga casa maçônica existente no Brasil. O local tem grande importância histórica e foi palco de grandes revoluções, como a de 1817;</p> <p>Obelisco a Dom Vital;</p> <p>Parque de Vaquejada São Severino;</p> <p>IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco abre para visitas guiadas onde podem ser apreciadas pesquisas nas áreas agrícola e pecuária.</p>	<p>Folclore</p> <p>Localizada na Zona da mata Norte de Pernambuco, a cidade de Itambé segue aspectos culturais da região, com grupos folclóricos de cavalo-marinho e maracatu rural. O primeiro é um folgado que mistura música, canto (toadas), dança e poesia (loas). A encenação é acompanhada por instrumentos musicais como a rabeça, o pandeiro o reco-reco e o ganzá, que são tocados pelo banco (nome dado ao grupo de músicos que toca sentado num banco).</p> <p>A brincadeira acontece numa roda fixa, onde o público em geral formado apenas por homens - pode interagir. Destaque para os dias de Natal, Ano Novo e Dia de Reis.</p> <p>A cidade tem como principais festas populares o São João e o São Pedro. As comemorações seguem as tradições pernambucanas com muito forró, fogos, fogueiras e barracas de comidas típicas à base de milho.</p>
---	---	--

<p>Itambé</p>		<p>O Carnaval também acontece na cidade com encontros de maracatus rurais, bandas de frevo e shows populares na praça principal.</p> <p>Outra grande festa é o aniversário de emancipação da cidade, além da festa para a santa padroeira, Nossa Senhora do Deserto, que é homenageada com missas e procissões.</p>
----------------------	--	---

<p>Itaquitinga</p>	<p>Patrimônio Natural e Patrimônio Histórico</p> <p>Fazem parte das atrações da cidade a lenda da Pedra do Bico, também conhecida como Pedra de Santo Antônio, os engenhos, as trilhas em áreas com preservação de Mata Atlântica, as competições esportivas.</p> <p>A culinária praticada por mulheres da cidade atraem visitantes de outras regiões do estado.</p>	<p>Folclore</p> <p>Festa junina com quadrilhas e comidas típicas.</p> <p>Eventos</p> <p>O município realiza desde 1997 a Cavalgada Ecológica, um evento que vem reunindo um número maior de participantes a cada ano. A Cavalgada proporciona um passeio por áreas com belas paisagens naturais da zona rural do município.</p> <p>Artesanato</p> <p>Encontram-se no município trabalhadores de confecção de bordados, rendas, vinhos e arranjos florais.</p>
---------------------------	--	--

Lagoa do Carro	Patrimônio Histórico Museu da Cachaça. Comum acervo de garrafas que conta com 8.012 unidades omuseu mostra um pouco da história do Brasil, sua cultura e seus costumes através dos rótulos.	Artesanato Uma boa produção de tapetes vem sendo desenvolvida no município. Os tapetes podem ser encontrados na Cooperativa Arte Nossa ou na Associação das Tapeceiras. Durante os finais de semana, a cidade abre espaço para feirinhas típicas e shows com artistas locais.
-----------------------	--	--

<p>Lagoa do Itaenga</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>Museu da Cachaça. Comum acervo de garrafas que conta com 8.012 unidades omuseu mostra um pouco da história do Brasil, sua cultura e seus costumes através dos rótulos.</p>	<p>Artesanato</p> <p>O município está voltado para um mercado diversificado e vem dando resultado com uma significativaprodução de bolsas, peças em crochê, móveis e flores ornamentais. Os produtos são vendidos nos finais de semana, durante feira realizada na cidade para moradores e principalmente para comerciantes de outras partes do Estado que procuram os produtos para revenda.</p> <p>Folclore</p> <p>Manifestações populares como o maracatu rural, são constantes no município e aparecem com mais frequência durante o período festivo do Carnaval.</p> <p>As principais festas populares são o Carnaval, São João e Natal, com destaque para a festa do padroeiro, São Sebastião. Nessa última, a cidade se organiza com romarias e, na parte profana, realiza exposições de produtos artesanais, shows com artistas locais e parque de diversões.</p>
--------------------------------	--	---

<p>Macaparana</p>	<p>Projetos</p> <p>Amam - A Associação Mista dos Artesãos de Macaparana e o Centro Pernambucano de Design desenvolveu, em 2008, em parceria com o Sebrae e a Prefeitura de Macaparana, a Oficina de Design. O trabalho culminou com a criação de novos produtos cujo diferencial é a qualidade e o foco no mercado.</p> <p>Em 2009, foi desenvolvida a segunda coleção, composta por dez peças - criadas a partir da utilização de novas técnicas e novo design de produtos.</p> <p>A coleção foi baseada na Pop Art, na cultura local e no uso de orquídeas.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Com a técnica do crochê, utilizando o cordão natural do algodão - matéria-prima em abundância no Estado de Pernambuco - a cidade de Macaparana ganhou evidência no segmento do mercado artesanal.</p>
--------------------------	--	---

<p>Nazaré da Mata</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>O município tem belos engenhos abertos à visitação, com imagens deslumbrantes, onde o sol se põe em meio ao canavial. Todos eles com igreja em ponto alto, completando a paisagem.</p>	<p>Folclore</p> <p>Além dos 17 maracatus, é em Nazaré da Mata que está o maracatu rural mais antigo do Estado, o Cambinda Brasileira. Fundado em 1898 com sede no engenho do Cumbe, onde mora a viúva do fundador, Dona Joaninha. O caboclo de lança mais velho de Pernambuco também é do Cambinda; Zé de Rosa faz sua própria gola, costurando lantejoula por lantejoula.</p> <p>No período carnavalesco o município sedia o maior encontro de maracatus rurais do Estado. Na ocasião, mais de 50 grupos de brincantes participam da apresentação para milhares de visitantes. A praça principal enche-se de cores com os caboclos de lança e baianas, que vão às ruas em sincretismo religioso, para homenagear os orixás.</p>
------------------------------	--	---

<p>Paudalho</p>	<p>Patrimônio Natural Açude Zumbie Bosque de Pau-Brasil;</p> <p>Patrimônio Histórico Entre as construções históricas figuram o Engenho Ramos com a Capela de Nossa Senhora da Luz, onde abriga-se a imagem de São Severino, tida como milagrosa. Na Casa dos Milagres, anexa à capela, está exposto um grande número de ex-votos; o Mosteiro de São Francisco; a Usina Mussurepe (já desativada); a Ponte de Itaíba, do séc. XIX, inaugurada pelo Imperador Dom Pedro II; uma fábrica de beneficiamento do sal, instalada em prédio do séc. XVIII; a Estação ferroviária (1891); também uma antiga casa de farinha do Engenho Açogue Velho. Antigos casarões com detalhes ou fachada em azulejos portugueses podem ser vistos na cidade.</p>	<p>Festas Religiosas São Severino do Ramo leva romarias no período de setembro a janeiro.</p> <p>Artesanato A tecelagem de redes de algodão é uma tradição centenária mantida no município. Estação acerola, com seus doces e sorvetes à base da fruta oferece uma produção de qualidade ao mercado.</p>
------------------------	---	--

<p>Timbaúba</p>	<p>Patrimônio Natural em usinas e engenhos</p> <p>No Engenho Folgado, a Lagoa Azul é um exemplo. Bicas, trilhas e outras opções de passeio para a família também são possíveis.</p>	<p>Projetos</p> <p>Projeto de Assistência Tecnológica de Design no Artesanato em Timbaúba realizado pela UFPE com apoio do SEBRAE.</p> <p>Artesanato</p> <p>A produção de redes e tapetes também dá boa fama da cidade. A feira de comercialização de produtos locais acontece diariamente.</p> <p>Folclore</p> <p>Durante o Carnaval, Timbaúba vira sinônimo de festa, e segue a tradição do mela-mela com ovos, farinha de trigo e melão de açúcar.</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>Em setembro o circuito de festas populares é extenso em Timbaúba e Nossa Senhora das Dores, a padroeira, arrasta a população em procissões pelas ruas.</p> <p>Eventos</p> <p>Em outubro há a Micaruba e o Circuito Vaqueiro de Ouro.</p>
------------------------	--	---

<p>Tracunhaém</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Uma serra localizada na propriedade do Engenho Trapuá, onde fica a Igreja Nossa Senhora de Santana, permite uma visão panorâmica de cidades vizinhas, como Carpina e Nazaré da Mata.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>No Engenho Juá, existem duas Casas Grandes, uma do século XVIII e outra que data de 1934.</p>	<p>Artesanato</p> <p>O barro, a matéria-prima principal para a confecção de cerâmicas utilitárias e decorativas, permite grande produção de imagens sacras. O município recebeu recentemente a construção de um centro de comercialização de cerâmicas produzidas por um rico e tradicional núcleo artesãos. Um dos santos mais moldados na cidade é Santo Antônio, padroeiro de Tracunhaém. Sua imagem, exposta em praça, foi esculpida por Mestre Zezinho, conceituado artesão local. A produção de tapetes com formas de desenhos de azulejos também é outro talento dos moradores de Tracunhaém.</p>
--------------------------	--	---

Vicência	Patrimônio Natural	Festas Religiosas
	<p>Vicência conta com muitos pontos de intensa beleza natural com várias cachoeiras e lindas matas. Especialmente ao longo dos cimos de suas serras. Um local muito apropriado para a prática do ecoturismo.</p> <p>O Mirante da Serra Jundiá oferece condições para a prática de vôo livre. São duas rampas utilizadas como palco de vários campeonatos do esporte. No local também está o santuário de Nossa Senhora de Santana. A Serra da Mascarenha, onde impera o pico pertencente ao belo e histórico Engenho Jundiá.</p> <p><i>O antigo Baobá no Engenho Poço Comprido serve de lembrança do tempo em que os escravos plantaram com ele seus desejos e sonhos.</i></p>	<p>A festa de Santana, a padroeira da cidade é comemorada dia 11 de setembro.</p>

Vicência	Patrimônio Histórico Vicência abriga engenhos do século XVIII como o Engenho do Poço Comprido, tombado em 1962. Visita-se a casa grande, a capela e a senzala. Na época da Confederação do Equador, esse engenho serviu de abrigo para Frei Caneca. Outros engenhos são destaques no município como o Engenho Iguape, o Engenho Tabatinga, que abriga uma casa grande em estilo neoclássico, e o Vicencinha, localizado numa elevação de onde se avista toda a cidade. Todos abertos a visitação.	
-----------------	--	--

TABELA BENS CULTURAIS MATA SUL

MUNICÍPIOS	BENS TANGÍVEIS	BENS INTANGÍVEIS
Água Preta	Patrimônio Natural <i>Parque Ecológico Vasconcelos Sobrinho</i> A Serra Cajuá também faz parte do roteiro dos melhores lugares para se visitar, sobretudo para os praticantes do turismo ecológico.	Festas Religiosas Em março o santo padroeiro do município, São José da Agonia, é festejado com a maior festa do município em sua homenagem. As festas de Sta. Terezinha e Sta. Luzia também se destacam como as que mais movimentam a cidade.

<p>Amaraji</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Amaraji é um município rico turisticamente em atrativos ecológicos. Nele está a Cachoeira do Rio Morto, um parque aquático com piscinas, restaurantes e passeios a cavalo. Coberto por duas áreas de reserva florestal no Assentamento Estivas e no Engenho Rinoceronte - o local também tem atraído os amantes do turismo de aventura.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>Na área urbana encontram-se a Câmara, onde funcionou a 1ª prefeitura em 1895, o mercado público, o museu, e a Igreja Matriz de São José. Todas construções do início do século passado.</p>	<p>Arte e artesanato</p> <p>O município conta com a produção de um vasto número de artistas plásticos e poetas, além de músicos e artesãos.</p> <p>Festas Religiosas e Folclore</p> <p>Culturalmente, Amaraji é conhecida por festejar datas religiosas e profanas, sendo suas principais manifestações folclóricas o bacamarte, a ciranda, o coco e a quadrilha matuta.</p>
-----------------------	---	--

<p>Barreiros</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Barreiros é um município com praias de grande beleza. A paisagem é marcada por extensos coqueirais e afloramentos rochosos. A Praia do Porto encanta por suas areias finas e douradas, pela presença das pedras chamadas de Corisco e pedra Grande e, principalmente, pela ilhota do Coqueiro.</p> <p>Praia de Várzea de Una também atrai pela paisagem formada por vegetação de mangue. Ela é banhada pelas águas do rio Una. A presença de bancos de areia dá um toque especial ao passeio, que pode ser completado em barracas que vendem frutos do mar fresquinhos, cozinhados na hora, com destaque para a peixada, prato típico do lugar, preparado com legumes e verduras.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Barreiros é marcado pelo trabalho em madeira, seja para transformá-la em escultura, em talha ou em peças utilitárias, como depósitos para doces, farinha, porta lápis, entre outros.</p> <p>Folclore</p> <p>No folclore, o município destaca-se com apresentações de pastoris durante o período natalino. Em tablados rústicos os grupos representam o nascimento de Jesus, com a ajuda de uma pequena orquestra, danças, cantos e ditos espirituosos.</p>
-------------------------	---	---

<p>Belém de Maria</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Belém de Maria apresenta atrativos naturais como o Poço da Gata, localizado no Vale do Rio Una, que oferece deliciosos banhos em caldeirões naturais. O ideal é que a visita aos caldeirões seja feita acompanhada por guias, por conta do percurso e da profundidade.</p>	<p>Eventos</p> <p>A Festa do Comércio é a maior comemoração de Belém de Maria e acontece entre janeiro e fevereiro. A festa atrai milhares de pessoas e conta com uma programação bastante intensa, com barracas com comida, artesanato e parque de diversões. Um coreto é montado para apresentação de bandas, artistas locais e realização de bingos.</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>As festas populares e religiosas são esperadas pela população de Belém de Maria com ansiedade. A de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade, acontece em setembro, com novenário, missa campal e procissão. Outro santo homenageado é São José, cuja festa reúne, na praça principal da cidade, barracas com comidas e bebidas, parque de diversões e shows com artistas da região.</p>
------------------------------	--	--

<p>Catende</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>A localidade possui engenhos de construções antigas, como o Engenho Ouricuri.</p> <p>Das antigas fábricas de açúcar nasce a Usina Catendesituada na margem esquerda do rio Pirangi. Fundada, em 1890, com o nome de usina Correia da Silva, em homenagem ao então vice-governador do Estado, esse nome, no entanto nunca se consagrou, sendo a usina sempre chamada de Catende. Construída em terras do antigo Engenho Milagre da Conceição, ela em 1929, era considerada a maior do Brasil em produção e capacidade. Possuía 43 propriedades agrícolas, uma via férrea de 140 quilômetros, 11 locomotivas e 266 vagões. O transporte da cana e seus produtos era feito pela Great Western.</p> <p>Tinha capacidade para processar 1.500 toneladas de cana e fabricar 4.000 litros de álcool em 22 horas. Na época da moagem trabalhavam na fábrica cerca de 700 operários.</p> <p>Possuía uma vila operária com 200 casas, uma Caixa de Beneficência e mantinha uma escola com frequência média anual de 50 alunos.</p> <p>Quando morreu, em 1950, Antônio Ferreira da Costa Azevedo, o Seu Tenente, deixou a usina Catende com uma capacidade industrial para fabricação de 1 milhão de sacos de açúcar, uma destilaria de álcool anidro (a primeira do país), 36 mil hectares de terra, 165 quilômetros de estradas de ferro e 82 engenhos de cana.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Os trabalhos com bordados, crochê e renascença estão presentes na região. Ainda se destaca a fabricação artesanal de bonecos de barro, expostos na feira da cidade.</p> <p>Folclore</p> <p>O folclore se destaca com o forró, bastante comum na região, e o frevo, trazendo seus tradicionais blocos carnavalescos como A mulher da sombrinha.</p>
-----------------------	--	---

Catende	<p>Patrimônio Natural</p> <p>A Serra da Prata é um dos pontos mais altos de Catende, lá o visitante pode apreciar o município de Palmares. No local há vários campeonatos de asa delta. O açude Santa Rita e as bicas da região também são dicas para um passeio ecológico.</p>	
----------------	--	--

Água Preta	<p>Patrimônio Natural</p> <p><i>Parque Ecológico Vasconcelos Sobrinho</i></p> <p>A Serra Cajuá também faz parte do roteiro dos melhores lugares para se visitar, sobretudo para os praticantes do turismo ecológico.</p>	<p>Festas Religiosas</p> <p>Em março o santo padroeiro do município, São José da Agonia, é festejado com a maior festa do município em sua homenagem.</p> <p>As festas de Sta. Terezinha e Sta. Luzia também se destacam como as que mais movimentam a cidade.</p>
-------------------	---	---

<p>Amaraji</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Amaraji é um município rico turisticamente em atrativos ecológicos. Nele está a Cachoeira do Rio Morto, um parque aquático com piscinas, restaurantes e passeios a cavalo. Coberto por duas áreas de reserva florestal no Assentamento Estivas e no Engenho Rinoceronte - o local também tem atraído os amantes do turismo de aventura.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>Na área urbana encontram-se a Câmara, onde funcionou a 1ª prefeitura em 1895, o mercado público, o museu, e a Igreja Matriz de São José. Todas construções do início do século passado.</p>	<p>Arte e artesanato</p> <p>O município conta com a produção de um vasto número de artistas plásticos e poetas, além de músicos e artesãos.</p> <p>Festas Religiosas e Folclore</p> <p>Culturalmente, Amaraji é conhecida por festejar datas religiosas e profanas, sendo suas principais manifestações folclóricas o bacamarte, a ciranda, o coco e a quadrilha matuta.</p>
-----------------------	---	--

<p>Barreiros</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Barreiros é um município com praias de grande beleza. A paisagem é marcada por extensos coqueirais e afloramentos rochosos. A Praia do Porto encanta por suas areias finas e douradas, pela presença das pedras chamadas de Corisco e pedra Grande e, principalmente, pela ilhota do Coqueiro.</p> <p>Praia de Várzea de Una também atrai pela paisagem formada por vegetação de mangue. Ela é banhada pelas águas do rio Una. A presença de bancos de areia dá um toque especial ao passeio, que pode ser completado em barracas que vendem frutos do mar fresquinhos, cozinhados na hora, com destaque para a peixada, prato típico do lugar, preparado com legumes e verduras.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Barreiros é marcado pelo trabalho em madeira, seja para transformá-la em escultura, em talha ou em peças utilitárias, como depósitos para doces, farinha, porta lápis, entre outros.</p> <p>Folclore</p> <p>No folclore, o município destaca-se com apresentações de pastoris durante o período natalino. Em tablados rústicos os grupos representam o nascimento de Jesus, com a ajuda de uma pequena orquestra, danças, cantos e ditos espirituosos.</p>
-------------------------	---	---

<p>Belém de Maria</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Belém de Maria apresenta atrativos naturais como o Poço da Gata, localizado no Vale do Rio Una, que oferece deliciosos banhos em caldeirões naturais. O ideal é que a visita aos caldeirões seja feita acompanhada por guias, por conta do percurso e da profundidade.</p>	<p>Eventos</p> <p>A Festa do Comércio é a maior comemoração de Belém de Maria e acontece entre janeiro e fevereiro. A festa atrai milhares de pessoas e conta com uma programação bastante intensa, com barracas com comida, artesanato e parque de diversões. Um coreto é montado para apresentação de bandas, artistas locais e realização de bingos.</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>As festas populares e religiosas são esperadas pela população de Belém de Maria com ansiedade. A de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade, acontece em setembro, com novenário, missa campal e procissão. Outro santo homenageado é São José, cuja festa reúne, na praça principal da cidade, barracas com comidas e bebidas, parque de diversões e shows com artistas da região.</p>
------------------------------	--	--

<p>Catende</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>A localidade possui engenhos de construções antigas, como o Engenho Ouricuri.</p> <p>Das antigas fábricas de açúcar nasce a Usina Catendesituada na margem esquerda do rio Pirangi. Fundada, em 1890, com o nome de usina Correia da Silva, em homenagem ao então vice-governador do Estado, esse nome, no entanto nunca se consagrou, sendo a usina sempre chamada de Catende. Construída em terras do antigo Engenho Milagre da Conceição, ela em 1929, era considerada a maior do Brasil em produção e capacidade. Possuía 43 propriedades agrícolas, uma via férrea de 140 quilômetros, 11 locomotivas e 266 vagões. O transporte da cana e seus produtos era feito pela Great Western. Tinha capacidade para processar 1.500 toneladas de cana e fabricar 4.000 litros de álcool em 22 horas. Na época da moagem trabalhavam na fábrica cerca de 700 operários.</p> <p>Possuía uma vila operária com 200 casas, uma Caixa de Beneficência e mantinha uma escola com frequência média anual de 50 alunos.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Os trabalhos com bordados, crochê e renascença estão presentes na região. Ainda se destaca a fabricação artesanal de bonecos de barro, expostos na feira da cidade.</p> <p>Folclore</p> <p>O folclore se destaca com o forró, bastante comum na região, e o frevo, trazendo seus tradicionais blocos carnavalescos como A mulher da sombrinha.</p>
-----------------------	---	---

Catende	<p>Quando morreu, em 1950, Antônio Ferreira da Costa Azevedo, o Seu Tenente, deixou a usina Catende com uma capacidade industrial para fabricação de 1 milhão de sacos de açúcar, uma destilaria de álcool anidro (a primeira do país), 36 mil hectares de terra, 165 quilômetros de estradas de ferro e 82 engenhos de cana.</p> <p>Patrimônio Natural</p> <p>A Serra da Prata é um dos pontos mais altos de Catende, lá o visitante pode apreciar o município de Palmares. No local há vários campeonatos de asa delta. O açude Santa Rita e as bicas da região também são dicas para um passeio ecológico.</p>	
----------------	--	--

<p>Chã Grande</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>O Vale dos Caldeirões apresenta uma paisagem com esculturas naturais em rochas.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>O Mosteiro da Escuta do Senhor localizado na Vila de Sta. Luzia de frades capuchinhos internos celebra missas em cantos gregorianos. A Igreja da Matriz de São José, também faz parte do turismo na cidade.</p>	<p>Eventos</p> <p>Chã Grande realiza grandes festas durante o ano, são elas: o Festival Nordestino do Agricultor, em novembro, com exposição de frutas, shows artísticos e comidas típicas;</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>a Festa de São Sebastião, em janeiro; e o São João, que atrai grande fluxo de turistas.</p> <p>Projetos</p> <p>O município procura apoiar a cultura local, por isso existem na cidade mais de 400 alunos de música. O frevo e o forró são as principais manifestações folclóricas.</p>
--------------------------	---	---

<p>Cortês</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>As cachoeiras do Humaitá e Banho de Cerveja, na Ilha da Saudade, a Bica do Lasca e ainda a Corredeira do Engenho Barra de Jangada são os grandes atrativos do município.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>Engenhos antigos e a Usina Pedrosa podem ser visitados no município.</p>	<p>Artesanato</p> <p>O artesanato inclui bordados à mão, cestarias (tendo o cipó como matéria-prima) e artefatos de pesca.</p> <p>Eventos</p> <p>O Festiverão comemorado em novembro, movimentou a cidade atraindo um grande número de pessoas e inclui em sua programação shows artísticos e o famoso Banho de Cerveja, realizado na cachoeira de mesmo nome.</p>
----------------------	---	--

<p>Escada</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>Os engenhos com áreas verdes e casas em estilo colonial, que cercam a cidade de Escada são grande atrativos para os visitantes. Os mais famosos são o de Sapucaji - no centro da cidade, com peças raras em excelente estado de conservação - Limoeirinho e Limoeiro Velho, ambos serviram como residência para o Barão de Suassuna. No engenho Jundaí nasceu o pintor Cícero Dias, reconhecido mundialmente pela sua arte.</p> <p>Patrimônio Natural</p> <p>Cachoeiras, reservas de mata atlântica, quedas d'água, bicas e corredeiras estão incluídas na paisagem do município. No Engenho Alegria podem ser visitadas a nascente de riacho, e uma fonte de água mineral.</p>	<p>Eventos</p> <p>Em abril e maio o município promove as festas da Cavalgada. A Cavalhada e a Festa da Emancipação Política do município são comemoradas em Junho, quando também acontecem os festejos juninos.</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>Em novembro são realizadas as festas religiosas: Festa da Padroeira - Santa Luzia e a Festa de Santa Terezinha. Em dezembro, a festa de Nossa Senhora da Conceição encerra o calendário comemorativo da cidade.</p> <p>Durante as festas, podem ser realizadas manifestações folclóricas, assim como, quermesses, feira de artesanato, comidas e bebidas típicas.</p>
----------------------	--	---

<p>Gameleira</p> 	<p>Patrimônio Natural</p> <p>A cidade tem como principal destaque as bicas naturais, como a Bica do Engenho Cunhambica, que é bastante freqüentada pelos habitantes do município. Outro atrativo é a Barragem do Engenho Pau Sangue.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>A Igreja Nossa Senhora da Penha e os engenhos coloniais fazem parte de roteiro histórico com enfoque para arquitetura colonial e arte barroca brasileira deste mesmo período.</p>	<p>Folclore</p> <p>Culturalmente o município se destaca através do grupo folclórico MAE. Este se apresenta em diversas festas realizadas na região, divulgando a cultura da região com demonstrações de coco, ciranda, xaxado, entre outros ritmos praticados em Pernambuco. Ainda durante o São João se destacam as quadrilhas estilizadas. Para estimular as manifestações artísticas, Gameleira promove anualmente a Semana da Cultura. O evento reúne, na penúltima semana de outubro, grupos folclóricos de várias cidades da região.</p> <p>Artesanato</p> <p>No artesanato, a cidade se destaca pelas pinturas e trabalhos em madeira.</p>
--	---	---

<p>Jaqueira</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Na <i>Serra do Urubu</i> e a <i>Serra do Espelho</i> ainda existe uma parte de Mata Atlântica preservada pela iniciativa privada. Ações envolvem preservação através do replantio de árvores com o acompanhamento especializado. Essa região é estudada por biólogos que já descobriram na mata espécies raríssimas de bromélias, só existentes no local. O caranguejo de água doce e o pássaro azul também são encontrados na região.</p>	<p>Artesanato</p> <p>O município apresenta produtos feitos com folha de bananeira, palha de coco e banana. A partir dessas matérias-primas são produzidos caqueiras, cinzeiros, vasos e doces. No Educandário São Joaquim, construído em 1819, em um povoado chamado Frei Caneca, são oferecidas oficinas artesanais. No município são comercializados trabalhos em cerâmica, madeira, bordado e crochê.</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>Na primeira semana do mês de março uma das festas que movimentam o município é a Novena de Padre Cícero e em junho, é realizada a Novena de Santo Antônio, no povoado de Frei Caneca.</p> <p>No dia 12 de março e comemorada a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Aparecida.</p>
------------------------	--	--

<p>Joaquim Nabuco</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>Na parte urbana da cidade, o destaque está no antigo prédio da Rede Ferroviária, tombado como Patrimônio Histórico Municipal. Barragens do Engenho Pumatinho e do Engenho Bom Gosto fazem parte do patrimônio histórico do tempo colonial.</p>	<p>Folclore</p> <p>O município possui riquezas culturais, que se manifestam através do xaxado, quadrilha, pastoril, dança do coco, baião e frevo. O folclore se destaca no período junino com as quadrilhas matutas e o pastoril. O São João é a festa de maior destaque na região, com os concursos de quadrilhas e das ruas mais bem decoradas.</p> <p>Artesanato</p> <p>No município é produzido artesanato em madeira (talhas), tricô, crochê e ponto de cruz.</p> <p>Festas religiosas</p> <p>Em março é comemorado a Festa do Padroeiro São José.</p>
------------------------------	--	--

<p>Maraial</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p>Na parte urbana da cidade, o destaque está no antigo prédio da Rede Ferroviária, tombado como Patrimônio Histórico Municipal. Barragens do Engenho Pumatinho e do Engenho Bom Gosto fazem parte do patrimônio histórico do tempo colonial.</p>	<p>Folclore</p> <p>O Carnaval e o São João são as principais atrações de Maraial. As ruas da cidade adquirem um vistoso colorido preparado especialmente para que os foliões entrem num clima de alegria. O ponto alto da animação fica por conta das quadrilhas matutas e das comidas típicas, como o pé-de-moleque, canjica, pamonha e quentão; a cidade fica enfeitada com as bandeiras e os balõezinhos do clima junino.</p> <p>Festas religiosas</p> <p>Em setembro Maraial comemora a Festa de Nossa Senhora das Dores, padroeira do município. Nessa data, a cidade celebra também o seu aniversário.</p>
-----------------------	--	--

<p>Palmares</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>A Cachoeira da Barragem do Rio Camivô é usada para a prática de esportes radicais e para passeio em família.</p> <p>Outras opções são as cachoeiras do Caritó e Véu de Noiva. A Véu de Noiva possui três quedas, sendo a mais alta com 5 metros. A Corredeira do Oratório é formada pelas águas do Rio Una. Contam os moradores de Palmares, que o nome da corredeira foi dado porque os senhores de engenhos matavam seus inimigos às margens, dando-os permissão a uma última oração.</p>	<p>Folclore</p> <p>O Carnaval e o São João são as principais atrações de Maraial. As ruas da cidade adquirem um vistoso colorido preparado especialmente para que os foliões entrem num clima de alegria. O ponto alto da animação fica por conta das quadrilhas matutas e das comidas típicas, como o pé-de-moleque, canjica, pamonha e quentão; a cidade fica enfeitada com as bandeiras e os balõezinhos do clima junino.</p> <p>Festas religiosas</p> <p>Em setembro Maraial comemora a Festa de Nossa Senhora das Dores, padroeira do município. Nessa data, a cidade celebra também o seu aniversário.</p>
------------------------	---	--

Pombos	Patrimônio Natural	Folclore
	<p>As lagoas do município são bem preservadas, entre elas se destacam as <i>chocidas pleo nomes de Dantas, Comprida, Capim, Cercada, Traira, Crecré, Redonda e Cabaço</i>.</p> <p>O município é cortado pelos rios Ipojuca, Itapeçirica, Boieiro e Pirapama. Os riachos Mutuns, Coringa, Garrote, Duas Barras e outros também fazem parte da paisagem natural.</p> <p>As cachoeiras do Urubu e a do Catavento são utilizadas pela população para visitação nos fins de semana</p>	<p>Os festejos populares do Carnaval, São João e Festa do Abacaxi são os mais comemorados. Durante esses eventos, as ruas da cidade são decoradas por um colorido especial e animadas por grupos folclóricos da região que apresentam espetáculos de maracatu, bumba-meu-boi, ciranda, bacamarteiros e de quadrilhas juninas.</p>

Primavera	Patrimônio Natural <i>O Parque Ecoturístico Cachoeira do Urubu inclui uma cachoeira de mesmo nome com 77 metros de queda d'água, a paisagem é deslumbrante. Para orientar as cerca de 3 mil pessoas que visitam a cachoeira durante os fins de semana, o local conta com salvavidas e pessoas treinadas para orientar sobre os pontos apropriados para banho.</i> <i>O parque ecoturístico dispõe de quatro piscinas naturais, abastecidas pelas várias nascentes existentes na região que mantêm a água sempre renovada. O parque possui ainda diversos bares que oferecem comidas e petiscos regionais.</i>	
------------------	--	--

<p>Quipapa</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>A beleza natural é composta pelos banhos do Limão, do Choque e de Lage Bonita. O Engenho de Rapadura Lage Bonita com sua produção artesanal de rapadura, ainda movido à roda d'água, também desperta a curiosidade do turista.</p>	<p>Folclore</p> <p>O folclore se destaca com as manifestações de cavalo-marinho, bois de carnaval, embolada (canto que tem como tema o desafio entre dois ou mais emboladores), forró e quadrilha.</p> <p>Artesanato</p> <p>O artesanato apresenta bordados e cestarias feitas a partir do sisal, do côco, da palha e do cipó. Uma singular mistura de cerveja, vinho, suco de limão e açúcar dá sabor ao chá de veado, uma famosa bebida típica do município de Quipapa.</p>
-----------------------	--	---

Ribeirão		<p>Artesanato</p> <p>Além da produção de santos em cerâmica, os artesãos da cidade dedicam-se ao trabalho em madeira, seja para transformá-la em escultura, em talhas ou em peças utilitárias artisticamente trabalhadas. Imagens de santos e personagens do imaginário nordestino predominam na maioria das vezes nas representações. Organizadas em pequenos grupos familiares, as bordadeiras produzem roupas de cama, mesa e vestuário. O trabalho ostenta toda a beleza e paciência das artesãs, que passam a arte de geração em geração.</p> <p>Folclore</p> <p>Festas juninas e o Carnaval são comemorados na cidade com grupos de músicos e dançarinos do município.</p> <p>Festas Religiosas e Eventos</p> <p>Em julho é comemorado com missas, procissões e quermesses na Festa da Padroeira Nossa Senhora de Santana.</p>
-----------------	--	---

<p>Rio Formoso</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>O principal patrimônio natural do município deu origem ao seu nome e ao nome da cidade. Em passeio de barco pelo rio Formoso, oferecidos por barqueiros pode ser observada diversificada paisagem com manguezais e algumas praias como a da Pedra e a do Reduto. Ainda compõem o cenário natural, os mirantes da fazenda Amaragi e da fazenda do Reduto, a corredeira Toca da Serra d'Água e a cachoeira da Barragem do Gindai.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>A beleza histórica do local pode ser encontrada nas igrejas, construídas, em sua maioria durante o século XVII. Merecem destaque a Matriz de São José e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde são realizadas festas populares.</p> <p>Visitar os antigos engenhos de cana-de-açúcar é outra opção turística em Rio Formoso. Construído no século XVI, e ainda em bom estado de conservação, o Engenho Pedra de Amolar é considerado o mais antigo da região e um dos mais visitados pelos turistas.</p> <p>Destaca-se o Quilombo existente no Engenho Siqueira</p>	<p>Festas Religiosas e Eventos</p> <p>Dentre os principais eventos do município estão as festas do Padroeiro São José (março), de Nossa Senhora do Rosário (outubro), do Coração de Jesus (novembro) e a comemoração do dia da Batalha do Reduto, em 7 de fevereiro.</p> <p>Os frutos do mar dominam a culinária de Rio Formoso.</p> <p>Folclore</p> <p>No folclore, as manifestações de carnaval se destacam com blocos carnavalescos e troças.</p>
---------------------------	--	--

<p>São Benedito do Sul</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>Turismo ecológico e de aventura naturais de grande beleza com estrutura de chalés e pousada em áreas de com fontes de água cristalina, bicas naturais, vegetações da Mata Atlântica e cachoeiras. São Benedito do Sul é classificado pela Empetur como o maior recurso hídrico de Pernambuco. São 15 a 20 áreas de banho, incluindo mais de dez cachoeiras com quedas d'água que variam de 3 a 20 metros de altura. As principais cachoeiras são: Aritana, Poço do Caboclo, Poço do Soldado e Peri-peri.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>A arquitetura de São Benedito é um caso à parte, sendo traçada por ladeiras e com sobrados e casarões com características coloniais. A igreja da Matriz de São Benedito é considerada um marco do início da povoação. Já a igreja de Santo Antônio, foi um cemitério no século passado.</p>	<p>Festas Religiosas e Eventos</p> <p>As festas típicas que movimentam a cidade são o São João, quando a cidade entra no ritmo do forró pé-de-serra, com barraquinhas de comidas típicas e as tradicionais quadrilhas. No aspecto religioso, também acontecem festas importantes: a Festa de Reis e a Festa de São Sebastião, padroeiro do município.</p>
-----------------------------------	--	--

<p>Sirinhém</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>A Barra de <i>Sirinhaém</i> tem belas praias e canaviais com antigos engenhos. As praias mais visitadas são as de Guadalupe e Barra de Sirinhaém, onde os esportes náuticos são muito praticados. A ilha de Santo Aleixo também é um paraíso, onde só se chega de barco.</p> <p>Na Cachoeira de <i>Jaciru Baixo</i> além do banho de mar em águas límpidas, o visitante pode aproveitar o banho de água doce da cachoeira de Jaciru Baixo, com uma queda de 15 metros que termina em piscinas naturais. Para ter uma vista de toda a cidade, do litoral à parte rural, o turista pode ir ao <i>Mirante do Oiteiro</i> do Livramento.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>Na Usina Trapiche, onde todo processo de transformação da cana em açúcar pode ser observado, está aberta à visitação. Nas antigas instala�oes dessa usina pode-se conhecer um pouco da história do município. O passado também pode ser revisitado no Convento de Santo Antônio, constru�ido em 1630 e nas Capelas de Santo Amaro e de São Roque, do século XVIII.</p>	<p>Artesanato</p> <p>Sirinhaém produz peças em cerâmicas e tapeçarias para um mercado interno e de turistas que no verão freqüentam suas praias.</p> <p>Festas Religiosas</p> <p>As principais festas religiosas populares são em homenagem a São Roque e Santo Amaro.</p> <p>Eventos</p> <p>Em julho � comemorada a Festa da Pescaria e o Festival de Crustáceos.</p>
------------------------	---	---

<p>Tamandaré</p>	<p>Patrimônio Natural</p> <p>A Reserva Biológica de Saltinho é uma área de preservação nacional. Uma das poucas remanescentes da Mata Atlântica do Brasil com 538 hectares de mata, o lugar é habitat natural de várias espécies de animais, como: tatu, lebre, cutia, papa-mel, o guaxinim, entre outros.</p> <p>Existem também varias Áreas de Proteção Ambiental.</p> <p><u>APA de Guadalupe</u> criada pelo governo de Pernambuco, em 1997, abrange 31.591ha de área continental e 12.664ha de área marítima, compreendendo parte dos municípios de Tamandaré, Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros. A área motiva a visitação turística pela beleza de seus recursos naturais, com uma diversidade de ecossistemas representados pelos manguezais, remanescentes da mata atlântica, mata de restinga e cordões de arrecifes. A APA possui um Centro de Visitação em Tamandaré.</p> <p><u>A APA Costa dos Corais</u> criada em 1977 pelo governo federal, com o objetivo de proteger os recifes de corais, praias e manguezais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da região costeira entre Tamandaré (PE) e Paripueiras (AL). É a maior unidade de conservação do país.</p>	<p>EVENTOS</p> <p>Janeiro – Farol Tamandaré Show, na área de eventos, com apresentações de bandas e artistas de renome nacional</p> <p>Fevereiro – Carnaval, com a participação de trios elétricos e blocos carnavalescos</p> <p>Março – Festa Ecológica de São Pedro do Oitizeiro, com manifestações religiosas, folclóricas, artísticas e esportivas.</p> <p>Junho – Festa de São João, realizada no “Palhoção” do município, são dez dias de festejos juninos, com bandas, apresentação de quadrilhas, concurso de sanfoneiros, etc.</p> <p>Setembro – Festa da emancipação da cidade</p> <p>Novembro – Tamandaré Fest, é a festa oficial de abertura do verão. Realizada na orla, com bandas e trios elétricos</p> <p>Dezembro – Reveillon à beira mar com show pirotécnico e trio elétrico</p>
-------------------------	---	--

<p>Tamandaré</p>	<p>O Projetos Recifes Costeiros Possui sede em Tamandaré, atua desde 1998 na proteção das áreas abrangidas pela APA Costa dos Corais.</p> <p>Cepene/ Ibama é o Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste que funciona em uma área de 33ha, numa faixa litorânea de 1.200m na baía de Tamandaré, tendo 13.000m² de área construída na cidade. O centro dedica-se principalmente ao trabalho de pesquisa sobre espécies marinhas.</p> <p>Patrimônio Histórico</p> <p>O Forte de Santo Inácio de Loyolaé datado de 1691, e constitui um marcos da história colonial pernambucana. Situado a 500 metros do mar, possui uma capela e canhões.</p> <p>As Igreja de São José, Igreja de São Pedro e Igreja de São Beneditosão construções datadas do século XIX. Todas ficam à beira-mar.</p> <p>O Museu da Árvore localizado na Reserva Biológica de Saltinho, para visitá-lo é necessário autorização prévia do Ibama.</p>	
-------------------------	---	--

<p>Tamandaré</p>	<p>O farol de Tamandaré fica junto ao Forte de Santo Inácio de Loyola, foi inaugurado em 1902 e ainda encontra-se em funcionamento. Em tempo claro possui alcance de 14 milhas.</p> <p>Muitas praias do litoral do município são badaladas em tempos de verão. A Praia dos Carneiros, localizada à aproximadamente 5km do centro da cidade, possui uma linha de arrecifes que nascendo à beira mar adentra o oceano, numa extensão aproximada de 1 km. No local, deságuam no mar os rios Formoso e Ariquindá.</p> <p>A praia das Campas e Perua Preta são urbanas de águas mornas e uma incrível transparência.</p> <p>A praia de Tamandaré tem águas azuis, rasas e cristalinas com piscinas naturais.</p> <p>Na Praia do Forte Também urbana de águas límpidas, porém profundas estão as instalações do CEPENE/IBAMA, o Forte de Santo Inácio e o Farol de Tamandaré.</p> <p>Na Praia da Boca da Barra dois pequenos rios deságuam nela, formando bancos de areia que mudam de lugar conforme a maré.</p> <p>A Cachoeira da Bulha está localizada na entrada de Tamandaré, a 10 km do centro da cidade, em uma área de preservação nos limites da Reserva Biológica de Saltinho.</p> <p>O Mirante do Oitizeiro é o ponto mais alto de Tamandaré.</p>	
-------------------------	--	--

<p>Vitória de Santo Antônio</p>	<p>Patrimônio Histórico</p> <p><i>A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos</i> foi palco da chamada Hecatombe de Vitória, um conflito político ocorrido nas vésperas da eleição provincial, disputada pelo Barão de Escada e a família Souza Leão. Este conflito ocorrido em 1880 provocou muitas mortes.</p> <p>No <i>Monte das Tabocas</i>, onde brasileiros e portugueses venceram uma batalha contra os holandeses em 1645, está construída a capela para Nossa Senhora de Nazaré onde existe o Museu Regional, com exposições arqueológicas e folclóricas.</p> <p>O <i>Sobrado do Mourisco</i> data dos primeiros anos do povoado Santo Antônio da Mata, sítio que deu origem à cidade. Ele possui um balcão antigo do tipo muxarabi.</p>	<p>Folclore</p> <p>O Carnaval de Vitória de Santo Antônio reúne cerca de 100 agremiações.</p> <p>A disputa maior ocorre entre os clubes O Camelo e O Leão. O amarelo e azul do Leão e o vermelho e verde do Camelo não se misturam.</p> <p>Eventos</p> <p>Vitória Fest no meio do ano, com a mesma animação da época de momo.</p> <p>A cidade ainda tem a Festa das Tabocas, a Exposição de Animais e também a festa do padroeiro, Santo Antônio.</p> <p>A vaquejada do Parque Major Expedito, uma das maiores e mais conhecidas do Estado.</p>
--	--	---

Xexéu	Patrimônio Histórico O nome da cidade de Xexéu é uma homenagem ao pássaro de mesmo também chamado de sabiá das matas. O município criado em 1991 foi um importante ponto de passagem e abrigo na rota de fuga de escravos. Em 1675 encontrava-se no Engenho Macaco um lugar de resistência de negros em fuga da escravidão.	Folclore O maracatu tem forte presença dos caboclos de lança, personagens marcantes do folclore, sempre presentes na Zona da Mata pernambucana. Nas festas juninas, como toda cidade do interior pernambucano, as ruas de Xexéu se transformam em arraial para abrigar os trios de forrozeiros que embalam dançarinos. Além da dança, é possível apreciar as comidas típicas de milho.
--------------	---	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pernambuco – Panorama Cultural do Estado – Mapeamento Participativo dos Elementos Culturais Junto aos Municípios. Fundarpe, 2006.

Artesanato em Pernambuco. Suplemento Cultural. Diário Oficial/ Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco. Ano XV. Setembro de 2000.

Alpers, Svetlana. A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII. Tradução Antônio de Pádua Danesi, Edusp, São Paulo, 1999.

Barbosa, Bartira Ferraz. Paranãbuco Poder e herança Indígena. Recife, Editora universitária da UFPE, 2007.

Chartier, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, s.a. , 1985.

Guimarães, Roberta, Rose Gondim, Tuca Siqueira. Brincantes da Mata. Recife, Imago Fotografia, 2010.

Lago, Pedro e Bia Correia do. Frans Post 1612-1680 Obra Completa. Rio de Janeiro, Capivara Editora, 2009.

Lagrou, Els. Arte Indígenano Brasil. Belo Horizonte, C / Arte, 2009.

Meneses, Janine Primo Carvalho de. Livramento desde o “Tempo de Pa Trás”. Dissertação de mestrado defendida na Pós-Graduação em História da UFPE, Recife, 2010.

Santos, Milton. Técnica Espaço Tempo. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

CURRÍCULO VITAE DOS AUTORES

Abraham Benzaquen Sicsu: Graduado em Engenharia de Produção desde 1976, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Mestre em Economia desde 1980, pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Economia desde 1985, pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, Professor Associado do Departamento de Engenharia de Produção e do Curso de Doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco e Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco. Também, no período de janeiro de 2006 a janeiro de 2008, exerceu as funções de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça-CADE. Dentre as funções e cargos que ocupou cabe destacar os de Superintendente da Agência Regional Nordeste do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Presidente do Instituto Tecnológico de Pernambuco, Diretor de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco e Secretário Adjunto de Projetos Especiais do Governo do Estado de Pernambuco. Tem inúmeros trabalhos publicados em artigos e livros no País e Exterior na área de Política e Gestão de C,T&I; Planejamento Regional; Economia Industrial; Economia da Energia.

Aécio Gomes de Matos: Graduado em engenharia industrial pela Universidade Federal de Pernambuco; Pós-Graduado em Política

e Estratégia das Organizações (Universidade Paris IX – 1976/77); Doutor em Psicossociologia das Organizações (Universidade Paris IX – Dauphine: 1977/1980). Pós-doutor em Sociologia (Universidade Paris X - Nanterre: 2004/2005). Professor Associado 1 do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e dos cursos de Pós-Graduação em Psicologia e em Sociologia da UFPE. Tem experiências variadas em pesquisas sociais sobre organização da sociedade civil, desenvolvimento regional, agricultura familiar e como consultor de organizações e grupos sociais.

Bartira Ferraz Barbosa: Doutora em História Econômica do Brasil Colonial pela USP (Universidade de São Paulo - 2004). Professora Adjunto 1 do Departamento de História da UFPE e dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História e em Arqueologia da UFPE. Diretora de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE. Consultora técnica e de pesquisa para exposições do Instituto de Assuntos Culturais da Fundação Joaquim Nabuco (IAC-FUNDAJ) e do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE). Diretora do Centro Cultural Benfica da UFPE, desenvolve ações extensionistas ligadas às artes plásticas no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (MAMAM). Participa como professora do Programa de Intercâmbio Acadêmico com a Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca/ Centro de Estudos Brasileiros Espanha.

Christine Rufino Dabat: Formada em História pela Universidade de Genebra e doutora pela UFPE, é Professora Adjunta do Departamento de História e no PRODEMA da UFPE. Realiza pesquisa em História da Agricultura: sacaricultura; relações de trabalho; história fundiária e das relações homem/natureza. Coordena, com Maria do Socorro de Abreu e Lima, o Grupo de Estudos Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras. Publicações recentes: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, V. 26.2. Dossiê Sociedades açucarei-

ras; *Cadernos de História*, N. 6, *Trabalhadores em Sociedades Açucareiras*, além da 2ª edição da coletânea de artigos de Sidney Mintz, que traduziu: *O poder amargo do açúcar*. Em preparação, a 2ª edição da tese *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*.

Gerson Victor: Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco-1970, com pós-graduação em Economia pela Unicamp-1981, atualmente exerce o cargo de gerente-geral de articulação institucional da Secretaria de Articulação Social e Regional do Governo do Estado de Pernambuco e professor do curso de “Especialização em Gestão de Projetos Sociais” da FAFIRE-Faculdade Frassinetti do Recife. Exerceu funções de professor de Economia nas Universidades Federal de Pernambuco e Federal Rural de Pernambuco, com experiência em pesquisa e no exercício de cargos de direção na área de Planejamento e Desenvolvimento Local.

Ivan Vieira de Melo: Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); Professor e pesquisador do Departamento de Engenharia Mecânica do Centro de Tecnologia e Geociências da Escola de Engenharia de Pernambuco – UFPE; Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA-UFPE, atuando na disciplina de Gestão Ambiental; realiza pesquisas com foco em problemas socioambientais da Zona da Mata do Estado de Pernambuco; Especialista em Produção mais limpa/Eco-eficiência, tendo desenvolvido e coordenado projetos de pesquisa aplicada à cadeia produtiva do gesso e empresas do setor público; Participa em projetos de pesquisa sobre o impacto do uso desordenado do solo nas margens da barragem. Atual Diretor de Extensão Acadêmica – Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT / UFPE.

João Policarpo Rodrigues Lima: Graduado e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco, doutor em Economia - University of London (1988) e Pós-doutor pela University of North London (2000). Atualmente, é Professor Associado 3 do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco e Pesquisador 1-D do CNPq. Tem experiência em pesquisas com ênfase em Economia Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, Nordeste do Brasil, agroindústria canavieira, arranjos produtivos, desenvolvimento local e economia regional.

Maria do Socorro de Abreu e Lima: Doutora em História pela UFPE e professora da mesma instituição. Participa do grupo de estudos Açúcar, Trabalho e Ambiente, assim como do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco, onde coordena um projeto de catalogação e disponibilização de acervos relativos a esses movimentos. Suas atividades de pesquisa estão direcionadas para os seguintes temas: mundos do trabalho, com ênfase no sindicalismo; relações sociais de gênero; a resistência à ditadura de 64. Entre outras publicações, destaca-se sua tese intitulada *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*.

Sérgio Buarque: Economista com mestrado em sociologia; consultor e sócio da MULTIVISÃO-Planejamento Estratégico e Prospecção de Cenários; consultor com 20 anos de experiência em planejamento estratégico, desenvolvimento regional e local, e metodologia e técnica de construção de cenários; Professor titular da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco - UPE/Universidade de Pernambuco; autor do livro *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável - metodologia de planejamento*, Editora Garamond e co-autor dos livros *Cinco Cenários para o Brasil 2001-2003*, Editora Nórdica e *Quatro Cenários para o Brasil 2005-2007*, Editora Garamond.

Sérgio Kelner Silveira: Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1991); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Foi Diretor de Programas Econômicos da SUDENE, Gerente Nacional da Unidade de Desenvolvimento Local do Sebrae e Gerente de Programas Especiais do Ministério da Integração. Atualmente, é economista e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Tem atuado em pesquisas nas áreas de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia e de Competitividade Industrial.

**MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E DESENVOLVIMENTO
NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**

FORMATO

15,5 x 22 cm

TIPOGRAFIA

Swis721 Cn BT

Minion Pro

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br | editora@ufpe.br



Através deste livro a Editora Universitária da UFPE dá divulgação aos recentes estudos e pesquisas realizados por professores universitários sobre modernização conservadora e desenvolvimento na zona da mata de Pernambuco. As pesquisas se articulam com os vários domínios do conhecimento, desde a economia, a política, a história, a sociologia e a cultura. Esta coletânea conta com a colaboração de experientes pesquisadores em suas áreas de conhecimento e os temas aqui abordados apresentam um panorama atual da zona da mata de Pernambuco

